



EDITORIAL

O passado não é livre. Nenhuma sociedade o deixa à mercê da própria sorte. Ele é regido, gerido, preservado, explicado, contado, comemorado ou odiado. Quer seja celebrado ou ocultado, permanece uma questão fundamental do presente.
(Régine Robin, 2016)

Os sentidos sobre a Ditadura civil-militar-midiática no Brasil não cessam de irromper em nossa história, exigindo, ainda e sempre, uma reconstrução engajada do passado, que lute por alcançar o máximo de justiça possível e por reivindicar o direito ao reconhecimento dos que lutaram e lutam pela democracia do País.

Comprometidos com este passado que continua reclamando sentidos e justiça, em 2015 iniciamos a pesquisa de Estágio de Pós-doutorado (IEL-UNICAMP), sob a supervisão da Profa. Dra. Eni P. Orlandi, discutindo os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade e da Comissão Estadual da Verdade de Santa Catarina. Juntamo-nos, então, a outras pesquisas e engajamentos sociais realizados por alunos e professores da UNISUL para lançarmos o Projeto Marcas da Memória, com o objetivo de promover um espaço de discussão dedicado à memória, à justiça e à reflexão crítica sobre os regimes de exceção vividos na América do Sul, em especial no Brasil, e seus reflexos no presente.

Dividindo a idealização e organização do evento com a Profa. Me. Carla Aparecida Marinho Borba, Coordenadora de Relações Internacionais da nossa Universidade, acreditamos que a história da Ditadura no Brasil precisa ser discutida permanentemente no espaço acadêmico como exercício de cidadania, cuja contribuição vem se dando, para nós, a partir de diferentes olhares, principalmente daqueles que viveram, conviveram e/ou foram vítima de um regime que, sob o pretexto de salvar a pátria da corrupção e da desordem, calou, por duas décadas, as vozes que lutavam por democracia.

É necessário rememorar este passado, mas não só. Precisamos voltar ao passado para ressignificá-lo no presente e aprender com/sobre ele. E foi este o propósito que nos



levou à **I Semana Marcas da Memória: mostra de cinema**, em 2015, numa parceria com Ministério da Justiça/Comissão da Anistia, Coletivo Catarinense Memória Verdade e Justiça, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem (PPGCL), SINPAAET e cursos de graduação da Universidade. A participação efetiva de alunos, professores e comunidade externa nos levou à **II Semana Marcas da Memória: Direitos Humanos, Justiça de Transição e Anistia**, em 2016, e à **III Semana Marcas da Memória: Direitos Humanos, Mídia e Educação** em 2017.

E é com base neste trajeto realizado a várias mãos e construído de maneira sólida porque resultado da articulação entre ensino, pesquisa e extensão, que, com muita alegria, apresentamos o conjunto das discussões travadas nas três edições do evento neste Dossiê da Revista Memorare: **Marcas da Memória: direitos humanos, justiça de transição e anistia**, objetivando alcançar uma discussão mais ampla e interdisciplinar sobre a política e o político, enquanto espaço de contradições e relações de poder a serem postas em debate permanentemente.

Inicia o Dossiê o artigo **Formação de professores/as para a memória, verdade e justiça**, em que Camila Tribess apresenta sua experiência de consultoria junto à Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, entre os anos de 2015 e 2016, na frente que tratava da formação de educadores/as e professores/as sobre a questão dos direitos humanos, em especial, ditadura civil-militar, memória, verdade e justiça em sala de aula. Para além de compartilhar uma ação social, seu texto vai reforçar a necessidade da ampliação de políticas públicas de preservação à memória política brasileira e seu uso efetivo na educação dos/as jovens.

Também a partir da experiência na Fundação Nacional do Índio, como indigenista junto às comunidades Apinajé, Marcelo Gonzalez Brasil Fagundes apresenta, em **Os Apinajé e os projetos de desenvolvimento econômico durante o regime militar no Brasil**, a relação entre o regime militar e a Amazônia brasileira, pautando-se por projetos de monitoramento, de vigilância territorial, de etnodesenvolvimento e de fortalecimento cultural desenvolvidos na comunidade. Trata-se de uma necessária reflexão sobre o modo como tais políticas vão impactar os aspectos socioculturais dos Apinajé, denunciando parte dos diversos crimes cometidos pelo Estado contra as populações indígenas.



Rafaela Duarte nos apresenta, em **O movimento Diretas Já em 1984 e a participação dos catarinenses**, a participação popular e de diferentes setores da sociedade brasileira na campanha pelo retorno das eleições diretas, após arbitrariedades impostas por duas décadas de regime militar ditatorial. Por meio de jornais de Santa Catarina, a autora vai reconstituindo momentos de luta e de engajamento dos catarinenses na maior manifestação cívica do país até então: o movimento *Diretas Já*.

Em **A im(p)unidade parlamentar: ditadura e memória**, fruto das discussões teóricas entre orientadora e orientanda, Andréia da Silva Daltoé e Juliene da Silva Marques apresentam uma análise discursiva do voto do Deputado Jari Bolsonaro, que, ao justificar o sim em favor da abertura do processo de impeachment de Dilma Rousseff, presta homenagem ao Capitão Brilhante Ustra, militar acusado de crimes praticados no interior dos aparelhos de Estado durante a Ditadura no Brasil. A homenagem vai levar a diferentes direções de sentido, o que as autoras tentarão analisar a partir das condições em que se dão e das relações de poder engendradas ali.

Em **Direito à verdade e à memória: impactos da sentença do caso Gomes Lund e outros**, Lucas Vicente Comassetto nos apresenta os impactos desta sentença para a promoção do direito à verdade e à memória no Brasil, cuja análise se pauta em relatórios de cumprimento de sentença encaminhados pelo Estado brasileiro à Corte Interamericana de Direitos Humanos. Apesar de a sentença ter determinado ao País sistemáticas atividades para promover o direito à verdade e à memória, Comassetto vai alertar sobre a necessidade de o Estado dar continuidade a outras ações, principalmente, aquelas relacionadas ao enfrentamento dos legados autoritários, que ainda desfrutam de grande influência e obstaculizam o processo de justiça de transição brasileiro.

O Projeto Clínicas do Testemunho do Instituto APPOA /Núcleo Santa Catarina, parceiro do Marcas da Memória, surge de um longo processo de responsabilização do Estado e da sociedade civil brasileira na promoção da justiça, da verdade e da memória daquelas pessoas afetadas pela violência de Estado no período compreendido entre 1946 e 1988. Marilena Deschamps Silveira nos traz parte deste importante trabalho em **Clínicas do Testemunho: reparação psíquica e construção de memórias**, refletindo sobre o testemunho como dispositivo clínico-político, capaz de revelar uma história que esteve submetida ao silenciamento e, como tal, intervém buscando impedir a repetição da violência como sintoma social na atualidade e no futuro.



Rogério Santos da Costa nos apresenta, no artigo **Autonomia ou barbárie: memórias de pipas, protestos e livros**, uma narrativa riquíssima de sua experiência pessoal com a ditadura militar no Brasil, marcando, em seu fio condutor, legados do período militar em elementos presentes na sociedade brasileira: diminuição das desigualdades, igualdade de gênero, egoísmo, machismo, temas estes que respondem até hoje por conflitos contemporâneos. Misturando percepções pessoais, vivências e conhecimentos desenvolvidos nas trajetórias de vida e profissional, o autor agrega elementos ao debate da ditadura militar no Brasil, seu legado danoso e a situação peculiar de uma Democracia que teima em se consolidar.

Na segunda metade do século XX, Argentina e Brasil viveram períodos autoritários nos quais, ao aplicar-se a Doutrina de Segurança Nacional, ocorreram constantes violações aos direitos humanos. Ainda que tenham sido instaladas “novas democracias” com os processos transicionais destes países, é possível observar a permanência de legados autoritários que se mantiveram apesar do fim dos regimes de exceção. É partindo deste contexto que Bruno Mello Souza e Carlos Artur Gallo nos trazem a pesquisa **Legados culturais do autoritarismo: elementos para uma análise sobre o Brasil e a Argentina**, procurando analisar quais resquícios dos regimes autoritários na cultura política argentina e brasileira seguem presentes na atualidade e como seria possível superá-los.

Bárbara Mendes Rauen e Andréia da Silva Daltoé apresentam o texto **Lei da anistia e Comissão Estadual da Verdade de SC: a busca pela reparação de um passado**, que reúne parte das pesquisas realizadas durante o Projeto de Iniciação Científica (PIBIC-2014/2015/UNISUL), dos quais as autoras participaram como bolsista-pesquisadora e supervisora, respectivamente. Na tentativa de lançar um olhar sobre as vítimas da Ditadura da região sul do País, Rauen e Daltoé se propuseram a analisar o modo como (ou se) as vítimas e/ou seus familiares compreendem o papel da Lei da Anistia e dos trabalhos da Comissão Estadual da Verdade de SC na reparação dos crimes cometidos durante o regime.

Encerrando o Dossiê, temos o artigo **As Relações Interamericanas e a Implementação da Ditadura Civil-Militar no Brasil em 1964: reflexões sobre o papel da América Latina no processo de expansão da hegemonia imperial dos Estados Unidos**, em que Luciano Daudt da Rocha apresenta uma importante análise das



relações interamericanas no contexto da implementação da ditadura civil-militar no Brasil. A pesquisa discute o papel da América Latina no processo de expansão da hegemonia dos Estados Unidos no sistema internacional a partir de desdobramentos do pós-guerra, cuja expansão segue com ações de política externa, salvaguardando os interesses de segurança e comerciais dos Estados Unidos no sistema internacional.

É, portanto, com a contribuição destas pesquisas, que vêm de diferentes áreas, como História, Ciência Política, Relações Internacionais, Psicanálise, Análise do Discurso, Direito, que desejamos a todos uma leitura reflexiva e problematizadora sobre uma preocupação que nos é cara e que nos aproxima: a relação entre passado e presente e o modo como seguimos na busca por uma democracia que está sempre a ser construída, exigindo-nos permanente estado de alerta.

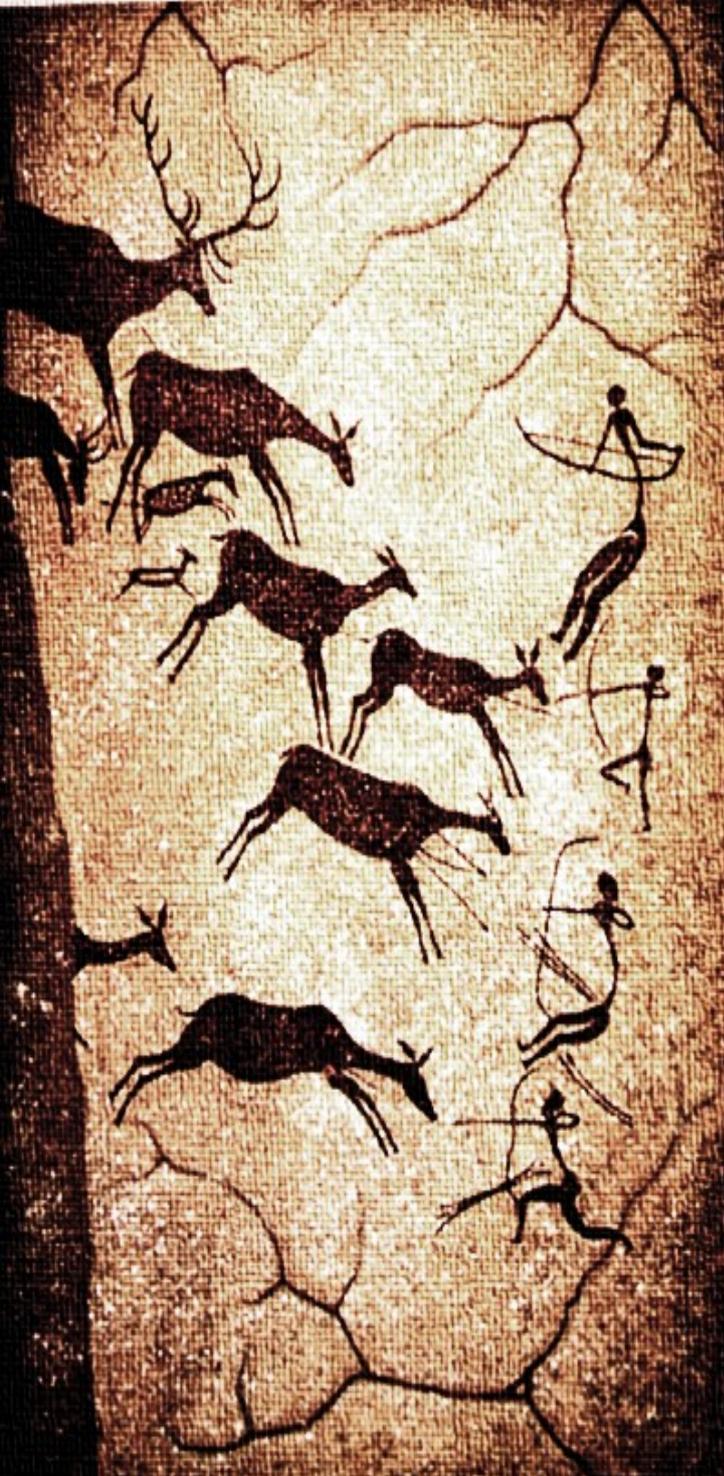
Que os trabalhos aqui nos desinstalem e nos levem a outras leituras!

Profa. Dra. Andréia, da Silva Daltoé

(Organizadora do dossiê “Marcas da Memória”)

DOI: 10.19177/memorare.v4e320171-5





FORMAÇÃO DE PROFESSORES/AS PARA A MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA¹

Camila Tribess *

Resumo: O artigo apresenta uma das frentes adotadas pela consultoria prestada pela autora junto à Comissão de Anistia do Ministério da Justiça entre os anos de 2015 e 2016, que se pautou pela importância em formar educadores/as e professores/as para trabalharem sobre a questão dos direitos humanos, em especial temas sobre a ditadura civil-militar, memória, verdade e justiça em sala de aula, com as novas gerações, que não vivenciaram esse período. O texto está dividido de forma a apresentar brevemente um mapeamento teórico e legal da questão, expor o trabalho que foi realizado e refletir sobre a importância desses projetos educativos e os desafios para a implementação e estratégias de aprimoramento desse tipo de ação.

Palavras-chave: Memória verdade e justiça. Educação para direitos humanos. Formação de professores.

Resumen: Este trabajo presenta una frente de acción adoptada por la consultoría realizada por la autora en la Comisión de Amnistía del Ministerio de Justicia de Brasil entre los años 2015 y 2016, que se caracterizó por la importancia de la formación de educadores/as y maestros/as para trabajar el tema de los derechos humanos, en particular temas sobre la dictadura, la memoria, la verdad y la justicia en el aula, con las nuevas generaciones, que no experimentaron ese período. El texto presenta brevemente un mapeo teórico y jurídico de la cuestión, exponiendo el trabajo que se hizo y intenta reflexionar sobre la importancia de estos proyectos y los desafíos para la implantación y estrategias de mejora de dicha acción.

Palabras clave: Memoria verdad y justicia. Educación para los derechos humanos. Formación de maestros.

* Comissão de Anistia
Consultora

Mestra em Ciência Política

E-mail: cami.tribess@gmail.com

DOI: 10.19177/memorare.v4e320176-24

¹ Este artigo é um recorte adaptado do produto final da consultoria nº 2015/000172 do PNUD, realizada pela autora no âmbito da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, no Projeto de Cooperação Técnica (PRODOC BRA/08/021) "Cooperação para o intercâmbio internacional, desenvolvimento e ampliação das políticas de justiça transicional do Brasil" entre 2015 e 2016. Agradeço o apoio da equipe técnica da Comissão de Anistia que acompanhou de forma próxima e colaborativa este trabalho, em especial Tatiana Tannus Grama, Alexandre Albuquerque Mourão e David Leipnitz.



REVISTA
MEMORARE

UNISUL
www.portaldeperiodicos.unisul.br
ISSN 2358-0593

1. Introdução

A transição para a democracia no Brasil foi longa, sendo considerada um tipo ideal de transição por transação (O'DONEELL & SCHMITTER, 1988), ou seja, por via de negociações, pressões e reações entre a ditadura, os partidos políticos e os movimentos sociais pró-democratização. Essas negociações se colocam, até hoje, como um dos motivos para a não punição dos torturadores e assassinos da ditadura, que cometeram graves violações dos direitos humanos e, por meio da Lei de Anistia de 1979, garantiram sua autoanistia e lograram impor um silêncio de vários anos sobre as atrocidades cometidas entre 1964 e 1988.

Esses fatos impactaram fortemente também a educação brasileira, que no período ditatorial foi restringida, censurada e reformulada para que formasse, preferivelmente, mão de obra qualificada para o mercado, numa estrutura tecnicista de ensino, buscando retirar do currículo escolar o pensamento crítico, inclusive retirando as disciplinas de Sociologia e Filosofia do ensino médio no país (MARTINS, 2014).

Desde a redemocratização, diversas organizações, movimentos sociais e até mesmo os próprios órgãos estatais buscam mudar essa realidade, reformulando a estrutura educacional do país e buscando levar às escolas e à sociedade em geral as informações e o debate acerca do período da ditadura militar no Brasil, promovendo políticas de resgate da memória histórica e social, bem como fomentando a conscientização acerca das violações dos direitos humanos cometidas pelos civis e militares do governo ditatorial (ABRÃO, CARLET et al., 2010, p. 62/63).

Por sua extensão territorial, sua estrutura federativa e as diversas disputas políticas e sociais envolvidas nessa questão, a inclusão da educação para os direitos humanos, bem como a promoção de atividades, eventos e debates sobre o tema da memória e da verdade sobre a ditadura são sempre complexos e dependem de um grande envolvimento da sociedade em geral e, em especial, das comunidades locais. Nesse sentido, existem programas exemplares no Brasil, que desenvolvidos por atores diversos, logram resgatar a memória do período ditatorial, fomentar debates e conscientização sobre as violações sofridas na época e divulgam a importância dessa memória para a formação e consolidação democráticas no Brasil. No entanto, essas iniciativas são, em si, limitadas e restritas territorialmente. Como qualquer política



desenvolvida no país, a grande dificuldade é alcançar os diversos estados brasileiros e, por consequência, abarcar o maior número de pessoas.

Essa dificuldade é ainda maior quando se trata de políticas de educação para a memória e verdade do período ditatorial. O currículo escolar brasileiro não é unificado, apesar de diversos documentos orientadores, como a Lei de Diretrizes e Bases, o Plano Nacional de Educação e as Orientações Curriculares, não há uma norma geral de ensino, visto que, especialmente no nível médio, cada estado possui legislações e currículos próprios, que respeitam a diversidade regional e cultural do país. Pelas orientações nacionais, o tema da ditadura civil-militar brasileira deveria ser abordado no 9º ano do ensino fundamental e no 3º ano do ensino médio. No entanto, cada estado tem a prerrogativa de adaptar esses conteúdos conforme suas legislações locais. Contudo, o maior problema das políticas educacionais brasileiras no que tange o tema da memória e das violações de direitos humanos durante a ditadura militar ainda é o grande pacto de silêncio que foi formado desde a redemocratização do país, e que vem sendo rompido apenas na última década, com a consolidação da Comissão de Anistia² (CA), a formação da Comissão Nacional da Verdade (CNV) e a ampliação de grupos de estudo, pesquisa, eventos e atividades acadêmicas sobre o tema, em especial nas universidades.

Com a intenção de desenvolver projetos educacionais sobre ditadura, democracia, anistia e justiça de transição que tenham maior abrangência e qualidade, a Comissão de Anistia recebe consultorias especializadas, com o objetivo de propor novas parcerias e novas abordagens pedagógicas e atividades educativas que possibilitem ampliar o alcance da Comissão de Anistia, bem como levar novas ideias e atividades ao maior número possível de pessoas do seu público-alvo: jovens, estudantes, professores/as e pesquisadores/as que possam ser formadores/as de opinião e multiplicadores/as dos conhecimentos apreendidos e compilados pela Comissão em seus projetos anteriores, em especial o material produzido pelo projeto Marcas da Memória³,

² A Comissão de Anistia foi criada pela Lei 10.559, de 13 de novembro de 2002, com o objetivo de reparar moral e economicamente as vítimas de atos de exceção, arbítrio e violações aos direitos humanos cometidas entre 1946 e 1988. Ligada ao Ministério da Justiça, a Comissão é composta por 25 conselheiros, em sua maioria agentes da sociedade civil ou professores universitários, sendo um deles indicado pelos anistiados políticos e outro pelo Ministério da Defesa (cf. site Comissão de Anistia, disponível em <http://www.justica.gov.br/seus-direitos/anistia> Acesso em 25 de abril de 2017).

³ Projeto que tem como objetivo resgatar a memória sobre as vítimas que tiveram sua voz calada no período ditatorial, construindo um acervo de fontes orais e audiovisuais com critérios teóricos e



bem como a publicização dos relatos e experiências advindas dos próprios julgamentos de processos de anistia política realizados pela CA.

Diversos projetos vêm sendo realizados, em especial a partir do ano de 2007, com oficinas pedagógicas já bem estruturadas e acompanhando as Caravanas de Anistia⁴ de forma exitosa. Nesse sentido, tive a oportunidade de trabalhar em uma consultoria específica de mobilizações pedagógicas, com o objetivo de ampliar o alcance destas oficinas, buscando cumprir uma das metas colocadas no projeto das Caravanas da Anistia de 2015:

A Comissão de Anistia tem como um de seus objetivos estratégicos dar cada vez mais atenção ao desafio de aproximar presente e passado. Mais especificamente, explorará as relações entre a violência do passado – ou seja, o legado autoritário de dois regimes ditatoriais dispostos à tortura, à exceção, às execuções extrajudiciais – e a violência do presente, marcada por uma sociedade anestesiada à brutalidade e aos numerosos abusos por agentes do Estado. Para tanto, pretende se voltar à juventude, especialmente a das periferias, para ajudá-la a identificar as origens autoritárias de suas experiências cotidianas. Longe de exceder as atribuições originais da Comissão, entretanto, essa ênfase deve ser compreendida como uma nova forma de ação de memória. Em nova manifestação da progressividade dos direitos humanos, tal nova forma leva a política de reparação a aquele que talvez seja seu público mais desprotegido: quem, mesmo sequer sendo nascido ou nascida durante a ditadura, ainda vive sob uma cultura autoritária e uma violência institucional herdadas da ditadura (BRASIL, 2015).

Como uma política de memória que busca aproximar passado e futuro, promovendo a educação para os direitos humanos e a consolidação democrática no país, o desafio principal dessas atuações da CA certamente é a questão da continuidade, visto que a maioria das oficinas realizadas ocorriam no contexto das Caravanas da Anistia, havendo assim uma ligação importante nesse espaço simbólico e pedagógico, mas, ao mesmo tempo, faltava uma maior inserção nos espaços educativos, em especial nas escolas, visando a uma continuidade dessas ações depois da realização das oficinas.

metodológicos próprios de registro e organização (cf. site Comissão de Anistia, disponível em <http://www.justica.gov.br/seus-direitos/anistia>. Acesso em 25 de abr. de 2017).

⁴ Consistem em sessões públicas itinerantes de apreciação de requerimentos de anistia, seguidas de atividades educativas e culturais. Trata-se de uma política pública de educação em direitos humanos, com o objetivo de resgatar, preservar e divulgar a memória política brasileira, em especial do período relativo à repressão ditatorial, estimulando e difundindo o debate junto à sociedade civil em torno dos temas da anistia política, da democracia e da justiça de transição (cf. site Comissão de Anistia, disponível em <http://www.justica.gov.br/seus-direitos/anistia>. Acesso em 25 de abr. de 2017).



Revista Memorare, Tubarão, v. 4, n. 3 esp. dossiê Marcas da Memória: direitos humanos, justiça de transição e anistia, p. 1-300 set./dez. 2017. ISSN: 2358-0593

Neste artigo, busca-se apresentar uma das frentes adotadas pela consultoria da CA aqui referenciada, que se pautou pela importância de formar educadores/as e professores/as para trabalharem sobre a questão dos direitos humanos, em especial temas sobre a ditadura civil-militar, memória, verdade e justiça em sala de aula, com as novas gerações, que não vivenciaram esse período. O texto está dividido de forma a apresentar brevemente um mapeamento teórico e legal da questão, expor o trabalho que foi realizado e a importância desses projetos educativos, além de refletir sobre os desafios para a implementação e estratégias de aprimoramento desse tipo de ação.

2. A questão teórica e formal da educação para os Direitos Humanos

Em grande parte da literatura internacional, a questão da educação para a memória e a verdade se coloca de forma basilar nos princípios para a democratização dos países que viveram períodos autoritários. As medidas sugeridas vão desde a implementação de comissões da verdade até a construção de museus e memoriais, porém, não tanto se fala sobre a importância da inclusão destes temas nos currículos escolares, nas diretrizes educacionais, nas atividades pedagógicas e nos programas de formação de professores/as. Barbosa (2007) nos lembra a responsabilidade compartilhada que estas memórias nos trazem:

Não se trata, com efeito, de alterar o que é fato consumado: as experiências negativas são um instrumento útil à redefinição de valores. Trata-se, sim, de empreender a tarefa, individual e coletiva, de resgatar a memória e de revelá-la, tal e como ela é, a fim de não se repetirem os mesmos erros anteriores. E isto cabe à sociedade como um todo, a cada um de seus membros e, sobretudo, aos educadores em seus respectivos espaços de atuação. Essa é a contribuição essencial para a geração atual e o legado que se pode e se deve deixar às futuras gerações (BARBOSA, 2007 p. 157).

As políticas de memória não são do âmbito do consenso, pelo contrário, pressupõem disputas de poder e conflitos sobre qual "verdade" deve estar colocada e, ao destacar um discurso, muitas vezes, apagam-se outros. Traverso (2011 p. 20) destacou, neste sentido, a relação da memória e das disputas sociais envolvidas e atribui à memória a capacidade de estruturar identidades sociais, que permitem reconhecimento mútuo e coletivo.



As diversas narrativas sobre a ditadura brasileira que existem na sociedade não estão contempladas nos currículos escolares e acabam sendo expostas por meio de outros tipos de políticas para a memória e a verdade. Nesse sentido, a atuação da CA e seu projeto educativo, iniciado em 2007, aparece como um reduto de formação dessa memória, que possibilitou a reparação a milhares de vítimas da ditadura, mas também a conscientização, o debate e a interiorização territorial dos temas relativos à ditadura e às violações cometidas. O passado, assim, passa a fazer parte do presente e, por meio dessas políticas de memória, em especial em seu aspecto pedagógico, podem levar à reflexão sobre a realidade passada e presente e, assim, suscitar mudanças de valores e pressão social por mais respeito – agora – aos direitos humanos. Mas esse processo não é linear nem automático, visto que:

El pasado, sin embargo, es parte esencial del presente. La interpretación que sobre él se elabore puede adoptar diversas formas, planteando un escenario de relaciones no exento de tensiones, conflictos y negociaciones. Si bien las interpretaciones unívocas de la historia son improbables, ello no significa que no se pueda alcanzar un momento en donde los hechos ocurridos ya no se cuestionen, aunque no haya acuerdo respecto a porqué los hechos han sucedido de un modo u otro, o respecto a las responsabilidades que le cabe a cada cual en la historia. En este sentido, no se trata de una elaboración única de la memoria, sino de distintas memorias que se construyen, articulan, compiten y transforman de manera dinámica. Y no sólo en sus elementos y relaciones, sino también en sus sentidos y objetivos. Como veremos a continuación, el estatuto de la memoria se juega en luchas permanentes por el reconocimiento y la legitimidad de las narrativas que ellas conforman (GARRETÓN KREFT, GONZÁLEZ LE SAUX & LAUZÁN, 2011 P. 15).

A iniciativa de levar os julgamentos da CA para o interior do país se enquadra em uma tendência de democratização dos processos políticos e jurídicos que se colocou a partir da ascensão do Partido dos Trabalhadores ao governo federal, que trouxe à tona a explicitação de diversos conflitos sociais, antes silenciados. Mas é importante perceber que tais conflitos sempre estiveram presentes e as distintas “verdades” reivindicadas fazem parte dessa tensão entre aqueles que foram contra e a favor da ditadura e, mesmo hoje, buscam denunciar ou legitimar as violações cometidas.

Nos processos de anistia política, em especial, o papel pedagógico, psicológico e social do ato de fala se mostra como central na formação da memória social sobre o período ditatorial, bem como permite às vítimas um papel ativo na construção do processo democrático de reparação pelos danos cometidos. Ao mesmo tempo, os atos de



fala coincidem com um programa de divulgação dos fatos históricos antes silenciados e insere-se numa política educacional que busca levar às escolas, universidades e comunidades a oportunidade de participar, ouvir e conhecer uma parte, tantas vezes ocultada, da história brasileira.

As referidas atividades estão principalmente no âmbito da educação não-formal, muitas vezes esporádicas e eventuais, não tendo, até hoje, lugar de destaque, nem mesmo lugar garantido, na educação formal. Isso ocorre nos diversos países da região, com iniciativas as mais diversas e que surgem tanto do âmbito estatal quanto de movimentos e organizações sociais e populares. Esta especificidade, que se relaciona com as iniciativas de educação popular, pode ter a vantagem de, não estando no currículo formal, abarcar outras realidades, como aponta Candau:

Certamente, a luta pelos direitos humanos no nosso país, e em toda a América Latina, tem sido árdua nas últimas décadas. As violações se multiplicaram com especial dramaticidade. Muitas foram as vítimas e, em muitos casos, o resgate da memória, o reconhecimento dos crimes cometidos em nome do Estado e a superação da impunidade são ainda temas que não foram enfrentados com valentia e vontade política de fazer justiça. [...]. As experiências de educação em direitos humanos têm-se multiplicado ao longo de todo o continente latino-americano. A partir das informações disponíveis, constatamos que a maior parte delas tem sido realizada em âmbitos de educação não formal, aspecto tradicionalmente privilegiado pela educação popular (CANDAUI, 2007 p. 401).

Assim, a educação para a memória do período ditatorial se enquadra nessa perspectiva e tem, na maioria de suas ações, as iniciativas populares e de educação não-formal e, mesmo quando parte de um órgão estatal, como no caso das atividades da CA, estão sob esta perspectiva.

No âmbito da educação formal, é lugar comum nos currículos e orientações curriculares a questão da educação para os direitos humanos, em especial colocado como tema transversal de ensino. A ideia de inclusão nos temas transversais parte da premissa que os direitos humanos deveriam estar em todos os temas e áreas, no entanto, na maioria das vezes, acontece de não estarem em lugar nenhum do aprendizado formal dos jovens. Cabezudo (2012) aponta que este fato não é exclusividade brasileira, mas sim um desafio encontrado em diversos lugares.



Pese a su indudable importancia, la educación para la paz y los derechos humanos – eje didáctico transversal en muchos diseños curriculares internacionales – es un campo de estudios marginal, subsidiario en la selección de contenidos del sistema educativo formal. Campo donde la memoria histórica y el afianzamiento de la verdad y la justicia tienen un rol particularmente significativo en el esclarecimiento, comprensión y estudio de los acontecimientos. (...) Estos temas generalmente son desarrollados desde un eje didáctico *necesario pero aleatorio. Importante pero no esencial. Presente pero “ausente”*. En realidad, se presentan como discursos curriculares que ennoblecen sin modificar ni concebir alternativas nuevas en la formación ética y ciudadana de docentes y alumnos – formación cada vez más necesaria en el mundo en que vivimos (CABEZUDO, 2012 p. 140).

Além da questão do uso meramente ilustrativo dos direitos humanos na educação, sem uma real modificação das ações e da realidade, há a questão específica do papel da memória e da verdade sobre a ditadura e a justiça de transição nesse grande “guarda-chuva” denominado de educação para os direitos humanos. Candau (2007) nos lembra de um conselho metodológico antigo e nos alerta para o fato de que o alargamento exagerado de um conceito acaba por esvaziá-lo. Assim, quando tudo é passível de ser pensado na ótica dos direitos humanos, estes acabam por não significar nada além de palavras bonitas que preenchem planos de ensino, sem efetividade alguma para a vida dos/as estudantes, professores/as e da comunidade.

[...], hoje a educação em direitos humanos admite muitas leituras e esta expressão foi se “alargando” tanto que o seu sentido passou a englobar desde a educação para o trânsito, os direitos do consumidor, questões de gênero, étnicas, do meio-ambiente, etc., até temas relativos à ordem internacional e à sobrevivência do planeta, de tal modo que pode correr o risco de englobar tantas dimensões que perca especificidade e uma visão mais articulada e congruente, terminando por se reduzir a um grande “chapéu” sob o qual podem ser colocadas coisas muito variadas, com os mais diversos enfoques. (CANDAU, 2007 p. 403/404).

Conforme Reátegui (2011), para que haja a garantia dos direitos humanos hoje, nas democracias, é imprescindível que se resgate a memória das violações sofridas no passado, buscando, assim, o sentido amplo de justiça para que as novas gerações possam confiar no sistema democrático e percebê-lo como a melhor forma para que seus direitos estejam garantidos.

Ao pensar nas oficinas pedagógicas no final de 2015, percebi – e, enquanto professora, não poderia deixar de chegar a esta conclusão – que as oficinas são de

grande importância, mas que devem estar acompanhadas de um processo de formação contínua junto às professoras e professores. Isso porque as oficinas podem ser compreendidas como eventos esporádicos junto às escolas e instituições de ensino, fundamentais para darem início às discussões, pesquisas e atividades que podem ser pensadas nessa oportunidade. No entanto, caso não haja um envolvimento, ou mesmo conhecimento dos/as professores/as sobre o tema, bem como a continuidade do trabalho, de forma a tornar-se algo enraizado na compreensão dos/as jovens, nosso trabalho acaba sendo superficial. Candau já apontava esta dificuldade, para ela:

[...] não é difícil promover eventos, situações esporádicas, introduzir alguns temas relacionados com os direitos humanos. O difícil é promover processos de formação que trabalhem em profundidade e favoreçam a constituição de sujeitos e atores sociais, no nível pessoal e coletivo (CANDAU, 2007 p. 405, 406).

Não existe educação efetivamente democrática sem a qualificação dos profissionais da educação, em especial a formação continuada dos/as professores/as. Quando pensamos em educação para os direitos humanos, em especial a educação para a memória e a justiça, é muito importante chegar aos jovens, em especial os das periferias do país, mas no âmbito possível de atuação da Comissão, a abrangência dos projetos sempre será restrita. A melhor possibilidade de ampliar essa abrangência é por meio da capacitação dos/as professores/as, em especial de Artes, História, Sociologia, Filosofia, Geografia e Literatura, que possuem nos seus currículos específicos temas relacionados com a ditadura, a anistia e a transição política brasileira, bem como a temática – transversal e multidisciplinar – dos direitos humanos.

Os projetos educacionais da CA têm como referencial teórico a educação em direitos humanos, em perspectiva não-formal. Este referencial requer metodologias de trabalho que instigam a construção coletiva do saber e a análise da realidade, promovendo a confrontação e o intercâmbio de experiências. Além disso, para que o público atendido seja o mais amplo possível, é necessária a utilização das ferramentas de educação a distância, que facilitam o acesso e permitem que professores/as e profissionais acessem a conhecimentos e materiais. Busca-se, desse modo, privilegiar a elaboração do saber no próprio processo de construção do conhecimento, visando conferir ao aprendizado dinamismo e flexibilidade.



Para refletir sobre a proposta de um curso sobre o tema, partimos da seguinte reflexão:

É realista tentar educar para os direitos humanos? Têm-se ensaiado diversas respostas sobre esse tipo de questão na busca do aperfeiçoamento do ser humano e das sociedades. [...] Permanência e ruptura, ordem e mudança criativa serão sempre dimensões dialéticas dos genuínos processos educativos em direitos humanos. [...] A educação em direitos humanos tem que ser aprendida como um processo rico e complexo, que garanta e respeite essa dialética que implicará sempre a conciliação necessária entre liberdade e tolerância, entre ordem e criatividade (PEREZ, apud CANDAU 2007).

É importante, buscar, então, a dialética intrínseca ao processo de educação em direitos humanos, com o objetivo de formar atores políticos por meio da pluralidade de narrativas e na possibilidade de acesso às mais diversas versões acerca da história.

Segundo o Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), fruto coletivo de uma série de estudos, discussões e intervenções de grupos preocupados com a educação para os direitos humanos no Brasil, a história que não é transmitida de geração a geração torna-se esquecida e silenciada – um silenciamento que gera graves lacunas na experiência coletiva de construção da identidade nacional. É essencial, portanto, resgatar a memória e a verdade, para que o país adquira consciência sobre sua própria identidade, dessa forma, a Democracia se fortalece. A retomada da história faz com que as tentações totalitárias sejam neutralizadas e cresçam as possibilidades de erradicação definitiva de alguns resquícios daquele período sombrio, como a tortura, por exemplo, ainda persistente no cotidiano brasileiro (PNDH-3, p. 207).

Ainda temos um imaginário coletivo idílico sobre as décadas da ditadura civil-militar, em especial aos anos do “milagre econômico”, que foram também, não por acaso, os conhecidos “anos de chumbo”. A ideia de que o regime agiu apenas para garantir a “ordem e o progresso” muitas vezes ainda é dominante no senso comum, apagando-se da memória coletiva-social, em especial dos mais jovens, as barbáries cometidas naquela época e que geraram sequelas em diversas esferas da vida social e política brasileira que permanecem até os dias de hoje.

Podemos ver os resquícios do pensamento autoritário em nossas polícias militares, em nossas políticas de segurança pública, na estrutura e disciplina imposta por muitas escolas, no autoritarismo e preconceitos raciais/étnicos e sexuais/de gênero expressos diuturnamente em nossa sociedade. As consequências na política institucional



também são visíveis e refletem as disputas políticas que permearam a construção de nossa Constituição em 1988. Segundo o PNDH-3:

As violações sistemáticas dos direitos humanos pelo Estado durante o regime ditatorial são desconhecidas pela maioria da população, em especial pelos jovens. A radiografia dos atingidos pela repressão política ainda está longe de ser concluída, mas calcula-se que pelo menos 50 mil pessoas foram presas somente nos primeiros meses de 1964; cerca de 20 mil brasileiros foram submetidos a torturas e cerca de quatrocentos cidadãos foram mortos ou estão desaparecidos. Ocorreram milhares de prisões políticas não registradas, 130 banimentos, 4.862 cassações de mandatos políticos, uma cifra incalculável de exílios e refugiados políticos (p. 211).

Por isso, em consonância com as Leis de Diretrizes e Bases da educação (LDB), o PNDH-3 coloca como diretriz: o fortalecimento dos princípios da democracia e dos direitos humanos nos sistemas de educação básica, nas instituições de ensino superior e nas instituições formadoras (PNDH-3, diretriz 19, p. 191). Essa diretriz toma forma por meio da inclusão da temática de Educação e Cultura em Direitos Humanos nas escolas e da inserção da educação em direitos humanos nos processos de formação inicial e continuada de professores/as e profissionais da educação (p. 191). Outra diretriz importante dentro do PNDH-3 é a diretriz número 20 (p. 197), onde se reconhece a educação não formal como espaço de defesa e promoção dos direitos humanos e se traça o objetivo estratégico de incluir a temática da educação em direitos humanos na educação não formal.

De acordo com tais diretrizes, a proposta de curso sobre o período ditatorial brasileiro, que visa formar as/os professoras/es para a utilização do já referido material didático e recursos pedagógicos, entende que a educação em direitos humanos não pode deixar de ser, ela própria, democrática, horizontal e inclusiva, sob pena não conseguir cumprir seus objetivos. Este referencial requer metodologias de trabalho colaborativas, que instiguem a construção coletiva do saber e a análise da realidade, promovendo a confrontação e o intercâmbio de experiências.

O curso de formação de professores/as surge a partir da percepção de que as oficinas pedagógicas seriam muito mais efetivas se realizadas em parceria com professores/as, que trabalhariam o conteúdo discutido antes ou depois dos eventos. Além disso, a questão de focar em formação de professores/as está diretamente relacionada ao fato de perceber que, por mais oficinas que a Comissão consiga fazer, a



cada professor/a envolvido/a ou (in) formada/a sobre o tema, muitos/as outros/as alunos/as, de agora e de anos seguintes, poderão debater o tema da ditadura e anistia em sala de aula. Percebe-se uma clara defasagem do tema nos currículos escolares. O tema da ditadura só é visto no último semestre do nono ano do ensino fundamental e no final do terceiro ano do ensino médio. Um relato comum entre os/as professores/as é o de que, muitas vezes, sequer há tempo hábil no calendário escolar para debater sobre o tema e, além disso, muitos/as deles/as não se sentem preparados/as para abordar um tema tão polêmico em sala de aula.

3. Formação de professores/as para a Memória, Verdade e Justiça

Partindo dos pressupostos apontados acima, dentro dos projetos educativos da CA, em especial no âmbito da consultoria aqui relatada, surge a clara necessidade de elaborar um curso de formação de professores/as, visto que são estes/as os/as maiores responsáveis pela disseminação do conhecimento aos/às jovens. Quanto ao tema da ditadura civil-militar brasileira, são, em princípio, professores/as de História, Sociologia, Filosofia, Geografia, Arte e Literatura que abordam, de forma direta ou indireta, este conteúdo em suas aulas e, por isso, constituem o foco de nosso curso de formação.

Diversos projetos já pensaram e elaboraram materiais de alta qualidade sobre o tema para uso em sala de aula. Destes, destacam-se os materiais produzidos pelo projeto Marcas da Memória, bem como o material do projeto Memórias da Ditadura⁵, um material produzido em parceria entre o Instituto Vladimir Herzog e a Secretaria de Direitos Humanos. Este projeto, completamente disponível *online* e para uso público e irrestrito, possui diversos recursos didáticos, textos formativos e teóricos, bem como material multimídia e, inclusive, sugestões de sequências didáticas para utilização dos/as professores/as.

Segundo a descrição do projeto Memórias da Ditadura,

A construção de um portal para difundir em larga escala conteúdos sobre esse período é um compromisso para com as novas gerações, reunindo

⁵ Material disponível em: <http://memoriasdaditadura.org.br>. Acesso em 25 de abr. de 2017.



informações de relevância para uma aproximação inicial, porém abrangente e consistente, a partir de conteúdos apresentados em várias mídias, que possam comunicar a complexidade e a intensidade dos fatos ocorridos durante a ditadura militar no Brasil do ponto de vista político, social e cultural, na perspectiva dos direitos humanos e da memória e verdade.

A proposta foi então realizar um curso de formação de professores/as, em metodologia mista, ou seja, presencial e com recursos de educação a distância (EaD), em que os/as professores/as conhecessem o material já disponível, se apropriassem do tema e passassem a tratá-lo continuamente em suas aulas. Temos assim o portal Memórias da Ditadura e os projetos educativos da CA divulgados entre os/as professores/as, bem como seus materiais, como filmes, livros, cartilhas e exposições e, potencialmente, trabalhados de forma aprofundada com alunas e alunos em sala de aula.

O curso foi realizado em uma versão mais curta, nos Institutos Federais do Paraná, Santa Catarina e de Rondônia, mas sua versão mais aprimorada teve lugar na parceria com a Secretaria de Educação do Distrito Federal que, por meio do seu Centro de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação, possibilitou que 72 professores/as da rede pública do Distrito Federal tivessem acesso, no primeiro semestre de 2016, ao curso proposto pela CA.

Quanto à dinâmica do curso, o conteúdo foi dividido em sete módulos, na mesma ordem dos tópicos organizados no *site* “Memórias da Ditadura”. É imprescindível que se considerem as dificuldades que os/as professores/as enfrentam para a realização dos cursos de formação, além de ter uma vocação prática, que seja facilmente utilizável pelos/as professores/as e que priorize a dinâmica de aula, a interação com os/as estudantes e disseminação do conhecimento sobre a ditadura militar brasileira. Tendo isso em vista, a realização da atividade final do curso consistiu em planejar e/ou aplicar em sala de aula atividades com o material do curso, podendo ser desde a realização de um cine debate, de um júri simulado ou o fomento à pesquisa por parte dos/as alunos/as no material disponibilizado, com a mediação atenta dos professores.

Mesclando atuações presenciais, com ferramentas de educação à distância e a própria realização de oficinas pedagógicas e cine debates nas escolas da rede, o curso mostrou-se com um grande potencial empoderador das/os professoras/es, que, tendo acesso às diversas informações e aos materiais produzidos, se apropriaram do conteúdo



e desses recursos pedagógicos, percebendo o fácil acesso que se pode ter a eles e buscando utilizá-los de variadas formas em suas aulas. O portal Memórias da Ditadura juntamente com o projeto Marcas da Memória apresentam para todas as escolas e professores/as interessados/as um amplo e diversificado material sobre o período ditatorial brasileiro, levando a reflexão sobre esse momento da História brasileira de forma aprofundada e interessante para alunas/os e professoras/es.

Para ilustrar a vivência, trago a fala de uma das professoras cursistas, que experienciou não só utilizar o tema em sala de aula, como ela mesma se percebeu tocada com os materiais utilizados no curso. Ela coloca no trabalho final do curso, de forma sensível, o quanto este tipo de ação pode de fato alterar a forma como um tema, tão complexo, é tratado no cotidiano com nossa juventude nas escolas:

Uma das atividades que mais me marcaram ao longo desse curso foi aquela na qual deveríamos escolher uma pessoa do memorial de mortos e desaparecidos e fazer um pequeno resumo de sua história. Além de marcante, foi difícil. Difícil ler tantas histórias de dor, de luta, de injustiça, de sofrimento, mas também de luta, de defesa de um ideal, de lealdade, de força. Tive muita dificuldade em escolher uma pessoa, eram tantas histórias interessantes, eu simplesmente não conseguia parar de ler. Não conseguia parar de clicar naqueles rostos em preto e branco, tão desconhecidos, e por trás deles conhecer histórias de vida tão magníficas. Foi muito marcante para mim conhecer histórias de pessoas comuns, normais, que perderam suas vidas em nome da defesa de uma causa. Eu conhecia algumas delas, as mais famosas, como Marighella, Lamarca, Herzog, Zuzu Angel, Dilma Roussef, Honestino Guimarães. Mas o que mais me marcou foi conhecer tantas outras, que eu sequer sabia que existiram, algumas até sem sobrenome. E pensar em quantas ainda nem foram citadas. Ao me deparar com essas pessoas, a resistência à ditadura parece que saiu do livro de história e veio pra realidade, se tornou algo mais real, mais humano. Daí em diante, todo meu olhar mudou (profa. Ludmila).

É preciso, no entanto, que a/o professor/a tenha tempo e oportunidade de utilizar o que aprende nos cursos já em sua atuação em sala de aula, de forma concomitante. Por isso, o curso prevê o relato das experiências dos/as professores/as com o material do curso em sala de aula, para que o retorno dessas experiências possa, além de enriquecer o material já existente com eventuais sugestões e críticas, também dar às/aos professores/as a possibilidade de aplicar em seu cotidiano o que aprende em sua formação continuada, fazendo assim com que o ensino, a pesquisa e a aprendizagem estejam interligados, pois como aponta Freire (2011), o/a educador/a é também aquele/a que aprende e que se permite ensinar, e esse processo é, por definição, indissociável.



4. Considerações Finais

Dentro da ideia de que é preciso conhecer o passado para compreender o presente e evitar novas atrocidades no futuro, que se encaixa no lema da Comissão “Para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça”, bem como dentro dos parâmetros da justiça transicional, de direito à memória e à verdade e em consonância com os parâmetros nacionais e internacionais de educação para os direitos humanos, a ampliação das ações educativas garante dois pontos essenciais para cumprir estes objetivos. Em primeiro lugar, leva o conhecimento apreendido, organizado e publicado da CA e demais instituições parceiras para jovens de todo o país, em especial os de escolas públicas. Nesse sentido, as parcerias com escolas, Institutos Federais e universidades são de extrema importância para a disseminação do conhecimento já sistematizado sobre as violações de direitos humanos perpetradas durante a ditadura, bem como levando a reflexão sobre a importância do respeito à ordem democrática e aos direitos humanos. O segundo ponto é a possibilidade de ampliação destas parcerias, dando o enfoque à formação de professores, que possibilita ampliar exponencialmente o alcance das políticas formativas de educação para os direitos humanos.

Certamente a construção destes cursos de formação de professores/as foi uma das atividades mais bem sucedidas no âmbito da aqui referida e que, se o objetivo da CA é levar o tema da ditadura, da anistia, dos direitos humanos e da democracia para os/as jovens brasileiros/as, fomentando o acesso à memória, a descoberta da verdade e ampliando o anseio por justiça, é via professores/as que se pode chegar a milhares de jovens todos os anos, atingindo cada vez mais e com melhor qualidade os objetivos. Além disso, com os cursos temos a possibilidade de chegar em todos os cantos, centros e periferias, bem como superar a crítica colocada por Candau (2007) à questão da descontinuidade de eventos pontuais. Assim, a formação de professores/as possibilita chegar de forma continuada e aprofundada aos/às nossos/as jovens, com o auxílio do riquíssimo material já produzido e de formadores/as que consigam incentivar nos/as professores/as a realização de debates, mostra de filmes e que consigam também aprofundar, com qualidade e apropriação, as aulas sobre o tema em todas as escolas.

O desafio que se coloca, em especial a partir de julho de 2016, com o fim da consultoria aqui citada e com os severos cortes nos projetos dentro do Ministério da



Justiça em geral e da CA especialmente, após a nova quebra na ordem democrática em nosso país, é o da continuidade desses cursos e da manutenção e ampliação do material produzido. A necessidade de se desenvolverem mais cursos de formação para professores voltados à utilização dos materiais já produzidos é premente, para que a abrangência e qualidade das ações educativas sejam ampliadas e que para que a CA cumpra seu papel social e educativo, para além da análise jurídica hermética e isolada de casos de anistiados/as políticos/as.

Estes cursos são a forma mais eficaz de se levar o conhecimento da CA para a maior quantidade de jovens, bem como com a melhor qualidade, visto que professores/as terão mais tempo e possibilidade de fazer debates amplos e aulas que gerem interesse nos jovens sobre o tema da ditadura, direitos humanos, anistia, justiça de transição e democratização. Além disso, ficou evidente, no decorrer dos cursos ofertados, que mesmo professores/as de História ou Sociologia sentem a necessidade de ter formação sobre o tema, que na maioria das vezes é relegado ao segundo plano nas faculdades e na formação regular de professores/as. A grande demanda que há por tais cursos também se fez notar, desde que sejam ofertados de forma a se adequarem à realidade dos/as professores/as, de forma gratuita, com acompanhamento especializado e bem gerido e com o material de altíssima qualidade que a CA e seus parceiros dispõem.

A educação é a melhor, se não a única forma de levar aos jovens a memória do período ditatorial, de se fomentar novos projetos que busquem desvendar as verdades ainda ocultadas da repressão e da resistência à ditadura, bem como criar nas novas gerações o apreço pela Democracia e o desejo por justiça política e social, matérias-primas tão caras à superação do pensamento autoritário, que insiste em se reapresentar no cotidiano político brasileiro. Mas a educação apenas não opera milagres, ela precisa ser ampla, plural e incentivada. Não há boa educação sem a formação de professores/as, bem como sua valorização. Do mesmo modo, a educação em geral e a escola em especial não estão desconectados da realidade social do país, assim, se não vivemos uma realidade que preze pela democracia, a escola, sozinha, tampouco terá a capacidade de promover os valores democráticos.

Este artigo, para além de expor uma experiência bem sucedida, aponta para a necessidade da continuidade e da ampliação das políticas públicas de preservação à



memória política brasileira e seu uso efetivo na educação dos/as jovens. Levar todo esse conhecimento e a memória apreendida e valorizada pela CA para o cotidiano de nossa juventude é, certamente, o grande desafio que temos na construção de uma sociedade mais democrática, que valorize os direitos humanos, capaz de superar as crises políticas e éticas que assolam o país, diuturnamente, seja por meio dos regimes militares, seja por meio de intervenções econômicas, políticas ou jurídicas que atinjam as bases democráticas e continuem a colocar a questão dos direitos humanos em segundo plano no Brasil.

Referências

ABRÃO, CARLET et al. Educação e Anistia Política: idéias e práticas emancipatórias para a construção da memória, da reparação e da verdade no Brasil. *In* SOUSA SANTOS, ABRÃO, MACDOWELL DOS SANTOS & TORELLY (org.). **Repressão e Memória Política no Contexto Ibero-Brasileiro: estudos sobre Brasil, Guatemala, Moçambique, Peru e Portugal**. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia; Portugal: Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais, 2010.

BARBOSA, M. Memória, verdade e educação em direitos humanos. *In* GODOY SILVEIRA, et al. **Educação em direitos humanos: Fundamentos teórico-metodológicos**. João Pessoa: Editora Universitária, 2007.

BRASIL. Comissão de Anistia. **Projeto das Caravanas da Anistia 2015**. Documento interno. CA/MJ, 2015.

_____. **Lei de Anistia**. Lei no. 6.683 de 28 de agosto de 1979. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6683.htm. Acesso em: 25 de abr. de 2017.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>. Acesso em 3 de nov. de 2015.

_____. **Plano Nacional de Educação**. Lei no. 13.005 de 25 de junho de 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm. Acesso em 3 de nov. de 2015.

_____. **Projeto Marcas da Memória**. Realização Ministério da Justiça, Comissão de Anistia.

_____. **Terceiro Plano Nacional de Direitos Humanos**. Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009. Atualizado pelo Decreto nº 7.177, de 12 de maio de 2010.



Revista Memorare, Tubarão, v. 4, n. 3 esp. dossiê Marcas da Memória: direitos humanos, justiça de transição e anistia, p. 1-300 set./dez. 2017. ISSN: 2358-0593

Disponível em: <http://www.sdh.gov.br/assuntos/direito-para-todos/programas/programa-nacional-de-direitos-humanospndh-3>. Acesso em 3 nov. de 2015.

CABEZUDO, A. Educación para la paz: una construcción de la memoria, la verdad y la justicia. Desafío pedagógico de nuestro tiempo en América Latina. **Ciências Sociais Unisinos**, n. 48 (2), maio/agosto 2012.

CANDAU, V. Educação em direitos humanos: desafios atuais. In GODOY SILVEIRA, et al. **Educação em direitos humanos: Fundamentos teórico-metodológicos**. João Pessoa: Editora Universitária, 2007.

_____. Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença. **Revista Brasileira de Educação**, v. 13 n. 37 jan. /abr. 2008.

COELHO, Maria & ROTTA, Vera (org.). **Caravanas da Anistia - o Brasil pede perdão**. Brasília/Florianópolis: Comunicação, Estudos e Consultoria, 2012.

COMISSÃO ANISTIA/LATIN AMERICA CENTRE. **A anistia na era da responsabilização: o Brasil em perspectiva internacional e comparada**. Ministério da Justiça, Comissão de Anistia; Oxford University, Latin American Centre, 2011.

O'DONNELL, Guillermo; SCHMITTER, Philippe C. **Transições do regime autoritário: primeiras conclusões**. São Paulo: Vértice / Revista dos Tribunais, 1988. FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

GARRETÓN KREFT, GONZÁLEZ LE SAUX & LAUZÁN. **Políticas Públicas de Verdad y Memoria en 7 países de América Latina** (Argentina, Bolivia, Brasil, Chile, Paraguay, Perú y Uruguay). Santiago: Universidad de Chile, 2011.

INSTITUTO VLADMIR HERZOG. **Memórias da Ditadura**. Disponível em: <http://memoriasdaditadura.org.br>. Acesso: 30 de nov. de 2015.

MARTINS, Maria do Carmo. Reflexos reformistas: o ensino das humanidades na ditadura militar brasileira e as formas duvidosas de esquecer. In **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 51, p. 37-50, 2014.

REÁTEGUI, Felix (coord.). **Justiça de Transição: manual para a América Latina**. Introdução. Brasília: Comissão de Anistia, Ministério da Justiça; Nova Iorque: Centro Internacional para a Justiça de Transição, 2011.

RODRIGUES BARBOSA, Marco A. *Memória, verdade e educação em direitos humanos*. In GODOY SILVEIRA, Rosa M. et al. **Educação em Direitos Humanos: fundamentos teórico-metodológicos**. João Pessoa: Editora UFPB, 2007.

TRAVERSO, Enzo. **El pasado, instrucciones de uso**. Madrid: Marcial Pons, 2007.



REVISTA
MEMORARE

 UNISUL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
www.portaldeperiodicos.unisul.br
ISSN 2358-0593

Revista Memorare, Tubarão, v. 4, n. 3 esp. dossiê Marcas da Memória: direitos humanos, justiça de transição e anistia, p. 1-300 set./dez. 2017. ISSN: 2358-0593

TRIBESS, Camila. **Produto Final da Consultoria:** “Cooperação para o Intercâmbio Internacional, desenvolvimento e ampliação das políticas de justiça transicional no Brasil”. PNUD/Comissão de Anistia. Julho de 2016.

UNITED NATIONS. **Evaluating Human Rights Training Activities - A handbook for Human Rights Educators.** Montreal: Equitas, 2011. Disponível em: <http://www.ohchr.org/Documents/Publications/EvaluationHandbookPT18.pdf>. Acesso em: 30 de nov. de 2015.

Submetido em: 21/06/2017. Aprovado em: 25/08/2017.



Revista Memorare, Tubarão, v. 4, n. 3 esp. dossiê Marcas da Memória: direitos humanos, justiça de transição e anistia, p. 1-300 set./dez. 2017. ISSN: 2358-0593



OS APINAJÉ E OS PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DURANTE O REGIME MILITAR NO BRASIL

Marcelo Gonzalez Brasil Fagundes*

Resumo: Este artigo tem por objetivo apresentar considerações iniciais sobre as relações interétnicas estabelecidas entre o Estado brasileiro, durante o regime militar, e as populações indígenas através dos projetos de desenvolvimento econômico. Baseado nos pressupostos da etnohistória procura analisar documentos escritos, bem como a memória social dos Apinajé sobre esse processo. Os Apinajé sofreram o impacto da política de desenvolvimento da Amazônia, idealizada pelos governos militares. A construção da rodovia Transamazônica, e a consequente reorganização fundiária, além do estabelecimento do Programa Grande Carajás, com seu projeto de desenvolvimento voltado para os Apinajé, influenciou nas transformações socioculturais de suas comunidades.

Palavras-chave: Apinajé, ditadura militar, desenvolvimentismo.

Abstract: This article seeks to present initial considerations about research on the interethnic relations established between the Brazilian State during the military regime and the indigenous peoples through the economic development projects. Based on the assumptions of ethnohistory, it seeks to problematize an investigation that analyzes the written documents and the social memory of the apinajé about the processes discussed here. The Apinajé was impacted by the development policy of the Amazon idealized by the military governments. Thus, the construction of the Transamazonian highway, and its consequent land reorganization, and the Grande Carajás Program, with its development project focused on the Apinajé, influenced sociocultural transformations in their communities.

Keywords: Apinajé, military dictatorship, developmentalism

* Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC,
Florianópolis, SC, Brasil.
Membro do Laboratório de História Indígena –
LABHIN/UFSC.

Professor do curso de História da Universidade Federal
do Tocantins – UFT/Campus de Porto Nacional
E-mail: marcelogbrasil@gmail.com
DOI: 10.19177/memorare.v4e3201725-43



REVISTA
MEMORARE


www.portaldeperiodicos.unisul.br
ISSN 2358-0593

1. Introdução

Em períodos recentes, a publicização de documentos sobre a política indigenista implementada durante a ditadura militar no Brasil tem revelado os diversos crimes cometidos pelo Estado contra as populações indígenas. Desaparecido por mais de 4 décadas, o relatório Figueiredo expôs as inúmeras atrocidades cometidas pelos agentes estatais e por latifundiários. Este relatório, elaborado a partir de uma investigação sobre a política indigenista realizada a pedido do então ministro do interior Albuquerque Lima, em 1967, contém mais de 7 mil páginas e é fruto de uma investigação que percorreu 130 postos indígenas em todo o país. A partir de relatos orais e documentos, Figueiredo comprovou massacres de comunidades inteiras, assassinatos, torturas, prostituição, trabalho escravo, apropriação e desvio de recursos do patrimônio indígena, além de inoculação intencional de doenças e veneno, entre outros crimes¹. Em maio de 2012, o governo federal instalou a Comissão Nacional da Verdade (CNV), com o objetivo de investigar as violações de direitos humanos ocorridas no Brasil entre 1946 e 1988. O relatório final da CNV destina um capítulo especial às violações cometidas contra os povos indígenas, concluindo que mais de 8 mil indígenas foram assassinados durante o período. Apesar da limitação do alcance da investigação realizada, foram demonstrados crimes cometidos contra diversas etnias, como Guarani Kaiowá, Nambikwara, Xetá, Avá-canoeiro, Panará, Parakanã, Yanomami, Waimiri-atroari, Krenak e Aikewara, nas mais diversas regiões e nas mais distintas situações (BRASIL, 2014).

Esses documentos possibilitam observar sob uma nova perspectiva a relação estabelecida entre o Estado brasileiro e os povos indígenas durante o regime militar. A política indigenista durante esse período esteve pautada por um projeto de desenvolvimento para a Amazônia que teve terríveis consequências para essas populações. Conforme afirma Schwarcz (2015), os indígenas pagaram caro por estarem posicionados entre os militares e a realização do projeto estratégico de ocupação do

¹ Desde de 2014 diversas instituições disponibilizaram o Relatório Figueiredo com seus 30 volumes, entre eles o Museu do Índio. Disponível em: [http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=museudoindio&pagfis=]. Último Acesso: 10 de maio de 2017.

território brasileiro. Diversas dessas violações aos direitos dos povos indígenas ocorreram em virtude de projetos ou programas de desenvolvimento econômico implementados durante o período militar.

As referências aos Apinajé nestes relatórios são escassas. No entanto, a política desenvolvimentista dos militares para a Amazônia trouxe consequências diretas às comunidades. Este artigo procura levantar reflexões iniciais sobre as relações estabelecidas entre o Estado brasileiro e o povo indígena Apinajé durante o regime militar, através da implementação de projetos de “desenvolvimento” econômico, buscando refletir sobre os impactos socioculturais destes projetos nas comunidades indígenas.

A partir da segunda metade do século XX, os Apinajé enfrentaram a implantação de projetos econômicos de Estado em seu território. Efetivamente, o processo influenciou as comunidades a partir da introdução de agricultura mecanizada, das restrições ao uso do território tradicional, além de uma maior dependência de produtos industrializados potencializada pela introdução de cantinas nas aldeias.

As questões suscitadas por esta pesquisa surgiram de um envolvimento direto com a comunidade Apinajé². Durante este período, ficaram evidentes os inúmeros problemas causados pela introdução de políticas desenvolvimentistas de governos federais ou estaduais, exacerbando um embate discursivo entre os povos indígenas e o “progresso”. Visto de maneira panorâmica, esse processo remonta ao estabelecimento de uma política indigenista integracionista e de programas de desenvolvimento que negligenciavam os anseios indígenas, e lhes imputava o estigma de serem um empecilho ao “progresso”. O regime militar no Brasil intensificou essa política e influenciou as transformações socioculturais das comunidades Apinajé. Assim, a partir das reflexões metodológicas da etnohistória, é significativo observar as distintas dimensões – “oficial” e indígena – de compreensão dos processos históricos decorrentes da relação de conflito interétnico entre Estado e povos indígenas.

² Durante aproximadamente 5 anos, exerci, junto à Fundação Nacional do Índio, a função de indigenista especializado, trabalhando diretamente com as comunidades Apinajé. Durante esse período, estive envolvido na execução de projetos de monitoramento e vigilância territorial, projetos de etnodesenvolvimento e de fortalecimento cultural; no diálogo interinstitucional e no enfrentamento dos problemas ambientais e territoriais.



2. Conflitos de Historicidade

Ao longo do século XX, diversos estudos antropológicos foram realizados com os Apinajé. Em sua maioria, as pesquisas realizadas entre eles foram etnografias e focaram, principalmente, suas relações de parentesco e cosmologia. O pioneiro foi o etnólogo alemão Curt Nimuendajú, que esteve entre eles nas décadas de 1930 e 1940. Outros importantes estudos etnográficos são os dos antropólogos Roberto da Matta (1976), José da Silva Gonçalves (1981) e Odair Giralдин (2000). Apesar de serem um dos grupos indígenas Jê mais estudados pela antropologia, há poucas pesquisas de caráter eminentemente historiográficas.

O presente artigo se insere dentro de uma visão mais ampla do campo de estudo da história indígena, pautando-se enquanto método interdisciplinar na etnohistória.³ Não obstante, propõe analisar mais profundamente documentos escritos, produzidas nos mais distintos contextos, e elementos da memória social do povo indígena Apinajé sobre os processos históricos aqui problematizados. Destaca-se, assim, a história dessas populações a partir do seu protagonismo e de suas distintas noções de temporalidade.

Houve nas duas últimas décadas um crescimento considerável das pesquisas em história indígena em diversas regiões do Brasil. Como aponta Cavalcante (2011), a partir da década de 1990, a história indígena passou a incorporar a perspectiva interdisciplinar com a problematização de métodos historiográficos e antropológicos. Monteiro (1995) destacou que, naquele momento, os historiadores estavam cada vez mais interessados pelo estudo da temática dos povos indígenas. Os antropólogos também se aventuravam pelos estudos históricos, dando novas dimensões ao passado. No entanto, parecia prevalecer, até aquele momento, o estatuto lançado pelo historiador Francisco Adolfo Varnhagen, na década de 1850, de que para os índios não havia história, havia apenas etnografia.

O fenômeno histórico do surgimento do movimento indígena, na década de 1980, e a luta pelo reconhecimento dos direitos originários destes povos no âmbito da elaboração da constituição de 1988 levaram a um redimensionamento do papel dos indígenas na história do Brasil. Colocou-se em xeque a tese de desaparecimento dos

³ 'Para uma síntese do debate em torno do conceito ver: EREMITES DE OLIVEIRA, 2003; ROJAS, 2008; CAVALCANTE, 2011.



povos indígenas e estes passaram a emergir como protagonistas de sua própria história. A partir desse contexto, foram impulsionados os estudos voltados para o reconhecimento de direitos territoriais dos povos indígenas e estes constituem-se hoje uma importante fonte de pesquisa para os estudos em história indígena.⁴

Entretanto, os registros escritos possuem especificidades que devem ser consideradas no processo de análise, a partir de uma crítica documental atenta. Mèlia (1997), questionando-se sobre a possibilidade de reconstituir uma etnologia Guarani a partir da documentação colonial, aponta que é preciso comparar textos análogos, analisar as divergências, tentando “desideologizar” as pré-concepções, valorando a maior ou menor autenticidade dos autores, com fins a encontrar as constantes da visão que os documentos escritos possam ter sobre os povos indígenas. (MÈLIA, 1997).

Por outro lado, cabe observar o significado dos projetos de desenvolvimento econômico e de seus impactos socioculturais nas comunidades indígenas através da perspectiva Apinajé⁵. A tentativa de compreensão a partir do protagonismo indígena nos leva a considerar a necessidade de perceber, inicialmente, a perspectiva histórica dos Apinajé, pois tal como aponta Camack (1979), deve ser considerado o estudo da visão que uma sociedade tem sobre seu próprio passado, que leve em consideração a atitude cultural que tem diante da passagem do tempo, as implicações históricas de seus mitos e suas relações rituais. No tocante a esta perspectiva de análise, convém considerar que implicações têm a noção de temporalidade dos Apinajé sobre as mudanças socioculturais decorrentes dos projetos de desenvolvimento, ou, em outro sentido, se as alterações influem na forma como eles se percebem na passagem do tempo histórico.

Contudo, como escrever a história Apinajé a partir de sua perspectiva temporal? Em verdade, a reflexão não é original. O antropólogo Roberto Da Matta, que realizou

⁴ O processo de identificação de limites da área Apinayé traz documentos diversos que datam de princípio da década de 1970 até meados da década de 1990, constituindo-se importante acervo documental sobre o povo Apinajé durante o regime militar. Processo Nº FUNAI.BSB.2029.76 - Identificação da TI Apinayé. 3 volumes.

⁵ A utilização das ferramentas da história oral no estudo das populações indígenas tem sido cada vez mais frequente. Como demonstra Silva e Silva (2010), o número de comunicações sobre a temática indígena nos encontros de história oral tem aumentado na última década. No entanto, “não se verificam debates aprofundados acerca de questões teóricas e metodológicas que envolvem o uso dessas fontes e das aproximações e distanciamentos entre os trabalhos de historiadores e antropólogos.” (Silva; Silva, 2010. p. 36). Para as pesquisas de história indígena que se utilizam de fontes orais surge a necessidade de um olhar mais apurado na leitura e interpretação das narrativas. Cuidados esses que remetem a subjetividade da relação entre pesquisador e pesquisado, entre historiador e sociedade indígena.



pesquisa nos Apinajé na década de 1960, questionou-se sobre que partido haveria de tomar para contar a história dos Apinajé: “tomarei o partido dos cronistas coloniais [...] ou buscarei a “história” dessa região do Brasil Central, quando terei então que reunir em dados de várias fontes (documentos, relatórios, cronistas, jornais, relatos geográficos, etc.) [...]” (DA MATTA, 2010. P. 138). Perguntou-se ainda o autor sobre como seria a “história Apinajé” narrada por eles:

[...]. Essa é a questão crucial enfrentada por todo etnólogo no seu trabalho de campo. A resposta para ela é capaz de transformar todos os historicismos porque os Apinayé têm uma noção de tempo e duração do tempo, mas não tem uma perspectiva histórica. Não ter uma perspectiva histórica significa, inicialmente, não tomar o tempo e sua passagem como uma moldura pela qual se possam ligar todos os acontecimentos. Para um Apinayé adulto, a unidade (ou a continuidade) de sua sociedade e cultura não é dada pela noção de temporalidade segundo a qual certos eventos causam ou conduzem a outros, num processo indefinido e jamais acabado (DA MATTA, 2010, p. 138).

Segundo Da Matta, os Apinajé têm uma noção de tempo que é distinta da linearidade e continuidade do tempo histórico ocidental. O autor ressalta ainda a ideia presente na perspectiva Apinajé de um “presente anterior”, a partir do qual a interação mítica entre o Sol e Lua vai formando o mundo e a humanidade. “Esse ‘presente anterior’, formado por Sol e Lua, é o mesmo ‘presente atual’, pois tudo que eles deixaram ainda é realizado hoje” (DA MATTA, 2010, p. 139). Para Giraldin (2000), a forma como Da Matta conduz a discussão demonstra sua influência da concepção de tempo ocidental, refletida na incorporação que Da Matta fez da noção de sociedades “quentes” e “frias”, teorizadas por Lévi-Strauss. Procurando demonstrar a improcedência da ausência de perspectiva histórica, Giraldin compreende:

[...] que mito e história são formas de consciência social”, e que os mitos devem ser entendidos “como expressões de uma teoria social, através da qual se pode interpretar a sociedade Apinajé, procurando compreender como se interrelacionam os diversos aspectos da sua vida [...] num todo social e cultural (GIRALDIN, 2000, p. 28).

De seu estudo realizado com os Apinajé, Giraldin aponta para as distintas formas com que se apresentam as narrativas históricas Apinajé: *mẽ ȳ iarẽn* (contar); *mẽ tũm iarẽn* (histórias antigas, “que são o que no ocidente convencionou-se chamar de “mitos”). Assim, Giraldin apresenta os mitos de *Mỳȳti* (Sol) e *Mỳw̄r̄ȳre* (Lua) e a história de criação dos *kupẽ* (denominação dos não-indígenas), destacando a distinção

entre a *kupê kêt mē ÿ iarên* (história sem os não-indígenas) e *Ra kupê Kamã mē ÿ iarên* (história com os não-indígenas) (GIRALDIN, 2000. p. 29)

Os Apinajé possuem uma forma particular de conceber as transformações históricas de suas sociedades, que são expressas em seus mitos e seus processos de significação próprios. As formas de se perceberem através da experiência do tempo histórico consistem em dar significado a essa passagem do tempo e a experiência vivida. Assim, pensar os Apinajé a partir de suas “perspectivas históricas” significa redimensionar o regime linear de historicidade cristão-ocidental que é configurado a partir da ideia de “progresso”. Em outras palavras, a situação de relação interétnica estabelecida entre Estado – pensado aqui através de sua matriz institucional e econômica – e os povos indígenas se estabelece através do choque de distintos regimes de historicidade.

O progresso está vinculado ao modo de expansão do sistema capitalista pelas regiões periféricas ao sistema, mas também fundamenta o regime de historicidade ocidental. Observando “expectativa” e “experiência” como categorias históricas adequadas para perceber as formas como as sociedades entendem o tempo histórico, Koselleck (2006) destacou que na modernidade cristã-ocidental o conceito de progresso – definido no século XVIII por Kant – constituiu-se como horizonte de expectativa que incluía o coeficiente de mudança que se desenvolve com o tempo. No choque com o outro, “aqueles dotados de uma superioridade técnica olhavam de cima para baixo o grau de desenvolvimento dos outros povos, e quem possuísse um nível superior de civilização julgava-se no direito de dirigir esses povos” (KOSELLECK, 2006. p. 317). Assim, as concepções historiográficas – carregadas pelas noções de linearidade e continuidade do tempo histórico – foram influenciadas pela noção de progresso.

Mas foi na experiência da modernidade, na ascensão do sistema capitalista, que o conceito de progresso adquiriu nova característica ao ser associado à ideia de “desenvolvimento”. Em tempos mais recentes, conforme Viola (2000), esta concepção de desenvolvimento foi entendida de duas distintas formas: como processo histórico de transição a uma economia moderna, industrial e capitalista; e como aumento da



qualidade de vida, da erradicação da pobreza e de melhores indicadores de bem-estar material.⁶

Assim, “entende-se “desenvolvimento” como uma categoria coerente de fenômenos sociais, que deve ser observado em seu processo histórico, mas também como prática discursiva, que constituem elementos da realidade social” (ESCOBAR, 1997, p. 11). Ele diz ainda que é necessário “uma visão de desenvolvimento como invenção, como experiência historicamente singular que não foi nem natural, nem inevitável, senão o produto de processos históricos bem identificáveis” (ESCOBAR, 1997. p.11).

A concepção de “desenvolvimento” se apresenta como carregada de pré-concepções que constituem um filtro pelo qual passa nossa percepção do mundo contemporâneo. O economicismo e o eurocentrismo estão entre as perspectivas que determinam a forma de ver o “desenvolvimento”. O economicismo deriva da “centralidade da teoria econômica neoclássica na configuração das imagens dominantes do desenvolvimento, entre elas a identificação do desenvolvimento como crescimento econômico e como difusão em escala planetária da economia de mercado” (VIOLA, 2000). Já o eurocentrismo opera desde o colonialismo do século XVI como modelo ocidental de sociedade como parâmetro universal para medir o relativo atraso do progresso dos demais povos do planeta. Como o termo “civilização” no século XIX, “desenvolvimento” descreve não só um valor, mas também um marco interpretativo ou problemático por meio do qual conhecemos as regiões empobrecidas do mundo. Dentro deste marco interpretativo, adquire sentido e se faz compreensível uma multidão de observações cotidianas. O “desenvolvimento” é visto como mito originário do sistema capitalista e da modernidade (ESCOBAR, 1997.)

Assim, o regime militar materializou, via Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs), a lógica operatória do mito desenvolvimentista do capitalismo. Empreendeu uma política de “integração”, procurando colonizar as regiões tidas como “vazios

⁶ A partir dos anos 1980, houve um aumento de estudos sobre os discursos, as práticas e as consequências sociais das instituições do desenvolvimento. Ocorreu processo de especialização interna no campo da antropologia e observou-se uma maior participação de antropólogos em ONGs e instituições de desenvolvimento. Durante a década de 1990, o conceito de desenvolvimento foi submetido a uma revisão e sendo discutido desde suas diversas perspectivas demonstrando todas as ambiguidades do termo. (VIOLA, 2000)

demográficos” e, portanto, carentes de “desenvolvimento”. A construção de estradas, a ocupação da terra e a inserção marginal da região no sistema capitalista provocaram uma intensificação do conflito interétnico entre a sociedade nacional e o povo indígena Apinajé. Nesse processo, os povos indígenas, detentores de uma perspectiva histórica distinta, enfrentaram os problemas do desenvolvimentismo e foram vistos como um obstáculo ao devir histórico ocidental.

3. Os Apinajé e os projetos de desenvolvimento econômico

Os Apinajé pertencem ao tronco linguístico Macro-Jê, de família Jê-Timbira (que incluem Apanjekrà, Ramkokamekrà, Gavião Pykobjê, Krikati e Krahô) e ficaram conhecidos como Timbiras Ocidentais, por sua localização em referência ao rio Tocantins. No entanto, distinguem-se linguisticamente dos Timbiras Orientais, possuindo similaridades com os Kayapó setentrionais (NIMUENDAJÚ, 1983). Existem variadas referências à localização histórica de seu território tradicional na área de confluência dos rios Araguaia e Tocantins, em região conhecida como “bico do papagaio”, no norte do atual Estado do Tocantins. A área caracteriza-se por ser uma zona de transição entre o bioma cerrado e amazônico, apresentando diversos tipos de cerrado nas regiões de “chapada” e de florestas de galeria nas margens dos cursos d’água. Além dessas formações, a região do norte de Tocantins, é coberta por florestas de palmeiras de babaçu, que têm significativa importância na economia extrativista regional.

Os Apinajé possuem longo histórico de contato com a população envolvente. A partir da metade do século XVII, a região da mesopotâmia Araguaia-Tocantins sofreu o avanço da exploração colonial portuguesa, que buscava metais preciosos e realizava expedições de “apresamento” de índios. A presença dos jesuítas também foi significativa e responsável pelo estabelecimento de “repartimentos” de índios. A descoberta de jazidas de ouro no alto Tocantins intensificou a navegação destes rios. Em 1739, como forma de estabelecer controle sobre a navegação do rio Tocantins e coibir o contrabando de metais preciosos, o Capitão-geral da província de Goiás, D. Luiz Mascarenhas ordenou o recrutamento de homens para combater os índios “Pindarés”. Este é, talvez, o primeiro relato escrito sobre Apinajé (NIMUENDAJÚ, 1983, p. 22).



A resistência dos grupos indígenas foi um desafio à ocupação da região. Já na segunda metade do século XVIII, com declínio da produção aurífera, a navegação dos rios Araguaia e Tocantins passou a ser incentivada como forma de diversificar a economia da colônia. Diversas expedições foram organizadas com objetivo de verificar a sua navegabilidade.

Por volta de 1850, o norte goiano foi afetado por um afluxo populacional provocado pelas frentes de expansão pastoril, que possibilitaram o surgimento de cidades como Carolina no Maranhão e Boa Vista do Tocantins (atual Tocantinópolis) (VELHO, 2009). O norte da província do Goiás padecia com a estagnação econômica devido ao seu isolamento. Por isso, a navegação dos rios Araguaia e Tocantins tornou-se um objetivo a ser alcançado. Entretanto, a resistência dos Apinajé, entre outros grupos indígenas, impedia a segurança das embarcações que utilizavam estes rios. Para enfrentar o desafio, o governo provincial instalou ao longo do Araguaia postos militares que tinham o objetivo de combater os indígenas “hostis”. “A partir daí os Apinajé afastaram-se cada vez mais da região do rio Araguaia e aproximaram-se do Tocantins” (NIMUENAJÚ, 1983, p. 23).

A partir da segunda metade do século XX, durante o governo de Juscelino Kubitschek, o estabelecimento de políticas desenvolvimentistas procurou incentivar a ocupação da Amazônia legal. A construção da rodovia Belém-Brasília proporcionou o surgimento de diversos núcleos populacionais ao longo das margens do rio Tocantins. A partir deste processo, tem início a problemática relação dos Apinajé com os projetos econômicos de Estado que ainda hoje afetam seu território tradicional.

Atualmente, as comunidades indígenas Apinajé estão distribuídas em mais de 40 aldeias, totalizando uma população de aproximadamente 3 mil pessoas. Os Apinajé vivem em território indígena de pouco mais de 140 mil hectares, demarcado em conflituoso processo no ano de 1985. Eles enfrentam ainda os impactos de diversos empreendimentos econômicos que, direta ou indiretamente, incidem sobre seu território tradicional. Reunidos em assembleia da associação indígena Pempxà, em setembro de 2011, as lideranças Apinajé ressaltaram o impacto desses “projetos de desenvolvimento”:

Cada vez mais estamos sendo “encurralados”, cercados e pressionados pelos chamados grandes projetos de “desenvolvimento”, a ganância das grandes empresas transformou nosso território Apinajé na TI mais impactada do



Brasil. São os grandes empreendimentos, construídos de maneira ilegal e sem Estudos e Relatórios de Impactos Ambientais-EIA-RIMA, exemplos; Ferrovia norte-sul, monoculturas de eucaliptos, asfaltos, linhas de transmissão e hidrelétricas. Depois da construção da UHE Estreito, nosso território vem sofrendo mais invasões de madeireiros, caçadores e pescadores, e até agora as questões da compensação com a FUNAI/CESTE não foram resolvidas. Vivemos preocupados também com as constantes ameaças de construção de mais (02) duas grandes hidrelétricas projetadas aqui na região; Santa Isabel e Serra Quebrada.⁷

É relevante considerar a percepção de que a Terra Indígena se constituiu uma das “mais impactadas do Brasil”. A região de ocupação tradicional Apinajé caracterizou-se por ser uma zona de confluência de projetos econômicos de Estado, chamado de “corredor do desenvolvimento norte-sul”. Localizada a poucos quilômetros da Terra Indígena está a interseção das rodovias Belém-Brasília, transamazônica e ferrovia norte-sul, além da usina hidrelétrica do Estreito, mostrando o quanto é emblemática a pressão dos projetos econômicos sobre o território.

O planejamento e a implantação desses projetos econômicos de Estado fazem parte de diferentes contextos. De alguma forma, os Apinajé tiveram que enfrentar distintos momentos de expansão econômica “desenvolvimentista”. De JK ao PAC⁸, eles passaram toda a segunda metade do século XX, enfrentando as consequências dos “projetos de desenvolvimento”. É significativo o impacto que este processo teve nas mudanças socioculturais e na restrição do uso de seu território tradicional. Para entender as mudanças, é preciso observar a política de ocupação social do espaço e a política de “desenvolvimento” da Amazônia legal idealizada durante o regime militar – via ordenamento fundiário, construção da rodovia Transamazônica e execução do Programa Grande Carajás – e suas consequências para as comunidades Apinajé.

Durante o regime militar, a relação entre o Estado brasileiro e os povos indígenas alterou-se substancialmente. O governo militar procurou propiciar um “projeto de desenvolvimento”, voltado para crescimento interno, com incremento das exportações de produtos agrícolas e produtos industrializados. Para isso, subsidiou

⁷ .PEMPXÁ – Associação União das Aldeias Apinajé. *Documento final das II assembleia geral*. 28 de setembro de 2011.

⁸ Criado em 2007, no segundo mandato do presidente Lula (2007-2010), o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) tinha por objetivo “a retomada do planejamento e execução de grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética do país, contribuindo para o seu desenvolvimento acelerado e sustentável.” Na política energética privilegiou-se a construção de usinas hidrelétricas nas principais bacias hidrográficas brasileira, localizadas principalmente na Amazônia Legal.



política de incentivos fiscais e créditos. Como aponta Garfield, “para os povos indígenas, sob a tutela do governo federal, a centralização do poder de Estado sob o regime autoritário comprometido com o desenvolvimento do interior representava uma nova era” (GARFIELD, 2011, p. 210). A intenção dos militares era promover a industrialização, a modernização agrícola e expandir a infraestrutura com o objetivo de resolver desequilíbrios regionais e garantir a “segurança nacional”.

Em princípios dos anos 70, durante o governo do general Emílio Médici (1969-1974), foi criado o PIN (Plano de Integração Nacional), que destinou mais de um bilhão de dólares, entre 1971 e 1974, para a construção da rodovia Transamazônica⁹. O PIN tinha como objetivo ainda promover a intensa colonização da Amazônia. A rodovia Transamazônica, conforme comunicado publicado no *Jornal do Brasil* em março de 1970, atravessaria a “Belém-Brasília, na altura de Marabá, às margens do Tocantins (mais precisamente em Estreito no Maranhão a aproximadamente 40 km do território Apinajé) [...]” (Apud: Velho, 2009, p. 139). O comunicado prossegue afirmando que a rodovia “será uma vereda aberta ao nordestino para a colonização do enorme vazio demográfico e o início da exploração de potenciais até então inacessíveis” (Apud: Velho, 2009, p. 139). Conforme Otávio Velho, a obra foi iniciada em fins de 1970, simultaneamente em diversos trechos, e já em outubro de 1971 já estava sendo entregue ao tráfego. Ele afirma “do outro lado do rio Araguaia, em Goiás, de um ponto situado 8 quilômetros acima de Araguatins abria-se também a ligação com a Belém-Brasília, com a construção de estrada nova e o aproveitamento do ramal que ligava Tocantinópolis à localidade do Estreito” (Apud: VELHO, 2009, p. 139).

O trecho, mencionado acima, atravessou o território de uso permanente dos Apinajé, passando a cerca de 2 quilômetros da aldeia São José, sua comunidade mais populosa. Dada a proximidade com as habitações, pode-se imaginar o impacto da chegada de grandes máquinas abrindo caminho em meio ao cerrado. *Kangrô*, que naquele tempo era vice-cacique da aldeia, contou que a intenção era passar a estrada pelo meio da aldeia, o que foi rechaçado pelos indígenas. Constam informações de que

⁹ Sobre a rodovia Transamazônica e/ou seus impactos aos povos indígenas: VELHO, 2009; GOMEZ, 1972; MENEZES, 2007; SOUZA, 1995.



o cacique pediu aos operários da rodovia que abrissem uma estrada para a aldeia, mas o militar do exército, responsável pela supervisão dos trabalhos, não autorizou a estrada.¹⁰

Nas conversas feitas com *Kangrô* sobre a construção da transamazônica e as mudanças que tiveram que enfrentar com a chegada da rodovia, interconectam-se em suas memórias diversas temporalidades. Entre as histórias “que sua avó contava” e os casos de conflitos mais recentes com os *kupen* (não-índio), destacam-se as distintas dimensões em que operam as relações interétnicas. Mas é significativo que, ao ser perguntado sobre a rodovia transamazônica, ressalte os momentos de conflito.

Logo após sua abertura, a Transamazônica passou a receber um fluxo intenso de carga e de passageiros neste trecho (VELHO, 2009; DODDE, 2012). Antes da construção da rodovia, o único acesso dos Apinajé ao município de Tocantinópolis era por uma picada que ligava a uma estrada rural em direção à cidade. Os Apinajé passaram a utilizar a estrada para vender artesanato e, em alguns casos, dirigiam-se à cidade de Marabá. *Kangrô* conta o episódio em que ele e o cacique pegaram a estrada rumo a Marabá, para trazer de volta algumas indígenas Apinajé que haviam partido com um caminhoneiro.

Uma das consequências diretas da construção da rodovia Transamazônica para os Apinajé foi a restrição do uso de seu território de ocupação permanente. Muitos Apinajé afirmam que os *kupẽ* (não-índio) passaram a utilizar a rodovia como limite do território que poderia ser utilizado pelos índios. Efetivamente, em 1985, quando a área indígena foi demarcada, a Transamazônica serviu de fronteira entre o território indígena e a área destinada ao assentamento fundiário. Em entrevista realizada com o professor Apinajé, Roberto da Matta, que era jovem quando passou a rodovia, o mesmo afirma que “quando a estrada passou os *kupen* começaram [...] aqui agora é terra do índio e isso aqui é nosso” – referindo-se a fronteira estabelecida pela rodovia. E prossegue “[...] e aí cerco tudo, colocaram gado. [...] tava tudo proibido, o índio não entrava lá. ”¹¹. Novamente são os conflitos com os não índios que dão o tom da conversa. Esses conflitos foram intensificados pela ocupação da terra facilitada pela construção da rodovia.

¹⁰ Entrevista realizada com Francisco *Kangrô* Apinagé, na aldeia São José, Terra Indígena Apinayé, em 14 de dezembro de 2015

¹¹ Entrevista realizada com Roberto da Mata Apinagé, na aldeia Patizal, Terra Indígena Apinayé, em 16 de dezembro de 2015.



A política de ocupação e de colonização da Amazônia legal idealizada pelo regime militar pretendia amenizar os conflitos fundiários, por meio da criação do GETAT (Grupo Executivo de Terras do Araguaia Tocantins) em 1980 (MAGALHÃES, 1990). Ao que tudo indica, quando os militares tomaram conhecimentos de grupos de guerrilheiros na região do sul do Pará¹², passaram a adotar uma política de ocupação e de desenvolvimento que amenizasse focos de tensão social existentes na região. Nesse contexto, a construção da transamazônica e a atuação do GETAT teriam o intuito de resolver os problemas fundiários e garantir a “segurança nacional”. A política significou o apogeu da militarização da questão de terras no Brasil (Martins, 1984, p. 49). A reserva de faixa de terras a oeste da rodovia Transamazônica para colonização, sob a tutela militar, afetou diretamente a área de uso permanente dos Apinajé. Área está de referencial cosmológico, histórico, utilizado para caça e pesca e coleta de plantas de uso ritual e medicinal.

No entanto, a construção de infraestrutura e o reordenamento fundiário do norte goiano estavam associados ainda a um contexto mais amplo de transformações sociais da região amazônica. No ano de 1980, foi criado o Programa Grande Carajás (PGC)¹³, que consistia em um projeto de desenvolvimento integrado formado por quatro grandes projetos: um depósito de minério de ferro, duas fábricas de alumínio e a hidrelétrica de Tucuruí, no baixo Tocantins. No entanto, as reservas minerais foram os principais pilares do Programa. Descoberto acidentalmente em 1967, na Serra de Carajás no Pará, o depósito de minério de ferro era, naquele momento, uma das maiores reservas do mundo. Assim, o II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-79), criado pelo governo Geisel, deu prioridade aos recursos minerais e à infraestrutura necessária para sua exploração. A empresa era controlada, principalmente pela Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), e era financiada, majoritariamente, pelo capital japonês, além de contar

¹² A Guerrilha do Araguaia foi um movimento guerrilheiro estabelecido na região do rio Araguaia em princípio dos anos de 1970. Criado pelo Partido Comunista do Brasil tinha por objetivo desencadear processo revolucionário socialista. A região de abrangência da guerrilha compreende toda a macro região do *Bico do papagaio*, portanto dentro do território tradicional Apinajé. Os conflitos militares entre exército e guerrilheiros ocorreram principalmente no Estado do Pará, a pouco mais de uma centena de quilômetros das comunidades Apinajé. Aparentemente os Apinajé tiveram pouco envolvimento com o teatro de operações militares. No entanto, considero que este aspecto é um tema que deve ser melhor investigado.

¹³ Algumas referências levantadas sobre o PGC: COTA, 1984; DAVIS, 1977; FERRAZ, e LADEIRA, 1988.; HALL, 1989.; TREECE, 1987.

com subsídios do governo federal. O projeto foi complementado em 1985 com a inauguração da estrada de ferro Carajás, que ligava a mina ao porto de Itaqui em São Luís, no Maranhão (HALL, 1989.)

A construção da Estrada de Ferro Carajás estabeleceu o programa conhecido como Grande Carajás, que reconhecia impacto sobre diversos territórios indígenas, entre eles o território Apinajé. A assinatura do Convênio entre FUNAI e CVRD, em 1982, previa a disponibilização de US\$ 13,6 milhões para viabilizar a demarcação física do território, bem como para desenvolvimento das comunidades em longo prazo. Estavam incluídos, na área de influência do PGC, 15 diferentes grupos indígenas, totalizando 13 mil indivíduos (TREECE, 1987). As autoridades empresariais relutaram em reconhecer a presença indígena na área de influência do Programa. Devido a recomendações do Banco Mundial, os recursos do PGC tinham como finalidade principal garantir a demarcação das áreas indígenas. Apesar do empenho dos antropólogos contratados para executar o plano, a maior parte do recurso foi destinado para cobrir as próprias deficiências orçamentárias e para manter ou ampliar a infraestrutura da FUNAI. Contudo, devido aos desvios do projeto e à pressão dos antropólogos, o convênio foi suspenso em 1986.

Para os Apinajé, a aplicação do recurso significou a adoção do Projeto de Desenvolvimento voltado para melhorias nas instalações de saúde e educação, pertencentes à FUNAI; aquisição de materiais diversos; instalação de uma cantina para venda de produtos; aquisição de cabeças de gado; e compra de maquinário agrícola pesado para implantação de projeto de monocultura de arroz. Dito de outra forma, os recursos foram utilizados para manutenção da estrutura e execução de ação do órgão indigenista. Cabe analisar as transformações sociais decorrentes da introdução de agricultura mecanizada nas comunidades Apinajé e da venda de mercadorias nas cantinas das aldeias¹⁴.

Durante os anos em que convivi com o povo Apinajé, percebi o quanto eram emblemáticas as marcas do chamado “tempo da Vale”, em referência à empresa que financiava o projeto. Pouco havia sobrado do maquinário agrícola – sucateado ou

¹⁴ O antropólogo César Gordon analisa o processo de incorporação de mercadorias e as relações de consumo entre os Xikrin do Cateté, decorrentes do recebimento de recursos do programa com a CVRD. Dada às devidas proporções, a pesquisa de Gordon aponta possíveis caminhos de reflexão sobre as relações de consumo entre os Apinajé no contexto do programa da CVRD. GORDON, 2006.



vendido, das construções, da cantina ou do gado. Eram fortes, no entanto, as lembranças das roças Apinajé “antes da Vale”, dos tempos “da roça mecanizada” de arroz e dos conflitos entre famílias ou entre aldeias por causa do gado e das máquinas. Todas essas memórias que precisam serem olhadas com mais cuidado.

4 Considerações Finais

A noção de progresso fundamenta a explicação dos fenômenos históricos, hierarquiza as sociedades humanas em virtude de seus “estágios” de desenvolvimento, medidos segundo parâmetros da sociedade hegemônica, que privilegia a perspectiva material dessas sociedades. Dessa forma, legitima uma noção de senso comum que coloca as populações indígenas como sendo um empecilho ao progresso, uma vez que suas sociedades não endossam perspectiva histórica progressista.

A política desenvolvimentista do regime militar para a Amazônia brasileira, exemplificada nesta pesquisa pela construção da rodovia transamazônica, pela política fundiária levada a cabo pelo GETAT e implementação do PGC, interferiu sobre as sociedades indígenas da região. Os conflitos fundiários e a desestruturação de aspectos socioculturais Apinajé foram formas em que se operaram as violações aos direitos indígenas. Os governos militares valeram-se da retórica desenvolvimentista para levar a cabo a estruturação de um plano de desenvolvimento por meio da construção de rodovias (transamazônica) e da exploração de minérios (Carajás). Os discursos desenvolvimentistas incorporam a noção de progresso, que legitima a instalação de empreendimentos econômicos a despeito das populações tradicionais que se encontram nos sertões ‘desabitados’.

Referências

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório: textos temáticos** Brasília: CNV, 2014. 416 p. (Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v. 2). Texto 5: Violações de direitos humanos dos povos indígenas. p. 203-262.

CARMACK, Robert M. **Ethnohistoria y teoría antropológica**. Trad. F. J. Lima. (Cuadernos, 26). Guatemala: Ministerio de Educación, 1979.



CAVALCANTE, Thiago. Etno-história e história indígena: questões sobre conceitos, métodos e relevância da pesquisa. In: História (São Paulo) v.30, n.1, p. 349-371, jan/jun 2011.

COTA, Raymundo Garcia: **Carajás**: a invasão desarmada. Petrópolis; Vozes, 1984.

DA MATTA, Roberto. **Um mundo dividido**: estrutura social dos índios Apinayé. Petrópolis: Vozes, 1976.

_____. **Relativizando**: uma introdução à Antropologia Social. Rio de Janeiro: Rocco, 2010.

DAVIS, Shelton H. **Victims of the miracle**: development and the Indians of Brazil. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.

DODDE, Paula Arrais Moreira. **Impactos de empreendimentos lineares em Terras Indígenas na Amazônia Legal**: o caso da BR-230/PA e das Terras Indígenas Mãe Maria, Nova Jacundá e Sororó / Paula Arrais Moreira Dodde. – Rio de Janeiro: UFRJ/COPPE, 2012.

EREMITES DE OLIVEIRA, José. Sobre os conceitos e as relações entre história indígena e etnohistória. In: **Prosa Uniderpjun**. 2003. v. 3, n. 1, p. 39-48.

ESCOBAR, Arturo. **La Invención del Tercero Mundo**: construcción y desconstrucción del desarrollo. Bogotá: Editorial Norma, 1996.

FERRAZ, Iara; LADEIRA, Maria Elisa. **Os povos indígenas na Amazônia Oriental e o Programa Grande Carajás**: avaliação e perspectiva. São Paulo: Centro de Trabalho Indigenista, CTI. Apresentado no 46º Congresso Internacional de Americanistas. Amsterdam, julho de 1988.

GARFIELD, Seth. **Beholding the miracle**: Xavante indians and economic “development” under Brazilian military rule. *The Americas*, v. 57, no. 4, PP. 551-580, abr. 2001.

GIRALDIN, Odair. **Axpên Pyræk**: História, Cosmologia, Onomástica e Amizade Formal Apinaje. Tese de Doutorado, Unicamp, 2000.

GOMEZ, Flávio Alcaraz. **Transamazônica**: a redescoberta do Brasil. São Paulo: Livraria Cultura Editora, 1972.

GONÇALVES, José da Silva. **A luta pela identidade social**: o caso das relações entre índios e brancos no Brasil Central. Dissertação de Mestrado, PPGAS, Museu Nacional/UFRJ. 1981.

GORDON, César. **Economia selvagem**: ritual e mercadoria entre os índios Xikrin-Mebêngokre. São Paulo: Editora da UNESP: ISA; Rio de Janeiro: NUTI, 2006.



HALL, Anthony. **Amazônia**: desenvolvimento para quem? Desmatamento e conflito social no Programa Grande Carajás. Rios de Janeiro: Zahar, 1989.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Editora da PUC-Rio, 2006.

MAGALHÃES, Antônio Carlos. **As nações indígenas e os projetos econômicos de Estado**: a política de ocupação da Amazônia. In: Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Série Antropologia, 6 (2), 1990.

MARTINS, José de Souza. **A militarização da questão agrária no Brasil**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1984.

MELIÀ, Bartomeu. **El Guaraní Conquistado y Reducido**: ensaios de Etnohistoria. 4ª Edición Asunción: CADUC: CEPAG, 1997.

MENEZES, Fernando Dominience. **Enunciados sobre o futuro**: ditadura militar, Transamazônica e a construção do “Brasil grande”. Dissertação defendida no programa de pós-graduação em história da Universidade de Brasília. 25 de maio de 2007.

MONTEIRO, J. M. O desafio da história indígena no Brasil. In: LOPES DA SILVA, A.; GRUPIONI, L. D. B. (Org.). **A temática indígena na escola**: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus. Brasília: MEC: Mari: Unesco, 1995. p. 221-228.

NIMUENDAJÚ, Curt. **Os Apinayé**. Museu Paraense Emílio Goeldi. Belém/PA, 1983.

ROCHA, Raquel Pereira. **O “Tempo do primeiro” e o “tempo de agora”**: transformação social e etnodesenvolvimento entre os Apinajé/TO. Tese de doutorado. Campinas, SP, 2012.

ROJAS, José Luis. **La Etnohistoria de América**: los indígenas, protagonistas de su historia. Buenos Aires: SB, 2008.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Brasil**: uma biografia. São Paulo: Companhia das letras, 2015.

SILVA, Joana Aparecida Fernandes; SILVA, Giovani José. **História indígena, antropologia e fontes orais: questões teóricas e metodológicas no diálogo com o tempo presente**. In: História Oral. v. 13. No. 1, p 33-51, jan-jun 2010.

SOUZA, Matilde. **A epopeia da transamazônica**: 90 milhões em ação. Dissertação de mestrado. UFMG. Belo Horizonte, 1995.

TREECE, David. **Bound in misery and iron**: the impact of the Greater Carajás Programme on the indians of Brazil. Londres: Survival Internacional, 1987



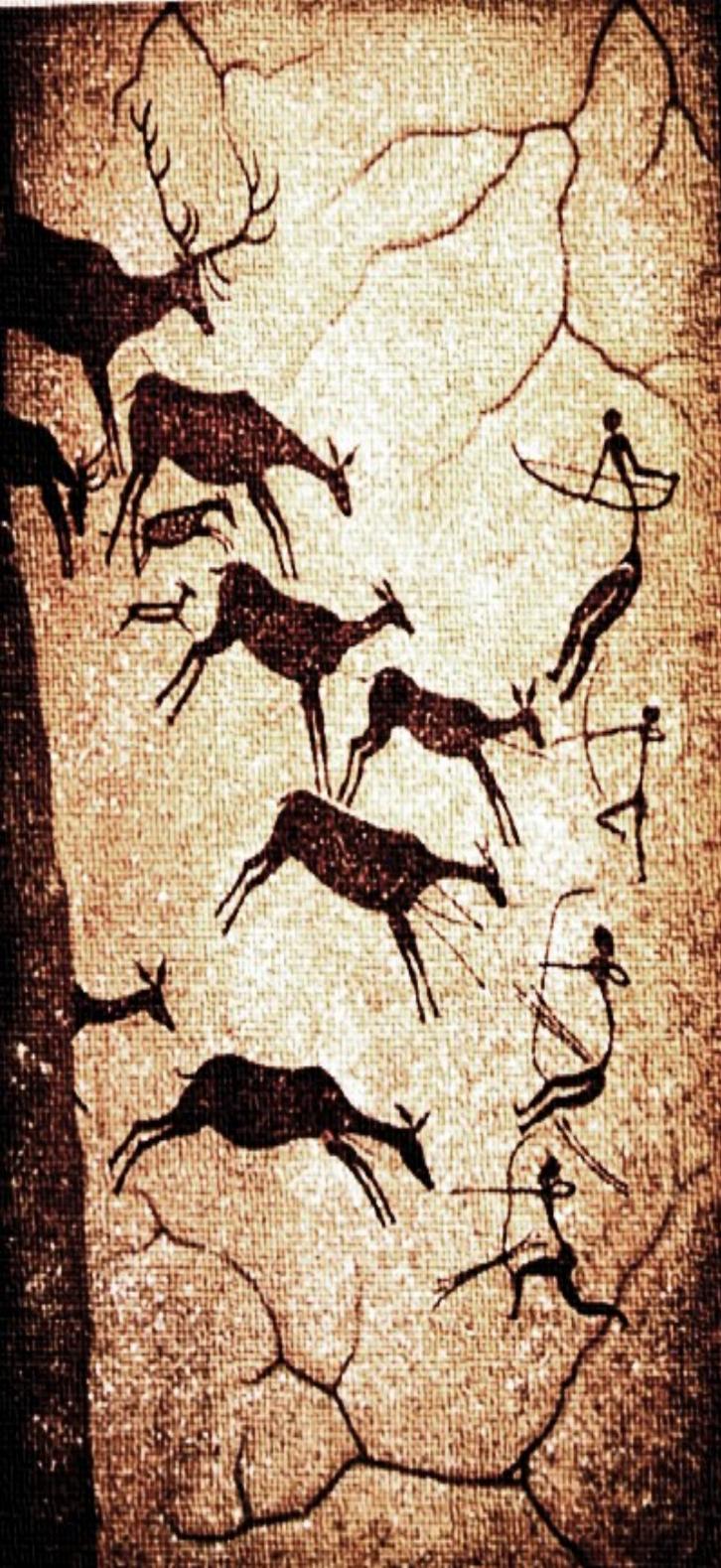
VELHO, Otávio Guilherme. **Frentes de expansão e estrutura agrária**: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica. Rio de Janeiro: Biblioteca Virtual de Ciências Humanas do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.

VIOLA, Andreu. La crisis del desarrollismo y el surgimiento de la antropología del desarrollo. In: Viola, Andreu (Comp.). **Antropología del desarrollo**: Teorías y estudios etnográficos en América Latina. Barcelona, Piados, 2000. pag. 9-64.

Submetido em: 21/06/2017. Aprovado em 25/08/2017.



Revista Memorare, Tubarão, v. 4, n. 3 esp. dossiê Marcas da Memória: direitos humanos, justiça de transição e anistia, p. 1-300 set./dez. 2017. ISSN: 2358-0593



O MOVIMENTO DIRETAS JÁ EM 1984 E A PARTICIPAÇÃO DOS CATARINENSES

Rafaela Duarte*

Resumo: O artigo analisa a participação popular e de diferentes setores da sociedade brasileira na campanha pelo retorno das eleições diretas, após arbitrariedades impostas por duas décadas de regime militar ditatorial, durante os anos de 1964 a 1985. Por meio de jornais de Santa Catarina, é possível reconstituir momentos de luta e de engajamento dos catarinenses na maior manifestação cívica do país até então, visualizando manifestações políticas e culturais no movimento Diretas Já.

Palavras-chave: Diretas Já. Manifestações populares. Imprensa.

Abstract: This paper analyses popular engagement and the participation of different groups in the campaign demanding the restoration of direct elections in Brazil after two decades of military rule (1964-1985). Newspapers from the state of Santa Catarina are used as documental sources that allow us to restore moments of such fight. The goal is to understand political and cultural action taken by people from Santa Catarina in which is known as the largest civic demonstration in Brazil until then, the movement called Diretas Já.

Keywords: Diretas Já. Popular demonstration. Press.

*Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC,
Florianópolis, SC, Brasil.
Doutoranda em História pela UFSC, na linha de
pesquisa Sociedade, Política e Cultura no Mundo
Contemporâneo.

Mestre em História Cultural pela UFSC.

E-mail: rafaelafloripa@hotmail.com

DOI: 10.19177/memorare.v4e3201744-60



REVISTA
MEMORARE


www.portaldeperiodicos.unisul.br
ISSN 2358-0593

Revista Memorare, Tubarão, v. 4, n. 3 esp. dossiê Marcas da Memória: direitos humanos, justiça de transição e anistia, p. 1-300 set./dez. 2017. ISSN: 2358-0593

1. Introdução

Dia 25 de abril de 1984, o Brasil em vigília pela aprovação da Emenda Dante de Oliveira no Congresso Nacional. Manifestantes, políticos, curiosos, imprensa, todos esperavam pelo resultado da votação. Foguetes, buzinaços, passeatas, cartazes espalhados exigindo o fim do Colégio Eleitoral. Nas ruas das principais capitais do país, ouvia-se um único grito: Diretas Já!¹ Em Santa Catarina, cidades como Joinville, Blumenau, Florianópolis, Lages, Criciúma, estavam mobilizadas desde cedo, formando os comitês pró-diretas.

Em Criciúma, a concentração ocorreu na Praça Nereu Ramos e contou com a presença de lideranças políticas e sindicais, como o prefeito José Augusto Hülse, deputados e vereadores do PT, PMDB e PDT. A cidade teve ainda a participação de cantores e a realização de uma tribuna livre (O ESTADO, 24/04/1984, p. 5). Ao mesmo tempo, na capital catarinense, a festa cívica percorreu as principais ruas do centro da cidade, concentrando a população na Praça XV de Novembro, palco histórico de manifestações públicas. Até mesmo a “diretunça”², mais conhecida como a bernunça da campanha das *Diretas*, comandava do “dia do barulho”. Com o refrão “Olê, Olê, Olê, Olá, 25 de abril, no Brasil diretas já”, a população completava dizendo “Quem não votar diretas já, diretunça vai pegar”. A intenção era intimidar os parlamentares a votarem pela emenda, caso contrário, a bernunça das Diretas os “engoliriam”.

Após meses intensos de campanha, a emenda terminou rejeitada por não alcançar o número mínimo para a sua aprovação. Embora tivesse recebido maioria de votos dados pelos deputados federais (298 a favor, 65 contra e 3 abstenções), foi insuficiente para se atingir o quórum de dois terços exigidos para alterações da Constituição. Faltaram 22 votos para que a emenda fosse para o Senado. Devido a uma manobra de políticos contrários à redemocratização do país no momento, não compareceram 112 deputados ao plenário da Câmara dos Deputados. Em meio à confusão, ânimos exaltados e choro, milhares de pessoas se amontoaram ao redor do

¹ Diretas Já é a expressão que ficou de exigência de imediatas eleições diretas para presidente da República.

² A bernunça é um dos personagens do Boi-de-Mamão, tradição cultural presente em várias cidades brasileiras, em especial, no litoral de Santa Catarina.



Congresso Nacional. O dia seguinte à votação da emenda gerou uma série de manifestações, num clima de descontentamento e revolta.

O presente artigo busca analisar a participação popular e de diferentes setores da sociedade brasileira na campanha pelo retorno das eleições diretas, após duas décadas de regime militar ditatorial, por meio de jornais catarinenses do período.

2. Os catarinenses pela redemocratização nas Diretas Já

O ano de 1984 reabre caminho para uma nova política no Brasil. A campanha pelas Diretas Já foi um importante movimento político, social e cultural para a história do país, que marca a tentativa de redemocratização eleitoral, vinte anos após o golpe militar. O povo brasileiro sentia que era a hora de manifestar sua vontade pela soberania, exigindo seus direitos políticos.

Em meados da década de 1970, o regime militar já apresentava sinais de desgaste popular, político, econômico e institucional. “Este, já abrandado, se debatia em meio à profunda crise da economia e a sucessivos escândalos gerados nos seus porões” (LEONELLI; OLIVEIRA, 2004, p. 31). Segundo Rodrigues, “a campanha das Diretas Já existiu porque os anos que a antecederam assistiram a uma revolução subterrânea na economia, na sociedade e na política brasileiras” (RODRIGUES, 2003, p. 11). Uma grave crise econômica assolava o país naquele período. Os objetivos traçados durante o governo do presidente Figueiredo, como combate à inflação, crescimento de renda e de emprego³, estiveram longe de ser alcançados. A disputa presidencial indireta e a crise político-institucional eram fatores determinantes para o descontentamento da população.

Entre as décadas de 1970 e 1980, vimos uma sociedade mais mobilizada na luta por direitos, entre eles, o retorno pela democracia. Uma nova cultura política se formou, baseada na ação de novos atores sociais. É no interior do regime militar que as lutas urbanas, lutas sindicais, movimentos sociais, começam a se articular. “Estas organizações que proliferaram da década de 70 aos meados da década de 80 tiveram sua

³ As taxas de inflação no Brasil em 1983 possuem variação, de acordo com as estatísticas oficiais e outros órgãos responsáveis pelo cálculo. Um dos índices mais alarmantes ultrapassa os 200%, reduzindo o valor real dos salários e o desemprego subiu em consequência da redução da atividade produtiva. Segundo dados do IBGE, houve uma queda de 66,7% da oferta de empregos na indústria em relação ao ano anterior. Cf.: RODRIGUES, A. Op. Cit., p. 80.

relevância política durante o regime autoritário, pois eram o espaço de expressão política possível para os novos atores sociais” (SCHERER-WARREN, 1993, p. 115).

Os movimentos sociais da década de 80 apresentam características muito próprias. Diferentes pessoas se unem, se organizam em torno dos mesmos objetivos. Não ambicionam pela tomada de poder, mas se empenham na luta por uma sociedade mais democrática, em que os direitos das pessoas sejam respeitados.

Durante a maior parte da década de 80, outros movimentos sociais, reinventados e reinventando novos atores, ocuparam também o cenário político (embora tenham origem e trajetórias muito anteriores): o movimento das mulheres, o movimento negro e os movimentos sociais do campo, além de um anteriormente impensável movimento dos povos indígenas. [...] coexistindo no espaço das ações coletivas, todos esses movimentos sociais desvendaram um processo que se refere, intimamente, à experiência democrática (PAOLI, 1995, p. 31).

O movimento Diretas Já canalizou grande parte deste ciclo de protestos sociais, elevando a expectativa de uma nação unida pelo bem comum. A campanha por eleições diretas deu um novo significado para a política do Brasil, naquele momento marcada por vinte anos de ditadura e pela falta de liberdade de expressão. Além de pressupor o envolvimento da sociedade civil como peça fundamental para seu desencadeamento, é notável também a participação da imprensa brasileira junto à fomentação de uma opinião pública acerca da campanha por eleições diretas.

Jornais de todo o país tiveram posicionamentos diversos sobre a campanha das Diretas Já. Este é um importante caminho para que possamos apontar e analisar o papel da imprensa que, em certas ocasiões, se mostra uma aliada e em outras, uma opositora do Estado. “Não há poder sem imprensa, nem imprensa sem poder” (MOTTA, 2002, p. 13). Esta frase abre a introdução do livro *Imprensa e poder*. De uma forma ou de outra, todo poder estabelecido utiliza a imprensa para criar determinadas condições de governabilidade e se legitimar perante a opinião pública. Quando é conveniente à empresa jornalística, ela pode voltar-se contra o poder instituído e criar um discurso favorável aos seus interesses, que podem ser os mesmos da sociedade.

É necessário avaliar o significado das Diretas Já para entender melhor os motivos que levaram grande parte da população e empresariado a ter apoiado o movimento. A campanha tem suas bases construídas no ano de 1983. No entanto, é no



ano de 1984 que o movimento se expande e ganha milhões de aliados, inclusive com uma ampla cobertura da mídia, que exerceu forte influência junto à opinião pública em favor dessa reivindicação. Na fase final do regime militar, a grande imprensa passou a criticar com mais intensidade o governo, principalmente na questão econômica. No ano de 1983, pesquisas prévias realizadas pela *Folha de S. Paulo* já davam indício de que a população acreditava nas eleições diretas como uma saída para a crise.



Fonte: *A Notícia*, 31/03/1984, p. 3.

A fotografia acima traduz os primeiros meses de 1984 em praticamente todo o Brasil. Festas cívicas, passeatas, comícios, carreatas, eram esses os cenários vistos nos grandes centros do país. Na foto com legenda “A concentração pelas diretas foi o maior comício pós-revolução, da história de Joinville”, tirada e publicada pelo jornal *A Notícia* (AN), é possível identificar uma manifestação pública, ao encontrar elementos como palanque, faixas, cartazes, multidão.

Em abril de 1984, a campanha Diretas Já atingiu seu auge por meio de numerosos comícios. As manifestações tomaram as ruas das principais cidades, obtendo apoio de grande parte da imprensa, que dedicou diversas capas e inúmeras matérias à publicação de dados sobre o movimento. *O Estado*, *A Notícia* e o *Jornal de Santa Catarina*, publicavam constantemente informações sobre onde e quando aconteceriam comícios, sobre as personalidades presentes e sobre os grupos que apoiavam a causa.

Compreender a participação da população catarinense, como foco de pesquisa para este artigo, é viável devido à quantidade de publicações que se estenderam ao



longo dos quatro primeiros meses de 1984, por meio de matérias, capas e manchetes, fotos e propagandas, charges e editoriais. Foram registradas mais de 240 notícias sobre o movimento, sendo mais de 80 noticiadas no jornal *A Notícia*, 30 do *Jornal de Santa Catarina* e aproximadamente, 130 notícias do jornal *O Estado*. Foram encontradas dezenas de fotografias e propagandas, sendo selecionadas algumas, entre tantas, por considerar mais relevantes para a compreensão do objeto de estudo aqui. A escolha por estes jornais se justifica por serem periódicos de destaque regional e estadual, em especial, pelas referidas empresas jornalísticas terem forte envolvimento com empresários e políticos influentes de Santa Catarina, muitos deles, inclusive, com discurso favorável à campanha das Diretas.

Em diversas partes do Estado, manifestações eram realizadas. Partidos de oposição ao regime militar convocavam comícios e passeatas voltadas para o debate em torno das eleições diretas no país. Nos jornais, as propagandas eram sempre convidativas, com a finalidade de chamar a população a participar do movimento.



Fonte: *O Estado*, 30/03/1984, p. 1.

De acordo com a imagem acima, capa do jornal *OE* no dia 30 de março, a manifestação na capital catarinense recebeu destaque no periódico. Os comícios realizados em Santa Catarina reuniram um número significativo de pessoas que protestavam contra o regime, ocupando os principais pontos da cidade. A Praça XV e a Catedral Metropolitana, identificadas na foto, são locais de referência em Florianópolis,



palco também de outras manifestações anteriores a 1984. A notícia sobre o comício prossegue na página seguinte:

Em clima de muita vibração e entusiasmo, cerca de 10 mil pessoas compareceram ontem à Praça XV de Novembro, nas proximidades da Catedral Metropolitana e do Palácio Cruz e Sousa, para dizer “sim” às eleições diretas já, na sucessão do Presidente João Figueiredo. Faixas, cartazes, músicas e chavões marcaram a festa das diretas, que contou com a presença de lideranças nacionais como Ulysses Guimarães, Luís Inácio Lula da Silva, Doutel de Andrade [...] (O ESTADO, 30/03/1984, p. 2).

No evento realizado no dia 29 de março de 1984, Florianópolis recebeu a presença de importantes figuras políticas, envolvidas na campanha desde o início. Uma dessas consequências foi a participação, cada vez mais efetiva, dos catarinenses na campanha. O número de manifestações aumentou, principalmente no mês de abril, expandindo-se em diversas cidades do Estado, como pode ser observado nas matérias abaixo:

Em Blumenau, maratona das diretas é sucesso.
O festival de Páscoa promovido pela Secretaria de Turismo da prefeitura, [...] acabou mesmo se transformando em novo ato pela concretização das diretas já, quando cerca de duas mil pessoas disputavam o melhor lugar para ver de perto a entrega de prêmios aos vencedores da maratona promovida pelo comitê pró-diretas. (A NOTÍCIA, 17/04/1984, p. 3).

Ainda que o público catarinense presente nas manifestações não pudesse ser comparado em números ao público de outros estados, não significa que o movimento aqui fosse menos legítimo. As palavras de ordem em todos os cantos do Brasil eram sempre as mesmas: eleições diretas já. Os comitês pró-diretas espalhados pelas principais regiões de Santa Catarina apostaram em comícios, festas cívicas, visando atrair o maior número de manifestantes possível. Entre os meses de janeiro a abril, eram constantes as notícias, inclusive nas capas dos jornais, de importantes eventos favoráveis a campanha. Seguem abaixo títulos de matérias que anunciavam o sucesso das manifestações pelo estado:

“Manifestação reúne 15 mil em Balneário Camboriú” (A NOTÍCIA, 15/01/1984, p. 3).

“Cada vez mais público nos comícios pelas diretas”
(A NOTÍCIA, 25/02/1984, p. 3).

“Comício das diretas atraiu 5 mil pessoas e alcançou objetivos” (JORNAL DE SANTA CATARINA, 27/03/1984, p. 9).



As notícias utilizadas aqui como fontes não apresentavam dados que desconsideravam o movimento. Pelo contrário, havia a intenção em deixar o leitor sempre a par dos acontecimentos, inclusive informando os prováveis políticos favoráveis ou não as *Diretas*. Não caracterizando como um ato de baderneiros, aos poucos a campanha ganhou uma atenção especial da imprensa, devido a sua amplitude nacional e sua importância para a redemocratização eleitoral do Brasil. Como detentora de uma dimensão emblemática, suas mensagens circularam e foram apropriadas de formas diferenciadas, e adquiriram significados múltiplos.

Durante as *Diretas Já*, foi possível verificar a imperiosa participação dos múltiplos grupos que, ativamente ou apenas verbalmente, se demonstraram favoráveis às eleições. À medida que a ideia da campanha amadurecia, diversos atores sociais agregavam-se ao movimento, fortalecendo-o com as manifestações, na tentativa de pressionar o Congresso para que votassem positivamente.

Em Santa Catarina, encontramos a participação de renomadas instituições que apoiaram a causa, tendo em vista seus interesses pelo fim da ditadura militar no Brasil. A própria CNBB, que havia se posicionado favorável ao golpe de 1964, estava agora na luta pelas eleições diretas. Segundo Eder Sader, logo após o golpe militar, a Igreja sofreu forte repressão, sobretudo, nos grupos com iniciativas mais populares. Durante o governo ditatorial, diversos religiosos se viram perseguidos, muito deles exilados ou mortos. Na década de 1970, a instituição da Igreja, que estava em crise, perdia sua influência junto à população, vendo nas comunidades de base uma alternativa para retomar o apoio popular, participando ativamente nas comunidades, tanto na zona rural quanto na periferia das grandes cidades.⁴

Pastoral de Florianópolis apoia Diretas.
O Conselho de Pastoral da Arquidiocese de Florianópolis distribuiu nota ontem à imprensa, assinada pelo mons. Valentim Loch, Vigário-Geral, manifestando-se em favor do imediato restabelecimento das eleições diretas para Presidente da República (O ESTADO, 16/03/1984, p. 3).

⁴ Para compreender melhor a atuação da Igreja Católica nas Comunidades Eclesiais de base (CEBs), ver: SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.



Com a ampliação da campanha por eleições diretas e da possibilidade do fim da ditadura, a Igreja viu uma saída e uma oportunidade de ampliar sua participação e influência sobre a população, atuando nos movimentos com maior liberdade, sem a repressão do regime militar.

A presença e atuação de mulheres brasileiras nas lutas democráticas também têm sido alvo de constantes estudos. Nas últimas décadas, os movimentos sociais no Brasil iluminaram novos campos de conflito e trouxeram à tona novos atores sociais (HELLMANN, 1995, p. 78). As mulheres, até então silenciadas no espaço privado, trouxeram para a esfera pública suas experiências e necessidades, organizadas em movimentos de caráter distintos, em especial, no período da transição democrática brasileira. Esses movimentos tinham propostas diversas. Alguns grupos de mulheres estavam focados na questão das necessidades dos bairros, outros relacionados ao sindicalismo, outros específicos da questão feminista, outros ainda estavam ligados aos partidos políticos.

Em Santa Catarina, verificamos a importante participação das mulheres na luta pelo movimento Diretas Já. Elas estavam organizadas em prol dos direitos da mulher e da redemocratização do país, tendo como espaços de ação, principalmente, os partidos de oposição. A atuação dessas mulheres nos movimentos das décadas de 1970 e 1980 trouxe algumas novas questões, que se refletiram também nas manifestações pelas eleições diretas. Criaram formas de organização autônomas, e diferentes lugares, como praças e ruas, tomaram novos significados, tornando-se espaço de luta, de reivindicação.

Mulheres fundam Núcleo no PMDB.

A partir das 10 horas de hoje, o Núcleo Municipal das Mulheres do PMDB estará promovendo o Dia Internacional da Mulher com apresentações do Grupo de Teatro “Unidade Móvel”, distribuição dos jornais Mulherio (feminista) e Lutas da Maioria (PMDB), além da venda de plásticos, camisetas, chaveiros e outros objetos com slogans pelas Eleições Diretas (O ESTADO, 08/03/1984, p. 14).

O Núcleo fundado por mulheres do PMDB na capital, ao mesmo tempo em que discutia a condição feminina, organizando as comemorações do Dia Internacional da Mulher e distribuindo jornais sobre a luta das mulheres, aproveitou para debater as Diretas Já. Por meio de diferentes formas, atuando em múltiplos lugares, as mulheres, organizadas em grupos ou não, também se engajaram na luta da maior parte da



população brasileira naquele momento, acreditando que, com o retorno da democracia, possivelmente o espaço de intervenção política seria ampliado.

É preciso considerar que a campanha não foi importante apenas pelo número de pessoas que participaram das manifestações, mas também pela agregação de múltiplas instituições e grupos distintos, que atuaram por diferentes motivações. A Associação Catarinense de Medicina de Santa Catarina se manifestou favorável as *Diretas*, de uma forma bastante visual. Através de um painel intitulado “Painel das Diretas”, instalado em frente a ACM, localizada na rodovia SC-401, em Florianópolis, relacionava a posição de cada um dos parlamentares catarinenses sobre as eleições diretas. O então presidente da Associação, Luís Carlos Espíndola, justifica dizendo que “estamos até prestando um favor aos deputados levando ao conhecimento da opinião pública o que eles pensam de importantes questões nacionais” (O ESTADO, 13/03/1984, p. 7).

Em Florianópolis, uma manifestação curiosa de um empresário chamou a atenção em dezembro de 1983, como é possível verificar na imagem a seguir:



Fonte: *O Estado*, 20/12/1983 p. 5

A iniciativa do comerciante Lauro Alcântara Martins, proprietário da Ótica e Relojoaria Maurícios, de simular uma eleição para presidente, levou centenas de pessoas a uma urna eleitoral no centro da capital. A fotografia acima apresenta populares em uma rua bastante movimentada de Florianópolis e duas pessoas manejando a urna, que se encontra posta sobre um cartaz que traz como dizeres: “A



ótica Maurícios abre seus olhos. Em 84 pelas diretas”. A imagem se interliga com a notícia que vem a seguir, esclarecendo a manifestação do empresário:

Pensei que esta eleição simulada poderia contribuir para que a nossa população crie uma consciência política mais efetiva. O povo tem que ir à rua, ocupar as praças públicas, como aconteceu na Argentina, e com uma manifestação popular, pressionar o Governo a restabelecer as eleições diretas (O ESTADO, 20/12/1984, p. 5).

Sendo assim, a campanha Diretas Já foi muito além dos limites político-partidários. Em Santa Catarina, a sociedade civil representada pelas entidades de classe, de organizações sociais, de associações diversas, ou mesmo pessoas sem vínculos associativos, uniram-se nas mobilizações pelo estado. Levantaram bandeiras e formas de organização próprias na luta pelas eleições diretas e contra a ditadura.

3. Manifestações culturais pelas Diretas

Uma questão bastante observada durante a campanha no Brasil foi a incorporação de festas populares nas quais, nos diferentes ambientes comuns de encontros, organizavam-se manifestações de naturezas diversas. Eram passeatas, comícios, mobilizações em jogos de futebol, entre outras formas, que se tornaram decisivas para a extensão da campanha, fortalecendo o movimento com a participação de distintos segmentos da população. A importância do uso dos símbolos, elementos culturais, ao nível da representação visual (RIOUX; SIRINELLI, 1998, p. 351), desempenham um papel significativo na adesão da população ao movimento.

O movimento “Diretas Já” pode ser analisado pelo ângulo puramente estrutural, ou seja: a dinâmica fria das forças sócio-políticas em conflito e a crise institucional do regime militar. Mas podemos analisá-lo, também, sob a ótica cultural: um conjunto de manifestações que se apropria e reelabora uma série de representações simbólicas e traduzem uma dada historicidade (EUGÊNIO, 1995, p. 217).

A partir dessa consideração feita por Napolitano de Eugênio, é possível indicar algumas possibilidades dessa abordagem dentro do movimento Diretas Já em Santa Catarina, compreendendo algumas das manifestações que se desenvolveram, em prol



das eleições diretas no Brasil. Muitas delas foram unânimes em todo o país. Elementos culturais de várias cidades do Brasil foram incorporados ao movimento, com o intuito de fortalecer e legitimar a campanha, se mostrando popular e heterogêneo. Assim como em todo o Brasil, Santa Catarina também registrou importantes momentos de luta em torno da campanha. Durante o mês de março de 1984, o jornal *OE* publicou diversificadas notícias sobre o carnaval. Entre essas, os *slogans* da campanha foram muito presentes. Figurando dentre os acontecimentos da festa, o movimento político ia ganhando espaço também no jornal:



Fonte: Jornal de Santa Catarina, 06/03/1984, p. 16.

As manifestações por eleições diretas ganharam espaço por todo o Brasil, e a festa do carnaval levava o povo às ruas e avenidas de várias cidades brasileiras. Na foto acima, publicada no *Jornal de Santa Catarina*, intitulada “Diretas puxam o Carnaval”, foliões com adereços carnavalescos seguram um cartaz escrito “diretas 84”. É apresentada na imagem uma frase simbólica, que retoma a principal agenda política de 1984, a votação da Emenda Dante de Oliveira. A festa do carnaval, juntamente com a



festa das diretas, aparece em outros registros nos jornais, como a matéria apresentada abaixo:

Grito do Povo

No Sábado de Carnaval, quando maior era a festa no calçadão da Felipe Schmidt, um grito de guerra tomou conta dos foliões e partiu da boca dos componentes do bloco das diretas, logo aderido pelos componentes do Lic-Gay, bloco do Lira e demais carnavalescos.

– Um, dois, três, quatro, cinco, mil, queremos eleger o presidente do Brasil. Era a voz e o cheiro do povo pedindo pelos seus direitos (O ESTADO, 08/03/1984, p. 17).

O grito de guerra citado acima era um dos muitos que se ouvia durante a campanha. O ano de 1984 foi, sem dúvida, o carnaval das Diretas. A população foi às ruas extravasar seus sentimentos e demonstrar o desejo de escolher, sem intermediários, o Presidente da República. O aspecto mais marcante da campanha foi a capacidade de trazer novamente à cena política as grandes manifestações populares. À medida que o movimento ampliava, o espaço utilizado para as mobilizações se expandia, tomando formas diversas. Novos lugares foram ocupados, outros se resignificaram, e assim, foi se constituindo esse movimento na história do Brasil. É curioso notar as especificidades das manifestações entre os catarinenses, que utilizaram símbolos da cultura popular do Estado para reafirmar o apoio à campanha.

A importância de incorporar as festas populares, as manifestações nos jogos de futebol, os ambientes comuns de encontros, nos quais se organizavam as passeatas e os comícios por todo o Estado, foram decisivos para a extensão da campanha pelas Diretas Já, fortalecendo o movimento com a participação dos diversos segmentos da população brasileira. Outra importante manifestação catarinense pode ser observada na imagem abaixo:





Fonte: *O Estado*, 25/04/1984, p. 3

Além de o carnaval ter sido bastante representativo na campanha devido à sua adesão nacional, outro importante símbolo da cultura popular do Brasil, muito significativo na cultura do litoral catarinense, também se fez presente nas manifestações. A “Diretunça”, como ficou conhecida, era a bernunça da campanha das *Diretas*, que comandava as passeatas que percorriam as ruas de Florianópolis. A fotografia, que traz a legenda “Capital faz sua convocação final lançando Diretunça”, foi destaque na terceira página do jornal *OE*, onde se nota, logo à frente, o elemento cultural regional, seguido da população que acompanha a “festa cívica”. A imagem apresenta uma população expressiva nas ruas da cidade, com muitos cartazes e faixas com dizeres em prol do movimento nacional.

As formas simbólicas que a campanha política se revestiu no movimento *Diretas* Já foram muito criativas e diversificadas. Elementos culturais de várias cidades do Brasil foram incorporados ao movimento, com o intuito de fortalecê-lo e legitimá-lo, mostrando-se popular e heterogêneo. Tudo se tornou pretexto para pedir as *Diretas*: festas, jogos de futebol, prévias eleitorais e shows de artistas, todos abriram espaço para as diferentes manifestações em prol do movimento. De acordo com essas considerações, podemos observar a imagem a seguir:





Fonte: *O Estado*, 22/04/1984, p. 9.

A fotografia acima traz um boneco amarrado a um poste, rodeado de pessoas, em plena semana da Páscoa. Devido à sua data de publicação e de alguns elementos comuns, a imagem nos lembra a tradição católica da malhação de Judas, que acontece sempre aos sábados de Aleluia, um dia antes da Festa da Páscoa, representando a zombaria do traidor de Jesus Cristo, segundo a história bíblica. Ao longo dos anos, a figura de Judas tem tomado outros significados, sendo, muitas vezes, substituída por outros personagens também considerados traidores do povo. Foi o que aconteceu em Florianópolis na Semana Santa de 1984. Muitos pontos da Ilha ainda conservam essa tradição. Com o nome de Arnaldão, o Judas do bairro Costeira, em Florianópolis, foi surrado e depois incinerado pelos moradores.

Para muitos da região, a tradição de malhar o Judas naquele ano foi dirigida aos personagens políticos, em especial, aqueles contrários as eleições diretas. Além de se utilizar os elementos da cultura brasileira, o protesto assumiu novas formas de ação. “Longe de ser percebida como uma contradição, o amálgama entre a festa e a política expressava o sentimento de reconquista de um espaço público despolitizado pelo regime militar [as ruas e praças] (EUGÊNIO, 1995, p. 213).



No dia posterior à votação da emenda, como não podia ser diferente, a imprensa deu ênfase ao resultado no Congresso. A matéria publicada no *AN* registrava a participação dos catarinenses na campanha no dia dedicado às grandes manifestações.

Santa Catarina mobilizada pelas eleições diretas.

Ocorreram em todo o Estado, manifestações em favor da aprovação da Emenda Dante de Oliveira, que restabelece eleições diretas já para presidente da República. Em Florianópolis, Joinville, Lages e Blumenau, os comitês pró-diretas efetivaram programações que enfatizaram a vontade popular pelas diretas já (A NOTÍCIA, 26/04/1984, p. 3).

Mesmo após a votação negativa do dia 25 de abril, para além da perplexidade que se seguiu à rejeição da emenda, os brasileiros deram continuidade à agenda das *Diretas*, recolocando em pauta a questão das eleições e retomando as manifestações. Em um comício que contou com a presença de poucas lideranças políticas nacionais, devido às demais manifestações no país, o objetivo principal era obter respaldo no Congresso, já que a oposição precisava apenas de maioria absoluta para aprovar a votação em separado do artigo 183 da emenda do governo, que pretendia restabelecer as eleições diretas somente em 1988.

4. Considerações Finais

Ao reconhecer o papel dos movimentos sociais na história do Brasil, bem como o das Diretas Já, ainda que tenha sido derrotado no Congresso derrotado, foi de fundamental importância no sentido de mostrar a capacidade de mobilização da sociedade brasileira. Os setores populares, muitos deles articulados pelos movimentos sociais, destacaram-se nessa ampla luta pela democratização do país, carregando o sonho de que tal luta conseguiria romper os vínculos centenários do Estado brasileiro com interesses oligárquicos e permitiria, assim, aos segmentos tradicionalmente excluídos, uma participação política mais efetiva (AUAD, 2004).

O clamor social pelo retorno à democracia e à participação despontou uma sociedade mais bem organizada, unida por meio de distintos setores, o que fez entoar, por toda a nação, um discurso unânime de eleições diretas. Todavia, ao final desse processo, a oposição não conseguiu o pleito desejado e acabou enfraquecendo sua



manobra junto ao Congresso, abrindo espaço para as negociações entre lideranças oposicionistas e governistas.

Referências

AGUIAR, Itamar. **As eleições de 1982 para governador em Santa Catarina: táticas e estratégias das elites no confronto com as oposições**. 1991. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1991, p. 248.

AUAD, Denise. Mecanismos de Participação Popular no Brasil: Plebiscito, Referendo e Iniciativa Popular. In: **Revista Brasileira de Direito Constitucional – RBDC**. N.º 3, jan/jun de 2004, p. 291-323. Disponível em: file:///C:/Users/Rafaela/doutorado/mecanismos_de_participacao_popular_no_brasil.pdf

EUGÊNIO, Marcos Francisco Napolitano. “Representações políticas no movimento Diretas-Já”. **Revista Brasileira de História: Representações**, São Paulo: ANPUH/contexto, vol. 15, n.º 29, 1995, p. 207-219.

HELLMANN, Michaela (org.). **Movimentos sociais e democracia no Brasil: sem a gente não tem jeito**. São Paulo: Marco Zero, 1995.

LEONELLI, Domingos; OLIVEIRA, Dante de. **Diretas já: 15 meses que abalaram a ditadura**. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

MOTTA, Luiz Gonzaga (org.). **Imprensa e poder**. Brasília: Ed. da UNB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

PAOLI, Maria Célia. “Movimentos Sociais no Brasil: Em busca de um Estatuto Político”. In: HELLMANN, Michaela (org.). **Movimentos sociais e democracia no Brasil: sem a gente não tem jeito**. São Paulo: Marco Zero, 1995.

RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. **Para uma história cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

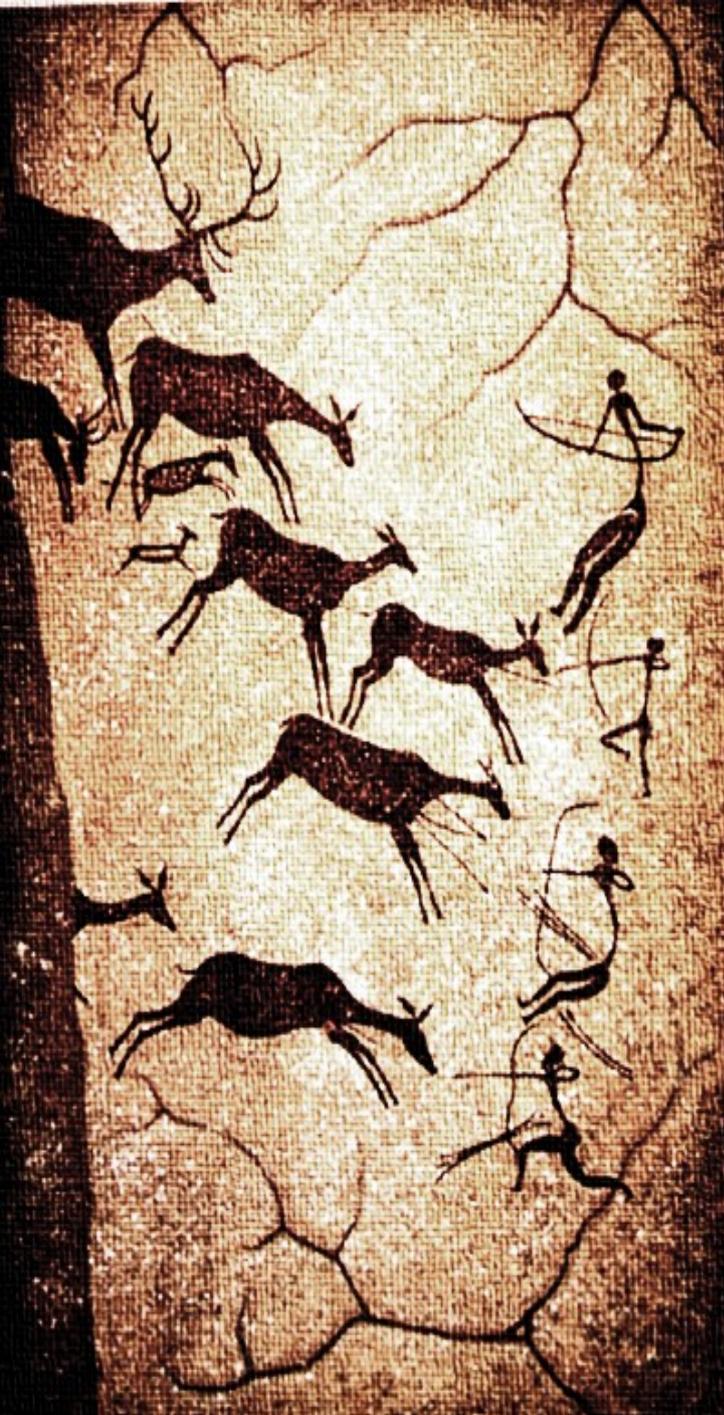
RODRIGUES, Alberto Tosi. **Diretas Já: o grito preso na garganta**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 1993.

Submetido em: 21/06/2017. Aprovado em 25/08/2017.





A IM(P)UNIDADE PARLAMENTAR: DITADURA E MEMÓRIA

Andréia da Silva Daltoé*
Juliene da Silva Marques**

Resumo: O presente artigo procura analisar as reverberações do voto do Deputado Bolsonaro ao justificar seu sim em favor da abertura do processo de impeachment de Dilma Rousseff, em 17 de abril de 2016. Das demais justificativas, que dedicaram o voto a Deus, à família e à propriedade, em sua maioria, a do Deputado vai chamar a atenção por ter sido realizada em nome do Capitão Brillhante Ustra, militar acusado de crimes praticados no interior dos aparelhos de Estado durante a ditadura no Brasil. Discutiremos, então, a partir da noção de acontecimento discursivo moral em Paveau (2015), o modo como um mesmo dizer pode ser trabalhado em direções de sentido tão diversas, procurando dar conta de um ajuste à sociedade em que se insere: para muitos, a homenagem se deu em meio a aplausos; para outros, constituiu-se um crime por apologia à tortura. Nesse duplo funcionamento dos sentidos, pretendemos observar as relações de força travadas na língua, que podem nos ajudar a compreender um pouco da história da ditadura em nosso País.

Palavras-chave: Discurso. Acontecimento. Virtude. Moral.

Abstract: This article analyzes the reverberations of the vote of Mr. Bolsonaro in justifying his yes in favor of the opening of the impeachment process of Dilma Rousseff, on April 17, 2016. Among other justifications, which he dedicated the vote to God, to the family and to the property, for the most part, that justification of the Deputy will draw attention because it was held on behalf of Captain Brillhante Ustra, who was a military accused of crimes committed inside the State institutions during the dictatorship in Brazil. We will discuss, then, from the notion of moral discursive event in Paveau (2015), the way in which one word can be worked in such diverse directions, trying to account for an adjustment to the society in which it is inserted: for many, the homage came amid applause; for others, it was constituted as a crime for apology to torture. In this dual functioning of the senses, we intend to observe the relations of power that occur on the language, which may help us to understand a little about the history of the dictatorship in our country.

Keywords: Discourse. Event. Virtue. Moral.

*Universidade do Sul de Santa Catarina - Unisul,
Tubarão, SC, Brasil.

Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências da
Linguagem da Unisul.
Pós-doutorado no Instituto de Estudos da Linguagem (IEL-
Unicamp) e na Université Paris 13 (Paris/França)
E-mail: andreia.daltoe@unisul.br

**Universidade do Sul de Santa Catarina - Unisul,
Tubarão, SC, Brasil.

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências
da Linguagem da Unisul.

E-mail: juliene.marques@hotmail.com
DOI: 10.19177/memorare.v4e3201761-77



REVISTA
MEMORARE



www.portaldeperiodicos.unisul.br

ISSN 2358-0593

*“O esquecimento, diz o poder, é o preço da paz,
enquanto nos impõe uma paz fundada
na aceitação da injustiça como normalidade cotidiana”.*

Eduardo Galeano (2009, p. 214)

1. Introdução

Em 17 de abril de 2016, os deputados federais votaram a favor da abertura do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff, que depois seguiria para o Senado e culminaria na aprovação do afastamento da presidenta. Não foi um domingo qualquer o 17 de abril. Em rede nacional, estivemos expostos à espetacularização do processo de votação, que, para além do sim/não do parlamento, transformou-se num grande espaço de embate político-partidário de acerto de contas.

Como apresenta Löwy (2016), é preciso dar nome aos bois: “o que aconteceu no Brasil, com a destituição da presidente Dilma Rousseff, foi um golpe de Estado. Golpe de Estado pseudolegal, ‘constitucional’, ‘institucional’, parlamentar ou o que se preferir, mas golpe de Estado” (2016, p. 64). E, na tentativa de desaparecer com estes efeitos de sentido, a bancada a favor do *impeachment*, formada por 367 deputados contra 137, seguia elencando os motivos em direções diversas, na tentativa de justificar o que era difícil de ser justificado “ao pé da letra”.

Há, porém, uma regularidade que foi sendo observada nas justificativas: a maioria dos deputados dedicou o voto em favor da família, da propriedade e de Deus. Tanto que El País (19/04/2016)¹ noticia o fato como: “Deus derruba a presidenta do Brasil: Deputados justificam seus votos em Deus, na moralidade e a família: o motivo real da votação é esquecido”. Conforme Quinalha (2016, p. 132), os deputados “nem sequer eram obrigados a apontar as razões de seus votos, mas o fizeram, o que torna bastante sintomático o conteúdo desses discursos comprometidos com a defesa da família tradicional e de sua moral conservadora”.

Tais motivos têm relação com a onda conservadora que vem assolando o mundo todo, mas também, no caso da nossa história, recuperam uma memória em específico, a do golpe de 64, quando, segundo Löwy (2016):

¹ In: <http://brasil.elpais.com/brasil/2016/04/18/politica/1460935957_433496.html> Acesso em: 19 abr. 2016.



[...] grandes manifestações ‘da família com Deus pela liberdade’ prepararam o terreno para o golpe contra o presidente João Goulart; hoje, multidões ‘patrióticas’ influenciadas pela imprensa submissão se mobilizaram para exigir a destruição de Dilma, em alguns casos chegando a pedir o retorno dos militares... Formadas essencialmente por brancos (os brasileiros são em sua maioria negros ou mestiços) de classe média, essas multidões foram convencidas pela mídia de que, nesse caso, o que está em jogo é ‘o combate à corrupção’. (2016, p. 66).

Pelos votos dos parlamentares, era necessário salvar o Brasil do grande mal representado pela esquerda² na última década; silenciando, desse modo, o fato de que se tratava de uma artimanha jurídica de uma elite³ que almeja novamente o lugar de protagonista na cena política brasileira e para a qual a democracia atrapalha, pois, conforme Löwy (2016, p. 61), “ela não facilita o trabalho da política capitalista”; é “um peso grande para o Estado, para as classes dominantes e para o capital financeiro”.

De todos os votos, um, porém, vai nos chamar a atenção devido à singularidade de sua justificativa, que, além de ser proferido em nome de Deus, da família e dos bons costumes, fará uma homenagem ao ex-torturador Ustra: o voto do Deputado Federal Jair Bolsonaro, à época filiado ao Partido Social Cristão (PSC-RJ)⁴:

Sd 1: Perderam em 64, perderam agora em 2016. Pela família e pela inocência das crianças em sala de aula, que o PT nunca teve. Contra o comunismo. Pela nossa liberdade. Contra o Foro de São Paulo. Pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff. Pelo exército de Caxias. Pelas Forças Armadas. Por um Brasil acima de tudo e por Deus acima de todos, o meu voto é sim. (CRAZY⁵, 2016, transcrição nossa).

Entre vaias e aplausos, Bolsonaro, pré-candidato à presidência da República em 2018, presta homenagem ao Coronel Brilhante Ustra (1932-2015), primeiro militar reconhecido pela Justiça brasileira como torturador (TJSP, 2005), mas não só: a homenagem vem seguida de um aposto que, longe de ser uma simples explicação a mais, ocupa lugar principal no enunciado e se encarregará de justificar a referida

² Sabemos que hoje é bastante complicado falar em direita/esquerda. Tomamos aqui os termos na forma genérica que designa dois grandes lados na disputa pelo poder no Brasil.

³ Durante o governo do PT, essa elite esteve sempre ali, sustentada pelas alianças e acordos nunca compreendidos, mas isso não vale, é a presidência que interessa.

⁴ Em final de julho de 2017, Bolsonaro anuncia sua mudança de filiação para o PEN (Partido Ecológico da Nação), sugerindo a mudança de nome para PAB (Pátria Amada Brasil).

⁵ Canal do *YouTube*. Vídeo postado no dia da votação, com gravação apenas do voto de Bolsonaro e comentários abertos ao público.



homenagem ao torturador naquele voto, o fato de este representar, para o sujeito enunciador, *o pavor de Dilma Rousseff* (Sd 1).

Sem negar que se tratava realmente de um golpe, o *Perderam em 64, perderam agora em 2016* (Sd 1) vem marcar o encontro de dois acontecimentos históricos do País e de um acontecimento discursivo no hoje: o encontro de uma memória com uma atualidade (PÊCHEUX, 2006). Foi golpe em 64, assim como foi golpe em 2016; teria a esquerda perdido antes, como perdeu agora. Sabemos que não se pode aproximar os dois acontecimentos como sendo da mesma ordem, nas mesmas condições, de qualquer forma, o que a Sd 1 tenta suplantar é que, conforme Löwy (2016, p. 66), “o que a tragédia de 1964 e a farsa de 2016 têm em comum é o ódio à democracia. Os dois episódios revelam o profundo desprezo que as classes dominantes brasileiras têm pela democracia e pela vontade popular”. Bolsonaro vai comparar 64 com 2016, mas sem relacioná-los à palavra golpe, afinal, no passado, foi uma Revolução e, no presente, justiça.

Este voto, em particular, vai se desdobrar de diferentes modos e fazer ressoar sentidos para além daquele momento. E é observando o que Zoppi-Fontana (2011, p. 67) nos traz como “a língua praticada no exercício do poder”, que objetivamos, aqui, investigar as repercussões deste dizer, dado o modo como provocou forte polêmica no cenário político atual.

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) do Rio de Janeiro registrou duas representações⁶ contra o deputado, alegando quebra de decoro parlamentar por apologia ao crime e a criminoso (SOUZA, 2016). Uma representação foi entregue a Eduardo Cunha, então presidente da Câmara dos Deputados; a outra à Procuradoria-Geral da República, que já contava com mais de 17 mil representações registradas contra o deputado.

O Conselho de Ética da Câmara dos Deputados arquivou, no dia 9 de novembro de 2016, o processo disciplinar aberto contra Bolsonaro. Já a Procuradoria-Geral da República publica, em 20 de abril de 2016, no site⁷ oficial: “Em atenção às 17.853 manifestações recebidas nos últimos dias questionando a conduta do Deputado Federal

⁶ As representações estão disponíveis para download em: <<http://www.conjur.com.br/2016-abr-25/oab-rj-cassacao-mandato-bolsonaro-homenagem-ustra>>. Acesso em: 15 abr. 2017.

⁷ Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/pgr>>. Acesso em: 15 abr. 2017.



Jair Bolsonaro na votação do último domingo, 17 de abril, a Procuradoria-Geral da República informa que já instaurou procedimento sobre o caso” (MPF, 2016). Importante destacar que, até o presente momento, mais nada foi publicado ou realizado pela Procuradoria a respeito.

Após o arquivamento do processo disciplinar pelo Conselho de Ética da Câmara, Bolsonaro se manifesta:

Sd 2: Acho que se fez justiça. Olha só, tem imunidade parlamentar e foro privilegiado; aqui estamos tratando de imunidade parlamentar que é o nosso direito de se expressar, está no artigo 53, palavras, opiniões e votos, e antes tem a palavra “quaisquer”. (BRASILEIROS, 2016; G1, 2016).

Vemos que, apesar da forte repercussão que causou a homenagem a um torturador, e o que isso representava naquele momento em relação a tudo que passou Dilma Rousseff na prisão durante a ditadura, o sujeito enunciador em Sd 2 considera que *justiça foi feita* e que ele não deveria nada em relação ao ocorrido. Vale-se, assim, da imunidade parlamentar e outras prerrogativas do cargo para sair ileso; uma imunidade que, conforme o jogo de palavras no título, leva à impunidade a despeito do que é um crime de apologia à tortura.

Interessa-nos, então, perguntar sobre as repercussões desencadeadas a partir da homenagem de Bolsonaro e, conforme trabalho anterior, “compreender o que faz de um enunciado funcionar como um rastilho de pólvora, um curto-circuito nas palavras de Pêcheux (2010), uma arena de litígio político, um ponto de encontro para um de(em)bate político que extrapola o assunto abordado em si” (DALTOÉ, 2017).

Pretendemos apontar algumas respostas à questão, investigando, a partir do trabalho de Paveau (2015), o valor ético do voto do Deputado em relação a seu *(des)ajuste virtuoso* (2015, p. 241) no espaço discursivo da Câmara dos Deputados.

Como o enunciado em questão vai continuar produzindo sentidos para além da votação, analisaremos ainda sequências discursivas que trazem as repercussões da fala, perguntando-nos: como podemos pensar tal enunciado em seu *valor ético negativo* ao mesmo tempo que foi aplaudido por muitos na sessão? Como se configura esse discurso em *desajuste* em relação a um *discurso virtuoso* aceito pela sociedade (2015, p. 241)? Teríamos aí marcas do *acontecimento discursivo moral*, “ou seja, o conjunto de comentários de ordem moral em torno de um discurso proferido” (2015, p. 216)? Como



se dá a *disposição reflexiva* (2015, p. 217) dos agentes-falantes que avaliam a manifestação de Bolsonaro como um crime a ser punido? E, por fim, como analisar a integração do ético no linguístico por meio do conceito de *virtude discursiva* em Paveau (2015) nesse caso?

2. O trabalho do sentido: virtude discursiva e acontecimento discursivo moral

Em *Linguagem e moral: uma ética das virtudes discursivas*, Paveau (2015) vai se distanciar da dimensão moral⁸ enquanto normas coercitivas, auxiliares na dominação social, e formular uma proposta desafiadora à linguística: “uma filosofia do discurso que atenda à dimensão ética das produções verbais” (2015, p. 54).

Para integrar/relacionar a questão ao discurso, Paveau trabalha a linguagem e a sua inter-relação com os fatores que se conectam ao enunciado, aos agentes, ao mundo e ao discurso, o que trata a partir da noção de *virtude discursiva*:

[...] uma disposição do agente-falante para produzir enunciados ajustados aos valores subjacentes às inter-relações dos agentes, a maneira de dizer o estado das coisas e o modo de integrar-se na memória discursiva na qual se tecem os discursos de uma sociedade, em dado estado de sua história. (PAVEAU, 2015, p. 216)

Para a autora, um discurso passa a ser *virtuoso* ou não pela via de um processo de *ajuste*. Ou seja, o discurso é *virtuoso* quando está *ajustado* aos diversos fatores aos quais está relacionado, isto é: aos coenunciadores, ao ambiente e ao âmbito interativo, à posição que é ocupada pelo agente-falante, à memória discursiva que retoma, dentre outros elementos.

Assim, para *ajustar* seu discurso e torná-lo *virtuoso*, segundo Paveau (2015), seria necessária a presença três propriedades da *virtude discursiva*: 1^a) A existência de uma *virtude discursiva* “não na natureza, mas nos âmbitos cognitivos, apoiada nos valores que têm existência objetiva” (2015, p. 216). Desse modo, o caráter virtuoso está diretamente ligado a discursos anteriores, pois deve se *ajustar* aos valores já construídos pela sociedade. 2^a) A *virtude discursiva* está diretamente conectada à *reflexividade* do

⁸ Paveau explica teoricamente a diferença entre *ética e moral* e, a partir de Ogien (apud PAVEAU, 2015, p. 33), trata ambas as palavras indiferentemente, optando mais pelo termo *moral* durante o restante do livro.



agente-falante, visto que, ao enunciar, o sujeito antecipa os efeitos que a sua fala pode produzir e a adequa de acordo com os sentidos que deseja possibilitar (2015, p. 217). 3ª) A *virtude discursiva* se relaciona com o que a autora chama de *plasticidade axiológica* e, devido a isso, manifesta-se na negociação do “valor dos valores” já produzidos (2015, p. 219).

Em outras palavras, o que poderia ser um enunciado *não virtuoso*, pode tornar-se *virtuoso*, pois os sentidos que serão produzidos não são estáticos e estão sujeitos à negociação prevista pelo agente-falante. Isso nos leva a pensar que este sujeito em Paveau (2015), que teria a possibilidade de se ajustar mais ou menos aos valores de uma determinada sociedade, parece denotar maior possibilidade de controle do que estamos acostumados a tratar em AD. Portanto, para pensar a contribuição de Paveau com a questão ética, é necessário fazer, de fato, alguns deslocamentos, lembrando que a autora se propõe a um trabalho de articulação entre a AD e a cognição social a partir de contribuições da filosofia, psicologia cognitiva, pragmática, epistemologia.

Isso não impede que busquemos sua contribuição em relação à questão dos valores e da ética que perpassam o discurso, desde que lembremos que há certos deslocamentos que precisam ser feitos, uma vez que, segundo Pêcheux (2006), a AD não supõe de forma alguma a possibilidade de algum cálculo dos deslocamentos de filiação das condições de felicidade ou de infelicidade na identificação sócio-histórica do sujeito. Fazendo, portanto algum deslocamento, muitas aproximações são possíveis como veremos aqui.

Voltando à questão da *virtude discursiva*, esta dependerá, para Paveau (2015), não somente das condições de produção do sujeito, mas também do trabalho de antecipação que constitui todo processo discursivo, remetendo-nos a Orlandi (2015, p. 25), segundo a qual, no processo de enunciação, o sujeito está submetido a diversos fatores que o fazem construir sentidos de uma ou outra maneira e um desses elementos, que pode ser considerado crucial, é o papel do interlocutor no processo.

Assim como Orlandi, Paveau (2015) descentraliza a responsabilidade enunciativa do agente-falante, pois considera que o ambiente e os coenunciadores também interferirão nessa produção de sentidos. Conforme Orlandi (2015, p. 37), o sujeito se coloca no lugar do interlocutor para tentar construir argumentos que atinjam os sentidos pretendidos. Relacionando a antecipação à *reflexividade* em Paveau (2015),



podemos dizer que o sujeito utiliza o recurso para *ajustar* o seu discurso ao meio, ao outro, numa tentativa de torná-lo, segundo palavras da autora, *virtuoso*.

Seja em termos de negociação ou *reflexividade*, interessa-nos sobremaneira a possibilidade de negociar os sentidos; usando palavras de Paveau (2015), dependendo do contexto discursivo, um discurso que poderia ser *virtuoso* pode não sê-lo e vice-versa. Por exemplo, para a autora (2015, p. 219), “[...] todas as palavras da língua são possíveis candidatas ao insulto”, assim, algo que, inicialmente poderia ser *virtuoso*, pode se deslocar e tornar-se não virtuoso. O fato é que, segundo Paveau, a polêmica em torno de determinado discurso não pode se reduzir à ordem linguística, mas abrangeria o que ela trata como dimensão moral do enunciado.

Vamos pensar um pouco a questão da *reflexividade* em relação à polêmica da homenagem de Bolsonaro:

SD 3: Pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff. (CRAZY, 2016).

Da justificativa que Bolsonaro apresenta no momento do voto a favor do *impeachment*, recortamos a Sd 3, pois é ela a desencadeadora de uma forte polêmica no meio político, social e jurídico, levando-nos a questionar o modo como uma pretensa homenagem poderia produzir um sentido totalmente adverso e ser levada, inclusive, à justiça como crime de apologia à tortura.

Num primeiro momento, poder-se-ia dizer que se presta uma homenagem à memória de alguém com o intuito de lembrar seus grandes feitos. Todavia, a biografia do homenageado, conforme consta na história oficial, compromete tal efeito. Coronel Brilhante Ustra (ou Major Tibiriçá), que morreu em outubro de 2015, foi, durante a ditadura civil-militar, chefe do DOI-Codi⁹, entre 1970 e 1974, órgão que serviu de palco para prisões e torturas de presos políticos. O Coronel foi também o primeiro militar reconhecido pela Justiça brasileira como torturador e comandante de mais de 40 assassinatos e, pelo menos, 500 casos de tortura, entre eles, o de Dilma Rousseff.

A menção a Ustra funciona como uma homenagem na justificativa de Bolsonaro, todavia, a *cobertura lógica do dizer* (PECHÊUX, 2006, p. 32) não vai

⁹ Destacamento de Operações de Informação – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI).



encobrir a direção do sentido que atinge: a pessoa de Dilma Rousseff, seu passado como militante e torturada. Conforme Pêcheux (2006), toda a cobertura lógica, formada por um conjunto de proposições suscetíveis de serem verdadeiras ou falsas, é atravessada por uma série de equívocos, e assim conseguimos observar, também segundo o autor (2006, p. 28), que os enunciados produzidos a respeito de um determinado enunciado não são independentes deste, mesmo trocando seus trajetos com outros tipos de objetos.

Dessa forma, mesmo o enunciado tendo se justificado em uma “simples homenagem” a Ustra, ao trazer o aposto *o terror de Dilma Rousseff* (Sd 3), o sentido percorre outro trajeto: volta à guerra travada, se não durante os mandatos de Lula, no primeiro de Dilma, mais o resultado das últimas eleições, nunca aceito; mas não só: os sentidos recuperam uma memória de dor de todas as vítimas que sofreram violência nos porões da ditadura. Trazido naquele contexto, o sujeito enunciator encontra satisfação em comemorar, já no voto, a aniquilação de Dilma e do PT, como resquício daquilo que não se conseguiu aniquilar por completo nas duas décadas de ditadura. As condições de produção em que ocorre o enunciado vêm para dar-lhe as devidas proporções: era um dia de vitória da direita sobre a esquerda. Era o dia da vingança.

Voltando a Paveau (2015), para os que se filiaram à mesma cadeia de sentidos, o referido enunciado foi virtuoso, ajustado às concepções ideológicas daquele grupo, daquele momento, naquela conjuntura política. Todavia, a suposta homenagem não significou assim para outra parte da população, podendo ser considerada um desajuste à *virtude discursiva* (PAVEAU, 2015, p. 216). Assim, entre vaias e aplausos, a homenagem foi ouvida, fazendo com que o discurso trabalhasse na ambivalência de um discurso *virtuoso e não virtuoso*.

Com *o pavor de Dilma Rousseff* (Sd 3), o sujeito enunciator adequa o sentido a seus inúmeros interlocutores que, como ele, queriam não só o *impeachment* de Dilma, mas também sua desmoralização total. Trata-se do trabalho de *reflexividade*, que, conforme Paveau (2015, p. 217), representa um exercício “limitado àquilo que o agente *sabe* daquilo que ele diz, e não leva em conta o *não sabido* de suas falas [...]” (grifo da autora). A autora também traz a noção de *irreflexividade*, que ocorreria quando o agente-falante não tem conhecimento sobre o que fala, assim como não consegue prever as consequências e os sentidos que o seu enunciado irá produzir, seria, de acordo com



Paveau (2015, p. 225), “a falta da avaliação das implicações e das consequências negativas das próprias palavras ou do fato de aceitá-las e até de provocá-las”.

O fato é que não se pode dizer se as palavras incorporam maior ou menor grau de ofensa pelo conhecimento que o sujeito tem do alcance de suas palavras, sob pena de se acreditar numa autonomia da língua e do próprio sentido para o sujeito. O que não impede de pensar que Bolsonaro sabia que atingiria Dilma com a homenagem e, para ele, não há problema em fazê-lo, seu discurso lhe soa virtuoso, assim como aos que se filiam à mesma cadeia de sentido: muitos vibraram com o dito. Todavia, o mesmo *pavor* (Sd 3), que serve para lembrar a lição que muitos militantes tiveram no passado, também recupera uma outra memória, a memória do medo, da tortura, de uma história do País que, por silenciamento e impunidade, dentre outros motivos, continua a reclamar sentidos para se fazer existente e não *cair* no esquecimento (PAVEAU, 2015, p. 238).

Vemos, portanto, que a *virtude discursiva* está diretamente ligada à memória discursiva, que, para Paveau (2015, p. 233), manifesta-se por meio de *marcas detectáveis* que retomam discursos anteriores por meio de “reformulação, repetição ou, ao contrário, de esquecimentos e negação, em relação a ‘formulações-origem’”. Segundo a autora (2015, p. 234), a memória discursiva não se refere apenas à memória cognitiva, pois também se realiza em elementos externos, materializados no ambiente no qual construímos sentidos, assim, a autora afirma que:

[...] a memória não é uma capacidade apenas do agente-falante, mas uma capacidade distribuída nos ambientes: um monumento, um computador, uma inscrição, uma caderneta ou mesmo um objeto sem inscrição constituem memórias externas que vêm sustentar e aumentar a memória humana. Não falo apenas a partir de minhas competências internas, mas também a partir das competências outras, sejam elas humanas ou não humanas. (PAVEAU, 2015, p. 234-35).

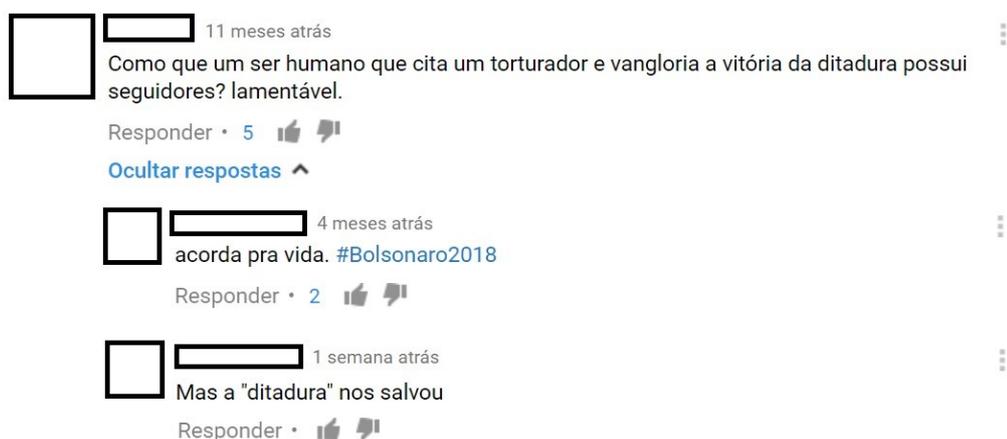
Desse modo, de acordo com Paveau (2015), podemos dizer que a memória discursiva será um dos principais elementos para a construção do discurso, assim como para atribuição dos sentidos, relacionando-se com o *ajuste* necessário para a obtenção de um *discurso virtuoso*. De acordo com essa perspectiva, pode-se supor que, se a memória discursiva é divergente, em um mesmo ambiente discursivo, o discurso proferido pode se fazer *virtuoso* para uns e *não virtuoso* para outros, visto que tal



característica será construída não somente pelo agente-falante, mas também pelo ambiente discursivo e por seus coenunciadores.

Muitos dos interlocutores, naquele momento da homenagem, mesmo no Plenário ou em casa assistindo à cobertura, não defendem a ditadura, a tortura, mas se identificaram, mesmo assim, ao discurso de ofensa à ex-presidente; enquanto outros, mesmo descontentes com Dilma na presidência ou não, ofenderam-se com a homenagem. E é o conjunto destas repercussões que vai nos dizer isso, designado por Paveau (2015, p. 216) como acontecimento discursivo moral, ou seja, “um conjunto de comentários de ordem moral em torno de um discurso proferido”. Vejamos alguns dos comentários que fizeram trabalhar a homenagem do Deputado (Sd 1):

Sd 4: Comentários sobre o voto do Deputado¹⁰:



Fonte: Crazy, 2016.

Nos comentários tirados da rede social, podemos observar que os agentes-falantes não compartilham a mesma memória discursiva que considera a tortura, ou mesmo a ditadura, como coisa boa. Os enunciados que se filiam a essa cadeia de sentido vão formar o conjunto do acontecimento discursivo moral, que, a partir do enunciado-origem, procurarão negá-lo, diminuí-lo, questioná-lo, refazendo o percurso do sentido para outra direção. Vão colocá-lo no patamar de um discurso *não virtuoso*, desajustado a uma parcela importante da sociedade.

Já levando para o terreno do *discurso virtuoso*, podemos observar:

¹⁰ As datas dos comentários são referentes ao dia do acesso ao vídeo (15/04/2017).

Sd 5: Comentários sobre o voto do Deputado:



Fonte: Crazy, 2016.

Sd 6: Comentário sobre o voto do Deputado:



Fonte: Crazy, 2016.

Em Sd 5 e 6, vemos o acontecimento discursivo moral trabalhando em outra direção, quer dizer, na mesma direção do enunciado-origem (Sd 1). Ao pedir *ditadura já!!!!!!*, a Sd 5 desconsidera todas as atrocidades e crimes de lesa-humanidade praticados durante o período e se identifica aos sentidos da Sd 1, o *pavor* construído pelos agentes da repressão. Claro que não se trata apenas de pessoas que desconsideraram os crimes, a questão é mais complexa. Há quem os considera e justamente por isso pede a volta da ditadura.

Na mesma direção, a Sd 6 vai reforçar o neologismo que vem se fortalecendo entre os eleitores do Deputado para 2018: *Bolsomito*, sendo este e Ustra adjetivados como heróis. Em tão poucas palavras, vemos como um discurso mobiliza um antes e um depois: assim como Ustra pode ser tomado como um salvador, um herói, porque ajudou o Brasil a se livrar da suposta ameaça comunista, também Bolsonaro vem se colocando como tal. Enfim, tanto Sd 5 quanto a Sd 6 vão fazer trabalhar os sentidos de um discurso *virtuoso*, ajustado aos agentes e à situação de uma determinada parcela da sociedade.

Trata-se de uma possibilidade de sentido, de uma cadeia de sentidos possíveis e fortemente aceitos, todavia não se pode ignorar que a Sd 1 traz um dizer que, embora divida opiniões, é tomado pela Justiça brasileira como crime, tanto que, como já vimos, a OAB do RJ entrou com um processo contra o Deputado alegando quebra de decoro parlamentar por apologia ao crime e a criminoso. Também os líderes de cinco partidos na Câmara (PT, PSOL, PC do B, PDT e Rede) e Ivo Herzog, filho do jornalista



Vladimir Herzog, morto pelo regime militar, protocolaram na Procuradoria Geral da República representação criminal contra o deputado.

Em sua defesa, Bolsonaro¹¹ argumenta:

Sd 7: Ele [Ustra] não foi condenado e julgado pelo Supremo Tribunal Federal [...]. Qual é o reconhecimento que ele é torturador? Ele é um homem que, em seus assentamentos militares, não tem nenhuma punição enquanto ele desenvolveu o trabalho no DOI-CODI em São Paulo. Não tem nenhuma. Não tem nem advertência. Muito pelo contrário, ele recebeu a mais alta honraria do Exército Brasileiro pelo seu trabalho (O DIA, 2016).

O Deputado ignora que Ustra já foi sim condenado, mas, de fato, só em 2012 pelo caso Luiz Eduardo da Rocha Merlino, morto após tortura em 1971. Todavia, seu discurso não deixa de se apoiar na impunidade dos torturadores que nunca pagaram sua dívida com o passado. O Estado brasileiro não assume tal tarefa, pelo contrário, salvou a maioria dos militares que apoiaram o golpe e praticaram crimes em nome do Estado com a Lei da Anistia. De criminosos, consideram-se heróis, afinal, conforme relataram nas audiências da Comissão Nacional da Verdade, cumpriram apenas ordens e seu dever perante a nação: a condecoração que trazem no peito, a *mais alta honraria do Exército Brasileiro* (Sd 7), vem sempre como prova disso.

Podemos dizer que é o não-dito sobre esses crimes, sobre a amnésia implantada pela Lei de Anistia, que permite, segundo Orlandi (2007, p. 23), o silêncio trabalhar em diferentes direções. Para a autora (2007, p. 76), “proíbem-se certas palavras para se proibirem certos sentidos”, e é assim que os sentidos sobre ditadura, tortura, desaparecimento de corpos vão sendo memorizados, quase negados para fazer valer os sentidos de que não foi tão ruim assim, o Brasil cresceu, não havia corrupção, etc. Negam-se as atrocidades para fazer lembrar somente o *salvamento*, o *cumprimento* de um dever.

Tais deslocamentos são suscitados por uma tentativa de apagamento, que Paveau (2015, p. 237) traz pela noção de *amemória discursiva*, não para designar uma revisão, mas sim um “*apagamento*, consciente ou inconsciente, de um passado ou de um legado discursivo, de ‘formulações-origem’ sobre as quais o falante não gostaria de ter mais

¹¹ In: <<http://odia.ig.com.br/brasil/2016-04-29/jair-bolsonaro-volta-a-defender-coronel-ustra-ele-nao-foi-condenado.html>> Acesso em: 10 jun. 2017.



nada que dizer”. Podemos dizer que a *amemória discursiva* se manifesta no que se refere à ditadura – na tentativa de controle de seus sentidos, na sua negação.

A autora (2015, p. 236) também trabalha com o conceito de *desmemória*, ligando-o, mais precisamente ao sentido e ao referente das palavras. O termo vem para explicitar os fenômenos discursivos que se conectam a mudanças semânticas, aos deslocamentos de sentidos que se originam diacronicamente. Poderíamos pensar aqui no termo *ditadura* substituído por revolução. Para Paveau (2015, p. 237):

Essas revisões podem ser mudanças semânticas, neologismos semânticos, redenominações, reformulações etc., em suma, um conjunto de fenômenos de linguagem que produzirão efeitos transgressivos ou contraintuitivos num contexto no qual reine um acordo semântico e, em minha perspectiva, ético.

Vemos, então, que tanto pelo trabalho da *amemória* quanto da *desmemória*, as relações de poder se marcam no discurso político, permitindo que os sentidos trabalhem em determinadas direções e não em outras.

Paveau (2015, p. 237), ao falar sobre experiências traumáticas, afirma que não se trata da “denegação do acontecimento, que é a mola principal do trauma, mas da denegação do discurso sobre o acontecimento, das palavras que dariam nome ao acontecimento e, por conseguinte, o fariam existir ou reexistir”. Ou seja, o acontecimento permanece na vítima devido ao trauma sofrido, mas, quando o discurso sobre ele é denegado, denega-se também a inscrição desse acontecimento na história, na memória, e ele passa ser colocado em dúvida, pois, se denegado discursivamente, como seria inscrito seu sentido no âmbito real?

Na tentativa de negar e diminuir os feitos e efeitos da ditadura em nossa história, o silêncio instaurado foi sendo amparado e alimentado pela Lei da Anistia, pela impunidade dos que cometeram crime no interior dos aparelhos de Estado, pelo não acesso a documentos das Forças Armadas, e ainda pelo próprio silêncio das vítimas e ou familiares, ou mesmo de qualquer cidadão que se sinta, pelo simples fato de pertencer à mesma raça que fez tudo isso, um pouco autor, um pouco cúmplice. Todavia, tudo isso, embora não seja dito, funciona na memória discursiva de nossa história e volta de tempo em tempo, como o desencadeado pela homenagem do Deputado, que reatualiza a memória de tortura, de arbitrariedade, de medo, ou melhor, como ele mesmo traz: *de*



pavor (Sd 3). Isso porque, conforme Paveau (2015, p. 237), “nas experiências traumáticas, são abundantes os exemplos dessas palavras e discursos inconscientemente interditados que retornam para a experiência do sujeito com formas dolorosas”.

3. Considerações Finais

Em resposta à homenagem realizada por Bolsonaro, a presidenta Dilma declarou que “De fato, eu conheci bem esse senhor a que ele se referiu. Foi um dos maiores torturadores do Brasil, contra ele recai não só a acusação de tortura, mas também de mortes. [...] É terrível ver alguém votando em homenagem ao maior torturador que o Brasil conheceu” (DELLA BARBA; WENTZEL, 2016). Assim como a presidenta, muitos o conheceram e o têm como algoz; outros, como herói. E, no meio de múltiplos sentidos, vemos o quanto a Justiça brasileira deve à nação, pois a impunidade faz escola e ajuda na consolidação de um discurso que ameniza ou mesmo nega os feitos da ditadura no País.

Impunidade que se concretizou nos anos de silêncio referentes ao período da ditadura, nos crimes cometidos na época e nos crimes que se perpetuam até hoje ajuda a alimentar, então, o pedido por intervenção militar que vem se reafirmando no Brasil todo como a única saída para o País. No caso em análise, ao lado da impunidade, impõe-se a imunidade parlamentar, que assegura aos parlamentares o livre exercício de suas funções. É a esta prerrogativa que recorre Bolsonaro quando se defende da acusação de apologia ao crime. Imunidade e impunidade se confundem, portanto, no jogo do fazer político, permitindo que a lei trabalhe entre uma coisa e outra, o que poderá, inclusive, livrar o Deputado de qualquer punição a este respeito.

Essa movimentação dos sentidos im(p)unidade nos leva a pensar a questão ética e moral do discurso, mas também a dimensão jurídica que alcança: onde está o limite, a barreira, a divisão entre o que se pode dizer sobre um crime ou não? Por isso, segundo Paveau (2015, p. 232), “Compreender os discursos é também compreender suas propriedades éticas, pois elas participam do *sentido* deles” (grifo da autora). É compreender que os discursos estão completamente ligados à nossa vida e à nossa história e que, ao observá-los em funcionamento determinado pelas relações de poder,



podemos observar que vidas também são tocadas, sujeitos de uma história que quer existir, reexistir e resistir aos *desajustes* que negam e minimizam seus valores.

Referências

BRASILEIROS. **Conselho de ética:** por 11 votos a 1, Bolsonaro está livre para exaltar torturador. 9 nov. 2016. Disponível em: <<http://brasileiros.com.br/2016/11/conselho-de-etica-por-11-votos-1-bolsonaro-esta-livre-para-exaltar-torturador/>>. Acesso em: 15 abr. 2017.

CRAZY. **Jair Bolsonaro voto sim impeachment 2016.** 17 abr. 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=SroqvAT71o0>>. Acesso em: 15 abr. 2017.

DALTOÉ, Andréia da S. **A metáfora da jararaca e suas ressonâncias:** entre pisar o rabo ou a cabeça. 2017. (no prelo)

DELLA BARBA, Mariana; WENTZEL, Marina. **Discurso de Bolsonaro deixa ativistas ‘estarecidos’ e leva OAB a pedir sua cassação.** 20 abr. 2016. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/04/160415_bolsonaro_ongs_oab_mdb>. Acesso em: 19 mar. 2017.

G1. **Conselho de Ética arquiva processo de Bolsonaro por homenagem a Ustra.** 9 nov. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/11/conselho-de-etica-arquiva-processo-de-bolsonaro-por-homenagem-ustra.html>>. Acesso em: 19 mar. 2017.

GADET, Françoise; PÊCHEUX, Michel. **A língua inatingível:** o discurso na história da lingüística. Campinas: Pontes, 2004.

GALEANO, Eduardo. **De pernas pro ar:** a escola do mundo ao avesso. Porto Alegre, RS: L & PM Editores, 2009.

LÖWY, Michael. Da tragédia à farsa: o golpe de 2016 no Brasil. In: JINKINGS, I.; DORIA, K.; CLETO, M. **Por que gritamos golpe?** Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016.

MPF – MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA. **PGR vai analisar manifestações contra o deputado Jair Bolsonaro.** 20 abr. 2016. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/pgr-vai-analisar-manifestacoes-contra-o-deputado-jair-bolsonaro>>. Acesso em: 19 mar. 2017.



O DIA. **Jair Bolsonaro volta a defender coronel Ustra: 'Ele não foi condenado'**. 2016. Disponível em: <<http://odia.ig.com.br/brasil/2016-04-29/jair-bolsonaro-volta-a-defender-coronel-ustra-ele-nao-foi-condenado.html>>. Acesso em: 10 jun. 2017.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. 6. ed. Campinas: Unicamp, 2007.

_____. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 12. ed. Campinas: Pontes, 2015.

PAVEAU, Marie-Anne. Virtude discursiva. In: PAVEAU, Marie-Anne. **Linguagem e moral: uma ética das virtudes discursivas**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2015. p. 185-227.

_____. Memória e virtude. In: PAVEAU, Marie-Anne. **Linguagem e moral: uma ética das virtudes discursivas**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2015. p. 229-274.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica a afirmação do óbvio**. 3. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

_____. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. 4. ed. Campinas: Pontes, 2006.

_____. Leitura e memória: projeto de pesquisa. In: ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso: Michel Pêcheux**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2011.

SOUZA, Gisele. **OAB-RJ pede cassação do mandato de Bolsonaro por homenagem a Ustra**. 25 abr. 2016. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2016-abr-25/oab-rj-cassacao-mandato-bolsonaro-homenagem-ustra>>. Acesso em: 19 mar. 2017.

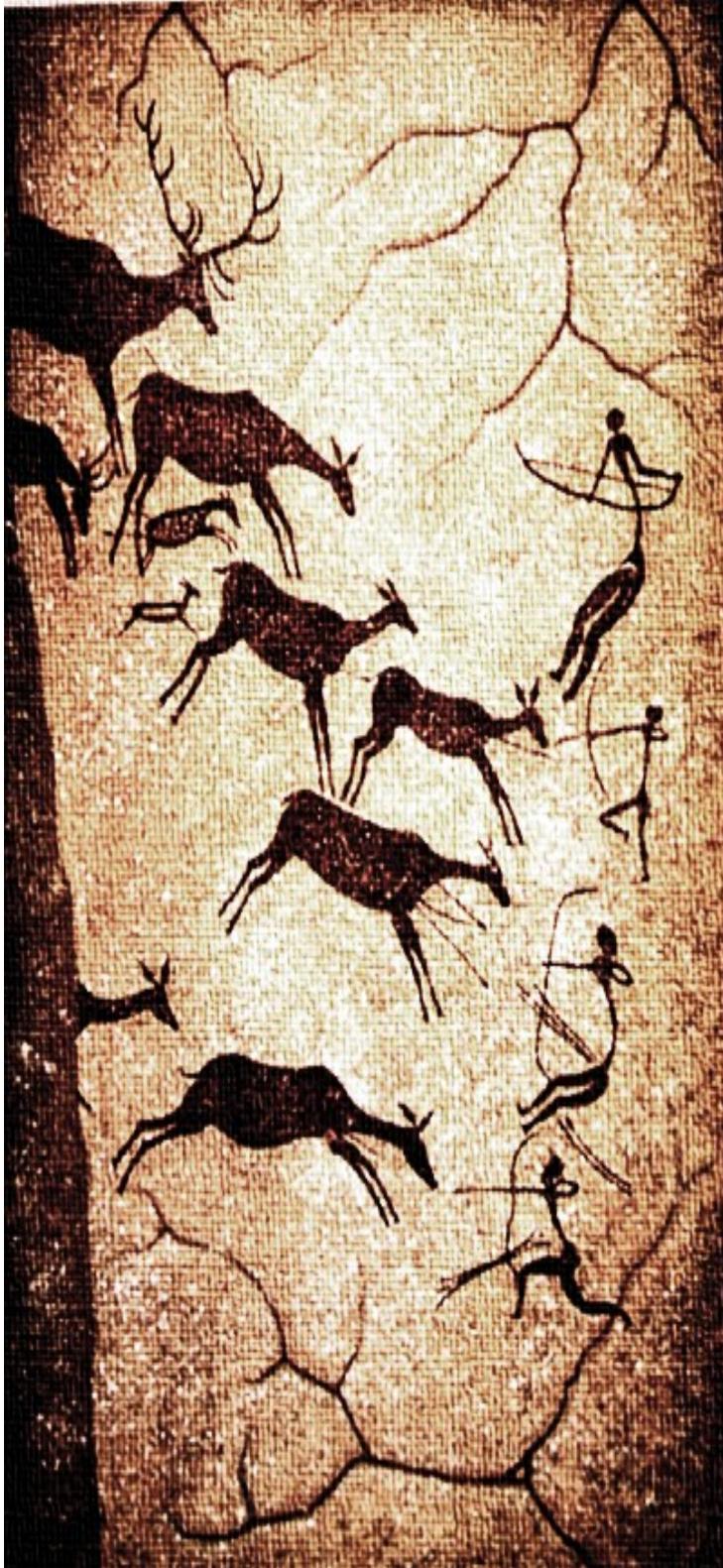
TJSP – TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO. **Processo nº 0202853-19.2005.8.26.0100 (583.00.2005.202853)**. 2005. Disponível em: <<https://esaj.tjsp.jus.br/cpopg/show.do?processo.codigo=2SZX5UGF90000&processo.foro=100&conversationId=&dadosConsulta.localPesquisa.cdLocal=-1&cbPesquisa=NMPARTE&dadosConsulta.tipoNuProcesso=UNIFICADO&dadosConsulta.valorConsulta=carlos+alberto+brilhante+ustra&uuiidCaptcha=&paginaConsulta=1>>. Acesso em: 15 abr. 2017.

ZOPPI-FONTANA, Mónica G. Língua política: modos de dizer na/da política. In: ZANDWAIS, Ana; ROMÃO, Lucília M. S. **Leituras do Político**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

Submetido em: 21/06/2017. Aprovado em: 22/09/2017.



Revista Memorare, Tubarão, v. 4, n. 3 esp. dossiê Marcas da Memória: direitos humanos, justiça de transição e anistia, p. 1-300 set./dez. 2017. ISSN: 2358-0593



DIREITO À VERDADE E À MEMÓRIA: IMPACTOS DA SENTENÇA DO CASO GOMES LUND E OUTROS

Lucas Vicente Comassetto *

Resumo: O presente artigo tem por objetivo apresentar os impactos da sentença do caso Gomes Lund e outros para a promoção do direito à verdade e à memória no Brasil. Tal verificação foi realizada a partir da análise de relatórios de cumprimento de sentença encaminhados pelo Estado brasileiro à Corte Interamericana de Direitos Humanos. Por meio da avaliação desses relatórios, constatou-se que o Brasil tem desenvolvido sistemáticas atividades para promover o direito à verdade e à memória. Entretanto, faz-se necessário que o Estado dê continuidade a esse trabalho, empreendendo outras ações, principalmente, aquelas relacionadas ao enfrentamento dos legados autoritários, que ainda desfrutam de grande influência e obstaculizam o processo de justiça de transição brasileiro.

Palavras-chave: Direito à Verdade e à Memória. Caso Gomes Lund e outros. Justiça de Transição.

Abstract: The present article its to present the impact of the sentence in the case Gomes Lund et al for the promotion of Right to Truth and Memory in Brasil. Such verification was made after analysis of compliance reports sent by the State to the International Court of Human Rights. Through severe evaluation of these reports, they came to the conclusion that Brasil has developed many activities to promote the Right to Truth and Memory. However, it is mandatory that the State continues this work, adding even more activities, especially those related to facing authoritarian legacies that still have big influence and hinder the Brazilian transitional justice process.

Keywords: Right to Truth and Memory. Case Gomes Lund et al. Transitional Justice.

* Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC
Aluno especial da disciplina de História e Relações
Políticas no Brasil Contemporâneo do Programa de Pós-
Graduação em História (PPGH)
E-mail: vicenlucas@gmail.com
DOI: 10.19177/memorare.v4e3201778-93



REVISTA
MEMORARE


www.portaldeperiodicos.unisul.br
ISSN 2358-0593

Revista Memorare, Tubarão, v. 4, n. 3 esp. dossiê Marcas da Memória: direitos humanos, justiça de transição e anistia, p. 1-300 set./dez. 2017. ISSN: 2358-0593

1. Introdução

Em 24 de novembro de 2010, o Estado brasileiro foi condenado, por unanimidade, pela Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH) em razão de ter cometido graves violações de direitos humanos durante a ditadura militar recente. O caso que levou à condenação do Brasil versa sobre violações de direitos humanos praticadas no combate à Guerrilha do Araguaia, no entanto, os impactos da decisão se ampliaram para muito além das vítimas daquele caso. Em razão de referir-se à matéria de direitos humanos violados durante a última ditadura brasileira, a decisão trouxe reflexos para situações análogas que se configuraram na mesma época, mas em situações distintas daquelas da guerrilha do Partido Comunista Brasileiro (PC do B), a Guerrilha do Araguaia. Desse modo, a condenação do Brasil e as ações que estão sendo adotadas para o cumprimento da decisão tem trazido grandes contribuições para a Justiça de Transição¹ e para a efetivação da democracia brasileira.

Nesse sentido, compreender o caso Gomes Lund e os impactos do seu julgamento para a promoção do direito à verdade e à memória no Brasil é uma tarefa importante. Para tanto, faz-se necessário, primeiramente, conhecer o Sistema Interamericano de Direitos Humanos (SIDH), os órgãos que o compõem e os dispositivos que ele protege, haja vista que o referido contencioso transitou nesse sistema.

O SIDH é o sistema de proteção da dignidade da pessoa humana para o Continente Americano. Estabelecido em 1948, com a criação da Organização dos Estados Americanos (OEA), ele protege a dignidade da pessoa humana por meio de mecanismos de promoção, controle e garantia dos direitos humanos. Baseando-se em uma acepção de Bobbio (2004), entende-se por promoção o conjunto de ações orientadas para: a) induzir os Estados que não têm uma disciplina específica para a tutela dos direitos do homem a introduzi-la; b) induzir os Estados que já a têm a aperfeiçoá-la, seja com relação ao número e à qualidade dos direitos tutelados, seja com

¹ Conforme informe do Secretário Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), a justiça de transição é entendida como o conjunto de abordagens, mecanismos – judiciais e não judiciais – e estratégias mobilizados para enfrentar o legado de violência em massa do passado, para atribuir responsabilidades, para exigir a efetividade do direito à verdade e à memória, para fortalecer as instituições com valores democráticos e para garantir a não repetição das atrocidades (ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS, 2004).



relação ao número e à qualidade dos controles jurisdicionais. Por atividades de controle, entende-se o conjunto de medidas que os organismos internacionais põem em movimento para verificar se e em que grau as recomendações feitas aos Estados foram acolhidas, se e em que grau as convenções foram respeitadas. Nessas tarefas de controle são considerados os relatórios que cada Estado signatário de uma convenção se compromete a apresentar sobre as medidas adotadas para tutelar os direitos do homem e os comunicados com os quais um Estado parte denuncia que um outro Estado parte não cumpriu as obrigações decorrentes de uma convenção. Por fim, compreende-se por atividades de garantia a organização de uma autêntica tutela jurisdicional de nível internacional que complemente ou substitua a tutela nacional.

Desse modo, no SIDH, foram pactuados vários tratados para promover os direitos humanos, sendo o mais importante deles a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (CADH), também foi criada a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (Comissão IDH) para controlar a observância dos direitos humanos reconhecidos na CADH e em outros dispositivos jurídicos consagrados no sistema, e foi constituída a Corte IDH para atuar como órgão jurisdicional, respondendo pela aplicação e interpretação, definitiva e inapelável, da CADH e dos demais instrumentos jurídicos do SIDH.

Feita a explanação, situa-se que este artigo está dividido em três partes: a primeira delas versa sobre o contexto geral e explicativo do caso Gomes Lund; a segunda, sobre os impactos da sentença do aludido caso na efetivação do direito à verdade e à memória; e a última parte, sobre considerações finais acerca das ações implementadas pelo Estado e sobre os problemas que necessitam de tratativa para a plena consolidação do período transicional brasileiro.

2. O caso Gomes Lund e outros

No decorrer da última ditadura brasileira, instaurada mediante golpe de Estado em 1964 e findada com eleições indiretas para Presidente da República em 1985, graves violações de direitos humanos foram perpetradas no país. Documentos e depoimentos



recolhidos pela Comissão Nacional da Verdade (CNV)² permitiram estimar que, em razão da ação direta de agentes estatais ou da sua omissão, 434 pessoas morreram ou desapareceram, tendo as violações de direitos humanos cometidas no período ditatorial se configurado como política de Estado³ (BRASIL, 2014).

A ditadura militar brasileira não foi um fenômeno isolado na América Latina, exclusivo do Estado brasileiro, mas se inseriu, no contexto da Guerra Fria, numa estratégia geopolítica de hegemonia no continente, de denúncia do perigo comunista e de difusão sistemática, embora encoberta, dos méritos do sistema capitalista (COMPARATO, 2014).

Na América Latina, [...] os países do Cone Sul – Paraguai (1954), Brasil (1964), Argentina (1966 e 1976), Uruguai (1973) e Chile (1973) – viveram sob ditaduras militares que incorporaram a estratégia anti-comunista (sic) [...]. A base ideológica de todos esses regimes era a ‘doutrina de segurança nacional’ por meio da qual visualizavam aos movimentos de esquerda e outros grupos como ‘inimigos comuns’ (ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS, 2009, p. 13).

No Brasil, visando à manutenção do golpe de Estado e à perenidade da ditadura, uma série de dispositivos restritivos e repressivos foi instituída. O Poder Executivo emitiu 17 Atos Institucionais (AI), que cassaram e suspenderam direitos políticos, demitiram milhares de pessoas do serviço público, expurgaram militares, intervieram em sindicatos, fecharam o Congresso Nacional, instituíram eleições indiretas para Presidente e Governador, estenderam a Justiça Militar à população civil (nos casos de crimes políticos), suspenderam os direitos constitucionais de liberdade de expressão e de reunião, proibiram o exercício da profissão jornalística, permitiram o confisco de bens, suspenderam o *habeas corpus* (nos casos de crimes políticos contra a segurança nacional) etc. Somada à edição desses AI, foram empreendidas outras ações para ampliar o ordenamento jurídico restritivo. Editaram-se leis de segurança nacional, que definiram os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social e

² Criada, em 2011, através da Lei nº 12.528 e estabelecida em 2012. A CNV teve seus trabalhos encerrados em 2014 e teve como objetivos examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticadas no período entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988, a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional (BRASIL, 2011b).

³ Em 2014, a CNV, reconheceu em seu Relatório Final que as violações de direitos humanos praticadas durante a última ditadura se constituíram como política de Estado (BRASIL, 2014).

estabeleceram seus procedimentos de julgamento, e se criou um aparato de órgãos de inteligência e repressão. Em 13 de junho de 1964, criou-se o Serviço Nacional de Informações (SNI) para coletar e processar as informações de interesse à segurança nacional. Em 2 de maio de 1967, criou-se o Centro de Informações do Exército (CIE), diretamente subordinado ao Ministro do Exército, com o objetivo de orientar, coordenar e supervisionar as atividades de segurança interna e contrainformações. E em julho de 1970, o Exército foi promovido ao comando de todas as atividades de segurança nacional, obtendo prevalência sobre a Marinha e a Aeronáutica (ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS, 2009).

Em meio a esse ambiente de privação de direitos civis e políticos e de intensificação do aparelho repressivo, surgiram movimentos e grupos de contestação do regime, duramente combatidos pelo Estado, que passaram a se organizar de forma clandestina e, muitas vezes, armada. Um desses grupos, integrado por membros do PC do B, inspirou-se na Revolução Chinesa e nos escritos de Mao Tsé-tung e instalou-se às margens do Rio Araguaia (sudeste do Pará e norte do atual Tocantins) para formar uma guerrilha rural, objetivando conquistar o apoio da população local e constituir um exército popular de libertação nacional.

Todavia, em razão do isolamento econômico e social no qual a região se encontrava, esse grupo despertou a atenção das Forças Armadas (FA) e da Presidência da República, que estabeleceram um conjunto de medidas para erradicar o movimento. Foi determinado que as FA simulassem manobra conjunta de contraguerrilha na área, visando inibir a presença da esquerda na região, realizassem a Operação Mesopotâmia, visando coletar informações e prender “subversivos”, e procedessem com operações militares que extirpassem o movimento (BRASIL, 2007; GASPARI, 2002; ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS, 2009).

No decorrer de 1972 e 1973, foram realizadas três campanhas de combate à Guerrilha do Araguaia, mobilizando um contingente superior a 7 mil integrantes das três FA e das Polícias Federal e Militar. Nos combates, seguindo a diretriz de não fazer prisioneiros⁴, cerca de 70 militantes e um conjunto de camponeses e indígenas da região

⁴ Durante a Operação Marajoara, a Presidência da República, encabeçada pelo general Médici, assumiu diretamente o controle das operações repressivas e determinou que não fossem feitos prisioneiros (BRASIL, 2007).



foram presos ilegalmente, torturados brutalmente e executados extrajudicialmente, a sangue frio, tendo os corpos sido ocultados ou incinerados pelos agentes. Após esses trágicos eventos, viveu-se um silêncio absoluto imposto pelas FA, proibiu-se a imprensa de dar qualquer tipo de notícia sobre o tema e negou-se, reiteradamente, a existência do movimento e dos combates (BRASIL, 2007).

Em 1979, com aprovação da Lei 6.683 (Lei de Anistia), que extinguiu/perdoou a responsabilidade penal dos indivíduos envolvidos com crimes políticos ou conexos, muitos desaparecidos puderam voltar ao convívio de seus familiares. Todavia, em virtude dos envolvidos na Guerrilha do Araguaia não terem retornado as suas casas, seus familiares tiveram a certeza de que algo grave havia ocorrido a eles, já que permaneciam desaparecidos.

Ante a negativa das forças oficiais do Estado brasileiro de prestarem esclarecimento sobre os acontecimentos e desaparecimentos, os familiares dos desaparecidos se organizaram e empreenderam campanhas próprias de busca de informação e de restos mortais, na região do Araguaia. Realizaram três expedições: uma em 1980, outra em 1991 e a última em 1993, todas sem obter êxito (BRASIL, 2007).

Em 1982, os familiares então ingressaram com uma Ação Ordinária para Prestação de Fato contra o Estado brasileiro, buscando descobrir o paradeiro de seus parentes ou obter informações sobre as circunstâncias de suas mortes. Sem obter sucesso nessa ação e tendo o Brasil aderido⁵ ao Sistema Interamericano de Direitos Humanos em 1992, optaram por denunciar as violações perpetradas à Comissão IDH (BRASIL, 1992; ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS, 2009).

Assim, em 1995, algumas ONGs, representando os familiares dos desaparecidos, apresentaram à Comissão IDH petição contra o Estado brasileiro. Nela, alegaram que o Estado havia violado os artigos 3º (direito à personalidade jurídica), 4º (direito à vida), 5º (integridade pessoal), 7º (direito à liberdade pessoal), 8º (direito de acesso à justiça), 12 (liberdade de consciência e de religião), 13 (liberdade de pensamento e de expressão), e 25 (direito de ser ouvido em prazo razoável) da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, tendo, portanto, o dever de cessar e reparar as violações (ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS, 2010).

⁵ Em de 6 de novembro de 1992, o Estado brasileiro aderiu ao SIDH, promulgando a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica) (BRASIL, 1992).



Após ter reconhecido internamente, mediante a Lei 9.140, a sua responsabilidade pelo assassinato de opositores políticos desaparecidos no período entre 2 de setembro de 1961 e 5 de outubro de 1988, o Estado brasileiro também reconheceu suas responsabilidades perante a Comissão IDH. Em razão disso e de não ter cessado e reparado as transgressões praticadas durante o combate à Guerrilha do Araguaia, em 24 de novembro de 2010, a Corte Interamericana de Direitos Humanos condenou, por unanimidade, o Estado brasileiro. Desde então ele é obrigado a encaminhar relatórios que informem o Tribunal sobre as ações empreendidas para atender aos 11 itens de condenação. Dessa forma, desde 2011, quando do encaminhamento do primeiro relatório, o Brasil tem informado à Corte IDH sobre as ações adotadas para atender aos itens de condenação, cessar e reparar as violações (BRASIL, 1995; ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS, 2010).

3. Impactos da sentença do caso Gomes Lund na promoção do direito à verdade e à memória

A sentença do caso Gomes Lund por si só se constituiu como uma reparação às vítimas da Guerrilha do Araguaia ou de eventos análogos praticados no decorrer da última ditadura brasileira, haja vista ter reconhecido a responsabilidade do Estado brasileiro pelas violações praticadas por agentes oficiais ou com a complacência deles. Em acréscimo a isso, a sentença se tornou importante por estabelecer 11 pontos de condenação, que necessitam de intervenções estatais, medidas reparatorias que o Brasil tem o dever de implementar para cumprir as determinações da Corte IDH e para se consolidar como Estado Democrático de Direito.

Nesse sentido, todas as 11 determinações do Tribunal são relevantes por abordarem pontos sensíveis que o Brasil tem deixado a desejar no enfrentamento dos legados autoritários⁶ e na reparação das transgressões praticadas. Um dos itens de condenação alça importância por lidar com um quesito imanente ao Estado Democrático de Direito, que no Brasil não tem se efetivado integralmente. Trata-se de ações relativas

⁶ Conforme Cesarine e Hite (2004 apud PINTO, 2013, p. 59), legados autoritários podem ser entendidos como “todos os padrões comportamentais, regras, relações, situações sociais e políticas, normas, procedimentos e instituições, quer introduzidos quer claramente reforçados pelo regime autoritário que sobrevivem à mudança de regime”.



à busca, sistematização e publicação de informações relativas à Guerrilha do Araguaia ou a episódios equivalentes, cometidos no período ditatorial recente. Isto é, iniciativas que visem contribuir com a promoção do direito à verdade – trazendo à luz transgressões praticadas outrora, ainda encobertas pelo Estado, por seus agentes ou por seus arquivos – e com a promoção do direito à memória – possibilitando a compreensão da história de desrespeito aos direitos humanos cometida no Brasil recente e, assim, impedindo o seu esquecimento e a sua repetição.

Compreendendo a perspectiva, o Estado brasileiro tem empreendido uma série de ações para promover o direito à verdade e à memória. Nos relatórios encaminhados à Corte IDH, para informar o cumprimento da sentença do caso Gomes Lund, o Brasil listou algumas dessas ações, como:

Criação, no âmbito do Ministério da Justiça e em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com a Prefeitura de Belo Horizonte e com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), do Memorial da Anistia Política do Brasil, a ser sediado em Belo Horizonte. As obras para a construção do memorial se iniciaram em 2012, tendo ele o objetivo de se constituir como um espaço de memória e consciência, “destinado a preservar o legado e o acervo da Comissão de Anistia, bem como a servir de instrumento simbólico de reparação moral àqueles que foram perseguidos e tiveram seus direitos violados durante os governos ditatoriais” (BRASIL, 2015, p. 78).

Elaboração do Memorial Virtual da Comissão de Anistia, visando “[...] possibilitar o acesso da sociedade às informações do acervo da Comissão, e criar condições para a produção de pesquisas sobre as perseguições políticas ocorridas entre os anos de 1946 e 1988” (BRASIL, 2015a, p. 79).

Desenvolvimento do Projeto Caravanas da Anistia, da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça (CA/MJ). Trata-se de uma das ações da política de reparação moral da referida Comissão, que consiste em sessões públicas itinerantes de apreciação de requerimentos de anistia seguidas de atividades educativas e culturais. Em outras palavras, de uma política pública de educação em direitos humanos que objetiva resgatar, preservar e divulgar a memória política brasileira, em especial do período relativo à repressão ditatorial, estimulando e difundindo a discussão em torno da anistia política, da democracia e da justiça transicional (BRASIL, 2015).



Seguimento do Projeto Marcas da Memória, da CA/MJ. Instituído em 2008, com o objetivo principal de dar visibilidade à memória das vítimas que tiveram sua voz brutalmente calada no período da ditadura, o Projeto tem realizado esse objetivo por meio da construção de um acervo de fontes orais e audiovisuais, com critérios teóricos e metodológicos próprios de registro e organização, de história de vida das pessoas que vivenciaram períodos de repressão. De acordo com o Estado, os acervos orais e audiovisuais do Projeto serão disponibilizados para consulta pública e pesquisa no Centro de Documentação e Pesquisa do Memorial da Anistia Política do Brasil. Destaca-se que, em 2016 e em 2017, foi realizada em Tubarão, nas dependências da Universidade Sul de Santa Catarina (UNISUL), em parceria com a CA/MJ, a Semana Marcas da Memória, que buscou debater temas relacionados à ditadura para além de uma rememoração ritualística, mas em seus feitos nos dias de hoje (BRASIL, 2015).

Publicação, por meio da Comissão de Anistia, de livros, revistas e coletâneas atinentes aos direitos humanos. Cita-se a publicação: da “Revista da Anistia Política e Justiça de Transição” nº 09, da “Coletânea da Jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos” (com sete volumes) e do livro “Depoimentos para a História: a resistência à ditadura militar no Paraná” (BRASIL, 2015).

Participação da Comissão de Anistia em eventos no Brasil e no exterior, seja como patrocinadora ou como conferencista, sendo o norte de todos eles a continuidade da articulação nacional e internacional para a troca de experiência e informações relativas aos direitos humanos e à justiça de transição (BRASIL, 2015).

Realização de Mostras de Cinema em Direitos Humanos, por meio da extinta Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), com o objetivo de difundir informações sobre a ditadura militar. Em 2014, durante a sua 9ª edição, a Mostra teve a temática Memória e Verdade e os 50 anos posteriores ao golpe de 1964. Assim, foram exibidos cinco filmes nas 26 capitais estaduais e na capital do Distrito Federal que abordaram, de diferentes maneiras, narrativas relacionadas aos acontecimentos políticos que marcaram a segunda metade do século XX no Brasil. Ressalta-se que, em 2015, essa Mostra de Cinema foi realizada em Tubarão, com a colaboração e nas dependências da UNISUL (BRASIL, 2015).

Desenvolvimento do Projeto Direito à Memória e à Verdade, da extinta SDH/PR, tendo como objetivos: a) incentivar Comitês e Comissões da Verdade



Revista Memorare, Tubarão, v. 4, n. 3 esp. dossiê Marcas da Memória: direitos humanos, justiça de transição e anistia, p. 1-300 set./dez. 2017. ISSN: 2358-0593

setoriais; b) produzir e difundir exposições sobre a temática de direitos humanos; c) publicar e distribuir livros; e d) realizar atividades como seminários, palestras e debates. Nesse seguimento, foram realizados debates, seminários e palestras em quase todas as Unidades da Federação, várias exposições móveis como, por exemplo, a exposição “Não tens epitáfio porque és bandeira”, dedicada a Rubens Paiva, que ocorreu na Câmara dos Deputados; a efetivação de dois “Memoriais das Pessoas Imprescindíveis” em homenagem aos mortos e desaparecidos políticos, um dedicado ao Sargento Manuel Raimundo Soares, em Porto Alegre/RS e outro dedicado aos mortos e desaparecidos do Espírito Santo, instalado na praça central da cidade de Vitória/ES; e a publicação de inúmeros livros, tais como: “Retrato da Repressão Política no Campo”, de Ana Carneiro e Marta Cioccarri, e “Camponeses Mortos e Desaparecidos: Excluídos da Justiça de Transição”, pesquisa de Gilney Viana (BRASIL, 2015).

Lançamento, em 05 de dezembro de 2014, do Portal Memórias da Ditadura, da extinta SDH/PR, que visa levar informações sobre a ditadura a quem não conhece o período histórico do país, contando com conteúdo interativo que permite a gravação e publicação de depoimentos, pelos internautas, e que possibilita, aos professores, o acesso a planos de aula e diversos materiais didáticos (BRASIL, 2015).

Instituição de três Grupos de Trabalho no âmbito do Ministério Público Federal com o objetivo de promover políticas voltadas à verdade histórica do período ditatorial recente, à localização de restos mortais de desaparecidos políticos, à persecução penal de acusados de cometer graves violações de direitos humanos, à valorização da memória coletiva, ao cumprimento da parte penal da sentença do caso Gomes Lund e ao esclarecimento de práticas autoritárias que lesaram direitos de povos indígenas. Assim foram criados: o Grupo de Trabalho Memória e Verdade, para coordenar a atuação dos Procuradores dos Direitos do Cidadão em todo o país, com foco na promoção de políticas voltadas à verdade histórica e à localização de restos mortais de desaparecidos políticos, com vistas à responsabilização civil, bem como à valorização da memória coletiva, entre outras questões; o Grupo de Trabalho Justiça de Transição, com o objetivo de dar efetivo e integral cumprimento a parte penal da sentença do caso Gomes Lund; e o Grupo de Trabalho Violação dos Povos Indígenas e Regime Militar, com o objetivo de definir de que modo a prática autoritária do regime ditatorial militar lesou direitos indígenas e avaliar em qual medida as políticas tradicionais da justiça de



transição são compatíveis com a cultura e as demandas das populações indígenas (BRASIL, 2015).

Também destacam-se os aportes da CNV, concernentes à sistematização de informações, recolhidas em documentos oficiais ou em testemunhos e relacionadas ao esclarecimento das violações de direitos humanos cometidas no período ditatorial; à identificação da estrutura de comando das operações militares, com a nomeação dos agentes perpetradores; e à emissão de recomendações que permitam findar, sem restar magoas e impunidades, o capítulo autoritário da história brasileira (BRASIL, 2015).

Por fim, e bastante relevante, a promulgação da Lei 12.527/2011⁷, que regulamentou o Acesso à Informação Pública, proporcionando maior transparência aos atos estatais e ajustando o direito interno aos padrões internacionais. Tratou-se de umas das mais importantes ações adotadas no intuito de buscar, sistematizar e publicizar informações acerca de atividades que tenham implicado violações de direitos humanos durante a ditadura militar brasileira recente, permitindo que qualquer cidadão tenha acesso a essas informações.

Dado o exposto, entende-se que todas as ações que foram ou que estão sendo executadas pelo Estado brasileiro para o cumprimento da sentença do caso Gomes Lund,⁸ são importantes não só para o cumprimento dessa sentença, já que trazem impactos para muito além dela. Não é demais lembrar que a história, seguindo uma concepção de Certeau (1975 apud DOSSE, 2010), tem uma dupla contribuição para a sociedade: de contribuir para a edificação de um túmulo para a morte e de encontrar-lhe um lugar no mundo presente dos vivos, abrindo o presente para novos possíveis. Nesse sentido, as ações executadas pelo Estado denotam que ele está mostrando-se interessado em desenvolver mecanismos que promovam o direito à verdade e à memória, na busca pela consolidação do seu período transicional e do Estado Democrático de Direito.

⁷ A Lei de Acesso à Informação (LAI) foi sancionada pela Presidente Dilma Rousseff, em 18 de novembro de 2011, e entrou em vigor, em 16 de maio de 2012, (180 dias após a promulgação). Ela regulamenta o direito constitucional de qualquer pessoa solicitar e receber dos órgãos e entidades públicos, de todos os entes e Poderes, informações públicas por eles produzidas ou custodiadas. Para a LAI, considera-se como informações os dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, registrados em qualquer suporte ou formato. Desse modo, com a LAI a publicidade passou a ser a regra e o sigilo a exceção (BRASIL, 2011a).

⁸ Para uma análise mais completa consultar: Comassetto, Lucas Vicente. Cumprimento por parte do Estado brasileiro da sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos no caso Gomes Lund e outros. Trabalho de conclusão de curso de graduação em Relações Internacionais. Tubarão: Universidade do Sul de Santa Catarina, 2015.



Contudo, resta saber se o Estado brasileiro tem condições de enfrentar os legados autoritários que, ainda, impedem a plenitude desse processo.

4. Considerações Finais

Tendo como base a aceção proposta por Michel de Certeau (1975), conhecer e compreender a história do período ditatorial brasileiro é uma forma de honrar o passado e de possibilitar que o presente e o futuro sejam diferentes e melhores. Para isso, faz-se necessário dar prosseguimento e ampliação às políticas que têm sido implementadas pelo Estado brasileiro.

Nos últimos anos avançou-se bastante em matéria de promoção do direito à verdade e à memória, todavia, as ações desenvolvidas pelo Estado brasileiro para consagrar a Justiça Transicional não alcançaram suas integrais finalidades. Ainda se permanece estático em relação à efetivação do direito à justiça, tendo em vista que a persecução penal dos acusados de cometerem graves violações de direitos humanos, durante a última ditadura brasileira, é impossível de ser atingida em virtude da interpretação errônea, chancelada pelo Supremo Tribunal Federal, que se faz da Lei de Anistia.

Além disso, as recentes manifestações que têm ocorrido, no Brasil, em prol da ditadura militar – sem mencionar a apologia à tortura e a outros tratamentos cruéis e desumanos que têm sido feitos e aplaudidos por muitos –⁹ evidenciam que os trabalhos realizados pelo Estado brasileiro para efetivar o direito à verdade e à memória ainda não estão completos, embora tenham sido fortalecidos nos últimos anos. Essas manifestações espelham a necessidade de dar-se continuidade às ações empreendidas pelo Brasil num sentido de torná-las mais eficazes e de ampliar o número de envolvidos e atingidos. É preciso possibilitar que as gerações que nasceram sob os auspícios da Democracia tenham ciência da importância de hoje vivermos em um Estado Democrático de Direito e isso só será possível com mecanismos contínuos, bem estruturados e executados, que reverberem em todos os meios e esferas e que criem amplos e profícuos ambientes de debates sobre as temáticas ditatoriais.

⁹ Em 17 de abril de 2016, o Deputado Jair Bolsonaro, durante votação acerca da abertura de processo de impeachment contra a Presidente legítima da República, Sra. Dilma Vana Rousseff, fez apologia à tortura e à ditadura, manifestando seu voto em honra à memória (sic) de coronel do Exército juridicamente reconhecido como torturador (GAZETA DO POVO, 2016).



É preciso destacar também a necessidade de reformular algumas instituições do Estado brasileiro de modo a diminuir e esgotar os legados autoritários. As FA contam com uma estrutura altamente autoritária que não foi reformulada com a reabertura política. Em verdade, mesmo com a redemocratização os militares continuaram detendo grande poder no Estado. Cita-se como exemplo o fato de até 1999 existirem três Ministérios para representá-los, tendo o Ministério da Defesa (MD) sido criado apenas neste ano. De todo modo, mesmo com a criação do MD os militares mantiveram a estrutura hierárquica autoritária, permanecendo cada força singular sob a autoridade de um comandante da mais alta patente da instituição. Além disso, as FA jamais reconheceram a sua responsabilidade pelas violações de direitos humanos cometidas durante a ditadura militar. Também nunca reconheceram ou liberaram o acesso aos arquivos produzidos naquele período, pelo contrário, sempre negaram a existência deles. Igualmente, em tempo algum elas deixaram de realizar comemorações alusivas à falaciosa “Revolução de 1964”¹⁰, fato que levou a CNV a recomendar que esses eventos fossem findados por serem incompatíveis com os princípios que regem o Estado Democrático de Direito¹¹.

Isso denota quão imperativo é reformular as FA, ainda mais quando se leva em conta a concepção proposta por Reinhart Koselleck, em *Estratos do Tempo* (2014), de que a história se repete; não no acontecimento que é sempre singular, mas na estrutura de curta, média ou longa duração existente por traz do acontecimento. Em outras palavras, para impedir que a história antidemocrática se repita é preciso modificar a estrutura autoritária de longa duração existente nas FA. Não à toa a Corte IDH também definiu na sentença do caso Gomes Lund que o Estado brasileiro deveria desenvolver um programa permanente de capacitação sobre direitos humanos no âmbito das três forças militares. Programa estruturado pelo Estado brasileiro em 2011 e que desde 2012 está sendo aplicado na capacitação dos agentes militares.

Dado o exposto, entende-se que a condenação do Estado brasileiro pela Corte IDH vem gerando grandes e importantes discussões e ações por parte do Estado, que tem a necessidade de desenvolver mecanismos que atendam às determinações do

¹⁰ Tradicionalmente associações militares organizam comemorações ao Golpe de 1964.

¹¹ Para mais informações consultar o Relatório Final da CNV, no volume 01 desse relatório constam todas as recomendações realizadas pela referida comissão.



Tribunal e possibilitem a conclusão de seu período de Justiça Transicional. Contudo, muito há de ser feito uma vez que ainda existe na sociedade brasileira a presença de fortes estruturas autoritárias como, por exemplo, as Forças Armadas, a Imprensa e o Judiciário, instituições que ainda não evoluíram, ou evoluíram pouco, em matéria de direitos humanos, ao mesmo tempo que gozam de grande ingerência na sociedade. Nesse diapasão, é preciso saber se o Estado brasileiro tem capacidade e tem interesse para efetivamente enfrentar e modificar essas estruturas.

Referências

BRASIL. **Decreto nº 678**, de 6 de novembro de 1992. Promulga a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), de 22 de novembro de 1969. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D0678.htm>. Acesso em: 13 jul. 2016.

BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos**. Rio de Janeiro, RJ: Editora Elsevier, 2004, 7ª reimpressão, p.23. Disponível em: http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/297730/mod_resource/content/0/norberto-bobbio-a-era-dos-direitos.pdf. Acesso em: 04 ago. 2015.

_____. **Lei nº 9.140**, de 04 de dezembro de 1995. Reconhece como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, e dá outras providências. 1995. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/LEIS/L9140.htm. Acesso em: 22 ago. 2015.

_____. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Direito à verdade e à memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos**. 2007. Disponível em: http://dh.sdh.gov.br/download/dmv/direito_memoria_verdade.pdf. Acesso em: 17 ago. 2015.

_____. Ministério das Relações Exteriores. **Contestação no caso “Júlia Gomes Lund e outros vs. Brasil”, nº 11.552, apresentado pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH)**. 2009b. Disponível em: <http://www.democraciaetransicao.fadir.ufu.br/sites/democraciaetransicao.fadir.ufu.br/files/contest.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2015.

_____. **Lei nº 12.527**, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. 2011a. Disponível em:



Revista Memorare, Tubarão, v. 4, n. 3 esp. dossiê Marcas da Memória: direitos humanos, justiça de transição e anistia, p. 1-300 set./dez. 2017. ISSN: 2358-0593

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm>. Acesso em: 14 jul. 2016.

_____. **Lei nº 12.528**, de 18 de novembro de 2011b. Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República. 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112528.htm>. Acesso em: 14 jul. 2016.

_____. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório Final**. Brasília, 2014, Volume 01, p.963. Disponível em: http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_1_digital.pdf. Acesso em: 12 jul. 2016.

_____. Ministério das Relações Exteriores. **Corte Interamericana de Direitos Humanos Gomes Lund e Outros (“Guerrilha do Araguaia”) vs. Brasil**: relatório sobre cumprimento de sentença. 2015. Disponível em: <<http://www.acesoainformacao.gov.br/sistema/Pedido/DetalhePedido.aspx?id=D8U2TY6zU3w=>>> Acesso em: 20 set. 2015.

COMPARATO, Fábio Konder. **Compreensão histórica do regime empresarial-militar brasileiro**. 2014. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/images/stories/cadernos/ideias/205cadernosihuideias.pdf>>. Acesso em: 26 mar. 2014.

DOSSE, François. **Renascimento do Acontecimento**. São Paulo: Editora Unesp, 2013. 362 p.

GASPARI, Elio. **A Ditadura Escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. Disponível em: <<http://fabiopassos.com.br/downloads/89955ef8e43de1f54aba061374228802.pdf>>. Acesso em: 19 dez. 2016.

GAZETA DO POVO. **Conheça o coronel Ustra, homenageado por Bolsonaro e chefe do temido DOI-Codi**. 2016. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/historia/conheca-o-coronel-ustra-homenageado-por-bolsonaro-e-chefe-do-temido-doi-codi-8sed82y14k1b2hnuu1yxk5pnb>>. Acesso em: 20 abr. 2017.

KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do tempo**: estudos sobre história. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Demanda perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos**: Caso 11.552 Julia Gomes Lund e Outros (Guerrilha do Araguaia) Contra a República Federativa do Brasil. 2009. Disponível em: <https://www.oas.org/pt/cidh/decisiones/corte/Caso11552port.doc>. Acesso em: 17 ago. 2015.



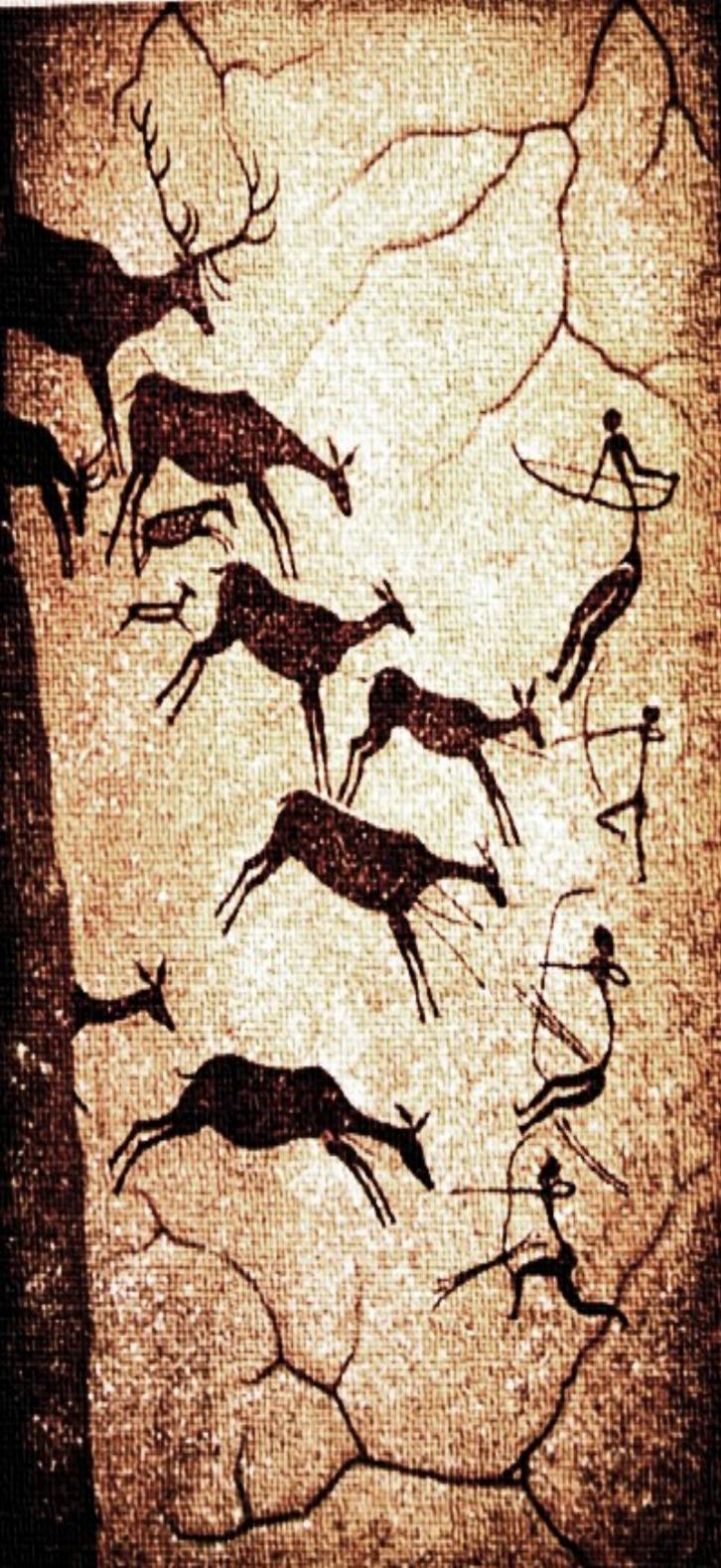
_____. **Corte Interamericana de Direitos Humanos Caso Gomes Lund e Outros (“Guerrilha do Araguaia”) vs. Brasil**: sentença de 24 de novembro de 2010. 2010. Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_219_por.pdf> Acesso em: 23 ago. 2015.

ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS. Consejo de Seguridad. **Informe del Secretario General sobre El Estado de derecho y la justicia de transición em las sociedades que sufren o han sufrido conflictos**. S/2004/616. 2004. Disponível em: http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/2004/616&referer=http://www.un.org/en/sc/documents/sgreports/2004.shtml&Lang=S. Acesso em: 20 abr. 2017.

PINTO, Antonio Costa. Transições democráticas e justiça de transição na Europa do Sul: perspectivas comparadas. In: FICO, Carlos; ARAUJO, Maria Paula; GRIN, Monica (Orgs.). **Violência na História**: memória, trauma e reparação. Rio de Janeiro: Ponteio, 2013.

Submetido em: 21/06/2017. Aprovado em 30/08/2017.





CLÍNICAS DO TESTEMUNHO: REPARAÇÃO PSÍQUICA E CONSTRUÇÃO DE MEMÓRIAS

Marilena Deschamps Silveira *

Resumo: O presente trabalho apresenta o projeto Clínicas do Testemunho, resultado de um longo processo de responsabilização pelo Estado e pela sociedade civil brasileira na promoção de justiça, de verdade e da memória daquelas pessoas afetadas pela violência de Estado no período compreendido entre 1946 e 1988. Outrossim, como psicanalistas, a partir da nossa experiência do desenvolvimento do Projeto no estado de Santa Catarina, apontamos seu lugar como dispositivo na reparação psíquica dos atingidos direta, ou indiretamente, pela violência de Estado daquele período e sua consequente intervenção no social. Ou seja, refletimos sobre o testemunho como dispositivo clínico-político capaz de revelar uma história que esteve submetida ao silenciamento, e como tal, intervém buscando impedir a repetição da violência como sintoma social na atualidade e no futuro.

Palavras-chave: Clínicas do testemunho. Reparação psíquica. Testemunho.

Abstract: This paper presents the Clinics of Testimony Project that comes as the result of a long process in which the State and the Brazilian civil society have acknowledged their responsibility in promoting justice, truth and memory for those people affected by the State violence in the period between 1946 and 1988. Also, based on our expertise as psychoanalysts in the development of the project in the state of Santa Catarina, we point out the fundamental importance of the project in the psychic reparation of the victims affected either directly or indirectly by the violence in the mentioned period, and its consequent positive intervention in the society. In other words, we consider the testimony as clinical and political mechanism that reveals a history that was untold, and as such, able to stop the repetition of violence as a social symptom in current times as well as in the future.

Keywords: Clinics of Testimony. Psychic reparation. Testimony.

* Sigmund Freud - Associação Psicanalítica, membro efetivo, psicanalista, coordenadora técnica do Projeto Clínicas do Testemunho do Instituto APPOA /Núcleo Santa Catarina.

E-mail: marilenadeschampss@gmail.com

DOI: 10.19177/memorare.v4e3201794-109



REVISTA
MEMORARE


www.portaldeperiodicos.unisul.br
ISSN 2358-0593

Revista Memorare, Tubarão, v. 4, n. 3 esp. dossiê Marcas da Memória: direitos humanos, justiça de transição e anistia, p. 1-300 set./dez. 2017. ISSN: 2358-0593

1. Introdução

“Ouve-me, ouve o meu silêncio. O que falo nunca é o que falo e sim outra coisa.
Capta essa outra coisa de que na verdade falo porque eu mesma não posso.”
Clarice Lispector

A Comissão de Anistia, vinculada ao Ministério da Justiça, passou a integrar em definitivo a estrutura do Estado brasileiro com a aprovação da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002. Tem como competências promover a reparação de violações a direitos fundamentais praticadas entre 1946 e 1988. Através da reparação busca promover o reencontro do Brasil com seu passado histórico e tem realizado várias ações, entre elas: Projeto Marcas da Memória, Caravanas da Anistia, Audiências Públicas e pretende implantar e manter o Memorial da Anistia Política do Brasil. Assim, a Comissão pretende alterar o senso comum da anistia enquanto esquecimento, constituindo, ao contrário, memória e política de reconhecimento do sujeito afetado pela violência do terror de Estado.

Assim, dentro dessa perspectiva, no contexto da Política Nacional de Promoção da Justiça de Transição e da Anistia Política, mantida pela Comissão de Anistia, surge o Projeto Clínicas do Testemunho em 2012. Ao mesmo tempo, também é fruto da penalização perpetrada por sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos sobre o Estado Brasileiro pelos crimes de lesa humanidade ocorridos durante o período de ditadura. Pela sentença¹, fica estabelecido que “o Estado deve oferecer o tratamento médico e psicológico ou psiquiátrico que as vítimas requeiram”, afirmando a obrigação da reparação Estatal por violações de direitos humanos cometidas por seus agentes também no âmbito da reparação psíquica.

Na verdade, os longos anos de violações dos direitos humanos trouxeram graves consequências para toda a sociedade. Neste sentido, somos todos afetados. Porém, no caso daqueles envolvidos diretamente no processo de perseguição, sequestro, prisão, tortura e exílio, a necessidade de reparação psíquica como forma de justiça e construção de memória é premente.

¹ In: http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_219_por.pdf



O Clínicas do Testemunho se instala por meio de chamada pública, para instituições da sociedade civil, visando, portanto, à implantação de núcleos de apoio e atenção/reparação psíquica aos anistiados, anistiandos e familiares até a segunda geração. O edital lançado para licitação das clínicas interessadas em desenvolver o Projeto Clínicas do Testemunho destaca que os reflexos da violência de Estado praticada no período da repressão se perpetuam no psíquico das vítimas mesmo com o passar dos anos, inclusive transgeracionalmente. Assim, o atendimento clínico psíquico às vítimas dos danos produzidos pela violência do Estado Brasileiro é necessário e amplia a reparação para além da reparação financeira e moral.

O desenvolvimento do Projeto tem como objetivo uma continuidade num segundo tempo. No primeiro momento, com o trabalho das clínicas da sociedade civil, significa intervenção no âmbito da reparação psíquica, forma possível de elaboração, reinscrição e coletivização da experiência traumática pessoal. Já no segundo tempo, busca-se e espera-se que venha a se constituir numa política pública de qualidade. Destaca-se que a falta de uma política pública que vise reparar essas violações representa uma negação do Estado em reconhecer os erros cometidos por seus agentes e contribui para uma não reparação plena.

Assim, desde sua implantação em 2012, o Clínicas do Testemunho foi desenvolvido durante os dois primeiros anos como “piloto”, funcionando como criação e instauração de um modelo de intervenção. A segunda chamada pública para o Projeto, a partir de 2016 até 2017, ratifica e mantém as intervenções desenvolvidas por todas as clínicas licitadas até 2015, mas também se debruça para transformar o Projeto numa política de saúde pública de Estado, reforçando a capacitação de profissionais da rede de saúde pública para seguir com o trabalho. Atende, desta forma, a uma das recomendações do relatório da Comissão Nacional da Verdade, divulgado no final de 2014, que assinala que as vítimas de graves violações de Direitos humanos estão sujeitas a sequelas que demandam atendimento médico e psicossocial contínuo, os quais devem ser garantidos pelo Estado por meio da rede articulada intersetorialmente e da capacitação dos profissionais de saúde para essa finalidade específica.

Nesse sentido, o Projeto está estruturado em três eixos/metás: atenção a vítimas, entendida como o desenvolvimento de práticas e dispositivos clínicos destinados ao tratamento de traumas e demais gêneros de sofrimento psíquico provocados pela



violência de Estado ditatorial em indivíduos, famílias, grupos e/ou comunidades afetados por tais violações; capacitação de profissionais e atores sociais que lidam com os efeitos psíquicos da violência de Estado; e formulação de insumos de referência para aproveitamento profissional múltiplo em novas experiências, de tal forma a alargar sua amplitude no tratamento dos efeitos psíquicos da violência do Estado, incluindo a produção e distribuição de materiais impressos, ou audiovisuais e eletrônicos, de cunho acadêmico, informativo, educacional, pedagógico ou profissional voltados às temáticas da reparação psíquica, da violência de Estado e do enfrentamento aos legados da ditadura e à violência do Estado no passado e no presente. Dessa forma, as entidades selecionadas atuam não apenas como clínica propriamente dita, mas também como espaço de formulação em rede de conhecimentos que possam ser posteriormente aplicáveis por outros profissionais.

Considerando que a violência de Estado continua marcando nosso cotidiano brasileiro, a capacitação dos profissionais da rede pública se dirige também, a partir de 2016, para o trabalho de atendimento psíquico aos afetados pela violência na atualidade. Para tanto, as instituições selecionadas pela Comissão de Anistia por meio do Edital da II Chamada Pública do Projeto "Clínicas do Testemunho" foram convidadas a apresentar proposta ao Conselho Britânico, em conjunto com especialistas britânicos, para a constituição de centros de capacitação em reparação psíquica financiados pelo Fundo Newton. São beneficiados pelos centros profissionais de diferentes instituições públicas e privadas sem fins lucrativos, com ênfase em profissionais do Sistema Único de Saúde (SUS) e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Com tal parceria, a Comissão de Anistia e o Conselho Britânico lançaram o programa "Clínicas do Testemunho - Centros de Capacitação para Reparação Psíquica e Enfretamento da Violência", como desenvolvimento do Projeto Clínicas do Testemunho, para ampliar e aprofundar a atenção psicológica oferecida a vítimas de violações de direitos humanos no Brasil, com foco nos efeitos da violência no presente. Assim, a rede Clínicas do Testemunho passou a ser composta por cinco Núcleos de Atendimento, conveniados à Comissão de Anistia e destinados à reparação psíquica dos efeitos dos crimes da ditadura, e Cinco Centros de Capacitação, conveniados ao Fundo Newton e destinados à formação de profissionais que lidam com os efeitos psíquicos das graves violações de direitos humanos do presente. As instituições licitadas e



conveniadas à Comissão de Anistia, na vigência de janeiro de 2016 a dezembro de 2017, cada uma desenvolvendo a parceria com Fundo Newton, são as seguintes:

- Instituto APPOA – Clínica, Intervenção e Pesquisa em Psicanálise (Santa Catarina);
- Instituto APPOA – Clínica, Intervenção e Pesquisa em Psicanálise (Rio Grande do Sul);
- Instituto de Estudos da Religião – ISER (São Paulo);
- Instituto Sedes Sapientiae (São Paulo);
- Instituto de Estudos da Religião – ISER (Rio de Janeiro).

2. Clínicas do Testemunho em Santa Catarina: do confronto com o silenciamento

O projeto piloto do Clínicas do Testemunho foi desenvolvido no Rio Grande Sul por uma equipe de psicanalistas, membros da Sigmund Freud Associação Psicanalítica. Em novembro de 2013, por solicitação, do Presidente da Comissão Nacional de Anistia, na época, Sr. Paulo Abrão, a instituição promove a expansão do Projeto para Santa Catarina, mais especificamente para a cidade de Florianópolis. A divulgação inicial do Projeto se fez por meio de uma Conversa Pública e um encontro de Capacitação.

Em 2014, de fato, passamos ao desenvolvimento do Projeto no nosso estado com um pequeno Grupo de Trabalho para cumprir com seus objetivos. Realizada a segunda licitação, estabelecemo-nos como Núcleo SC e, junto com o Núcleo RS, constituímos o Projeto Clínicas do Testemunho do Instituto APPOA, instituição que agora responde formalmente pelo Projeto em parceria com a Sigmund Freud – Associação Psicanalítica. O programa do Núcleo SC inclui ações do Projeto para mais duas cidades catarinenses, Criciúma e Itajaí, além de Florianópolis.

Quando introduzimos nosso trabalho em Santa Catarina, como expansão dentro do Projeto piloto, situamos o trabalho como possibilidade de escuta e reparação psíquica aos direta e indiretamente afetados pelos efeitos traumáticos produzidos pela violência da ditadura. Acreditamos na importância do testemunho gerado a partir dessa escuta. A escuta, além da reparação psíquica individual, fosse em atendimentos individuais ou em grupo, é força geradora de testemunho que retira do silenciamento o que se passou na



nossa história, pelo que significa em termos de construção de memória histórica individual e coletiva que venha a impedir o desdobramento e repetição da violência na atualidade.

Porém, não tínhamos ainda a dimensão da força do silenciamento como contrária à possibilidade de fala e, por consequência, à construção de testemunhos. Diante de objetivos tão significativos na elaboração psíquica do traumático para o sujeito e para o social, não havíamos dimensionado o trabalho que precisaríamos constituir junto ao público-alvo para que se constituísse uma demanda de aproximação ao Projeto. O Clínicas do Testemunho presumiu uma demanda ali onde estava o silêncio, a suspeita, a raiva, a desconfiança de sujeitos que nunca haviam sido escutados e reconhecidos pelo Estado.

Numa das nossas primeiras reuniões do Grupo de Trabalho, ao nos debruçarmos sobre dados históricos do período ditatorial em Santa Catarina, uma colega se depara com os fatos ocorridos no estado e revela com perplexidade: “que incrível... parecia que nada disso tinha ocorrido aqui... Isso também aconteceu aqui?” Portanto, do interior do Grupo de Trabalho surge uma questão reveladora sobre o tamanho do silenciamento no coletivo social. A violência de Estado ditatorial na história do estado catarinense não se fazia historizada no coletivo social.

Já num outro momento, quando, numa reunião do Coletivo Catarinense da Memória, Verdade e Justiça, discorremos sobre o Projeto e assinalamos a possibilidade de constituirmos um Grupo de Testemunho, ouvimos de uma pessoa, vítima dos efeitos da violência ditatorial, o seguinte apontamento: “eu gostaria de fazer parte de um grupo assim, de testemunho..., mas eu poderia? Porque, de verdade, eu não lembro de nada! ” Agora, nos deparávamos com uma fala que apontava o silenciamento inscrito no individual.

2.1 De onde retira tanta força o silenciamento?

Como psicanalistas, sabemos que a prematuridade humana nos impõe uma relação de dependência com o outro semelhante – com as figuras parentais afetivamente investidas e significativas da nossa história pessoal – para nos constituirmos física e psiquicamente. Freud (1895/2003) já assinalara esse desamparo originário do ser



humano que carece da intervenção alheia para apaziguar suas necessidades básicas, como a fome, mas que nessa delicada ligação se promove a sobrevivência física se fará a instalação psíquica, num intercâmbio que fala de leite e de amor.

O modelo paradigmático da satisfação da fome implica e revela uma condição de humanização. Quando o choro, desprovido de valor de chamamento pela criança, é ouvido e decifrado pela mãe, ou por alguém do entorno, como fome (ou expressão de necessidade de higiene, companhia...), passa a estar inserido na esfera da comunicação, se destacando da esfera da necessidade, já que lhe é conferida uma finalidade expressiva, abrindo a comunicação e a instalação da linguagem. Vivência que vai entrelaçando o corpo e o psiquismo para sempre, a relação com o outro para sempre, numa eterna busca do amor e do reconhecimento no olhar do outro (Silveira, 2016).

O corpo biológico e o psiquismo se enlaçam a partir daí gerando um eu/corpo, meu corpo, meu eu. A partir desta intrínseca junção corpo/psiquismo, eu/outro, também é verdade, portanto, que quando “um outro semelhante qualquer queira nos infligir dor vai nos machucar não só na carne, mas na alma”, como aponta a psicanalista Maria Rita Kehl (2004). Entendemos “alma” como aquilo que diz respeito ao mais íntimo, que diz respeito ao nosso lugar como sujeito reconhecido por outro. Assim, a dor maior é psíquica, a dor maior é “não-ser” no olhar do outro. Salientamos que a vivência de indiferença extrema diante do outro semelhante, como numa condição de tortura, significa transgressão e ruptura da alteridade, promovendo desamparo psíquico, o “não ser”.

Portanto, assinalamos que a condição de “não ser” para o outro denota a experiência traumática. O traumático é da ordem do pesadelo, no qual nos sentimos em risco sem a garantia de que um outro nos proteja. O outro, ao se colocar numa posição de violência, nos desconsidera como sujeito humano e viola o interdito. Assim, o sofrimento se inscreve na ordem do horror, do insuportável.

A repressão militar-civil brasileira torturou e matou muitos jovens militantes, além de ter sequestrado e feito desaparecer pessoas, bem como os corpos dos que foram mortos. “Não são somente os abusos físicos e visíveis que devem ser levados em conta. A manipulação psicológica, a humilhação, a privação sensorial e as posturas forçadas causam tanto dano, estresse e angústias como a tortura física” (SILVA JR., 2015, p.23). Isso significa que o Estado não cumpriu com sua função de organização e de



subjetivação. Ao contrário, remeteu os sujeitos à condição de desamparo ao pretender aniquilá-los.

Pellegrino (1988) assinala que a tortura, como expressão tenebrosa da patologia de todo um sistema social e político, visa à destruição do sujeito humano. A tortura busca, à custa do sofrimento corporal insuportável, introduzir uma cunha que leve à cisão entre corpo e mente. Afirma o autor:

O corpo é nossa casa, pela qual nos plantamos no mundo. Ao mesmo tempo que a habitamos, suas vigas, paredes, tubulações e aposentos fazem parte de nós e nos constituem. Sem um mínimo de solidariedade do corpo próprio para conosco, ficamos não apenas desabrigados, expostos a um frio e duro relento, mas literalmente sem chão, sem apoio elementar, entregues às ansiedades inconscientes mais primitiva (PELLEGRINO, 1988, p. 19).

O “trauma”, portanto, é aquilo que perfura, que rompe, que não tem condições de ser compreendido. O psiquismo fica devassado no seu funcionamento de regulação das intensidades. Há um excesso impossível de ser processado. O sujeito está em desamparo diante de algo da ordem do horror. O horror é uma experiência muda: sem palavras. Horror e silêncio dividem o mesmo espaço. O que se experimentou é indizível. O efeito traumático impõe silenciamento. E como tal, persiste como uma ferida aparentemente cicatrizada.

Jean Laplanche (1998) nos apresenta a imagem de uma flecha implantada para pensarmos a persistência do trauma. Sugere que esta imagem nos confere modificação na ideia de “fixação no trauma” para “fixação do trauma”. O modelo da flecha implantada e fixação do trauma nos revelam, também, o registro de soldagem de interioridade e exterioridade. Ou seja, como interioridade algo de origem externa se implanta no psiquismo. Já a exterioridade está na parte da flecha que ficou de fora, significando uma quantidade que se mantém à margem do processamento psíquico e não está representada. A quantidade que não se articula a uma representação se mantém como quantidade e não se transforma em qualidade, em lembrança do ocorrido.

Assinalamos, então, que a quantidade não representada se mantém em carne viva, como um presente contínuo. Toda intensidade que não alcança um processamento psíquico se instala como um vazio de representação, sem condições de memória. Esquecer, como a pessoa que nos disse que “não lembrava de nada”, no sentido de



anulação da experiência vivida, é uma forma de silenciamento, uma forma de paralisar o retorno do horror. Mexer na flecha, pensar em retirá-la na busca de elaboração implica uma intervenção delicada para que não cause estragos ainda maiores, uma retraumatização.

Porém, aquilo que não pode ser falado, ao se manter como intensidade, pode tomar um caminho da inscrição da dor no corpo como o padecimento, ou a descarga no ato, como o suicídio. A melancolização e o padecimento no corpo levaram muito dos militantes, vítimas da violência de Estado ditatorial, à morte quando ainda eram muito jovens. Léo Eitinger (1995) aponta que os prejuízos oriundos como efeitos da experiência traumática produzida pela tortura são muitos, produzindo sequelas transgeracionais. Assinala, ainda, que a inserção social para estas pessoas é muito difícil, as rupturas familiares são frequentes e essa capacidade laboral fica muito diminuída, às vezes até impossibilitada.

Por outro lado, além do silenciamento produzido no sujeito como efeito do traumático, impedindo que uma narrativa revele para o social a violência perpetrada pelo Estado, temos o silenciamento também como produto de um projeto político e de um sistema de poder. Viñar (1992) evidencia que o objetivo manifesto da tortura de obter informações e confissão é acessório em relação ao projeto de aterrorizar e de submeter, a partir do medo, a sociedade governada. O alvo, destaca o autor, é mais a coletividade do que do que a própria vítima. Somos levados a concluir que o silenciamento no social tem a marca da imobilização promovida por um projeto totalitário.

No mesmo sentido, o psicanalista Moisés Rodrigues da Silva Júnior (2015, p. 24) aponta que:

A tortura, por seu caráter brutal determinado pela ação humana deliberada, que tem por objetivo, anular pessoas, aterrorizá-las, e que por sua dimensão coletiva e política vale-se de características particulares humanas, não podendo ser considerada um “excesso” produzido por um sádico isolado. É, sim, uma instituição política do Estado, produtora de subjetividade não apenas em suas vítimas diretas, mas também em seus familiares, descendentes e por irradiação no conjunto do tecido social.

Isto está revelado num documentário sobre o Professor Marcos Cardoso, realizado pelo IFSC, a partir de uma exigência da Comissão Estadual da Verdade de



Revista Memorare, Tubarão, v. 4, n. 3 esp. dossiê Marcas da Memória: direitos humanos, justiça de transição e anistia, p. 1-300 set./dez. 2017. ISSN: 2358-0593

SC, de pedido de desculpas aos familiares do professor. No documentário, um dos colegas da Universidade relata que os comentários sobre o que teria acontecido com o professor se faziam à boca pequena, se tinha “medo”. Sabe-se, mas não se fala. Tal qual se sabe que a pessoa está morta, mas não se tem o corpo. Não se processa a perda, não se processa a história. Familiares silenciados, sem poder historizar o que aconteceu a seus filhos, a seus irmãos, a seus pais. A consequência intrínseca é uma sociedade silenciada, passivizada diante da incidência da violência. Sem rastros: calam-se.

3. Do testemunho como subjetivação e construção de memórias

Precisamente, diante dos prejuízos traumáticos causados ao sujeito e à sociedade brasileira pela experiência de violência ditatorial, e como psicanalistas dentro do Projeto Clínicas do Testemunho, damos prioridade ao espaço de fala e de escuta psicanalítica como possibilidade para que “um não dito” seja “dito”. E que, neste dizer, se constitua “elaboração psíquica que consiste em transformar uma inscrição traumática, uma inscrição da violência, em uma representação processada psiquicamente através de recomposição simbólica” (Conte, 2013, p.114). Acreditamos, ainda, que, por meio da inscrição subjetiva de cada pessoa afetada, se reinscreva a história no social.

Porém, como dissemos, a fala silenciada por tanto tempo está ligada ao horror. Vir a falar transporta a pessoa para dentro de um buraco sinistro, faz reviver uma condição repleta de humilhação e de dor. Portanto, é uma fala hesitante, repleta de dúvidas, que vai se fazendo aos pedaços, com falhas na lembrança, margeando as cenas vividas, pinçando fragmentos, trazendo cheiros e sons enlouquecedores. Só é possível aparecer devagar, muito devagar. Muito tempo é necessário para que se possa dizer de um acontecimento. E só assim, com aquilo que ainda não teve permissão às palavras, vai se construindo a lembrança, vai se narrando uma história, vai se operando uma transformação no caminho da simbolização.

Fala delicada, portanto, que permite incorporar um fato traumático à memória, colocando-o num tempo outro. Tempo outro marcado por uma cicatriz deixada pela retirada da flecha na carne. A cicatrização e cicatriz se enlaçam possibilitando a narrativa que identifica o sujeito numa história singular. Assim, ao não estar submetido, passivo ao que foi intrometido, encravado à força pela crueldade de outro, calando-o,



instalando o silêncio mortífero na subjetividade, o sujeito poderá olhar o que lhe ocorreu a partir de uma outra posição. Poderá, assim, integrar psiquicamente aquilo que sentia como alheio a si mesmo.

Todavia, é fundamental sublinhar que ninguém elabora apenas contando o que se passou. A palavra faz o existir, desde que outro escute, se deixe afetar pela experiência que passa a ser lembrada. É preciso que se acolha a dor do outro. Lembramos o sonho do Primo Levi (1988) no campo de Auschwitz, e que ele descobre também é um sonho de muitos outros companheiros que vivem com ele o inominável. No sonho, relata ele, sente uma felicidade muito grande em estar em casa, com a irmã, amigos, e poder contar o que havia vivido, “mas bem me apercebo de que não me escutam. Parecem indiferentes; falam entre si de outras coisas, como se eu não estivesse. Minha irmã olha para mim, levanta, vai embora em silêncio” (Levi, p. 60).

O sonho do primo Levi nos apresenta a possibilidade de repetição do horror no íntimo psíquico – não ser reconhecido. As pessoas parecem “indiferentes”. A irmã “olha para mim” e vai embora em silêncio. Portanto, diante da indiferença, se restabelece o silêncio, da irmã e dele. Ao mesmo tempo, se reatualiza a dor e o horror. Assim, ainda no sonho, relata ele: “nasce, então, dentro de mim, uma pena desolada, [...]; uma dor não temperada pelo sentido de realidade [...], uma dor dessas que fazem chorar as crianças” (Levi, p. 60).

Assim, nos oferecermos como possibilidade de escuta do horror passa por nos atentarmos para o assinalamento freudiano que aponta que o eu, num motivo egoísta, se protege diante da possibilidade da repetição do traumático. Destaca Freud (1916/1917, p. 347):

Este motivo quer resguardar o ego de todos os perigos cuja ameaça foi a ocasião para que contraísse a enfermidade, e a cura não poderá ser aceita antes de que exclua a repetição deles, ou só depois de haver obtido um ressarcimento pelo perigo ocorrido.

Ou seja, precisamos levar em conta que o sujeito que tem no seu psiquismo a flecha implantada do trauma irá se defender de reviver o horror do não ser visto, como grande perigo. Assim, para que o perigo possa estar excluído é imperativo que o reconhecimento esteja como “presença” no trabalho. Este reconhecimento passa por considerar que há uma dor sem medida promovida por uma violência impossível de ser



tolerada: a violência do humano sobre outro humano. Esta violência rompe o laço social, caminha na contramão do constitutivo, da palavra e do desejo. A fala só acontece numa ligação onde a garantia da escuta, portanto, acompanha o reinvestimento de dois.

A escuta, logo, deve implicar uma presença sensível do outro, capaz de deixar correr nas suas veias a dor que escuta do outro, se tornando de fato testemunha de uma testemunha: “Encontro terapêutico, então, pode ser compreendido como encontro de testemunhas... Juntos como testemunhas – paciente e analista ligarão palavras, afetos que deem conta do alcance desse trauma na sua subjetividade e os enlaces a fazer individual e coletivamente” (Wondracek, p.108).

Também é preciso dizer que não se pretende que o sujeito possa e narre todo o terror totalitário. Trata-se muito mais de recompor a experiência de alteridade por meio da escuta, permitindo que o sujeito se restabeleça na sua diferença, que ele possa “ser”, e assim possa recuperar a palavra, no seu tempo, sem reviver a situação de despedaçamento psíquico, testemunhando a sua história.

Aí temos a dimensão do testemunho. O valor do testemunho é dar fala, é dirigir a outro o que, até então, ficou calado, encravado. O testemunho gera testemunhas. Ou seja, o falar/testemunhar num atendimento individual, ou em grupo, supõe um trabalho psíquico que torna possível narrar para outro, inaugurando uma transposição do individual para o coletivo. O testemunho permite a saída da condição individual e solitária. Ou seja, torna-se fundamental para que haja transmissão geracional e memória coletiva, afirma Bárbara Conte (2013), psicanalista que coordenou o Projeto Piloto Clínicas do Testemunho em Porto Alegre. É por meio do testemunho que se tornam públicas as experiências e as lutas silenciadas, elaborando-se, dessa forma, o trauma social.

Assim, a reparação que parece ser individual, de fato não é. O Testemunho intervém como possibilidade de fazer com que os restos da história, a transmissão de algo, a ser acolhido pelas gerações futuras, impeça que tais fatos sejam desmentidos enquanto parte da nossa história, impedindo que se continue repetindo tais atrocidades. O esquecimento, o silenciamento, produz a naturalização da violência como sintoma social, como o extermínio de jovens pobres e negros e a tortura que ainda está presente nos espaços prisionais. O silenciamento e o esquecimento do fato traumático conduzem a uma violência consentida.



Ao oferecer espaços de escuta como os Grupos de Testemunho, as pessoas afetadas direta ou indiretamente pela violência de Estado podem compartilhar o excessivo e se apropriarem de suas histórias. Um compartilhamento que passa pelo retorno de eventos há muito não tocados pelo sujeito. Ou ainda, pelo compartilhamento sentimentos diversos, como de culpa e de vergonha frente à experiência de terror da tortura ou do próprio movimento de resistência. Culpa e vergonha são sentimentos que se enlaçam e impedem que se pense no que aconteceu ao sujeito e aos seus familiares.

Portanto, o Clínicas do Testemunho do Instituto APPOA / Núcleo SC, amparado na escuta psicanalítica, se apresenta como dispositivo clínico-político que, através da reparação psíquica, busca a construção de narrativas por meio das quais as marcas da memória são historizadas, permitindo a transmissão de um passado: para lembrá-lo, mas principalmente, porque quando olhamos para o passado podemos construir um presente e um futuro diferente. A história revela e coloca em cena o tamanho da experiência da violência perpetrada pelo Estado, sendo uma história de terror para os diretamente afetados e de dor para os seus familiares. Na verdade, apresenta-se como uma história coletiva de dor que incide sobre toda a sociedade.

4. Considerações finais

Os desafios de resgate da memória do período da ditadura civil-militar em Santa Catarina, no âmbito do desenvolvimento do Projeto, ou seja, na contramão do silenciamento, só foram – e continuam sendo – possíveis na aproximação com aqueles que protagonizaram a resistência política na época. Ao mesmo tempo, a escuta das várias intervenções postas por estas pessoas tem nos implicado como testemunhos de que a violência a que foram submetidas, instalava diante da nossa aproximação uma nova ameaça de submissão.

Portanto, imaginávamos uma demanda ali onde havia silenciamento e desconfiança. Ou seja, nossas dificuldades em fazer uma aproximação do público atendido pelo Projeto Clínicas do Testemunho denunciavam, por um lado, a força do silenciamento, e por outro, a fratura na relação de confiança com o Estado. Na medida, porém, em que fomos dando ao que ouvíamos destinos que pudessem gerar um reconhecimento mútuo, nos colocando como aqueles que sabem – como os afetados



também sabem porque sentiram – do esfacelamento psíquico que provoca a violência do humano sobre outro humano, um tecimento de laços de confiança foi se fazendo.

Assim, constituímos a demanda de aproximação ao Projeto. Aos poucos, contamos com a presença das pessoas diretamente afetadas nas atividades propostas, sempre dando espaço para que se falasse a partir *daqui*, do que aconteceu em Santa Catarina, desfazendo o registro de que *nada havia acontecido aqui*. Este espaço de escuta ofertada por nós, psicanalistas, abriu uma rede de colaboração. Tal rede se constitui por outros movimentos ocupados em retirar do silenciamento os fatos da violência ditatorial na história catarinense, como o Coletivo Catarinense Memória, Verdade e Justiça, a Comissão Estadual da Verdade de Santa Catarina e a Comissão da Verdade e da Memória da UFSC.

A partir do segundo momento do Projeto, inaugurado em 2016, a continuidade do trabalho iniciado no fim de 2013 se deu em um outro registro: alguns militantes já nos conhecem, sabem que reconhecemos que sim, *isso também aconteceu aqui e aconteceu com eles*. Realizou-se a partir desse ponto a Conversa Pública de lançamento do Projeto 2016-2017, intitulada “Repare bem. Isso também aconteceu aqui”.

Essa nomeação pretendeu assinalar nossa percepção da força do silenciamento em Santa Catarina e também se colocou como resposta à pergunta feita no início do desenvolvimento das atividades do Projeto: *mas isso também aconteceu aqui?* Sim, tornamos público – isso também aconteceu aqui. Basta reparar. De fato, a reparação psíquica constrói testemunhos, tanto a partir dos que narram o vivido, como a partir dos que ouvem a narrativa. Há construção de testemunhos dos testemunhos.

A reparação psíquica só consegue se estabelecer pela via do reconhecimento de que há um sofrimento. Porém, falar do horror não se faz a qualquer um ou a qualquer hora. Compreendendo e identificando os efeitos da violência ditatorial sobre o psiquismo, acreditamos que é no tempo que se constitui a possibilidade de fala do traumático. Percebemos que o desejo de falar só acontece na garantia de que um outro escute, de que o outro fique para escutar. Há um comprometimento de que não se vá embora, de que não se fique indiferente ao que ouvimos.

Então, ocupados com a garantia de que se mantenha a escuta, consideramos fundamental que o Projeto Clínicas do Testemunho se transforme, de fato, em modelo de aplicação para uma política pública. Neste sentido, oferecemos o



curso de formação - “A escuta dos efeitos da violência de Estado: construção de memórias e reparação psíquica”. Visamos oferecer um espaço de escuta e de troca entre profissionais que lidam diariamente com os difíceis efeitos da violência de Estado, sem, muitas vezes, poder reconhecê-la como tal, nem identificar suas razões institucionais, políticas e históricas. Ou seja, pretendemos instrumentalizar o trabalho de profissionais na escuta e investigação clínica, localizando sua função profissional dentro de um contexto histórico, político e social que o atravessa e até mesmo o ultrapassa.

Nessa direção, temos pensado que toda possibilidade de reparação psíquica, proposta do Clínicas do Testemunho, se inicia com o reconhecimento da experiência de horror promovida pelas violações dos direitos humanos. A violência do totalitarismo, da ditadura, do estado de exceção, desconsidera o sujeito enquanto “ser”, sendo pura destrutividade. A reparação psíquica e social só pode se fazer a partir do que pode ser reconhecido como realidade inadmissível. Comprendemos que os atos de violência caminham na contramão de qualquer perspectiva de construção subjetiva. Atentemos, então, para as violências de ontem, mas também para as violências atuais dentro de um Estado que se pretende democrático.

Portanto, nos movemos dentro do Projeto com a convicção de que só a experiência da alteridade promove o laço social. Já a destrutividade e o terror fazem vigorar a ideia de que a diferença precisa ser eliminada. Enquanto diferença, a oposição, se transforma em inimigo, legitimando a destruição. Porém, quando a diferença está borrada, a alteridade é eliminada.

Por meio do Projeto Clínicas do Testemunho, defendemos uma ética que dissemina o reconhecimento ao sujeito na sua diferença e singularidade, constituindo saídas para o *ser* e para a convivência humana. Enfrentando os legados da ditadura através da construção de memórias, esperamos contribuir para uma democracia que venha, de fato, a zelar por um Estado de direito, que possa defender valores imprescindíveis a um Estado plural e respeitador dos direitos humanos.

Referências

CONTE, Bárbara. **Clínicas do testemunho**: desafios na reconstrução da história. In: **Sig: revista de psicanálise**. Vol. 1, n 2 (jan-jun, 2013). Porto Alegre: Sigmund Freud Associação Psicanalítica.

EITINGER, Léo. Prisión en campo de concentración y traumatización psíquica. In: AZPIROZ, M. R. A. (Org.) **Represión y olvido**: efectos psicológicos y sociales de la violencia política dos décadas ¹⁹⁷⁰ después. Montevideo: Roca Viva, 1995.

FREUD, Sigmund. Proyecto de Psicología. In: **Obras Completas**. v.1. Buenos Aires: Amorrortu, 2003 (1950-1895).

KEHL, Maria R. Três perguntas sobre o corpo torturado. In: **O corpo Torturado**. Porto Alegre: Escritos Editora, 2004.

LAPLANCHE, Jean. **Problemáticas I**: a angústia. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
LEVI, Primo. **É isto um homem?** Rio de Janeiro: Rocco, 1988.

PELLEGRINO, Hélio. A tortura política. In: **A burrice do demônio**. Rio de Janeiro: Rocco, 1988.

SILVA JR., Moisés Rodrigues. **Travessia do silêncio, testemunho e reparação** / Ministério da Justiça, Comissão de Anistia. São Paulo: Instituto Projetos Terapêuticos, 2015.

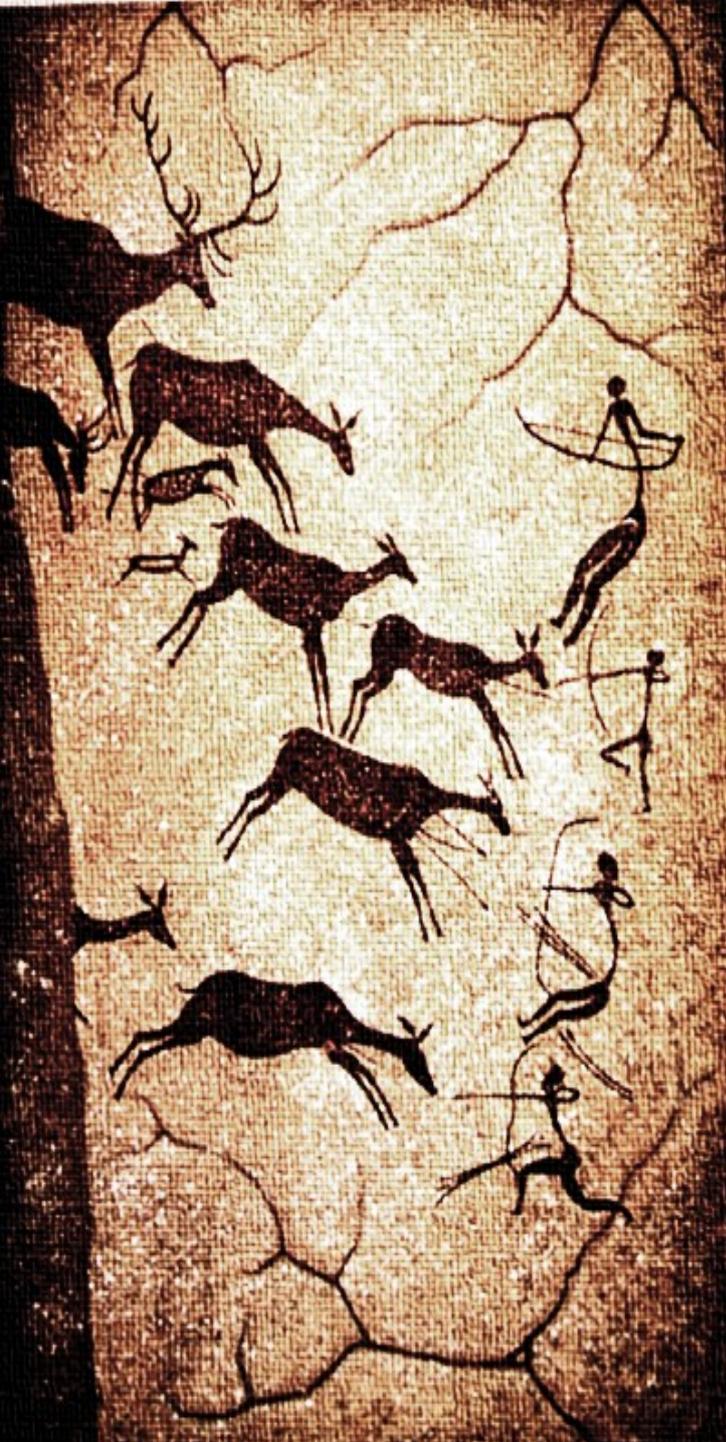
SILVEIRA, Marilena Deschamps. Você tem fome de quê? Sobre os efeitos da violência na subjetividade. In: **Psicologia em movimento**. Florianópolis: Conselho Regional de Psicologia, janeiro/fevereiro de 2016.

VIÑAR, Marcelo & VIÑAR, Maren. **Exílio e Tortura**. São Paulo: Escuta, 1992.

WONDRACEK, Karin H. Sobre a arte de polir ouriços: psicanálise e história na clínica dos afetados pela violência de estado. In: **Clinicas do Testemunho**: reparação psíquica e construção de memórias. Porto Alegre: Criação Humana, 2014.

Submetido em: 21/062017. Aprovado em 02/09/2017.





AUTONOMIA OU BARBÁRIE: MEMÓRIAS DE PIPAS, PROTESTOS E LIVROS

Rogério Santos da Costa *

Resumo: Neste artigo o autor faz uma narrativa da sua história de vida fundamentado em sua experiência pessoal com a ditadura militar no Brasil instaurada com o Golpe de Estado de 1964, seguindo com sua percepção sobre o desdobramento no período democrático posterior até o rondar de 2016, quando ocorre um novo Golpe, desta vez de origem parlamentar e jurídico-midiática. O fio condutor é a tentativa de estabelecer os elementos presentes na sociedade brasileira no novo milênio que possam ser apontados como legados do período militar. Considera-se que os movimentos de contestação à diminuição das desigualdades e da igualdade de gênero, respectivamente o egoísmo e o machismo, em parte herdados do Brasil autoritário e escravagista, respondam por alguns dos conflitos contemporâneos no país. Por fim, indica-se que estes conflitos poderão ter encaminhamento de resolução rumo ao equilíbrio na sociedade quando a autonomia for colocada como símbolo maior da Democracia.

Palavras-chave: Golpe de Estado no Brasil. Democracia. Autonomia.

Abstract: In this article the author makes a narrative story from his personal experience with the military dictatorship in Brazil established in a coup d'état in 1964, following with his perception about the unfolding in the later democratic period until the round of 2016 where there is a new coup d'état, this time from parliamentary and legal-media origin. The guiding thread is the attempt to establish the elements present in Brazilian society in the new millennium that can be identified as legacies of the military period. It is considered that the movements of protest against the reduction of inequalities and of gender equality, respectively egoism and male chauvinism, partly legacies of authoritarian and slave-owning Brazil, are responsible for some of the contemporary conflicts in the country. Finally, it is pointed out that these conflicts may lead to resolution towards equilibrium in society when autonomy is placed as a major symbol of Democracy.

Keywords ou Palabras clave: Coup d'état in Brazil. Democracy. Autonomy.

*Universidade do Sul de Santa Catarina - Unisul,
Tubarão, SC, Brasil.

Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências
Ambientais da Unisul.

Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do
Rio Grande do Sul - UFRGS

E-mail: paralelosc46@gmail.com

DOI: 10.19177/memorare.v4e32017110-128



REVISTA
MEMORARE

 UNISUL
www.portaldeperiodicos.unisul.br
ISSN 2358-0593

Revista Memorare, Tubarão, v. 4, n. 3 esp. dossiê Marcas da Memória: direitos humanos, justiça de transição e anistia, p. 1-300 set./dez. 2017. ISSN: 2358-0593

1. Introdução

Este texto começou a ser desenhado há mais ou menos dois anos, desde quando fui convidado para fazer parte do evento “Marcas da Memória” na Unisul. Naquele momento, o que antecedia a votação do impeachment da Presidenta Dilma Rousseff, estávamos convivendo com um movimento semelhante ao que buscávamos relatar e debater. Iríamos dialogar com as memórias pós-golpe de 1964 no Brasil, imersas na dinâmica de um outro golpe. As semelhanças estão por conta, principalmente, do que diz respeito à agressão à Democracia, e tanto um como outro são marcantes no resultado deste artigo. No final daquele ano de 2015, ocorre o acolhimento do pedido de impedimento da Presidenta Dilma Rousseff, aceito pela Câmara em abril de 2016, que define a sua saída em 31 de agosto do mesmo ano, em votação no Senado.

Em 2016, fiz parte novamente do evento “Marcas da Memória”, e até ali desenvolvemos a linha argumentativa deste artigo, a qual encara a existência de dois grandes movimentos que desafiam a estabilidade da sociedade brasileira: o crescimento e fortalecimento do machismo, este confundido com preservação de valores cristãos e da família, e o do egoísmo, este confundido com valores de liberdade e com a própria Democracia. Nossa leitura é a de que estes dois movimentos são contrários à ampliação de participação na sociedade brasileira por parte da mulher e de movimentos sociais associados às chamadas minorias, como por exemplo, os negros, que contraditoriamente são maioria no Brasil, desencadeados pelo processo democrático pós-Ditadura militar e potencializados pela dinâmica de diminuição das desigualdades sociais no Brasil pós-Lula. Como pressuposto, entendemos que a cultura escravagista e de privilégios no país responde por boa parte desta reação, que ela foi reforçada no período militar e que seria tratada como insana se formos pensar na qualidade da sociedade que podemos ter num país menos desigual.

O título e subtítulo deste artigo remetem a alguns autores de forma indireta, parafraseando-os, bem como a momentos específicos de minha trajetória de vida. A dimensão de Autonomia ou Barbárie circunscreve-se tanto as ideias de Engels, como as de Rosa Luxemburgo e Cornélius Castoriadis, segundo os quais, dentro do capitalismo não haveria espaço para avanço da humanidade que não esteja associado à perspectiva genérica de barbárie. Adotamos a noção de autonomia em razão do que achamos ser o



caminho mais prudente a ser indicado para indivíduos, grupos, sociedade e países, em especial para o caso contemporâneo do Brasil. Já o subtítulo alude a momentos singulares de meus caminhos e memórias que fizeram e fazem parte do histórico que ambienta o debate aqui, ou seja, os golpes e a democracia.

Assim, o objetivo neste artigo é discutir o tema da ditadura no Brasil pós-golpe de 1964, no seu durante e depois, da perspectiva das memórias do narrador, buscando estabelecer nexos entre este movimento ditatorial e as repercussões que se seguiram na sociedade brasileira até os primeiros 16 anos do novo milênio. Mais precisamente, o marco temporal não cessou e este é um dos principais problemas enfrentados na escrita aqui, pois no momento em que termino o trabalho é impossível verificar com maior precisão as características do que ocorre no seio da nossa sociedade, principalmente em relação à influência do período ditatorial. Seja por causa da incapacidade de se compreender de forma plena a totalidade, seja pela dificuldade em se entender os processos sociais em seu curto espaço de tempo ocorrido, seja pela complexidade e ineditismo do que ocorre no Brasil, o que se pretende aqui é ampliar a reflexão e o debate, “para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça”.

A estrutura do artigo e a forma de escrevê-lo intercalam as minhas memórias desde o período de minha vivência com a ditadura na década de 70, passando pela carreira acadêmica e profissional como docente e pesquisador. Ou seja, permeia pipas e protestos do cidadão com livros do pensador, o mesmo sujeito.

2. A ditadura militar e o sujeito-cidadão brotando

O meu conhecimento sobre o que estava se passando durante a ditadura foi algo meio instintivo, pois as condições materiais de minha existência me condicionaram a estar pouco influenciado diretamente por ela. Para começar, eu nasci um ano e pouco depois da quebra do processo democrático no Brasil em 31 de março de 1964. Em segundo lugar, por formação ou inserção socioeconômica de minha mãe e pai, o tema da ditadura não era assunto de nosso lar, e, por último, a Desterro não se constituía em nenhum centro das atenções ou de importância significativa para os destinos e decisões no país.



Uma das minhas lembranças de infância mais marcantes foi quando estudava na Escola Básica Estadual Silveira de Souza, Florianópolis, e fomos deslocados pela manhã até o início da Avenida Mauro Ramos, relativamente perto hoje, mas não para uma criança de 8 anos que era na época. Ali fomos enfileirados no canteiro que dividia a avenida, e com bandeiras do Brasil e de Santa Catarina, ficamos ao sol e ao relento em pé esperando para, quando avisados, balançarmos a bandeira em nossas mãos porque o “presidente” estaria por ali e seria homenageado. Não faço ideia do quanto o muito que fomos obrigados a ficar lá significa em horas, mas o alívio veio quando um carro com vidros escuros passou rapidamente por nós. Isto sim era um exemplo de escola com partido, imaginemos se isto se desse nos dias de “hoje”!

Tempos depois os livros me diriam tratar-se do Presidente General Médici, cujo período de gestão foi o mais repressivo de todos os 21 anos de autoritarismo. A ditadura militar ainda possuía a legitimidade de resultados econômicos com o advento do Milagre Econômico brasileiro. Com o fim deste ciclo, aliado à delicada situação internacional refletida na crise do petróleo de 1973/4, os militares passaram a enfrentar maiores questionamentos de amplas camadas da sociedade, incluindo a classe empresarial.

A ditadura começou a se escancarar aos meus olhos e consciência quando, em novembro de 1979, presenciei e participei do que ficou conhecido como “novembrada”, um ato de ousadia e coragem de muitas pessoas que se rebelaram contra a repressão e seu representante máximo aquele momento, o presidente General Figueiredo. Com baixo conhecimento da realidade de um regime militar, tinha eu uma percepção genérica de que alguma coisa estava fora da ordem do que eu achava que fosse correto e ideal para a sociedade.

Apesar de meus 14 anos de idade, e naquela época era a partir de tal idade que se poderia trabalhar, minhas preocupações estavam mais com as pipas do que com a política. As pipas sempre me fascinaram, a ponto de dormir e acordar cotidianamente pensando, fazendo e soltando as bichinhas no morro onde nasci. Num só dia de vento sul consegui cortar 11 (onze) outras pipas, meu recorde pessoal, numa época em que passar preparo (cerol) na linha não era um problema, principalmente porque morava numa rua sem saída, o que não afetava a vida de motoqueiros e onde o “único”



problema do preparo eram os fios de luz. Apesar da felicidade do convívio em família, com amigos e colegas, não entendia por que tanta desigualdade num país tão rico.

A ditadura militar produziu no Brasil pós-1964 um dos períodos de maior repressão político-social e arrocho salarial para os trabalhadores, deixando um resultado de endividamento externo que se refletiu na década perdida (década de 80) e num país extremamente desigual. A tese de que o bolo da riqueza deveria crescer primeiro para depois ser distribuído não guardou guarida na realidade, e viu-se uma parte muito pequena ser privilegiada em detrimento da grande maioria e de um equilíbrio da desigualdade. Os privilégios, nas palavras de Marilena Chauí (2016, informação oral), se confundiam com interesses legítimos de camadas sociais, ao menos em ambientes e sociedades democráticas. A busca da manutenção ou recuperação de privilégios pode ser um legado pernicioso que a ditadura e a transição democrática no país deixaram como marca, resgatada com muita força no golpe de 2016.

De fato, o livro “1964: a conquista do Estado - ação política, poder e golpe de classe”, de René Armand Dreifuss, nos mostraram que o golpe civil-militar de 64 foi arquitetado ideologicamente para difundir a ideia de que um governo, o de João Goulart, fazendo políticas públicas de cunho nacionalista e mirando a redistribuição de terras e rendas, encaminharia o país para uma sociedade comunista, bem como utilizaria a Guerra Fria entre Estados Unidos da América (EUA) e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) para este propósito. É este outro legado que não foi bem resolvido na transição da ditadura para a nossa Democracia, resgatado pelos movimentos e ações que reforçaram o Golpe de 2016.

Da novembrada, tenho lembranças marcantes, pois trabalhava no centro da cidade como mensageiro e pude ver inclusive a confusão no Senadinho, como quando Figueiredo saiu rapidamente de carro da Praça XV quase atropelando o público que por ali se aglomerava. O saldo foi a prisão de algumas pessoas e, dias depois, a mobilização para um Ato Ecumênico no mesmo local, que se dedicaria a pedir a imediata libertação delas. Resolvi que deveria participar da celebração, apesar das tentativas para me dissuadir feita por colegas de aula da oitava série noturna do primário (atual fundamental), na mesma escola do caso das “bandeirinhas” para o ditador.

O Ato Ecumênico estava marcado para ocorrer no final de tarde em frente à catedral, e lá fui eu após o expediente. Em pé na calçada da Praça XV, pude perceber



quando chegaram caminhões cheios de policiais vindos de várias ruas adjacentes em direção à multidão. Eles cercaram todos ali, e esta não foi uma ação para dispersar o Ato, mas para gerar violência contra os presentes. O alvo prioritário deles foram as pessoas nas escadarias da Catedral, e lembro-me do caos de gente gritando e correndo e de algumas delas encurraladas na lateral da Igreja, sendo covardemente agredidas por cassetetes, socos e chutes.

Corri por uma rua ao lado da catedral e só parei porque uma pessoa tentava puxar um amigo que subiu em um muro, em frente ao Teatro Álvaro de Carvalho, de onde lia trechos do “Manifesto”, o qual fui conhecer efetivamente alguns anos depois no curso de graduação em Economia na Universidade Federal de Santa Catarina. Seguiu-se uma batalha nos arredores da Praça XV, tomada pelos militares e por nós outros jogando paus e pedras contra estes, numa realidade de ataque-defesa que os livros de Segurança Internacional me descreveriam mais recentemente.

Aos poucos as coisas se acalmaram, e os policiais fizeram um cordão de isolamento ao redor de toda a Praça, não deixando ninguém passar, numa demonstração espacial e geográfica de conquista e poder. Tomei coragem e “desafiei” os militares, fazendo uma volta inteira na Praça XV tomada por eles, numa simbologia de que dali para frente meu caminho seria marcado pela busca de igualdades e pela luta contra injustiças. Alguns dias depois, uma negociação deu como resultado a realização do Ato Ecumênico, na Praça da Bandeira (hoje Praça Tancredo Neves), de onde saí muito emocionado ao som de “Caminhando e cantando e seguindo a canção ...”.

A Novembrada representou um momento de inflexão da ditadura militar no Brasil, simbolicamente, porque, de fato, o regime já estava sendo desgastado desde meados da década de 70. O chamado “milagre econômico” brasileiro, iniciado em 1969, se esgotou em 1973, e a partir de 1974, a dificuldade de manutenção do alto crescimento passou a deteriorar a legitimidade dos militares. Como forma de tentar “reeditar” o milagre, implementou-se o II PND (Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento, sendo o I PND um dos pilares do milagre), que, em razão de sua incidência na indústria de bens de capital e do conflito redistributivo dentro da classe empresarial, causa uma fissura no apoio do capital nacional ao governo autoritário.

O “atentado do Riocentro”, em 1981, foi a tentativa frustrada de setores militares de voltar a endurecer e estender o regime que já praticava desde final da década uma



abertura “lenta, gradual e irrestrita”. No ano seguinte, o país conheceu as primeiras eleições diretas para governadores, deputados e senadores, marcada por fraudes de todo o tipo, principalmente em Santa Catarina (AGUIAR, 1995). Para minha trajetória e memória, restam cada vez menos pipas e irrompem mais protestos, um pouco mais de livros também. O movimento pelas diretas, escondido pela grande mídia – principalmente pela Globo, deu o tom para minha atitude mais crítica na sociedade, e, com isso, fui percebendo cada vez mais a importância de trilhar os caminhos da busca pelo conhecimento para compreensão mais aprofundada dos processos sociais que faziam o Brasil com aquelas características.

3. Os legados da ditadura, o sujeito e os livros

Ao entrar para a universidade, contrariei as estatísticas para um jovem com minhas origens (a improbabilidade de fazer universidade pública e gratuita). De todos meus amigos de infância, eu fui o único a desafiar este quesito, que aponta 1 jovem entrando na universidade para cada 100/200. Só aqui já dá para listar alguns legados lesivos do Brasil escravocrata, de capitalismo tardio, periférico, o que a ditadura não só não mudou, mas também aprofundou. Desigualdade, privilégios e inflação. Aliás, foi esta última, a inflação, a grande responsável pela minha escolha em cursar Economia na universidade.

O estudo da economia brasileira mostra, entre outros aspectos, que a desigualdade fortalecida pela ditadura não criou bases para um país autônomo do ponto de vista capitalista. Se o objetivo principal do golpe e do regime fosse realmente a luta capitalismo x comunismo, era de se esperar uma economia capitalista fortalecida no Brasil. Mas não, ao contrário, a despeito do crescimento econômico, a ideia de um desenvolvimento aos moldes dos países europeus, ou seja, com bem-estar social e diminuição das desigualdades, estaria na década de 80 muito distante de se realizar.

Reproduziu-se na ditadura um país periférico e atrelado às grandes potências, sem autonomia econômica do ponto de vista capitalista. Significa, neste sentido, que nossa economia não conseguiu concluir a matriz econômica de forma completa, faltando, principalmente, uma consolidada indústria de bens de capital e de bens intermediários. Fixamos nossa economia como produtora de bens de consumo final,



notadamente para exportações, junto com produtos de quase ou nenhuma agregação de valor. Fortalecemos o que os economistas cepalinos e desenvolvimentistas como Raul Prebisch (1968) e Celso Furtado (1961) chamaram na década de 50 de deterioração dos termos de troca.

A abertura política e o restabelecimento da democracia foram feitos de forma que o pacto resultante escondesse as feridas de um período extremamente violento, em que o desaparecimento, morte e mutilação de pessoas pelo Estado Burocrático Autoritário (O'DONNELL, 1987) foi constante. Esta forma de repactuação política mostrou-se equivocada por não resolver o problema da violência cometida, dando margem para a manutenção do espectro ditatorial na sociedade brasileira, evidenciado após as jornadas de junho de 2013.

Do legado deixado ou aprofundado, a inflação passou a ser um dos principais eixos do debate ao fim da ditadura. De fato, torna-se muito difícil planejar mudanças estruturais com uma inflação descontrolada, mas seu nível não precisa estar no topo dos objetivos de política econômica, não necessariamente, pois isto é uma escolha política. A “meta de inflação” pode estar subordinada aos objetivos de longo prazo para um país como o Brasil, que precisa antes de tudo tornar-se menos desigual para dinamizar seu próprio capitalismo e autonomia. Não há, no mundo, país dito desenvolvido e, ao mesmo tempo, extremamente desigual como o Brasil, tanto de renda quanto de terra. País rico é país com baixa desigualdade, a realidade nos mostra.

Assim, o legado da ditadura do ponto de vista econômico foi uma inflação descontrolada e um país muito desigual. Pode-se dizer que o equilíbrio da inflação foi conseguido depois de muitas tentativas e será sempre uma preocupação dentro do capitalismo. Para a maioria da população, a inflação deve ser um motivo de legitimação de política econômica, desde que atrelada a objetivos de desenvolvimento, pois que é, principalmente e antes de tudo, um mecanismo do capital para transferência de renda a seu favor. Assim como a inflação, era importante atacar o alto nível de desigualdade por meio de políticas públicas a partir do Estado.

Não foi bem o que ocorreu após a entrada do primeiro presidente eleito diretamente no país. Políticas neoliberais que incentivavam o individualismo e a diminuição do Estado foram a tônica desde Collor, passando por Itamar (menos intenso) e Fernando Henrique Cardoso. Nossa democracia nem saía do berço e já estava sendo



posta à prova com liberdade apenas formal. Uma democracia onde a desigualdade é a tônica reproduz de forma contundente a injustiça social. Pior, a ideia de uma sequência de eleições para dar legitimidade ao sistema político no médio prazo causa desilusão na democracia. Verifiquei muito este fenômeno nos protestos de direita que vêm acontecendo incentivados amplamente pela grande mídia, resultando na “demonização” da política e de grupos pedindo “intervenção militar constitucional” para “limpar” o país dos políticos atuais, “resolvendo” todos os problemas. Legado da ditadura, com certeza, daqueles que não foram afetados pelo período da repressão ou não tiveram acesso suficiente de informações para tomar conhecimento do que ocorreu no período.

O impedimento de Collor parecia apontar na direção de um amadurecimento da democracia brasileira. De fato, a Constituição de 1988 foi considerada um avanço para o cidadão e os protestos contra o primeiro presidente eleito, um feito de cidadania para a sociedade recém-saída de um período ditatorial. As instituições começavam a se fortalecer, dando os contornos estruturais para a alavancagem de nossa Democracia.

Como se vê no golpe de 2016 e sua sequência, o impedimento se banalizou, e as instituições passaram a se mostrar muito mais patrimonialista do que o próprio político tradicional, clientelista e coronel descrito por Faoro (1989). As principais instituições brasileiras, de todos os poderes, mas principalmente Judiciário e Ministério Público, são a prova de que o Brasil criou castas, e seus privilégios são seus mais importantes objetivos, senão os únicos.

Na universidade, desde final da década de 80, dedicava-me aos estudos e pesquisas visando à docência no ensino superior. Escolhi um mestrado em Políticas Públicas, porque sempre acreditei que o Estado deveria ser um ente fundamental na sociedade democrática. Mas não se trata apenas de “credo”, ao contrário, os livros e debates nos mostram que o Estado é fundamental para o capitalismo a sua sobrevivência. Segundo Poulantzas (1978), é no Estado capitalista que se concentra a resultante da hegemonia na sociedade, pois ele é a “condensação material de uma relação de forças”. Em alguns momentos mais, em outros menos, o Estado assume uma autonomia relativa capaz de atuar aparentemente contra o capital para preservar o próprio sistema, pois suas unidades agindo apenas em seu próprio proveito tendem a uma guerra de todos contra todos autodestrutiva (HOBBS, 2006).



Na economia aprendi que o “mercado puro” é uma abstração ou um tipo ideal com o qual se compreendem os mecanismos pelos quais o sistema capitalista busca seus ajustes. Não vi, em todo meu contato com professoras e professores liberais, nenhum tomando o Estado como uma entidade sem necessidade de existência. Aliás, são justamente os preceitos do “comunismo de Marx” que projetam uma sociedade sem Estado.

Dessa forma, o cidadão que se diz liberal e prega o fim do Estado é, no frígido dos ovos, “comunista”, e deveria ler Marx e não Mises. Deveria, antes de usar exemplos de “liberalismo”, verificar que a Áustria de Mises possui ensino com forte financiamento público e uma das maiores cargas tributárias do mundo. Deveria constatar, finalmente, que este país possui um dos menores índices de desigualdade entre sua população e que o conjunto da obra proporciona uma sociedade com Democracia consolidada.

Assim, o individualismo que irrompeu das jornadas de junho de 2013 no Brasil não tem nada de liberal, muito menos de democrático no sentido de justiça e igualdade, aos olhos de países com democracia e equilíbrio de distribuição de renda e terra. Longe disso, é a tentativa de imprimir a selvageria escravagista, esta sim um legado colonial de difícil solução. O que chamam de individualismo é na verdade, egoísmo, e da espécie que não consegue perceber que a diminuição das desigualdades pode trazer mais benefícios a ele do que seu aprofundamento é um tiro no pé, é afundar o barco para não o dividir, mas estando dentro dele e em alto-mar.

Em 1998, iniciei minha carreira de professor universitário e conheci a área de Relações Internacionais, por meio da qual pude começar a complementar uma visão sobre o mundo e a identificar a influência mútua entre o nacional e o internacional. Esse ano é da mesma forma, um símbolo para o que se projetava de democracia no país, porque foi a quarta vez no século que um Presidente eleito diretamente completava seu mandato. Um país que tem esta marca fica no limiar entre a comemoração e a preocupação, pois se revela um certo amadurecimento de seu processo democrático, também alerta para o viés ditatorial que persiste em reaparecer.

O fim do primeiro mandato de FHC é também o fim do “sonho neoliberal” na periferia do sistema. No caso de FHC, ele tentou aplicar as teses da sua linha e de Enzo Faletto das teorias da Dependência (CARDOSO; FALETO, 2004), segundo a qual não haveria outra saída para países de capitalismo tardio como os da América Latina que



não fosse o atrelamento e o aprofundamento da dependência, especializando-se em produção marginal ao centro do capitalismo mais dinâmico e avançado tecnologicamente. É uma opção, mas não a única.

A outra linha da Teoria da Dependência, defendida por Rui Mauro Marini e Theotônio dos Santos (SADER et al., 2009), segue o caminho inverso, o da autonomia e aprofundamento do capitalismo nacional com soberania e diminuição das desigualdades. Estas trajetórias determinam, da mesma forma, pressupostos divergentes quanto ao que se quer de democracia no país. Note-se, tanto num quanto no outro se está falando em capitalismo, não em outro modo de produção, sendo desvirtuamento do debate discutir em outro nível que não este.

4. Lula e o projeto de autonomia com justiça social

A bancarrota do projeto neoliberal da década de 90 foi grande e auxiliou, sobremaneira, a vitória de projetos mais à esquerda do espectro político latino-americano, sendo a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva o exemplo mais cabal deste processo, em 2002. É preciso salientar que o candidato se saiu vitorioso depois de sua quarta candidatura, desde 1989, numa demonstração de legitimação do processo democrático. Lula inicia uma trajetória que se estendeu por 8 anos, tendo que (ou procurando fazer), ao mesmo tempo, neutralizar as ofensivas oposicionistas e preconceituosas, realizar um pacto capital-trabalho capaz de alimentar uma grande economia capitalista periférica para se tornar autônoma e implementar políticas públicas de inclusão social e política num cenário de extremas desigualdades e privilégios.

Aos poucos, a sociedade brasileira foi se dividindo entre os que apoiavam este projeto, e que sempre estiveram na vanguarda de iniciativas mais populares e de inclusão social, e os que pregavam a necessidade de resgatar o “individualismo” que faz com que o mérito seja o baluarte das vitórias e conquistas do cidadão. Formou-se uma falsa dicotomia, em parte.

Em primeiro lugar, porque não foi Lula e nem o Partido dos Trabalhadores (PT), que colocou os movimentos sociais e os excluídos no orçamento e nas políticas públicas. Ao contrário, foram estes movimentos organizados e a força política e econômica dos excluídos os responsáveis pelos seus próprios ingressos nos braços do



Estado, que, como disse Rabah Benakouche (1983), é “pai zeloso com quem tem, distante de quem precisa”. Ora, se havia um indicativo de que a democracia no Brasil estava se consolidando após a ditadura militar com Lula na presidência, era exatamente a expressão de seu governo em políticas públicas de diminuição das desigualdades, gerando preconceitos e fobias de toda sorte.

É importante lembrar que Lula, por si só, já é a expressão da ruptura com a ditadura na década de 70, com as greves no ABC paulista que pegam o empresariado e a própria ditadura desprevenidas. Em suma, o movimento de ascensão de Lula, as políticas de resgate da dívida social histórica com negros, índios, pobres, mulheres, entre outros, não são movimentos a caminho do comunismo. Representam nada mais do que a própria resistência à ditadura, o legado desta resistência e o amadurecimento de uma Democracia. Aliado a isto, o fortalecimento do capitalismo brasileiro em bases mais autônomas, mesmo que se possa contestar a capacidade de se fazer este movimento da forma como foi feito.

Em segundo lugar, vem o movimento de contestação às políticas de resgate das dívidas sociais históricas no Brasil. Ele se confunde com a natural oposição de grupos políticos que procuram ascender ao poder criticando de toda forma o projeto a que se opõem, mas mantêm a origem em castas privilegiadas no seio da elite de classe média-alta, muitos deles ancorados em carreiras de Estado com benesses intocáveis de toda sorte. Aliada à grande mídia da qual também é parte, esta oposição é incapaz de emplacar um projeto de nação que seja honestamente construído pelas suas bases e vencedor nas urnas. Preferem destruir o país para conquistá-lo, em vez de construir um projeto e uma hegemonia. Parafraseando René Dreifuss (1987), assim como em 1964, hoje temos 2016: a conquista do Estado.

Este movimento de oposição às políticas afirmativas e de resgate das dívidas sociais históricas se prende no frágil argumento da meritocracia. É frágil porque ninguém pode querer creditar a si próprio e aos seus méritos, isoladamente, o alcance de objetivos na sociedade, sejam eles de ordem econômico, social ou de qualquer sorte. Percebe-se, ao contrário, que muitos dos que advogam a meritocracia foram amplamente favorecidos pela construção da desigualdade, incluindo os anos de ditadura militar que foram de aumento do fosso entre os mais ricos e os mais pobres. Não fossem alguns encontros e desencontros, oportunidades que me foram dadas por pessoas,



instituições e políticas públicas na minha trajetória de vida, jamais conseguiria trilhar o caminho da graduação ao doutoramento. Talvez nem tivesse passado da prova da ditadura se fosse filho de pessoas ligadas aos movimentos de contestação ao regime autoritário pós-1964. Muita gente ficou pelo caminho.

Além disto, a meritocracia é argumento frágil porque desconectada de dois movimentos singulares na sociedade: a *partida* e a *dependência de trajetória*. A partida é o ponto inicial em que dois competidores buscam alcançar primeiramente ou mais largamente seus objetivos. Não existissem as diferenças de partida não teríamos necessidade das olimpíadas e suas regras específicas, divisões, tampouco a paraolimpíada. Juntemo-nos todos por igual e “que vença o melhor”, seja cadeirante ou Usain Bolt, um atleta sem um braço e Roger Federer. Já a dependência de trajetória (COSTA, 2014) é um conceito derivado da economia e utilizado na teoria institucionalista da ciência política, definindo que, escolhida ou definida uma trajetória institucional, a tendência é que o caminho esteja delimitado e previamente definido de tal forma que apenas conjunturas críticas específicas podem modificá-lo. O exemplo cabal é nascer negro numa sociedade racista como a brasileira. Pronto! Definiu-se que terá pouquíssimas chances de alcançar dignidade humana, estatisticamente verificável.

Em razão de minha trajetória acadêmica na universidade como docente e pesquisador, defini como foco de doutoramento a área de Ciência Política, com ênfase em política internacional. Minha tese faz um balanço da Política Externa brasileira de Lula para a América do Sul (COSTA, 2014; SILVA e COSTA, 2013), e a principal constatação é de que, longe de pregar o comunismo para a região, a integração sul-americana do período propõe a união regional como forma de inserção autônoma e protagonista no mundo. Alguns estudiosos de países vizinhos conceituam este período de subimperialismo brasileiro, em hegemonia do capitalismo tupiniquim, mas não estratégia comunista. Isto é discurso da época da ditadura militar, infelizmente empobrecendo o debate que poderia resultar em pactos para o país e a região sul-americana se desenvolverem.

O período do Golpe de 1964 é caracterizado pela bipolaridade, denominada Guerra Fria, e explica, em parte, a influência dos EUA no movimento militar que interrompeu nosso processo democrático à época. No entanto, a estratégia de influência dos EUA na região latino-americana possui uma linha comum, traçada desde a doutrina



Monroe, e que reside em dividir para reinar. Assim, iniciativas que visem à estruturação da região latino ou sul-americana como grupo de interesse no cenário internacional são tratadas por aquele país como uma ameaça. Foi desta forma em 1964 e não é diferente em 2016, mudando apenas o enfoque da influência, os seus motivadores, mantendo a necessária convivência e participação de parte de grupos nacionais.

O cenário internacional, no entanto, é diverso de 64 em comparação com 2016. O ambiente recente remete muito mais ao período anterior à Segunda Guerra Mundial, no qual se entrecruzam crise econômica mundial, crise de hegemonia, multipolaridade e baixa legitimidade de instituições internacionais. Aliado a isso, pode-se perceber o (re)aparecimento de movimentos organizados de extrema direita, do fascismo e da intolerância. Assim como foi feito no Iraque em 2003, e depois nos países norte-africanos e árabes na onda da “primavera árabe”, a desestabilização e destruição estrutural é uma estratégia de potências para influenciar países periféricos como o Brasil, materializado ainda no chamado capitalismo de desastre.

Entre os movimentos de ascensão e afirmação de seu lugar e importância na sociedade está a mulher e sua luta por autonomia quanto ao seu destino. Não é segredo que a sociedade em geral, e a brasileira em particular, é extremamente machista e trata a mulher de forma discriminada. Segundo Engels (1982) em “A origem da família, da propriedade privada e do Estado”, as primeiras famílias eram matriarcais, e com o estabelecimento dos grupos humanos de forma fixa territorialmente as famílias passam a ser patriarcais, fixando-se também as bases para a propriedade privada e o Estado.

A mulher, então, passa a ser propriedade privada do homem, e, assim, cristaliza-se uma trajetória de forma dependente até a contemporaneidade. Com o desenvolvimento de sociedades democráticas, a mulher passa a romper com este paradigma. No Brasil, mulheres e seus movimentos por autonomia estão na linha de frente das dinâmicas que paulatinamente quebram a legitimidade da ditadura militar, criando movimentos que de forma genérica são chamados de feministas. Assim, o movimento “feminista” é fruto da Democracia, e barrá-lo significa, para o homem, ir contra a própria democracia.

À diferença de outros países onde os movimentos feministas consolidaram avanços democráticos e sociais, no Brasil a reação veio de agrupamentos de igrejas evangélicas, principalmente, que reivindicam a necessidade de atitudes na direção da



manutenção de valores tradicionais na sociedade, “em nome de Deus”, obviamente. Neste caminho reforçam a trajetória de uma família tradicional, com o homem sendo chefe, rechaçando outras possibilidades de família que são típicas de países desenvolvidos, com a mulher no centro decisório ou compartilhado, ou casais homossexuais. Reivindicam, ainda, a propriedade do corpo da mulher para si e para a sociedade, na questão da ilegalidade do aborto. Legitimam toda sorte de violência de gênero com o intuito único, muitas vezes sem o saber, de manutenção de poder do homem sobre a mulher. Sem autonomia da mulher, não se caminha para a consolidação da Democracia, isso não se deu em nenhum lugar.

Em síntese, sentem receio de compartilhar o poder com a mulher em igualdade, e buscam a manutenção de seu poder dentro da família e, portanto, da sociedade, reproduzindo uma desigualdade histórica sob o manto da moral e dos bons costumes. Se não estivéssemos falando abertamente do Brasil, poderia o leitor desavisado achar que se trata do Afeganistão dos Talebãs e, no lugar da Bíblia, do Alcorão. De toda reflexão sobre a discriminação da mulher na sociedade, cheguei à conclusão de que as formas ditatoriais são essencialmente machistas e, da mesma forma, concluí que não pode um homem ser feminista, pois este papel cabe apenas às mulheres; nós homens podemos ser, no máximo, antimachistas. Enquanto não se resolver este imbróglio não há democracia que resista, e estaremos sempre diante de um 1964 ou um 2016, diante de golpes.

5. Autonomia ou barbárie em síntese

As sociedades complexas e urbanas, principalmente, vêm historicamente caminhando para uma ideia genérica de “civilização”, na qual devam existir consensos sobre os limites entre o público e o privado, o coletivo e o individual, o alcance de uma ação pessoal na sociedade e vice-versa. Há uma necessidade de delimitação de ação, de onde é possível se vislumbrarem o respeito e a tolerância ao outro. Um exemplo cabal é o Direito Internacional Humanitário, cujo objetivo principal é a função de limitar a guerra, para que combatentes não sofram danos de um conflito armado. No âmbito das Nações, é o chamado Estado Democrático de Direito, representando o respeito às



garantias individuais e coletivas, às minorias e às majorias, aos interesses sobre os privilégios.

O contrário é a barbárie, ou seja, a exacerbação da força e da violência sobre a negociação e os consensos, do autoritarismo sobre as liberdades individuais e coletivas, da justiça com as próprias mãos sobre as diversas possibilidades de justiça social, política econômica, das instituições contra a sociedade em vez destas na e para a sociedade. A barbárie é condição inicial para o caos, e, neste ambiente, não floresce e se desenvolve o capitalismo, a não ser pela situação permanente de agressão humana, como foi no caso da ditadura militar brasileira pós 1964.

Assim, pressupõe-se aqui que não há como alcançar um nível civilizatório sem autonomia generalizada na sociedade. A democracia deve ser vista como um movimento em busca da autonomia, para a emancipação, mesmo para a concretização capitalista, mas também do direito, do indivíduo, do ambiente e da sociedade. Eu quero autonomia para poder me vincular a uma igreja evangélica, tanto quanto para contestá-la, para aceitar as regras do Estado de Direito como as da anarquia. O cidadão e a cidadã autônomos pressupõem capacidade de decisão, e sem justiça social e econômica não se alcança a autonomia plena. Sem um ambiente de baixa desigualdade não se pode falar em autonomia, muito menos de democracia, e viveríamos sempre no Estado de exceção inaugurado em 64.

No âmbito nacional, é preciso que busquemos a igualdade de fato, entre os gêneros, raças e entre as classes socioeconômicas. Não se trata apenas de igualdade de oportunidades, porque num ambiente de partidas diferenciadas a trajetória é dependente. Uma mulher que não tem autonomia para decidir sobre seus destinos não pode nunca dizer que vive numa democracia. Duas pessoas do mesmo sexo que resolvem constituir família precisam de autonomia para sua decisão, da mesma forma com religião, educação, raça, etc.

No âmbito do sistema internacional é fundamental a autonomia das nações, e esta capacidade se alcança com a ampliação e o aprofundamento da autodeterminação dos povos. Significa que os povos possam criar e se recriar da forma como acharem necessário para seu bom-viver. Podemos pensar no “isolamento” daqueles que o quiserem, tanto quanto na integração regional. Fundamental é a continuidade de um



ambiente onde as concepções de mundo possam gravitar de cosmopolitas a particulares e *sui generis*, dando-se condições para que a autonomia se afirme diante da barbárie.

6. Considerações Finais

Procurei neste artigo-relato retratar uma trajetória de vida influenciada pela ditadura militar instaurada em 1964 no Brasil. Misturei percepções pessoais, vivências e conhecimentos desenvolvidos nas trajetórias de vida e profissional. Não há, aqui, uma preocupação principal com a “verdade” no sentido da cientificidade. Não se quer provar nada, mas sim agregar elementos ao debate da ditadura militar no Brasil, seu legado danoso e a situação peculiar de uma democracia que teima em se consolidar.

Nas minhas conversas, palestras, escritos e pensamentos, difundi a ideia de que estávamos consolidando nossa democracia aos poucos, que os indicativos eram as instituições, a aceitação do outro, o ambiente de debate e o respeito às divergências. Desde 1989, venho acompanhando os processos eleitorais, as vitórias e derrotas de todos os espectros políticos e em todos os níveis, a consolidação dos direitos e garantias individuais que a Constituição Cidadã de 1988 implementou. O governo Lula inaugura o novo e a esperança de que os níveis de desigualdade pudessem diminuir a ponto de tornarem mais real a democracia, e de que a autonomia pudesse resistir e vencer a barbárie.

O golpe de 2016 me deixou muito frustrado com a violação da democracia no Brasil. Não se trata apenas de uma opção que venceu nas urnas ser violentamente podada, mas da ruptura de um movimento que vivi desde a década de 70 e que poderia tornar nosso país um lugar para se viver feliz. Espero que retomemos logo este caminho, pois quero continuar com autonomia para soltar pipas, protestar, ler e escrever Livros.

Referências

AGUIAR, Itamar. **Violência e golpe eleitoral**: Jaison e Amin na disputa pelo governo catarinense. Blumenau: FURB, 1995.

BENAKOUCHE, Rabah (coord.) **Grupos industriais da região sul do Brasil**.



Revista Memorare, Tubarão, v. 4, n. 3 esp. dossiê Marcas da Memória: direitos humanos, justiça de transição e anistia, p. 1-300 set./dez. 2017. ISSN: 2358-0593

Florianópolis, Núcleo de Política Científica e Tecnológica/UFSC, 1983 (mimeo).

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**: ensaios de interpretação sociológica. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

CHAUI, Marilena. **O que é Democracia?**. Florianópolis, Centro de Estudos em Reparação Psíquica de Santa Catarina – UFSC, Aula Magna do Curso “Como lidar com os efeitos psicossociais da violência”, proferida em 15 de agosto de 2016 na UFSC, disponível em canal do Youtube no link: <https://youtu.be/ZAFa7TZX3oA>.

COSTA, Rogério Santos da. **Dinâmica institucional nas relações internacionais**: institucionalismo histórico, retornos crescentes e path dependency em análise comparada da reforma do Conselho de Segurança da NU e Liga das Nações. In: ENCONTRO INTERMEDIÁRIO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS – ABRI, 2., 2014, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa, PB, 2014. Disponível em: http://www.seminario2014.abri.org.br/resources/anais/21/1406592562_ARQUIVO_ABRI_2014_Rogério_Costa_trabalho_Completo_A.pdf. Acesso em: 20 fev. 2017.

COSTA, Rogério Santos da. **Estratégias da Política Externa Brasileira para Integração Regional**: comparações institucionais a partir do Governo Lula. Revista Densidades (Online), v. 1, p. 27-40, 2014.

DREIFUSS, René Armand. **1964**: a conquista do Estado - ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1987.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. 8. ed. Porto Alegre: Editora Globo, 1989. 1ª edição 1958.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1961.

HOBBS, Thomas. **Leviatã**. São Paulo: Ed. Martin Claret, 2006.

O'DONNELL, Guillermo. **Reflexões sobre os estados burocrático-autoritários**. Rio de Janeiro: Edições Vértice, 1987.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo**. São Paulo: Graal, 1978.

PREBISCH, Raul. **Dinâmica do desenvolvimento latino-americano**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1968.

SADER, Emir; SANTOS, Theotônio dos (Coord.); MARTINS, Carlos Eduardo; VALÊNCIA, Adrián Sotelo (Org.). **A América Latina e os desafios da globalização**



REVISTA
MEMORARE

 UNISUL
www.portaldeperiodicos.unisul.br
ISSN 2358-0593

Revista Memorare, Tubarão, v. 4, n. 3 esp. dossiê Marcas da Memória: direitos humanos, justiça de transição e anistia, p. 1-300 set./dez. 2017. ISSN: 2358-0593

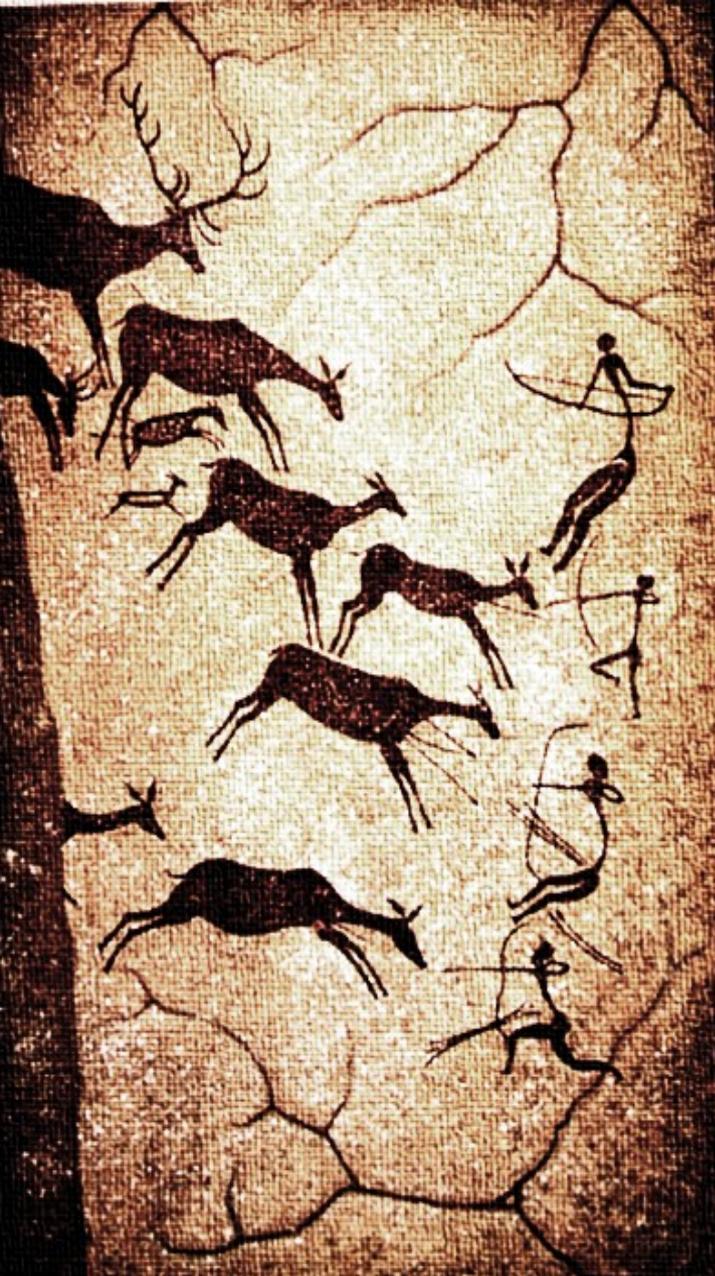
(ensaios dedicados a Ruy Mauro Marini). Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

SILVA, Karine de Souza Silva; COSTA, Rogério Santos da Costa. **Organizações Internacionais de Integração Regional**: União Europeia, Mercosul e Unasul. Florianópolis: Ed. UFSC/FUNJAB, 2013. 306 p.

Submetido em 21/062017. Aprovado em 30/08/2017.



Revista Memorare, Tubarão, v. 4, n. 3 esp. dossiê Marcas da Memória: direitos humanos, justiça de transição e anistia, p. 1-300 set./dez. 2017. ISSN: 2358-0593



LEGADOS CULTURAIS DO AUTORITARISMO: ELEMENTOS PARA UMA ANÁLISE SOBRE O BRASIL E A ARGENTINA

Bruno Mello Souza*
Carlos Artur Gallo**

Resumo: Na segunda metade do século XX, Argentina e Brasil viveram períodos autoritários nos quais, ao aplicar-se a Doutrina de Segurança Nacional, ocorreram constantes violações aos direitos humanos. Ainda que tenham sido instaladas “novas democracias” com os processos transicionais ocorridos nestes países, é possível observar, atualmente, a permanência de legados autoritários que se mantiveram apesar do fim dos regimes de exceção. Partindo deste contexto, em nosso estudo pretendemos analisar qual o impacto dos regimes autoritários na cultura política argentina e brasileira. Para fazê-lo, foram selecionados e analisados dados de nove variáveis do Latinobarômetro.

Palavras-chave: Cultura Política. Ditaduras de Segurança Nacional. Legados Autoritários.

Resumen: En la segunda mitad del siglo XX, Argentina y Brasil vivieron periodos autoritarios en los cuales, al aplicarse la Doctrina de Seguridad Nacional, ocurrieron constantes violaciones a los derechos humanos. Aunque se hayan instalado “nuevas democracias” con los procesos transicionales ocurridos, es posible observar, a la actualidad, la permanencia de legados autoritarios que se mantuvieron más allá del final de los regímenes de excepción. Impartiendo de este contexto, en nuestro estudio pretendemos analizar cual el impacto de los regímenes autoritarios en la cultura política argentina y brasileña. Para hacerlo, fueron seleccionados y analizados datos de nueve variables del Latinobarómetro.

Palabras clave: Cultura Política. Dictaduras de Seguridad Nacional. Legados Autoritarios.

* Universidade Federal do Piauí - UFPI,
Teresina, PI, Brasil.
Realiza Pós-Doutorado junto ao Programa de Pós-
Graduação em Ciência Política da UFPI
Doutor em Ciência Política - Universidade Federal
do Rio Grande do Sul - UFRGS.
E-mail: E-mail: bmellosouza@yahoo.com.br

** Universidade Federal de Pelotas – UFPEL
Pelotas, RS, Brasil.
Doutor em Ciência Política - UFRGS.
Professor do Departamento de Sociologia e Política
e do Programa de Pós-Graduação em Ciência
Política da UFPEL.
E-mail: galloadv@gmail.com

DOI:
10.19177/memorare.v4e32017129-144



REVISTA
MEMORARE


www.portaldeperiodicos.unisul.br
ISSN 2358-0593

Revista Memorare, Tubarão, v. 4, n. 3 esp. dossiê Marcas da Memória: direitos humanos, justiça de transição e anistia, p. 1-300 set./dez. 2017. ISSN: 2358-0593

1. Introdução¹

Na segunda metade do século XX, no contexto da “Guerra Fria”, Brasil e Argentina, entre outros países da região, estiveram sob ditaduras civis-militares baseadas na Doutrina de Segurança Nacional (DSN). O desenvolvimento desses regimes autoritários é marcado por semelhanças no que diz respeito, por exemplo, ao contexto internacional em que se dá o Golpe de Estado, auge da Guerra Fria, e ao uso contínuo e deliberado da repressão política nesses países (milhares de cidadãos foram perseguidos, presos, torturados, exilados, mortos e desaparecidos pelas forças de segurança), mas, também, por diferenças importantes, sobretudo no que se relaciona ao conteúdo da transição neles realizada (Cavarozzi, 1996; Motta, 2002; Padrós, 2008).

Enquanto a transição à democracia no Brasil foi resultado de negociações altamente controladas pelos setores que estavam no poder, sendo, por isso, chamada por parte dos estudiosos de *transição negociada* ou *pactada* (Arturi, 2001; Munck & Leff, 1997; O’Donnell & Schmitter, 1988), na Argentina o processo de transição foi bastante abrupto, sendo por esta razão classificado por alguns autores como um processo de *transição por ruptura* (Munck & Leff, 1997; Stepan, 1994).

A transição brasileira começa em 1974, no governo do ditador-presidente Ernesto Geisel (1974-1979) e se estende até março de 1985, quando o civil José Sarney é empossado na Presidência da República. Em seus quase 11 anos de duração, o processo transicional no Brasil foi sendo concretizado aos poucos, tendo sido marcado por avanços e recuos da ditadura. Iniciada em um momento em que o regime de exceção ainda obtinha resultados positivos na economia (a retração do “Milagre econômico” se intensifica a partir da segunda metade da década de 1970), a transição à democracia no país conviveu com concessões parciais por parte da ditadura, como é o caso da revogação de algumas normas de exceção e a própria edição da Lei da Anistia (Lei nº 6.683/1979), mas, apesar disso, o controle do processo esteve sempre nas mãos das Forças Armadas e seus apoiadores (Arturi, 2001).

Na Argentina, a transição é realizada de modo acelerado, entre junho de 1982, quando as Forças Armadas são derrotadas na Guerra das Malvinas, e dezembro de 1983,

¹ Este artigo é uma versão revista, atualizada e modificada do trabalho apresentado no “VI Seminário Internacional Políticas de la Memoria”, realizado em Buenos Aires em outubro de 2013.



quando ocorre a posse do presidente Raúl Alfonsín. Iniciada em um contexto marcado pela crescente insatisfação popular com as Forças Armadas, que haviam tentado ganhar e recuperar apoio com a campanha pelas Malvinas, a transição foi sendo realizada com reduzida participação dos setores que estavam no comando do país desde o Golpe de 24 de março de 1976 (Cavarozzi, 1996).

Um aspecto que, com o passar dos anos, foi sendo incorporado às análises sobre a dinâmica dos processos transicionais se refere às heranças ou legados do autoritarismo presentes nas novas democracias. Conforme o conceito apresentado por Leonardo Morlino (2013), em seu estudo sobre a democracia nos países do Sul da Europa, legados autoritários:

[...] abarcam todos os padrões comportamentais, regras, relações, situações sociais e políticas e também normas, procedimentos e instituições, tanto introduzidos como vigorosa e visivelmente fortalecidos pelo regime autoritário imediatamente anterior. Os legados autoritários influenciam um grande leque de instituições políticas, econômicas e sociais e são frequentemente mais visíveis no funcionamento e comportamento das forças de segurança. (LEONARDO MORLINO, 2013, p. 262 – 263).

Entre os primeiros estudos a chamarem a atenção para o tema específico dos legados do autoritarismo deixados pelas ditaduras que se encerraram a partir da década de 1970, encontra-se o do cientista político Alfred Stepan (1988), que tratou de analisar as prerrogativas militares preservadas após a transição na Argentina, no Brasil, na Espanha e no Uruguai (o não julgamento dos envolvidos nas violações aos direitos humanos seria uma delas).

Outras abordagens focaram, por exemplo, no impacto das ditaduras no campo jurídico. Como no caso dos estudos de Anthony W. Pereira (2010), que fez uma pesquisa sobre as conexões entre os regimes autoritários e as instituições judiciais no Brasil, na Argentina e no Chile, buscando explicar as diferenças encontradas em cada caso no tocante ao saldo da repressão, ao número de perseguidos que foram julgados por “crimes contra a Segurança Nacional” e, ainda, às mudanças implementadas, ou não, com o retorno à democracia.

Uma hipótese formulada por parte dos estudos transitológicos (que é uma das formas como passou a ser conhecida a agenda de pesquisas surgida sobre o contexto das transições à democracia iniciadas a partir de 1974, com a Revolução dos Cravos, em



Portugal) sugeria, em linhas gerais, que quanto mais controlado o processo transicional por parte dos setores que estavam nas estruturas de poder durante o período de exceção, maiores seriam as dificuldades de que as novas democracias superassem legados do autoritarismo que se mantiveram no novo cenário político (O'Donnell & Schmitter, 1988).

Com base no que foi referido, parte-se do pressuposto de que regimes autoritários deixam marcas, legados do autoritarismo, que se mantêm mesmo com o final das ditaduras e a redemocratização. Tais legados, como mencionado, podem ser institucionais, como é o caso das prerrogativas militares ou da legislação e de procedimentos jurídicos que não se alteraram desde a ditadura, podendo se manifestar, ainda, na cultura política dos cidadãos. A princípio, podem ser reforçados pelo tipo de transição ocorrida. A presente exposição pretende analisar o impacto das ditaduras na cultura política argentina e brasileira, observando se e quais resquícios do autoritarismo seguem presentes na atualidade. Nas próximas seções, explica-se como e com base em quais dados a análise será realizada e, na sequência, os dados são apresentados e analisados.

2. Legados culturais do autoritarismo: Como analisar?

A perspectiva cultural, inaugurada na Ciência Política por Almond e Verba (1965), credita às crenças, valores e comportamentos dos cidadãos um papel extremamente importante na configuração e consolidação de um regime político. Ao aproximarmos-nos dos casos latino-americanos, é possível notar que são vários os autores que, de alguma forma, atrelam a democracia à legitimidade advinda da cultura política, pautando-se em variáveis como adesão ao regime democrático, participação política e confiança (Moisés, 1995; 2005; Gunther & Monteiro, 2003; Power & Jamison, 2005; Baquero, 2011; González, 2011).

Como proceder para identificar e analisar eventuais resquícios de uma cultura autoritária? Uma forma de realizar a tarefa é selecionar um conjunto de variáveis quantitativas, verificando, a partir dos dados coletados, eventuais impactos das ditaduras civis-militares argentina e brasileira na cultura política dos seus cidadãos. Para isso, a presente análise se baseia nos dados de nove variáveis medidas pelo Latinobarómetro:



(1) preferência por regime; (2) prioridade da ordem em relação a direitos humanos e liberdades; (3) importância da democracia em contraposição com o desenvolvimento econômico; (4) relação entre governo e meios de comunicação; (5) respeito dos governos às leis e ao parlamento; (6) apoio à volta de um governo militar; (7) confiança nas Forças Armadas; (8) tolerância para com os movimentos sociais; e (9) militares e garantia da ordem constitucional.

A ideia inicial deste estudo era analisar longitudinalmente o maior número de variáveis possível. Uma vez que nem todas as variáveis referidas acima encontram-se presentes no Latinobarómetro em toda a sequência de anos-base do banco de dados, algumas somente puderam ser verificadas em uma sequência menor de anos-base e, em três casos, apenas no ano-base de 2009, que é o único período de aplicação dos questionários nos quais as variáveis constavam. Apesar de nem todas poderem ser analisadas nos mesmo intervalos de tempo, contudo, a análise geral das nove variáveis selecionadas se justifica tendo em vista que todas, em maior ou menor grau, evidenciam fragmentos de um possível comportamento autoritário presente nas sociedades aqui estudadas.

Os dados que não fecham em 100% assim se encontram em decorrência dos percentuais de “não sabe/não respondeu”, que, se fossem eliminados do banco com o qual se trabalhou, poderiam gerar distorções significativas nos dados.

2.1 Resquícios de uma cultura autoritária no Brasil e na Argentina: elementos para uma análise

A primeira tabela apresentada refere-se à preferência por regime político no Brasil e na Argentina. Será que os diferentes modelos transicionais dos dois países possuem alguma repercussão efetiva na preferência de brasileiros e argentinos? É o que se verifica a seguir.

Tabela 1 – Preferência por regime: apoio à democracia

ANO-BASE QUESTÃO / PAÍS	1995		2000		2005		2010		2015	
	ARG	BRA								
Democracia é preferível a qualquer forma de governo	76%	1%	0%	8%	6%	7%	6%	4%	0%	4%



Em algumas circunstâncias, um governo autoritário pode ser preferível	11%	1%	6%	5%	7%	5%	9%	9%	5%	6%
Não importa se o regime é democrático	6%	3%	2%	8%	1%	8%	3%	5%	3%	6%
Não respondeu	1%	%	%	%	%	%	%	%	%	%
Não sabe	6%	4%	%	%	%	9%	%	1%	%	1%
Entrevistados	11.200	1.200	1.200	1.000	1.200	1.204	1.200	1.204	1.200	1.250

Fonte: Latinobarómetro (1995, 2000, 2005, 2010, 2015)

A Tabela 1 demonstra que os argentinos, de forma geral, possuem uma preferência maior pela democracia do que os brasileiros. Se, por um lado, os dois países apresentam percentuais muito próximos de preferência por governos autoritários, por outro, os entrevistados na Argentina afirmaram preferir a democracia em comparação com qualquer outra forma de governo em percentual sempre superior aos 66%, enquanto no Brasil os maiores percentuais chegam a 54% em 2010 e 2015 (pelo menos vinte anos após a saída dos militares das estruturas de poder no país).

Como se pode notar, o que diferencia os cidadãos dos dois países nem é tanto a preferência por um regime autoritário, mas sim a convicção a respeito do regime democrático como sendo a melhor forma de governo. Pelo lado brasileiro, é perceptível que há, nesse sentido, uma apatia maior em relação à democracia como modelo de governo que dá melhores respostas às demandas da população, com percentuais sempre superiores aos da Argentina na categoria “Não importa o regime”. Outra variável capaz de oferecer subsídios relevantes no que concerne a legados autoritários, é aquela que contrapõe prioridades de ordem e autoridade em relação a valores democráticos tais como a primazia dos direitos humanos e liberdades. As respostas de brasileiros e argentinos estão comparadas na Tabela 2.

Tabela 2 – Ordem X Liberdade

ANO-BASE	2004		2009		2016	
	ARG	BRA	ARG	BRA	ARG	BRA
Questão / País						
Prefere viver numa sociedade ordenada ainda que sejam restringidas algumas liberdades	50%	53%	50%	54%	41%	44%
Prefere viver numa sociedade na qual se respeitem todos direitos e liberdades, ainda que haja alguma desordem	47%	40%	46%	42%	52%	51%
Não respondeu	1%	1%	1%	0%	3%	1%



Não sabe	2%	6%	3%	4%	4%	5%
Entrevistados	1.200	1.204	1.200	1.204	1.200	1.204

Fonte: Latinobarómetro (2004, 2009, 2016)

No que diz respeito à priorização da ordem em relação aos direitos humanos e liberdades, novamente os argentinos apresentam um padrão mais humanitário e democrático. Entretanto, nesta questão a diferença percentual é mais tímida, girando em torno dos 3%. Nos dois países, há uma leve tendência de queda dos percentuais daqueles que priorizam a ordem em relação às liberdades e aos direitos humanos. Cabe ressaltar, ainda, que, a despeito das diferenças percentuais entre os dois países, é possível perceber que tanto na Argentina quanto no Brasil os indivíduos passam a dar maior valor às liberdades em 2016, uma vez que até então predominavam aqueles que preferiam a ordem em ambos os países. Outra contraposição cuja análise torna-se bastante interessante, para além dos direitos civis, refere-se ao aspecto econômico. Em resumo: poder gritar de barriga vazia ou calar-se de estômago cheio, qual, afinal, seria a preferência de brasileiros e argentinos? É o que examinamos nos dados da Tabela 3.

Tabela 3 – Democracia X Desenvolvimento econômico

ANO-BASE	2001		2009	
	ARGENTIA	BRASL	ARGENTINA	BRASIL
QUESTÃO/PAÍS				
Democracia é mais importante	50%	56%	47%	53%
Desenvolvimento econômico é mais importante	26%	22%	30%	29%
Ambos são igualmente importantes	21%	10%	22%	11%
Não respondeu	3%	12%	1%	7%
Entrevistados	1.200	1.000	1.200	1.204

Fonte: Latinobarómetro (2001, 2009)

Em relação à priorização do desenvolvimento econômico em detrimento à democracia, pela primeira vez os percentuais verificados no Brasil apresentam uma tendência mais democrática do que os da Argentina. Enquanto entre 47 e 50% dos argentinos afirmam que a democracia é mais importante, os percentuais ficam entre 53 e 56% dos cidadãos entrevistados no Brasil demonstrando tal preferência. No que concerne à importância maior do desempenho da economia, os percentuais se equivalem, especialmente em 2009, e o maior diferencial, de cerca de 10%, é dado entre aqueles que consideram ambas igualmente importantes: na Argentina, entre 21 e 22%



dos entrevistados forneceram esta resposta, enquanto no Brasil este percentual ficou em torno dos 10%.

Um aspecto que pode ser considerado para essa maior preocupação argentina para com a economia refere-se às sucessivas e graves crises pelas quais o país passou não apenas no período autoritário, mas também em sua retomada democrática: lembremos, por exemplo, da extraordinária crise vivida pela Argentina no início dos anos 2000. O Brasil, apesar de também ter passado por crises de considerável dimensão, tem se caracterizado por uma maior estabilidade comparado ao país vizinho, mesmo nos últimos anos. Além dos aspectos econômicos, uma outra discussão essencial quando se trata de democracia e democratização diz respeito às relações estabelecidas entre governo e meios de comunicação, uma vez que a liberdade de opinião e de imprensa configuram-se como ingredientes fundamentais da receita democrática. Na Tabela 4, temos a opinião de brasileiros e argentinos sobre a questão.

Tabela 4 – Governo X Meios de comunicação: O governo pode fechar um meio de comunicação caso seja publicado algo que lhe desagrade.

ANO-BASE QUESTÃO/PAÍS	2009	
	ARGENTINA	BRASIL
Concorda totalmente	0,6%	9,4%
Concorda	10,4%	24,3%
Discorda	44,7%	26%
Discorda totalmente	41,2%	36,5%
Não respondeu	3%	3,8%
Entrevistados	1.200	1.204

Fonte: Latinobarómetro (2009).

Aqui, embora em sua grande maioria brasileiros como argentinos condenem a possibilidade de os governos fecharem meios de comunicação, existe uma diferença que não deve ser negligenciada: a porcentagem de argentinos contra esse tipo de superpoder estatal está 20 pontos acima do número de brasileiros. Enquanto na Argentina 86% dos entrevistados mostram-se contrários à possibilidade de governos fecharem meios de comunicação, no Brasil o número encontra-se em cerca de 62%. Trata-se, portanto, de mais uma variável que apresenta os argentinos como cidadãos mais democráticos do que os brasileiros. Além da possibilidade de interferir na imprensa, outro tipo de superpoder governamental pode direcionar-se a outras instituições e elementos

democráticos, como os parlamentos e o cumprimento das leis e normas do regime democrático. Para captar esta dimensão, a pesquisa do Latinobarómetro questiona: “Em situações difíceis, é correto que o governo passe por cima das leis e do parlamento? ”. A Tabela abaixo nos mostra a opinião de brasileiros e argentinos.

Tabela 5 – Respeito às leis e instituições: Em situações difíceis, concorda que o governo pode desobedecer a lei, o parlamento e/ou as instituições.

ANO-BASE QUESTÃO/PAÍS	2001		2010	
	ARGENTINA	BRASIL	ARGENTINA	BRASIL
Concorda totalmente	6%	26%	4%	15%
Concorda	23%	19%	25%	41%
Discorda	29%	11%	51%	19%
Discorda totalmente	35%	38%	17%	20%
Não respondeu	7%	6%	4%	6%
Entrevistados	1.200	1.000	1.200	1.204

Fonte: Latinobarómetro (2001, 2010).

Novamente, o Brasil parece apresentar legados autoritários mais marcantes do que a Argentina. No ano de 2010, cerca de 56% dos entrevistados aparentemente não veriam nenhum problema se o governo passasse por cima das leis, inclusive concordando com tal postura, enquanto em 2001 este percentual já era alto, em torno de 45%. Já na Argentina, o repúdio a esta postura antidemocrática é significativamente mais elevado: em 2010, cerca de 68% dos entrevistados reprovariam um patrolamento do governo sobre as leis e o parlamento, e somente 17% apoiariam. Em 2001, o percentual de rechaço a esse tipo de possibilidade estava em 64%. No mesmo sentido, de fragilidade institucional em termos de adesão da população, surge o temor, até certo ponto esperável, de que uma democracia de consolidação relativa possa ser colocada em xeque diante da possibilidade de retorno de um governo militar (autoritário). A Tabela 6 apresenta o apoio potencial de argentinos e brasileiros a esta possibilidade.

Tabela 6 – Apoio à volta de um Governo Militar

ANO-BASE QUESTÃO/PAÍS	2004		2011	
	ARGENTINA	BRASIL	ARGENTINA	BRASIL
Apoiaria um Governo Militar no lugar de um regime democrático	32%	31%	23%	22%
Em nenhuma circunstância apoiaria um Governo Militar	63%	56%	73%	67%



Não respondeu	0%	1%	1%	1%
Não sabe	4%	12%	3%	10%
Entrevistados	1.200	1.204	1.200	1.204

Fonte: Latinobarómetro (2004, 2011).

Surpreendentemente, no que diz respeito à possibilidade de retorno de um governo dos militares, Brasil e Argentina apresentam percentuais muito aproximados. Em ambos os países, o apoio potencial a tal iniciativa é reduzido, embora não desprezível (em torno de 30% em 2004, mas caindo para aproximadamente 23% em 2011). Por outro lado, acima de 63% dos entrevistados na Argentina e de 56% dos indivíduos arguidos no Brasil, colocaram-se frontalmente contra essa situação hipotética, afirmando que não apoiariam a volta dos militares ao poder sob circunstância alguma, inclusive com elevação percentual no último período analisado.

O dado se configura como uma informação bastante auspiciosa para a consolidação democrática nos dois países. Se por um lado o retorno dos militares ao poder aparece como possibilidade momentaneamente distante, por outro cabe questionar: e a confiança sobre estes, como se configura nos dois países? Tal pergunta ganha relevo à medida que possamos imaginar que bons índices de confiança sobre o setor podem servir para, a longo prazo, minar as bases da democracia, permitindo uma flexibilidade que permita a abertura futura de uma “janela” militar-autoritária. A Tabela 7 nos traz as respostas para esta questão.

Tabela 7 – Confiança nas Forças Armadas

ANO-BASE QUESTÃO / PAÍS	1995		2000		2005		2010		2015	
	RG	RA								
Muita	0%	0%	2%	5%	3%	0%	%	4%	2%	9%
Alguma	7%	9%	5%	3%	6%	1%	1%	9%	0%	5%
Pouca	5%	4%	0%	2%	0%	2%	5%	1%	3%	0%
Nenhuma	3%	4%	9%	7%	6%	4%	4%	2%	2%	1%
Não respondeu	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%
Não sabe		%	%	%	%	%	%	%	%	%
Entrevistados										



	.200	.200	.200	.000	.200	.204	.200	.204	.200	.250
--	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

Fonte: Latinobarómetro (1995, 2000, 2005, 2010, 2015).

Se no que diz respeito ao retorno dos militares ao governo, esta possibilidade é frontalmente refutada nos dois países, não se pode dizer o mesmo sobre a confiança nas Forças Armadas no Brasil e na Argentina. Configura-se, nesse sentido, uma situação diametralmente oposta em termos de opinião pública entre os cidadãos destes países. Enquanto entre os entrevistados na Argentina os percentuais de desconfiança são sempre superiores aos 55%, beirando os 60%, entre os brasileiros, a tendência se inverte: praticamente o mesmo percentual de respondentes afirma que, sim, confia nas Forças Armadas. Se, como já vimos, isso não implica ameaça imediata às condições democráticas no país, não se pode negligenciar, entretanto, que o nível alto de confiança nos militares pode se constituir em cenário perigoso, visto que diversas pesquisas têm demonstrado que a confiança nas instituições propriamente democráticas do país não lhes confere um papel, digamos, prestigioso junto à população brasileira.

A fórmula “baixa confiança institucional democrática mais alta confiança nas Forças Armadas” poderia, assim, configurar-se como uma ameaça ao regime democrático no Brasil, a longo prazo, e dependendo das circunstâncias. Outro indicador que, em nossa opinião, pode se estabelecer como pista de legados autoritários, refere-se à maior ou menor tolerância para com os movimentos sociais. É isso que examinamos a partir dos dados da Tabela 8.

Tabela 8 – Tolerância com movimentos sociais: Movimentos sociais geram desordem e instabilidade.

ANO-BASE	2009	
QUESTÃO/PAÍS	ARGENTINA	BRASIL
Concorda totalmente	11%	13,6%
Concorda	50,6%	40,6%
Discorda	27,5%	27,8%
Discorda totalmente	5,4%	13,1%
Não respondeu	5,5%	4,8%
Entrevistados	1.200	1.204

Fonte: Latinobarómetro (2009).



Curiosamente, no que concerne à tolerância para com os movimentos sociais, o Brasil apresenta índices mais elevados do que a Argentina. Enquanto 33% dos argentinos discordam da afirmação de que os movimentos sociais geram desordem e instabilidade, mais de 40% dos entrevistados brasileiros forneceram a mesma resposta. No Brasil, parece haver uma aceitação um pouco maior dos movimentos sociais por parte da população. Contudo, é importante ressaltar que em ambos os países os cidadãos apresentam resistências substanciais em relação a estes movimentos: na Argentina, 61,6% veem os movimentos sociais com maus olhos, enquanto no Brasil, o percentual fica em 54,2. Por fim, apresentamos a variável sobre militares e garantia da ordem constitucional, plasmada pela seguinte pergunta: “Os militares devem remover o presidente se este descumprir a constituição do país? ”.

Tabela 9 – Militares intervindo na política: Você concorda que os militares removam um presidente que viola a Constituição?

ANO-BASE	2009	
QUESTÃO/PAÍS	ARGENTINA	BRASIL
Concorda totalmente	5,5%	30,6%
Concorda	24,5%	29,9%
Discorda	31,6%	12,7%
Discorda totalmente	33,3%	19,6%
Não respondeu	5,1%	7,1%
Entrevistados	1.200	1.204

Fonte: Latinobarómetro (2009).

Se anteriormente vimos que os militares gozam de muito mais confiança e prestígio entre os brasileiros do que entre os argentinos, nos percentuais da tabela acima podemos perceber com muita clareza a materialização da confiança. Novamente, a perspectiva nos dois países é diametralmente oposta. Enquanto mais de 60% dos brasileiros consideram os militares como legítimos árbitros do conflito, corroborando constatação de González (2011) para o contexto da maior parte dos países latino-americanos, 64,7% dos respondentes argentinos refutam esta ideia. Mais uma vez parecem relativamente claras as consequências que diferentes modelos transicionais possuem sobre as perspectivas dos indivíduos dos dois países. Enquanto o modelo negociado brasileiro serviu para manter uma certa posição privilegiada dos militares, na



Argentina a transição por ruptura, dada por uma fragorosa derrota dos incumbentes autoritários, repercute em um trauma que se reflete na baixa confiança e na negação peremptória desses atores como árbitros legítimos de um possível conflito pautado pelo descumprimento de normas constitucionais por parte do presidente do país.

3. Considerações finais

No presente artigo, procuramos examinar legados culturais do autoritarismo existentes no Brasil e na Argentina, compartilhando o pressuposto de que tais legados podem ser potencializados conforme o tipo de transição à democracia realizada em cada contexto. No caso, a Argentina experimentou uma transição por ruptura, provocada pelo fracasso retumbante dos militares no exercício do governo; no Brasil, por outro lado, o que ocorreu foi uma transição negociada, lenta e gradual, com amplo poder dos incumbentes autoritários sobre o processo de transição. Uma situação como a que ocorreu no caso brasileiro propiciaria um cenário mais adequado para a manutenção de alguns aspectos que dialogam diretamente com um ideário antidemocrático.

A análise proposta foi realizada mediante consulta de séries temporais do Latinobarómetro, verificando dados categorizados em nove indicadores. Em quatro dos nove indicadores examinados, ambos os países apresentaram percentuais maiores para predisposições democráticas, mas com diferenças entre si. Em termos de preferência pelo regime democrático, poderes do governo em eliminar meios de comunicação e de possibilidade de retorno dos militares ao poder, os percentuais verificados na Argentina foram mais direcionados à perspectiva democrática do que no Brasil. Os índices brasileiros somente foram mais democráticos do que os argentinos no que diz respeito à preferência pela democracia em detrimento do desenvolvimento econômico.

Os dois países, por outro lado, apresentaram tendências menos democráticas no que concerne à tolerância com os movimentos sociais: nesta variável, os argentinos, de forma até surpreendente, apresentaram-se como mais resistentes aos movimentos sociais do que os brasileiros.

Em relação à variável que contrapõe a ordem às liberdades civis, em ambos os países os entrevistados priorizavam a primeira, mas a tendência se inverte em 2016, quando as liberdades passam a ser mais valorizadas pelos cidadãos brasileiros e



argentinos. Já no que diz respeito à possibilidade de o governo passar por cima das leis e instituições em determinadas circunstâncias, verifica-se no Brasil uma maior abertura a essa possibilidade por parte dos respondentes, especialmente em 2010, enquanto os argentinos apresentam percentuais mais elevados de rechaço ao tipo de “solução”.

Houve ainda tendências divergentes em dois indicadores, relacionados diretamente com os militares: confiança nas Forças Armadas e legitimidade destas para remover um presidente que venha a descumprir a constituição do país. Em ambas, os militares contam com muito mais boa vontade dos brasileiros do que dos argentinos, e os percentuais apresentam-se opostos de maneira muito próxima à simetria. Os brasileiros confiam em nível bastante elevado neste setor da sociedade e o consideram como árbitros legítimos dos conflitos no país, enquanto na Argentina o que prevalece é a desconfiança e a refutação peremptória à possibilidade de intervenção militar para retirar um presidente do poder.

Assim, de maneira geral, verifica-se que o Brasil apresenta maiores predisposições a posturas autoritárias do que a Argentina. Acreditamos que essas diferenças sejam, em grande medida, fruto dos modelos de transição verificados nos dois países: a transição negociada do Brasil gerou menor impacto negativo sobre a imagem dos militares do que a transição abrupta da Argentina, onde a derrota dos incumbentes autoritários foi muito mais clara e rotunda.

Como a consolidação democrática e manutenção do regime guarda relações que não podem ser negligenciadas com a cultura política, a persistência com maior força de legados autoritários no Brasil gera uma certa preocupação, se não a curto prazo, ao menos a longo prazo. Até que ponto o prestígio dos militares no país, em contraponto com a baixa confiança em outras instituições (como tem sido percebido especialmente nos últimos anos, diante dos escândalos de corrupção que atingem especialmente os políticos e seus partidos), pode se configurar como ameaça à democracia brasileira? A resposta para esta pergunta é difícil, mas serve como alerta para o fato de que ainda existem entranhados no âmago da cultura política brasileira certos valores autoritários capazes de minar, mesmo que lentamente, a democracia no país.

Isso quer dizer que a democracia brasileira, se comparada à argentina, está fadada ao fracasso? Evidentemente que não. Porém, certamente os legados surgem como uma barreira a mais para ser superada. Assim, a consolidação democrática no



sentido mais substantivo, extrapolando o âmbito meramente procedimental e institucional, depende também do exercício e da reinvenção cotidiana da democracia. Dispositivos que permitam a inclusão dos cidadãos em esferas decisórias, e com resultados efetivos e palpáveis, podem contribuir significativamente para este intento. É a partir daí que os valores democráticos brasileiros poderão florescer com maior intensidade, e de maneira mais duradoura.

Referências

ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney. **The civic culture: political attitudes and democracy in five nations**. Boston: Boston Little Brown, 1965.

ARTURI, Carlos S. **O debate teórico sobre mudança de regime político: o caso brasileiro**. Revista de Sociologia e Política (Curitiba), n.17, 2001, p. 11-31.

BAQUERO, Marcello. Padrões de constituição da cultura política na América Latina no século XXI. In: _____ (Org.). **Cultura (s) política (s) e democracia no século XXI na América Latina**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011. p. 25-45.

CAVAROZZI, Marcelo. **Autoritarismo y democracia (1955-1983)**. Buenos Aires: Editores de America Latina, 1996.

GONZÁLEZ, Rodrigo Stumpf. Democracia, cultura política e experiências participativas na América Latina. In: BAQUERO, Marcello (Org.). **Cultura (s) política (s) e democracia no século XXI na América Latina**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011. p. 47-68.

GUNTHER, Richard; MONTEIRO, José Ramón. **Legitimidade política em novas democracias**. Opinião pública, Vol. IX, n.1, 2003.

MOISÉS, José Álvaro. **A desconfiança nas instituições democráticas**. Opinião pública, Vol. XI, n.1, 2005.

_____. **Os brasileiros e a democracia: bases sócio-políticas da legitimidade democrática**. São Paulo: Editora Ática, 1995.

MORLINO, Leonardo. Legados autoritários, política do passado e qualidade da democracia na Europa do Sul. In: PINTO, António Costa; MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (Org.). **O passado que não passa: a sombra das ditaduras na Europa do Sul e na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. p. 261-294.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. São Paulo: Perspectiva / Fapesp, 2002.



MUNCK, Gerardo; LEFF, Carole. Modes of Transition and Democratization. South America and Eastern Europe in Comparative Perspective. **Comparative Politics**, v.29, n.3, abril 1997, p. 343-362.

O'DONNELL, Guillermo; SCHMITTER, Philippe C. **Transições do regime autoritário: primeiras conclusões**. São Paulo: Vértice / Revista dos Tribunais, 1988.

PADRÓS, Enrique Serra. Repressão e violência: segurança nacional e terror de Estado nas ditaduras latino-americanas. In: FICO, Carlos; et al. (Org.). **Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008. p. 143-178.

PEREIRA, Anthony W. **Ditadura e repressão: o autoritarismo e o estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

POWER, Timothy J.; JAMISON, Giselle D. Desconfiança política na América Latina. **Opinião pública**, Vol. XI, n.1., 2005.

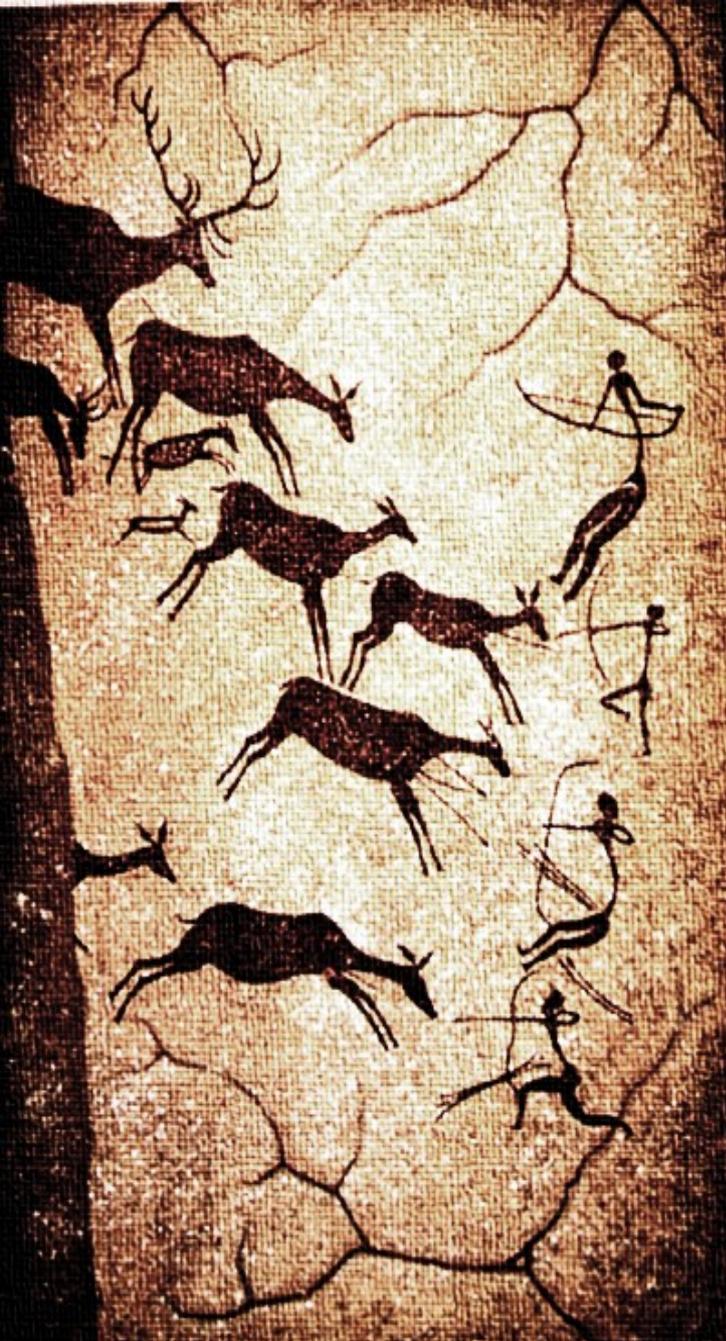
STEPAN, Alfred. As prerrogativas militares nos regimes pós-autoritários: Brasil, Argentina, Uruguai e Espanha. In: _____ (Org.). **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 521-562.

_____. Caminos hacia la redemocratización. In: O'DONNELL, Guillermo; SCHMITTER, Philippe; WHITEHEAD, Laurence (Org.). **Transiciones desde un gobierno autoritario: perspectivas comparadas**. Barcelona: Paidós, 1994.

Submetido em: 21/06/2017. Aprovado em 29/08/2017.



Revista Memorare, Tubarão, v. 4, n. 3 esp. dossiê Marcas da Memória: direitos humanos, justiça de transição e anistia, p. 1-300 set./dez. 2017. ISSN: 2358-0593



LEI DA ANISTIA E COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE DE SC: A BUSCA PELA REPARAÇÃO DE UM PASSADO*

Bárbara Mendes Rauen*
Andréia da Silva Daltoé**

Resumo: A partir das pesquisas realizadas em 2015 sobre os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade e da Comissão Estadual da Verdade de SC, nasce, na UNISUL, o Projeto Marcas da Memória e, com ele, o Projeto de Iniciação Científica (PIBIC), dos quais as autoras participaram. Parte do resultado das discussões fará parte deste artigo, que se propõe a analisar o modo como (ou se) as vítimas e/ou seus familiares compreendem o papel da Lei da Anistia e dos trabalhos da Comissão Estadual da Verdade na reparação dos crimes cometidos durante a ditadura civil-militar no Brasil. Farão parte do material de análise entrevistas realizadas com as vítimas da ditadura em SC durante o Projeto PIBIC e depoimentos reunidos no Relatório da CEV-SC (2014).

Palavras-chave: Lei da Anistia. Comissão Estadual da Verdade. Reparação.

Abstract: Santa Catarina (Unisul), we have developed this project of scientific initiation (PIBIC) as part of the major project entitled "Memory Marks". Specifically, we study in this article how (or if) the victims and / or their family members understand the role of the Brazilian Amnesty Law and the work of the State Commission of the Truth in redressing crimes committed during the Brazilian civil-military dictatorship, analyzing interviews with victims and testimonies gathered in the Santa Catarina's State Commission Report (CEV-SC, 2014).

Keywords: Brazilian Amnesty Law. Santa Catarina's State Commission of the Truth. Repair.

*Universidade do Sul de Santa Catarina - Unisul,
Tubarão, SC, Brasil.
Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências da
Linguagem da Unisul.
Pós-doutorado no Instituto de Estudos da Linguagem (IEL-
Unicamp) e na Université Paris 13 (Paris/França)
E-mail: andreia.daltoe@unisul.br

*Universidade do Sul de Santa Catarina - Unisul,
Tubarão, SC, Brasil.
Estudante do Curso de Direito da Unisul.
E-mail: barbararauen@gmail.com
DOI: 10.19177/memorare.v4e32017145-158



REVISTA
MEMORARE


www.portaldeperiodicos.unisul.br
ISSN 2358-0593

Revista Memorare, Tubarão, v. 4, n. 3 esp. dossiê Marcas da Memória: direitos humanos, justiça de transição e anistia, p. 1-300 set./dez. 2017. ISSN: 2358-0593

1. Introdução

Quando a gente pensa, ou quando fala, ou quando rememora é muito dolorido pra gente. [...]. Estou aqui após algumas dezenas de anos porque acredito que essa memória histórica da ditadura, do passado, só tem valor se servir para transformar o presente. (Rosemery Cardoso)¹

O Brasil foi governado por regime militar entre 1964 e 1985. Nestes 21 anos de restrição de liberdades políticas, muitos brasileiros foram perseguidos, presos, torturados e mortos por órgãos de repressão do Estado. Embora muito já tenha sido realizado, no sentido de sanar em grande medida esta dívida com a história, com o País, muitos casos ainda seguem em aberto e esperam por uma reparação jurídica e social.

Em termos legais, remetemo-nos à Lei nº 6.683², de 28 de agosto de 1979, que conferiu anistia a todos que se envolveram em crimes políticos ou conexos com estes, entre 2 de setembro de 1961 e 15 agosto de 1979. Trata-se de uma Lei até hoje imersa em grande polêmica, porque anistiou tanto o preso político quanto o militar que, conforme o texto da Lei, se cometeu crimes durante a ditadura³, foi decorrente dos crimes políticos cometidos.

Em 28 de agosto de 2001, o Ministério da Justiça e Segurança Pública instala a Comissão de Anistia (CA) com o objetivo de examinar e apreciar os requerimentos de anistia, emitindo parecer destinado a subsidiar o Ministro de Estado da Justiça na decisão acerca da concessão de Anistia Política, bem como nos pedidos de indenização de cidadãos impedidos de exercer atividades econômicas por motivação exclusivamente política, entre 1946 até 1988. Importante destacar que, além da dimensão individual de reparação moral e econômica, a CA cumpre também uma função pública no processo democrático brasileiro, buscando, a partir de diversas ações educativas, promover o direito à reparação, à memória e à verdade. Para se ter ideia do volume de casos, já foram apresentados à CA mais de 75 mil requerimentos, dos quais mais de 60 mil já foram apreciados.

¹ Depoimento colhido pelo Relatório Final da CEV-SC, disponível em: http://www.scc.sc.gov.br/?option=com_content&view=article&id=188&Itemid=344> Acesso em 24/04/2016.

² http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6683.htm> Acesso em 16/08/2015.

³ Sempre que nos referirmos à expressão ditadura estamos considerando que se tratou de uma ditadura civil-militar-midiática.

Tais ações nascem a partir de uma pressão forte das famílias já desde a ditadura, muitas ainda lutando até hoje por encontrar seus desaparecidos e por justiça. Por exemplo, desde 1982, conforme Daltoé (2016a), os familiares de desaparecidos políticos da Guerrilha do Araguaia⁴ lutavam na justiça brasileira para que os corpos das vítimas fossem localizados, lavrados os atestados de óbito e apresentado um relatório oficial do Ministério da Guerra sobre as atividades militares ocorridas nesta região do Araguaia (divisa entre Tocantins e Pará), onde aconteceu o conflito (1972 a 1975). Durante anos, o processo caminhou na justiça brasileira e, somente em 2003, a sentença da juíza Solange Salgado julgou procedente o pleito, determinando a quebra de sigilo das informações militares relativas ao ocorrido no Araguaia e também o prazo de 120 dias para que a União informasse onde estariam os corpos dos combatentes.

No mesmo ano, a União ainda apresenta recurso contra a sentença, que, tanto no STJ (Superior Tribunal de Justiça) quanto no STF (Supremo Tribunal Federal), foi confirmada. Em 1995, os familiares destes desaparecidos decidiram, então, denunciar o Brasil à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH). Por considerar que, nos prazos estipulados, o Estado brasileiro não havia cumprido suas recomendações, a CIDH enviou o processo à Corte Interamericana de Direitos Humanos, que, em 24 de novembro de 2010, publica a sentença⁵, condenando o Brasil em virtude do episódio conhecido como *Caso Gomes Lund* e outros, ou Guerrilha do Araguaia. O Brasil é, a partir daí, condenado por não esclarecer os fatos, não prestar a reparação dos parentes de vítimas, nem punir os responsáveis pela repressão, devendo o Estado realizar todos os esforços para localizar os 62 corpos dos desaparecidos na região do Araguaia entre 1972 e 1974 (BRASIL, 2010a, p. 29)⁶.

Na busca por justiça e por enterrar seus mortos, as famílias dos desaparecidos no Araguaia realimentaram suas esperanças com a sentença da OEA (Organização dos Estados Americanos) e também porque, entre as onze punições determinadas aí, estava

³ A Guerrilha do Araguaia foi um movimento de luta armada contra a ditadura no Brasil entre as décadas de 60 e 70. Para esta região, o Partido Comunista do Brasil enviou 69 militantes com o objetivo de promover um movimento de resistência a partir do campo; contra eles, o governo brasileiro enviou cerca de 6 mil homens (algumas pesquisas apontam um número ainda maior), que mataram a maioria dos militantes, e ainda camponeses e moradores do Araguaia

⁵ Em: http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_219_por.pdf> Acesso em 11/09/2015.

⁶ Em: BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Direitos Humanos. Habeas corpus: que se apresente o corpo. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2010.



a obrigação de o Brasil formar sua Comissão Nacional da Verdade (CNV)⁷, a qual foi criada pela Presidente Dilma Rousseff, com a Lei nº 12.528⁸, de 18 de novembro de 2011, objetivando “apurar graves violações de Direitos Humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 05 de outubro de 1988” (CNV, 2014).

Conforme Daltoé (2016b), evidentemente, os cinquenta anos de história não passaram em branco; muito já foi dito sobre este período da nossa história em importantes filmes, documentários, livros, pesquisas acadêmicas, relatórios organizados por movimentos que militam em prol dos Direitos Humanos, etc. Ou seja, a CNV não foi a única nem a primeira no sentido de imprimir gestos de leitura e interpretação sobre o período, mas, conforme a autora, a CNV:

[...] vem representar um importante instrumento para ajudar a reconstruir essa fase da nossa história sob um outro ponto de vista, a partir do relato das próprias vítimas e/ou de seus familiares nas audiências que promoveu por todo o País. Trata-se de um novo espaço de dizer, de uma narrativa outra. (DALTOÉ, 2016b, p. 154).

“Passar a história a limpo”, expressão comumente usada por muitos familiares das vítimas, não seria fácil em tão pouco tempo. A CNV teria cerca de 2 anos para todo o trabalho. Como apoio técnico, os Estados e instituições organizadas foram convidados para também formarem suas Comissões da Verdade e ajudarem no levantamento de informações sobre violação de direitos humanos acontecida no período.

A participação dos Estados que resolveram colaborar foi de extrema importância, porque ajudaram a pensar a questão de forma mais próxima de cada região. Foi o que aconteceu em Santa Catarina, que criou a Comissão da Verdade Paulo Stuart Wright de SC (CEV-SC) e ajudou a disseminar no Estado informações antes, em muito, desconhecidas da população.

Foi a partir do conhecimento dos trabalhos da CEV-SC, que contou com o apoio fundamental do Coletivo Memória, Verdade e Justiça de SC, que tivemos a iniciativa de pensar o projeto de PIBIC que resultou, entre outras ações, na produção deste artigo e que, tanto lá quanto aqui, objetiva investigar o papel da Lei da Anistia e da CEV-SC na reparação de danos a presos políticos da ditadura militar do Estado. Como material de

⁷ Em: <http://www.cnv.gov.br/>> Acesso em 19/09/2015.

⁸ Em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112528.htm> Acesso em 14/09/2015.



análise, utilizaremos algumas das entrevistas realizadas com ex-presos, torturados políticos ou familiares das vítimas para o Projeto PIBIC, bem como depoimentos reunidos no Relatório da CEV-SC (2014)⁹, sob a forma de sequências discursivas (Sd), questionando-nos: em que medida a Lei de Anistia ajudou ou não as vítimas no passado e como ainda reverbera em nossa dívida com a história do Brasil? Qual o papel da CEV-SC na tentativa de reparar esta dívida? Como as vítimas reconheceram o trabalho desta Comissão? Como é possível reparar este passado, seja legalmente e/ou socialmente?

2. A Lei de Anistia e seu acerto (?) de contas

Mais de 50 anos do golpe de 1964, muito tempo se passou. Muitos presos e perseguidos políticos desta época já faleceram sem nenhuma forma de retratação e outros até hoje lutam por uma reparação jurídica e social. Também muitos dos militares que cometeram crimes de tortura, assassinato e ocultação de cadáveres, legitimados pelo próprio Estado, ou já morreram ou ainda não foram julgados e/ou criminalizados.

Trata-se de uma dívida com o passado bastante presa inclusive aos erros deste passado, como é o caso da polêmica que envolve a Lei da Anistia Política (Lei nº 6.683/79), criada em 28 de agosto de 1979, pelo General Figueiredo.

É preciso considerar que a Lei de Anistia surge três meses depois de Figueiredo tomar posse em meio a um desgaste da própria ditadura, num contexto de pressão popular pela democratização do País. O caso Herzog, cujo assassinato ocorrido no interior de um aparelho de Estado foi dado como suicídio, acabando por desarticular, em muito, os ditadores. Milhares de pessoas foram à missa na Praça da Sé, em SP, em protesto à morte de Herzog.

A sociedade vai, então, se fortalecendo na luta e, em 1978, cria-se o Movimento Feminino pela Anistia; ano também em que é criado o Movimento pela Anistia ampla, geral e irrestrita, campanha coordenada pelo Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA). Estes, que vêm se somar para se opor à ditadura e a tudo que ela pudesse deixar como herança, passaram a constituir, segundo Indursky (2013, p. 332), as outras vozes. Logo,

⁹ In: http://www.scc.sc.gov.br/images/Relat%C3%B3rio_Final_-_Novembro_-_2011-14_1_2.pdf
Acesso em 10/07/2015.



ainda conforme a autora, “quando Figueiredo assume a Presidência, em 1979, a luta pela anistia já estava nas ruas havia bastante tempo...” (2013, p. 333); o que nos permite dizer que não se pode pensar a Lei de Anistia como uma benesse de Figueiredo. Assim também não se pode pensar que a Lei correspondeu às lutas de até então. Conforme Indursky (2013, p. 335), foi oferecido à sociedade civil uma anistia restrita e não irrestrita como se queria, “pois aqueles que foram condenados por terrorismo e sequestro, por exemplo, estavam excluídos do horizonte desenhado pelo projeto de lei concebido por Figueiredo”. É assim que, segundo a autora, “para a ditadura, armar-se ou sequestrar, por exemplo, são atos criminosos, enquanto, para os que praticam tais ações, trata-se de um movimento de resistência à ditadura” (2013, p. 335).

Mas o ponto mais polêmico e que reverbera no acerto de contas com este passado é, sem dúvida, o fato de que foi, conforme seu artigo 1º, “[...] concedida anistia a todos quantos, no período compreendido entre 2 de setembro de 1961 e 15 agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexos com estes” (BRASIL, 1979). Ou seja, as vítimas são designadas como criminosas e seus torturadores da mesma maneira, com a diferença de, segundo Indursky (2013, p. 338), o crime do torturador traduz-se em consequência das ações do torturado. A partir daí, para a autora,

[...] vale dizer, o crime do torturador era apenas consequência das ações do preso. Se ele não tivesse cometido um crime, não teria sido punido e o torturador não teria razão alguma para castigá-lo. Visto por esse ângulo, o culpado pelo crime do torturador é o torturado. Nada mais justo, então, do que anistiá-lo, pois ele é tão vítima quanto sua vítima. (2013, p. 338).

Tal incongruência é manifestada a seguir, por Derlei Catarina de Luca, uma catarinense de Içara, presa e torturada durante a ditadura:

Sd 1: A lei precisa ser aperfeiçoada. Tem um item chamado ‘crimes conexos’ que os torturadores usam em seu benefício. O item foi colocado para evitar que os militantes que usavam documentos falsos fossem processados por Falsidade Ideológica (Derlei).

Isso reafirma o duplo objetivo que teve a Lei de Anistia: responder aos anseios da sociedade naquele momento, mas também garantir a proteção aos que cometeram crimes em nome do Estado. Daí as incongruências entre o que a sociedade civil aspirava e o que a lei acaba trazendo. Conforme estudo de Indursky (2013), a Ordem do



Advogados do Brasil (OAB) pleiteou a revisão do texto da Lei da Anistia, considerando que o crime de tortura não poderia prescrever, como rege a Lei, uma vez que se trata de um crime contra a humanidade, corroborado com a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), de 1948, que veda a prática de tortura em qualquer circunstância, inclusive em situação de guerra. O pedido de revisão do texto, no entanto, foi negado tanto pela Advocacia Geral da União, quanto pelo Supremo Tribunal Federal, recusa esta que, para Indursky, “implica amordaçar aqueles que desejam e clamam por justiça” (2013, p. 340).

Em termos jurídicos, uma revogação da Lei de Anistia seria praticamente inviável, uma vez que, de acordo com o Art. 5º da Constituição Federal vigente, em seu inciso XL, “a lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu”, significando que, como se trata de um direito adquirido, uma nova lei punindo aqueles que praticaram as torturas não estaria “beneficiando o réu”, e, por consequência, não poderia retroagir.

Ainda de acordo com a Constituição Federal de 1988, no título II, sobre os direitos e garantias declarados como fundamentais, serviria como argumento o art. 5º, caput, que diz: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...]” (BRASIL, 1998).

Nota-se que, ainda no mesmo artigo, inciso III: “ninguém será submetido à tortura nem a tratamento desumano ou degradante”; inciso V, “é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem”; inciso IX, “é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença” e inciso X, “são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação”. Ou seja, o texto da carta magna possibilita tanto uma interpretação a favor do torturado, quanto do torturador. Portanto, em termos legais, continuemos ainda sem poder passar definitivamente a limpo esta história. Apesar de todo o trabalho grandioso que está sendo realizado pela CA, reparando juridicamente e socialmente às vítimas, já que, nas cerimônias denominadas Caravanas da Anistia, pede-se perdão em nome do Estado, a Lei de Anistia continua envolta a toda uma polêmica por impedir que aqueles que



cometeram crimes “conexos” paguem pelos seus crimes, mesmo (e/ou principalmente) que tenham sido praticados em nome do Estado.

3. A Comissão Estadual da Verdade de SC

A CEV-SC Paulo Stuart Wright inicia seus trabalhos em março de 2013 como apoio técnico à CNV e entrega o Relatório Final em novembro de 2014, reunindo todo o levantamento de informações e depoimentos obtidos sobre presos, mortos, perseguidos e desaparecidos políticos em território catarinense. O Coletivo Catarinense Memória, Verdade e Justiça¹⁰, que, desde julho de 2011, já trabalhava, voluntariamente, pelo estabelecimento da verdade histórica e pelo reconhecimento público das arbitrariedades e crimes cometidos durante a ditadura em SC, teve participação fundamental neste desafio de, em tão pouco tempo, reunir todo o material possível a respeito, bem como ouvir o maior número de vítimas que se conseguisse naquele prazo. Conforme Derlei, na entrevista realizada para a pesquisa PIBIC:

Sd 2: [...] apesar do pouco tempo que teve, produziu um relatório além do esperado” e que foi membro da Comissão Estadual da Verdade em Santa Catarina.

O Relatório da CEV-SC é formado por 6 capítulos, organizados em 194 páginas, e, até a data de sua conclusão, apurou: 697 nomes de pessoas que sofreram lesões aos direitos humanos em SC por motivações políticas, no período de 1964 a 1988; 7 casos de assassinados e 3 desaparecidos políticos, entre estes, o que dá nome à Comissão, Paulo Stuart Wright, ex-deputado de SC, nascido em Joaçaba e desaparecido em SP; e, ainda, 7 casos de militares que sofreram repressão. Também foram levantados os grupos atingidos pela repressão em SC: Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Grupo dos Onze (brizolistas que se organizavam para defender o governo de João Goulart), Ação Popular (AP), Partido Comunista Brasileiro (PCB), bem como grupos da zona rural, grupos indígenas (Guaranis no sul e litoral, Kaikang e Xokleng no oeste), grupos sindicais (25 ao todo), grupos religiosos, educacionais e de gêneros (30 mulheres foram presas).

¹⁰ Disponível em: <https://coletivomemoriaverdadejusticasc.wordpress.com/>> Acesso em 10/04/2016.



O presente cenário era bastante desconhecido dos próprios catarinenses até então (não estudamos isso na escola), mostrando a importância do trabalho da CEV-SC, apesar, conforme entrevistas realizadas com três de seus membros, da falta de apoio financeiro por parte do poder público, o que dificultou as audições de muitos dos envolvidos nos locais onde moravam, ou mesmo a viabilidade para trazê-los até Florianópolis.

Com muito esforço voluntariado dos membros, que dividiam seu trabalho com as atividades da Comissão, somando-se a alguma ajuda em combustível, alimentação e hotel por parte da Assembleia Legislativa do Estado (ALESC) e também da OAB/SC, conseguiu-se, dos 697 nomes levantados, ouvir apenas duas dezenas deles, cujas transcrições foram organizadas no Relatório da seguinte forma: 01 depoimento que trata da perícia sobre a morte do ex-prefeito Higino João Pio; 02 depoimentos por escrito; e demais depoimentos colhidos em audiências públicas, uma delas realizada em conjunto com a CNV.

A maior parte do Relatório Final é formada pela transcrição dos depoimentos das próprias vítimas à CEV-SC, material riquíssimo, que nos dá um pouco da dimensão do que foi a ditadura em SC e do quanto resta a ser dito sobre o período, não só porque não havia sido dito ainda, mas também porque falar deste passado e das atrocidades cometidas é um dever permanente, para que a história não se repita.

Precisamos pensar também que não deve ser fácil para as vítimas ou familiares falarem sobre tudo isso, mas muitos o fizeram, dispondo-se à construção de um enredo, que, conforme Herrera (2015)¹¹, está imerso a uma herança de horror, mas um horror que precisa ser escutado, chorado e dito, enfim, incluído na história (2015, p. 86). Para a autora, a experiência do testemunho, em casos assim, situa o sujeito nos limites da linguagem, do incompreensível, do inenarrável, marcando a narrativa pelo engasgo e mesmo pela falta de palavras (2015, p. 89), como podemos observar nos testemunhos abaixo:

¹¹ O texto de Herrera *Enredos na transmissão: a construção do testemunho entre as gerações* trata dos trabalhos realizados pelo Projeto Clínicas do Testemunho, um Projeto da Comissão de Anistia/Ministério da Justiça que tem como objetivo a implementação de núcleos de apoio e atenção psicológica às vítimas e testemunhas dos traumas advindos da violência do Estado.



Sd 3: [...] toda vez que vou falar sobre o tema, isso me é muito caro, e eu me emociono, talvez porque tenha um peso muito grande na minha vida. Eu conheci meu bisavô com a foto dele assassinado pelo exército brasileiro em 1976, um episódio que ficou conhecido pelo massacre da Lapa. [...] e eu mesmo só pude ter direito a reaver meu nome verdadeiro já com 15 anos de idade. (Marcelo Pomar) (2014, p. 93).

Apesar de toda a dificuldade relatada por este e outros testemunhos, conforme Daltoé (2016b, p. 35), um novo discurso se diz:

[...] o que nos leva a lançar sobre ele uma leitura que considere suas condições de produção e o trabalho do silêncio, do esquecimento, das traições da memória, da dificuldade da palavra, enfim, que leve em conta o desafio das vítimas em se colocarem como testemunho da própria tragédia anos depois, reelaborando tudo isso como uma narrativa outra sobre a história da ditadura para as gerações de hoje e de amanhã. (2016b, p. 35)

Trata-se de uma grande expectativa lançada, portanto, sobre os trabalhos tanto da CNV, quanto da CEV no caso de SC, apesar de se saber sobre as condições que se tinha no Estado e mesmo em relação ao curto espaço de tempo para um trabalho de tamanha importância para a nação. Ainda assim, o testemunho era de que, conforme os testemunhos no Relatório (2014):

Sd 4: A história, a partir de hoje, ela passa a ser outra. (Edson Periquito) (2014, p. 70)

Sd 5: [...] nós podemos estar aqui hoje falando e tirando toda aquela história que estava embaixo do tapete, e que nós queremos remover tudo que está embaixo do tapete. (Marlene de Souza Socas) (2014, p. 114)

Aqui podemos ver funcionar na expectativa sobre a CEV-SC e a vontade do sujeito, conforme Pêcheux (2006, p. 22), por um universo logicamente estabilizado, transparente. Fala, portanto, do sujeito pragmático em sua “necessidade de homogeneidade lógica”, de um “mundo semanticamente normal” (2006, p. 33-34).

Ao mesmo tempo, como o discurso, apesar desta vontade de um espaço discursivo normatizado, cristalizado, não está livre de sua opacidade, podemos observar também no Relatório o quanto as próprias vítimas percebem a dificuldade no trabalho de reconstrução deste passado:

Sd 6: [...] difícil chegar a conversar com um e conseguir com ele falasse realmente a verdade. [...] Então não posso dizer que eu tenho uma verdade-



verdadeira pra contar. O que posso contar é aquilo que eu ouvi, e aquilo que eu acreditei ser a verdade. (Salim Miguel) (2014, p. 95)

Vamos percebendo, portanto, que o Relatório da CEV-SC vai se construindo no batimento entre uma expectativa de verdade e aquilo que é possível ser alcançado de uma verdade sempre relativa. Enfim, um material que se dá a ler em seus “pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar à interpretação” (PÊCHEUX, 2006, p. 53) deste período da nossa história. É preciso considerar, portanto, que a história é sempre uma (re)construção e nunca a realidade fotografada tal qual. Assim, levar em conta a opacidade do discurso não diminui em nada o papel da CEV-SC; mas representa considerar que todo o material levantado, assim como todas as falas reconstituem, reconstroem uma história no hoje, significando-a no agora, seja afetada por esquecimentos, por censuras que ainda perduram, por perdas de documentos, etc.

Simbolicamente o Relatório e o próprio movimento da CEV-SC vão significar nosso passado de outra maneira e agora num espaço legitimado no interior do próprio Estado, que cometeu os crimes aqui já referidos. Mas não só, na busca por um outro discurso, mesmo que muito tenha se perdido, novos fatos aparecem e ajudam a costurar ainda mais os pedaços soltos da história, como foi o caso da perícia técnica solicitada pela CEV-SC para rever o caso de Higino João Pio, ex-prefeito em Balneário Camboriú, cuja versão da morte foi dada como suicídio após ser preso por perseguição política.

Foi a retomada dos dados de Pio, a partir da suspeita de que sua morte por enforcamento teria sido uma farsa, que a CEV-SC e o Coletivo Catarinense Memória, Verdade e Justiça nomearam peritos para uma nova investigação, cujo laudo acabou periciando que, realmente, pelas provas levantadas, seria impossível que o ex-prefeito tivesse se enforcado como haviam afirmado os militares à época. A perícia faz parte do Relatório e inscreve a nova versão no tempo presente, produzindo um outro efeito na escritura sobre a ditadura e permitindo ao sujeito, conforme Pêcheux, jogar com os diferentes sentidos que a própria língua encobriu até então, engendrados em suas clivagens subterrâneas (1997, p. 57).

Nesta volta à história, foi possível não só provar que a morte de Pio não se deu por suicídio, mas sim por assassinato no interior de um aparelho de Estado, como também permitiu que se voltasse às acusações infundadas sobre sua pessoa, jamais comprovadas até a presente data. Conforme Derlei, tratando do assunto:



Sd 7: Nilton Kicher, a época Deputado estadual, declarou que os ditos fatos ocorreram tão somente em função ou consequência de mesquinha perseguição de ordem essencialmente política, fruto de conflitos ideológicos existentes na região, àquela época, que embora acusado de corrupção, por falta de quaisquer outros motivos consistentes, restou provada sua inocência quanto aos fatos que foram imputados, eis que em vida sempre foi um homem íntegro e de moral irrefutável, tanto na vida pública como na vida privada. (2014, p. 50-51)

O caso de Higino Pio nos ajuda a pensar no modo como era construída toda uma narrativa para justificar a prisão e, neste caso, a própria morte. Uma narrativa que oscila entre o real e o ficcional, servindo à impunidade de um Estado que cometeu crimes gravíssimos também em nome de uma outra ficção: proteger o Brasil. A versão oferecida no passado sobre a história de Pio, única vítima fatal em território catarinense, escondia os verdadeiros motivos de sua morte, para esconder as atrocidades da ditadura. No presente, a partir dos trabalhos da CEV-SC, é possível encontrar provas técnicas de toda a mentira construída e recontar a vida deste homem, tirado de sua família para nunca mais voltar.

Mesmo após o término dos trabalhos das Comissões da Verdade em todo o País, muitas histórias como esta certamente ainda estão por serem contadas, reescritas nos livros, na vida das famílias. Por isso o dever com a reparação deste passado continua, seja em termos legais, no estabelecimento de novas leis, ou na revisão das que já existam, seja nas narrativas que ainda precisam ser reconstruídas e trazidas ao público hoje, amanhã e sempre: para que jamais se esqueça; para que nunca mais aconteça.

4. Considerações Finais

De acordo com Orlandi (2014, p. 17), o Estado administra o político, afetando a maneira como vivemos as relações de poder geridas aí, o modo como somos significados e nos significamos por elas, motivo pelo qual devemos estar, desde sempre, condenados a resistir aos sentidos dados em transparência e, no caso da ditadura, a reclamarmos por uma história que possa ajudar o País a se reconciliar com seu passado e a não permitir que continuemos, conforme Galeano (2009), aceitando as injustiças como normalidade cotidiana.



Conforme Brasil (2010, p. 18), durante um debate sobre justiça de transição em outubro de 2010, o juiz espanhol Baltasar Garzón foi questionado por uma jornalista se não seria melhor “virar a página” sobre os crimes da ditadura no Brasil? Quando ele respondeu: “Para virar a página, antes é preciso lê-la”.

Diríamos que esta página da nossa história nunca poderá ser virada totalmente, precisará sempre ser lida seja para que nunca mais se repitam as atrocidades cometidas, seja para conquistar as reparações devidas, seja para dar a conhecer o que muitos passaram para que pudéssemos hoje viver em uma democracia, apesar de frágil.

Trata-se de uma dívida com o passado, mas também com o próprio presente. Então, conforme Galeano, “por mais que a queimem, por mais que a rasguem, por mais que a mintam, a história humana se nega a calar a boca. O tempo que foi continua pulsando, vivo, dentro do tempo que é, ainda que o tempo que é não o queira ou não o saiba” (2009, p. 215-216).

Referências

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Direitos Humanos. **Habeas corpus: que se apresente o corpo**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2010a.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaoconsolidado.htm. Acesso em: 13 ago 2017.

_____. **Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002**. Regulamenta o art. 8o do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10559.htm. Acesso em: 13 ago 2017.

_____. **Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979**. Concede anistia e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6683.htm. Acesso em: 13 ago 2017.

DALTOÉ, Andréia da S. **O relatório da Comissão Estadual da Verdade de SC e a Exposição Ausências de Gustavo Germano: gestos de leitura do arquivo**. In: GRIGOLETTO, E.; DE NARDI, Fabiele S. (Orgs.). Análise do discurso e sua história: Avanços e perspectivas. Campinas, SP: Pontes Editores, 2016a.

_____. **A Comissão Nacional da Verdade e suas ressonâncias nos documentários Verdade 12.528 e Em busca da verdade**. In: Linguagem e (Dis)curso. Universidade do Sul de Santa Catarina. Tubarão, SC, v. 16, n. 1, p. 11-12, jan./abr. 2016b.



Revista Memorare, Tubarão, v. 4, n. 3 esp. dossiê Marcas da Memória: direitos humanos, justiça de transição e anistia, p. 1-300 set./dez. 2017. ISSN: 2358-0593

DISTRITO FEDERAL. **Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 153**. Disponível em:

<http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticianoticiastf/anexo/adpf153.pdf>. Acesso em 13 ago 2017.

GALEANO, Eduardo. **De pernas pro ar: a escola do mundo ao avesso**. Porto Alegre, RS: L & PM Editores, 2009.

HERRERA, Cristina. Enredos na transmissão: a construção do testemunho entre as gerações na clínica do testemunho? In: SILVA JR.; MERCADANTE, I. **Travessia do silêncio, testemunho e reparação**. Ministério da Justiça, Comissão de Anistia; São Paulo: Instituto Projetos Terapêuticos, 2015.

INDURSKY, Freda. **A fala dos quartéis e as outras vozes**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

ORLANDI, Eni P. **Ciências da Linguagem e Política: Anotações ao pé das Letras**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2014.

PÊCHEUX, Michel. **Ler o arquivo hoje**. In: ORLANDI, Eni P. (Org.). Gestos de Leitura: da história no discurso. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

_____ **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2006.

Submetido em: 29/08/2017. Aprovado em 18/09/2017.



Revista Memorare, Tubarão, v. 4, n. 3 esp. dossiê Marcas da Memória: direitos humanos, justiça de transição e anistia, p. 1-300 set./dez. 2017. ISSN: 2358-0593



A IMPLEMENTAÇÃO DA DITADURA CIVIL-MILITAR NO BRASIL EM 1964 EM PERSPECTIVA INTERNACIONAL: A AMÉRICA LATINA E O IMPÉRIO

Luciano Daudt da Rocha *

Resumo: Este texto trata das relações interamericanas no contexto da implementação da ditadura civil-militar no Brasil, discutindo o papel da América Latina no processo de expansão da hegemonia dos Estados Unidos no sistema internacional a partir dos desdobramentos do pós-guerra. A expansão imperial dos Estados Unidos segue uma lógica histórica de simbiose dos valores nacionais com as ações de política externa, na intenção de salvaguardar os interesses em torno da segurança e da defesa dos interesses comerciais dos Estados Unidos no sistema internacional. A eclosão do conflito leste/oeste no contexto global, somado às buscas por alternativas de integração e desenvolvimento dos países latino-americanos acabaram por reorientar as políticas de intervenção do Império na região, sendo o Brasil caso pioneiro de uma estratégia imperial de intervenção branda naquele contexto. As reflexões desenvolvidas aqui pautam estudos seguintes sobre a operacionalização da intervenção imperial em Estados nas primeiras décadas do século 21.

Palavras-chave: Império norte-americano; América Latina; Integração; Intervenção; Ditadura civil-militar brasileira.

Abstract: This paper is about the interamerican relations in the moment of the implementation of civil-military regime in Brazil, in 1964, discussing about the Latin America inside the US hegemony process in international system. The US imperial process mix the national values and the foreign policy, intending save the national interests about homeland security and US economy in the international system. The advent of east/west conflict and the searches for integration and development alternatives in Latin America changed the imperial intervention polices, and Brazil appears as a first case of a new strategy of soft intervention in that time. The analysis developed in this paper are important to the next studies about the imperial intervention polices in the beginning of 21st century.

Keywords: US Empire; Latin America; Integration; Intervention; Civil-Military Brazilian Regime.

* Universidade do Sul de Santa Catarina - Unisul,
Tubarão, SC, Brasil.

Mestre em Educação pela Universidade Federal de
Santa Catarina (UFSC).

Doutorando em História pela Universidade Federal de
Santa Catarina (UFSC).

Professor de Relações Internacionais na Unisul
Pesquisador do Grupo Interdisciplinar de Pesquisas em
Relações Internacionais da UNISUL (GIPART).

E - mail: lucianocoordenacao@gmail.com

DOI: 10.19177/memorare.v4e32017159-179



REVISTA
MEMORARE


www.portaldeperiodicos.unisul.br
ISSN 2358-0593

1. Apresentação do debate

No contexto americano, podemos perceber Estados com diferentes graus de soberania e poder de ação no sistema internacional. Contando, na atualidade, com Estados débeis até uma superpotência, o cenário do continente permite identificar projetos de integração como exercícios de hegemonia e como estratégias para o fortalecimento de Estados na perspectiva da construção da contra-hegemonia, com base em projetos de autonomia no sistema internacional, associados ao desenvolvimento dos países periféricos e semiperiféricos do subsistema americano. Porém, a busca pela autonomia por parte destes países não tem sido encarada de forma passiva pelos Estados Unidos da América, que, ao longo de sua história, têm procurado expandir sua dominação hegemônica pelo continente, dentro do processo de expansão de sua hegemonia por todo o globo, uma clara ação de Império (ANDERSON, 2015).

Ao longo da história das relações interamericanas, percebemos que quanto mais os países periféricos e semiperiféricos avançam em agendas economicamente mais nacionalistas, ou seja, quanto mais tentam construir caminhos seguindo seus interesses nacionais, maior é a interferência do Império com vistas a criar a desestabilização dos governos e das estruturas que o sustentam.

O texto a seguir foi escrito para compor um conjunto de estudos destinados a debater o processo de implementação e exercício de uma ditadura de tipo civil-militar no Brasil a partir de 1964. Mesmo com essa perspectiva em tela, os recentes acontecimentos no Brasil em 2016, que culminaram em um golpe de Estado travestido de processo parlamentar/constitucional, motivam igualmente a construção desta reflexão. A perspectiva com a qual trabalharemos ao longo das páginas envolve a compreensão de que os recentes acontecimentos no Brasil, assim como a deflagração de uma ditadura de tipo civil-militar em 1964, obedecem a uma lógica de dominação hegemônica por parte das ações imperiais dos Estados Unidos, como descreve Anderson (2015) em seu recente estudo, envolvendo os acontecimentos em um único arco histórico.

Cada contexto, obviamente, guarda suas particularidades. Em 1964, o contexto de Guerra Fria deu o tom dos acontecimentos. Nos dias de hoje, o discurso contra a corrupção e a moralidade política e social, o “fracasso” das esquerdas no poder. Mas é



possível entendermos que ambos os processos no Brasil e em outros países da América Latina, tanto hoje quanto na Guerra Fria, obedecem à lógica imperial de implementação em escala global dos valores que são discursados pelos norte-americanos, a saber a democracia e a constitucionalidade, as liberdades das pessoas, o liberalismo econômico.

Para que possamos argumentar neste sentido e contribuir com a discussão proposta para os estudos aqui reunidos, a ideia é debater as recentes e as passadas experiências de atentados à democracia no Brasil relacionadas à lógica de expansão imperial dos Estados Unidos ao longo da história das relações internacionais, procurando perceber de que maneira os discursos de expansão dos valores norte-americanos forjaram instrumentos de intervenção no cenário brasileiro da ditadura civil-militar iniciada em 1964. Para que possamos estabelecer um diálogo mais claro com os leitores, este artigo está estruturado em três debates principais: inicialmente, a questão da universalidade dos valores dos Estados Unidos desde os fundadores do país e como esse discurso nacional possui uma relação simbiótica com a expansão imperial; em um segundo momento, trataremos da discussão sobre as relações interamericanas na perspectiva dos desdobramentos da expansão imperial dos Estados Unidos e como essa expansão reflete na América Latina; e, para finalizarmos o debate proposto, refletiremos sobre as ações dos Estados Unidos frente às crescentes iniciativas de desenvolvimento emanadas da América Latina e na busca dos países da região pela autonomia na definição de suas políticas externas em relação às oposições da Guerra Fria; as considerações finais amarram o contexto internacional debatido no artigo à implementação da ditadura civil-militar no Brasil.

2. A universalidade dos valores norte-americanos: a simbiose entre a construção da nação e a construção do Império

A ação imperial dos Estados Unidos sobre a América não deve ser compreendida destacada das interpretações da expansão da hegemonia deste país no sistema internacional. O percurso da política externa estadunidense está historicamente relacionado às doutrinas que orientaram a formação dos Estados Unidos como nação, remontando o tempo do rompimento com o sistema colonial inglês. A política externa foi se desenvolvendo junto à consolidação dos valores norte-americanos na mentalidade



do seu povo, e, a partir destes valores, a população passa a compreender a si própria na medida em que estabelece seus critérios de relações com os demais povos do mundo. A população das treze colônias já trazia consigo uma tradição religiosa bem enraizada desde sua saída do reino, e os valores que justificavam a separação da Inglaterra transformariam a jovem nação em um caso único até então na história da humanidade.

Na tradição inaugurada por George Washington e pelos demais “fundadores da nação” – Thomas Jefferson e Alexander Hamilton entre os mais destacados –, os valores da democracia liberal e do liberalismo econômico conferiram ineditismo histórico à formação dos Estados Unidos da América. Como uma síntese perfeita das ideias burguesas do iluminismo, a Revolução Americana apresentava-se diferente de tudo que existia: uma nação livre de tradições atrasadas do feudalismo; um governo republicano e uma democracia representativa; um modelo federalista de organização do Estado, que respeitava as tradições e conferia espaço privilegiado às oligarquias locais; um modelo liberal de relações comerciais, livres de entraves metropolitanos e sem nenhuma obrigação para com o Velho Mundo.

Embora o coroamento da hegemonia estadunidense sobre os países capitalistas tenha se dado a partir dos desdobramentos das guerras mundiais, a estruturação de um projeto de hegemonia global faz parte da nação estadunidense desde o momento da fundação do país. Os Estados Unidos buscam a construção da liderança e a construção de um exemplo mundial desde sua fundação, naquilo que Cristina Pecequillo (2012) apresenta como a “Tradição de Washington”, de forma a exercer a liderança comercial, militar e de coordenação política do continente americano e, posteriormente, do globo.

As argumentações da autora apoiam-se no entendimento que já na elaboração da Constituição dos Estados Unidos havia a combinação entre elementos da política interna e das ações externas dos Estados Unidos. A combinação é costurada pela autora como uma necessidade de “ensinar pelo exemplo”, como uma espécie de farol da humanidade. Noções como “um império, sob vários aspectos, de maior interesse do mundo”, presente no pensamento de Hamilton, e a de que a expansão da democracia é necessária encontram-se associadas à consolidação da nação.

Assim como Pecequillo, Kissinger (2015) também percebe o nascimento dos ideais que orientam a política externa dos Estados Unidos nos discursos dos fundadores da nação. De acordo com o autor, Thomas Jefferson acreditava que “os Estados Unidos



não eram apenas uma grande potência, mas um império para a liberdade – uma força em constante expansão, agindo em prol de toda a humanidade” (p. 238).

Para o autor, a estreita ligação entre a construção da nação e as ações externas dos Estados Unidos é elemento central para a compreensão da construção da ordem internacional americana:

Imbuído da convicção de que o curso que tomasse acabaria por moldar o destino da humanidade, os Estados Unidos, ao longo de sua história, têm desempenhado um papel paradoxal na ordem mundial: se expandiu através do continente alegando um Destino Manifesto enquanto negava solenemente quaisquer propósitos imperialistas; exerceu influência fundamental em importantes episódios da história ao mesmo tempo que negava qualquer motivação associada ao interesse nacional; e tornou-se uma superpotência enquanto desmentia qualquer intenção de pôr em prática uma política de poder. A política externa americana tem refletido a convicção de que seus princípios domésticos eram claramente universais e de que sua implementação era sempre algo positivo; de que o verdadeiro desafio do engajamento americano no exterior não era a política externa no sentido tradicional, mas um projeto de disseminação de valores que, na sua visão, todos os povos aspiravam a reproduzir. (KISSINGER, 2015, p. 237).

A argumentação do autor acerca do comportamento externo dos Estados Unidos revela o quão poderoso necessitou e necessita ser o discurso sobre suas atuações. Analisando o percurso histórico dos Estados Unidos e a construção de uma hegemonia que pode ser vista hoje em escala internacional, os discursos dos homens de Estado seguem uma coesão, mesmo nas justificativas encontradas para as intervenções militares que fazem no exterior. A coesão da política externa norte-americana também é defendida por Anderson (2015), que, em uma análise que rompe com as tradicionais percepções acerca do poder imperial dos Estados Unidos, apresenta a expansão da dominação hegemônica estadunidense não pelas divisões das análises em diferentes estágios de dominação, sobre a América durante o século 19, na luta contra a URSS na segunda metade do século 20, nas discussões sobre a projeção dos Estados Unidos desde o colapso do Império Soviético, mas sim como um só arco histórico, que vai desde a guerra contra o México até a guerra ao terror. Para argumentar sobre a necessidade de interpretarmos a política externa dos Estados Unidos a partir de um só arco histórico, o autor afirma que, desde muito cedo, se desenvolveu uma combinação de fatores internos e externos que pode ser explicada a partir do entendimento de que:

Aos privilégios objetivos de uma economia e geografia sem paralelos foram acrescentados dois potentes legados subjetivos, um de cultura, outro de política: a ideia (oriunda da colonização puritana inicial) de uma nação que gozava de privilégio divino, imbuída de uma vocação sagrada; a crença (oriunda da Guerra de Independência) de que uma república dotada de uma constituição de liberdade eterna havia surgido no Novo Mundo. A partir desses quatro ingredientes se desenvolveu, muito cedo, o repertório ideológico de um nacionalismo norte-americano que propiciava a passagem suave contínua para um imperialismo norte-americano [...] de excepcionalismo e universalismo. Os Estados Unidos foram um caso único entre as nações e, simultaneamente uma estrela-guia para o mundo: são uma organização historicamente sem precedentes ao mesmo tempo que servem de exemplo convincente às outras. (ANDERSON, 2015, p.13).

Com as contribuições de Kissinger (2015), Pecequillo (2012) e Anderson (2015), é possível assinalarmos que, desde os “pais fundadores da pátria”, os princípios que orientaram a construção e o desenvolvimento do país são vistos como valores universais, aplicáveis a todos os povos do mundo. Mesmo sendo apontados como isolacionistas durante o processo de construção e consolidação da nação e durante a conquista do Oeste ao longo das primeiras décadas do século 19, os valores norte-americanos foram gradativamente orientando a condução das relações internacionais do país. Servindo de inspiração e exemplo para os demais processos de rompimento com o Antigo Sistema Colonial na América, já no início do século 19, os Estados Unidos deixaram claro seu posicionamento sobre o definitivo afastamento que a Europa deveria tomar em relação à América, a “América para os americanos”, mas também anunciavam a intenção em liderar os jovens Estados que se multiplicavam pela região. A doutrina Monroe está na origem das políticas de segurança que orientam os Estados Unidos e os demais países do continente americano. O americanismo apregoava o alinhamento pretendido no continente.

A operacionalização da liderança no continente se converte em busca pela hegemonia. A partir de uma compreensão de que a nação norte-americana está destinada por Deus a servir de exemplo e liderança pelo mundo, a doutrina do Destino Manifesto orientou os “pioneiros” na expansão territorial rumo ao Oceano Pacífico durante a primeira metade do século 19, cumprindo a missão de implementar a “liberdade” que os pais fundadores da nação conquistaram na Revolução. Em nome da liberdade do povo de Deus, povos originários foram dizimados e o jovem Estado do México foi subtraído de considerável parte do seu território. O Destino Manifesto é,



portanto, uma síntese do que “é” o povo norte-americano e como se dá sua relação com os demais povos do planeta, contribuindo para a formação da simbiose entre os valores domésticos da nação e suas relações internacionais, pois tem em seu discurso a universalização dos elementos que compõem a nação, que são aplicáveis aos demais povos do planeta.

A relação simbiótica entre os valores da nação e as ações de política externa dos Estados Unidos se explica, principalmente, pela defesa dos interesses nacionais. Numa visão idealista, o estabelecimento das liberdades e da democracia poderia trazer paz ao mundo e, dessa forma, a segurança da nação e os interesses nacionais dos Estados Unidos estariam garantidos. Para cumprir com os interesses, a expansão dos valores da nação se converteu em uma série de ações internacionais. A busca pela hegemonia internacional dos Estados Unidos pode ser interpretada como descrita por Nye (2002), composta por três pilares, o estrutural, o institucional e o ideológico, o que corresponde aos poderes *hard*, *soft* e *cooptive*.

No pilar estrutural, é mister a expansão do modo de produção capitalista e a das práticas do liberalismo econômico, que já vinha sendo exercido pelo Reino Unido, durante sua hegemonia sobre o sistema internacional no século 19 (KISSINGER, 2015; LESSA, 2008). O compromisso com a expansão do sistema capitalista sob a liderança dos Estados Unidos, tornar o mundo um lugar seguro para o capitalismo, se consolida a partir dos desdobramentos das guerras mundiais e, segundo Anderson (2015), foi elemento essencial na ordem internacional estruturada sob a gestão de Franklin Roosevelt. Somado a isso, o autor coloca como central para o estabelecimento do poder hegemônico a defesa da Europa Ocidental e o disciplinamento e alinhamento das potências do Eixo, derrotadas na guerra findada em 1945¹. Alianças militares foram construídas neste sentido. A OTAN² e o alinhamento do Japão aos interesses dos Estados Unidos serviriam não só para garantir a paz e a estabilidade nestes contextos, como também para a contenção da União Soviética e da possível expansão do socialismo.

¹ Para tal, os planos para a construção da integração ocidental europeia deveriam necessariamente incluir a Alemanha Ocidental. Na Ásia, a intervenção sobre o Japão e sua reinserção como país aliado aos Estados Unidos se tornaram pautas fundamentais para o disciplinamento pretendido pelos Estados Unidos na organização da ordem internacional do pós-guerra.

² Organização do Tratado do Atlântico Norte, aliança militar intergovernamental, criada em 1949 pelos Estados Unidos e Canadá e países da Europa Ocidental. No contexto da Ordem Internacional da Guerra Fria, a OTAN servia de instrumento para construir a segurança da Europa ocidental contra uma possível expansão soviética.



No pilar institucional, a ordem internacional dos Estados Unidos obedece à tradição Wilsoniana, que propõe uma ordem internacional com base na construção da cooperação entre as nações, voltada para a construção da segurança coletiva e para o exercício do livre comércio (KISSINGER, 2015; ANDERSON, 2015). Para isso, foi criado um conjunto de Organizações Internacionais Governamentais, com especial destaque para o sistema da Organização das Nações Unidas (ONU), que reúne, em seu conjunto de estruturas e agências, uma série de atribuições tanto de defesa, promoção da cooperação para assuntos econômicos e sociais, ambientais e de direitos humanos. A amarração da economia capitalista à liderança norte-americana foi conseguida por meio da arquitetura que se aplicou na construção das instituições de Bretton Woods, a qual dava controle institucional do capitalismo aos Estados Unidos, contrariando as pretensões de Reino Unido e demais atores da Europa Ocidental (HOBSBAWM, 1995). As Organizações Internacionais são excelentes instrumentos de cooptação de países, pois, ao serem constituídas por adesão e vontade dos Estados nacionais, se tornam poderoso instrumento de política externa para as potências (SEITENFUS, 1997). No caso das Nações Unidas, o peso da hegemonia dos Estados Unidos tem dado o tom de muitas das negociações e das intervenções feitas ao longo da história desta organização. Cabe ressaltar que a Europa Ocidental se submete ao Império com vistas a garantir sua segurança, sua estabilidade política e econômica, garantidas através da aliança militar com os Estados Unidos e do Plano Marshall (ANDERSON, 2015). No caso das Américas, a construção de Organizações Internacionais se consolida no Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), em 1947, e a seguinte consolidação da Organização dos Estados Americanos (OEA), em 1948 (PINHEIRO, 2012)

No pilar ideológico, a ordem internacional que estava sendo gestada sob liderança dos Estados Unidos estava orientada pela criação de um consenso popular em torno da ideologia imperial, mesmo que não unânime no plano doméstico, e um poder de atração, mesmo que não onipresente, no plano externo (ANDERSON, 2015). Para isso, uma política de construção de consensos intensa acerca do combate aos inimigos dos valores universais dos Estados Unidos logrou uma série de estratégias operacionais, como a imprensa nacional e internacional, o cinema e a exploração da cultura de massa, os programas de assistência, a ação nas Organizações Internacionais.



A simbiose entre os valores nacionais dos Estados Unidos e suas ações imperiais pôde ser percebida na postura adotada pelo país durante a segunda guerra mundial, momento em que os Estados Unidos consolidam sua hegemonia sobre os países capitalistas. Entendendo como vital a expansão dos valores do livre comércio pelo mundo para a segurança dos seus interesses, a elite empresarial norte-americana passou a ver como desastroso um possível sucesso alemão, pois isso, numa aliança com o Japão, inviabilizaria a expansão do comércio norte-americano pela Ásia e pela Europa Ocidental. Ao mesmo tempo, uma vitória britânica fortaleceria ainda mais o bloco da libra esterlina.

Após a confirmação da aliança com Moscou e Londres na guerra, os cálculos do campo de batalha passaram a ter prioridade, em vista da necessidade urgente de impedir o bloqueio dos fluxos de comércio dos Estados Unidos. Porém, a vitória do bloco aliado contra o Eixo não ofereceu a segurança necessária para o capitalismo sob a liderança dos Estados Unidos. O avanço soviético sobre a Europa Oriental e sobre Berlim e os posteriores eventos que deflagram a bipolaridade e os conflitos da guerra fria alterariam o cálculo das estratégias imperiais. A expansão do liberalismo econômico passou a ser segundo plano em face da necessária e urgente contenção e eliminação da União Soviética, vista como um inimigo muito mais radical do que o fascismo havia sido, devido não só ao seu “desrespeito” à propriedade privada dos meios de produção mas também como uma força dedicada a destruí-la (ANDERSON, 2015).

Para enfatizar a urgência da contenção e eliminação do socialismo e da União Soviética, o autor aponta para o fato de que fora da esfera de influência soviética, as lutas anticoloniais do Oriente Médio e sudeste asiático corriam o risco de facilmente se converterem em lutas anticapitalistas e que ações fora do centro do capitalismo eram mais do que urgentes. Portanto, era mister realizar nos demais perímetros do Império o que há muito era feito na América: independência formal, mas redução a países clientes dos Estados Unidos.

A ideia da expansão das democracias e do modelo norte-americano é interpretada pelos autores como um discurso de “dominação de caráter benigno” (PECEQUILLO, 2012, p. 4), de que “a expansão dos Estados Unidos e o sucesso de seus esforços coincidiam com os limites dos interesses da própria humanidade” (KISSINGER, 2015, p. 238), um “império por convite, livremente procurado na Europa



Ocidental a partir do medo de uma agressão soviética” (ANDERSON, 2015, p. 46), um convite cuja recusa não era uma opção, especialmente no caso das semiperiferias e periferias do sistema internacional.

A política externa norte-americana, a partir desse discurso, se opunha fortemente às ideias que não tinham no liberalismo econômico e na democracia os seus pilares civilizacionais. Assim, em diferentes momentos da história, os esforços para consolidar os ideais da nação norte-americana atrelados às ações externas dos Estados Unidos encontraram rivais ameaçadores da liberdade de um “povo escolhido pela providência divina” a civilizar o mundo e estabelecer um império de liberdades. No século 19, os obstáculos a esse projeto foram as ameaças de recolonização da América e o fantasma da intervenção europeia; na era das guerras, os fascismos japonês e alemão; na Guerra Fria, o Império Soviético e sua possível expansão; nos dias atuais, o fundamentalismo religioso de povos não ocidentais, “hostis” à democracia e às liberdades.

3. A América para os americanos: segurança, integração econômica e a expansão hegemônica dos Estados Unidos sobre o Novo Mundo

Em específica relação à expansão dos valores do Império pelo continente americano, os avanços no sentido de construção da liderança são vistos historicamente nas relações interamericanas: da política de segurança comum do século 19, a doutrina Monroe, ao arrefecimento desta doutrina a partir de intervenções “necessárias” durante o corolário Roosevelt, na virada para o século 20; na evolução de fóruns políticos/diplomáticos de concertação, desde as conferências Pan-Americanas, iniciadas em 1889, até a construção da OEA, em 1948; e na construção de uma área de livre comércio na América do Norte, proposta iniciada em 1994, e nas propostas de expansão do livre comércio para todo o continente na virada para o século 21, embora esse debate tenha se iniciado já na primeira conferência Pan-Americana. (CERVO e BUENO, 2012; KISSINGER, 2015).

No contexto das independências da América na primeira metade do século 19, o receio de projetos europeus de recolonização orientou a construção da doutrina Monroe. Para isso, arrogaram para si a responsabilidade pela defesa do continente coordenadamente com parceiros regionais. É neste contexto que ocorre a expansão para



o Oeste e o início das ações imperialistas dos Estados Unidos sobre regiões da América do Norte, especialmente nas guerras de conquista dos territórios que pertenciam ao Estado independente do México. Sobre tal aspecto, Kissinger (2015) aponta que a nação estava realizando aquilo que fora dela se chamava de imperialismo, mas que os norte-americanos preferiam afirmar que estavam levando a cabo sua expansão para o Oeste com base na realização do destino manifesto.

Sobre o movimento de combinação dos interesses internos e na crença na divina providência, Lessa (2008) argumenta que, para realizar sua expansão para o Oeste no século 19, os Estados Unidos necessitaram negociar (ou tomá-los à força) territórios com Espanha, Inglaterra, França, México e Rússia. O inimigo número 1 eram os Estados europeus, atrasados no sentido de não terem conseguido dar unidade aos povos ocidentais e cristãos. No século 19, os Estados Unidos consideravam a Europa uma região instável pela existência de uma balança de poder oportunista, que não garantia a manutenção da paz, muito menos a expansão dos valores da democracia ocidental. Com base neste discurso, Kissinger (2015) aponta que a estratégia de se afastar da balança de poder europeia e manter seu foco na consolidação de seu território e na expansão da sua influência para toda a América orientou a política externa dos Estados Unidos até o início do século 20.

No caso das Américas, a geopolítica do século 19 foi marcada pela necessidade de consolidação das independências e afastamento de possíveis interferências europeias diretas na região, disputas hegemônicas no subsistema sul americano por meio de negociações limítrofes e disputas por influências sobre atores menores, como foi o caso das relações entre Brasil e Argentina desde os seus processos de independência.

Em relação à América do Sul, a atuação dos Estados Unidos foi pouco sentida, por exemplo, nos debates sobre as relações dos países do Prata. Ainda que, nesta região, possamos ter visto uma maior inclinação para as influências de países europeus e não dos Estados Unidos, as relações do Cone-Sul com a Europa não parecem ter aberto possibilidades de recolonização ou algo do tipo. As relações com os países europeus se deram no âmbito do liberalismo econômico, ou seja, eram mais sobre a tratativa e observância de acordos internacionais de comércio e arbitragem em disputas fronteiriças, ou seja, nada que indique um plano claro de recolonização que fizesse



necessário o exercício de pôr em prática os princípios da doutrina Monroe (CERVO E BUENO, 2012).

Sobre o norte da América do Sul e América Central, o destino manifesto dos Estados Unidos começou a ser sentido imediatamente após a conquista do Golfo do México e da costa do Pacífico, em 1848. Sobre o movimento expansionista norte-americano, os autores consideram que:

Obedecia esse poderoso movimento a interesses econômicos, pressões demográficas, preocupações de política interna (os sulistas queriam mais estados escravocratas) e componentes de psicologia coletiva consubstanciada no “destino manifesto”, uma poderosa fórmula expansionista. Desde 1848, depois de anexados o Texas, a Califórnia, o Novo México, Utah, Nevada e Arizona, a expensas do México, os Estados Unidos dirigiam-se para o oriente, América Central e Caribe. No Panamá, entraram em conflito com a Inglaterra, que não aceitava a construção do canal sobre responsabilidade exclusiva e um novo Texas na América Central. Ambos recuaram. Em Cuba, a Espanha freou o ímpeto expansionista, que se deslocou para a Amazônia, cuja salvação esteve a cargo exclusivamente do governo brasileiro. (CERVO e BUENO, 2012, p. 79).

Em relação ao norte da América do Sul, com foco na região amazônica, os planos de expansão a partir dos anos 1850 focavam na abertura da bacia amazônica para a navegação internacional, somando-se, neste caso, aos interesses semelhantes de países europeus como Inglaterra e França (em virtude das Guianas) e países fronteiriços. Os Estados Unidos também almejavam acessar terras para o estabelecimento de empresários, colonos e escravos (CERVO e BUENO, 2012).

Por mais que as agendas para Cuba e Panamá tenham sido temporariamente suspensas na década de 1850, cabe salientar que elas foram concretizadas respectivamente na última década do século 19 e primeira década do século 20, período de arrefecimento da doutrina Monroe, que encontrou maior expressão no Corolário Roosevelt. A independência de Cuba e a construção do Canal do Panamá impõem a hegemonia dos Estados Unidos na América Central.

A partir do final do século 19, especialmente na última década, as relações internacionais vinham passando por intensas transformações que modificaram substancialmente o cenário para o século 20. No campo econômico, os Estados Unidos já despontavam como potência industrial e projetavam-se com um competidor internacional de peso. O crescimento dos Estados Unidos como potência econômica ofereceu condições para o exercício de uma política externa hegemônica sobre a



América e as primeiras tratativas de integração econômica foram ponto de pauta na I Conferência Pan-americana, em 1889, quando o projeto de uma união aduaneira e a adoção de uma moeda comum foi apresentado pelos Estados Unidos, sofrendo forte oposição da Argentina (DORATIOTO, 2012).

Cervo e Bueno seguem contribuindo quando discutem que, no contexto do corolário Roosevelt, a pretensão hegemônica dos Estados Unidos já estava evidente na visão de personalidades como o Barão do Rio Branco, que via a atuação dos Estados Unidos como algo que misturava respeito e terror. Sobre a fase, assinalam:

Concebida originalmente como proteção e não ingerência, a Doutrina Monroe foi transformada em justificativa para sancionar intervenções em países latino-americanos abrangidos pela ampliação da área de segurança norte-americana. Ao afirmar o afastamento da ingerência europeia no hemisfério, invocando a doutrina, o presidente Theodore Roosevelt (1901-1909) colocou, unilateralmente, a América Latina no subsistema internacional de poder liderado pelos Estados Unidos. (CERVO e BUENO, 2012, p. 94).

A inserção da América Latina no subsistema internacional de poder norte-americano, como temos procurado demonstrar, foi sendo construída de forma gradativa, a partir de um discurso de segurança e de laços de americanismo. A temática da integração do continente e a conseqüente expansão da hegemonia norte-americana tem se desenvolvido de forma tortuosa ao longo dos séculos 20 e 21. Sobre o processo de desenho da integração americana, Bueno (2004, p. 70) considera que:

A Conferência, todavia, criou uma associação permanente das repúblicas do continente, sob a denominação de “União Internacional das Repúblicas Americanas”, em 14 de abril de 1890. Era uma organização frouxa, destinada a compilar e distribuir dados relativos ao comércio continental. Para isto, criou-se o “Bureau Comercial das Repúblicas Americanas”, sediado em Washington [...] O *bureau* deveria ainda organizar as conferências pan-americanas. Uma “união” frouxa e um modesto *bureau*, mas permanentes. Este, aos poucos, teve suas atribuições ampliadas pelas sucessivas conferências do mesmo gênero e transformou-se num agente do comércio norte-americano. Ambas as instituições são as antecessoras da atual Organização dos Estados Americanos. Cumpre ainda registrar que a ideia da criação de um organismo financeiro continental remonta às primeiras conferências internacionais americanas.

A intenção da criação de um organismo financeiro continental foi materializada pela Secretaria Internacional das Repúblicas Americanas, que, segundo o autor, esteve

subordinada aos interesses norte-americanos, pois esta foi sendo dotada de poder sobre os assuntos que dissessem respeito ao comércio interamericano e oportunidades de investimentos. A flagrante subordinação desta instituição aos interesses dos Estados Unidos foi sendo percebida nas conferências seguintes, gerando desconfiança constante no conjunto de países da América.

Os projetos norte-americanos de liderança política e comercial no continente, expressos na doutrina Monroe e no Corolário Roosevelt, não foram aceitos passivamente pelos demais países do continente. Projetos alternativos de integração e de política externa dos países latino-americanos foram sendo debatidos e defendidos ao longo da história das relações interamericanas.

Sob a perspectiva latino-americana, as ideias de integração remontam o contexto de formação dos Estados e encontram sua maior expressão nas propostas bolivarianas. As tentativas de integrar a América numa confederação de Estados foram debatidas pela primeira vez no Congresso do Panamá em 1826, evento que não contou com a participação dos Estados Unidos nem do Brasil. A participação destas duas nações dificultava a aceitação da integração, que, naquele momento da História, foi suspenso (CERVO e BUENO, 2012).

No início do século 20, com o propósito de neutralizar as tensões entre Argentina, Brasil e Chile no Cone-Sul, é lançada a proposta do pacto ABC, pacto de coordenação política e arbitragem entre os três Estados, que, embora tenha atuado com algum êxito durante as tensões entre Estados Unidos e México na década de 1910, não chegou a estruturar-se como algo institucionalizado e permanente. A proposta voltaria a ser discutida na década de 1930, mas não logrou êxito (CERVO e BUENO, 2012; DORATIOTO, 2012).

Os desdobramentos da segunda guerra mundial ofereceram situações em que os Estados Unidos puderam costurar uma política de segurança para os Estados da região. Da neutralidade ao rompimento das relações com os países do Eixo, somente a Argentina apresentou resistência temporária. Durante o reordenamento internacional ocorrido no pós-guerra, a assinatura do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) em 1947 era uma das alianças que os Estados Unidos montaram na estratégia de contenção do socialismo na Guerra Fria. O Tratado demonstrava a unidade do continente em torno da ideia de segurança coletiva e servia de defesa contra a União



Soviética no hemisfério ocidental (PINHEIRO, 2012). O ambiente também favoreceu a criação da Organização dos Estados Americanos (OEA), Organização Internacional de caráter regional que herda a tradição das Conferências Pan-Americanas e de outras agências internacionais criadas por suas inspirações. Estava montado o sistema americano com base em relacionamentos que remontam a construção dos Estados.

A estruturação de um sistema hemisférico sob liderança norte-americana é parte orgânica de um império que se apresentava mundial, ou para o mundo capitalista. A responsabilidade da hegemonia sobre a América veio acompanhada da igual responsabilidade da hegemonia sobre o mundo, e, como nos indica Anderson (2015), as prioridades estavam na recuperação econômica e na segurança da Europa Ocidental, do Japão e nas estratégias de contenção e eliminação da União Soviética. Os perímetros da Guerra Fria não tardariam por se manifestar.

4. Subdesenvolvimento, Socialismo, Política Externa Independente: um continente fora de controle?

A desigualdade social secular da América trouxe o debate do desenvolvimento para a pauta dos países americanos, especialmente após a criação da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), no âmbito da Organização das Nações Unidas, em 1947. Neste contexto, até a instalação das ditaduras a partir dos anos 1960, o desenvolvimento e a integração dos países latino-americanos estiveram presentes no cotidiano dos assuntos internacionais dos Estados. Pinheiro (2012) demonstra que o período inaugurado em 1945 foi de fundamental importância para a consolidação de uma identidade latino-americana. Para a autora, a atuação da diplomacia brasileira teve importante papel para esta consolidação, tendo em vista a coordenação de ações que visavam atender aos interesses dos países da região. No contexto do início da Guerra Fria, a política de *negligência benigna* dos Estados Unidos em relação à América Latina mostrava claros sinais de desaprovação, devido à pressão social provocada pelo enorme abismo entre ricos e pobres no continente.

O presidente Eisenhower (1953-1961) recebeu do ex-presidente brasileiro Juscelino Kubitschek (1956-1960) propostas para a superação das desconfianças em relação à atuação dos Estados Unidos no continente, sintetizadas na Operação Pan-



Americana (OPA), que, numa orientação mais focada na região, propunha maior participação dos recursos norte-americanos no desenvolvimento dos países, principalmente num contexto em que era imprescindível evitar que as enormes desigualdades sociais do continente fossem terreno fértil para a expansão das ideias socialistas.

Considerada como um divisor de águas na História das relações interamericanas, ao promover pela primeira vez uma ação coordenada para o desenvolvimento, as ideias da OPA foram inspiradas no pensamento cepalino sobre o desenvolvimento, que se inserem no contexto de busca por alternativas de integração que promovessem o desenvolvimento da região. Em um movimento inicialmente resistente, os Estados Unidos traçaram a estratégia de “dividir as discussões em dois âmbitos, um de natureza econômica e outro de natureza político-diplomática. Com essa estratégia, levou o debate para o foro da OEA, afastando a CEPAL” (PINHEIRO, 2012, p. 166). Ao mesmo tempo, a OPA fomentou as discussões em torno de uma agenda própria de desenvolvimento econômico, com as conversações sobre a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC).

A autora segue argumentando que as agitações que culminaram em um golpe de Estado coordenado pelos Estados Unidos na Guatemala em 1955 e o impacto da Revolução Cubana em 1959 acenderam o alerta vermelho para a presença do comunismo no continente. Era mister a reafirmação da solidariedade dos Estados americanos e a negativa dos governos de Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Equador e México, em 1961 e 1962, em isolar o governo de Fidel Castro assim como a abstenção deste mesmo grupo no caso da expulsão de Cuba da OEA mostraram que os três maiores atores latino-americanos, acompanhados de outros três países democráticos, exerciam uma política externa não alinhada às oposições da Guerra Fria e consideravam a medida uma violação no princípio de não-intervenção preconizado na carta da OEA.

Assim, o período mais crítico da Guerra Fria fez os Estados Unidos combinarem uma proposta de reforma estrutural e social na América Latina, a Aliança para o Progresso, substituta da OPA, com vistas à redução das desigualdades sociais e promoção da liberdade política, como uma maneira de evitar que o caso cubano servisse de inspiração para outras aventuras no continente. Ao mesmo tempo, a vigilância aos movimentos dos governos nacionalistas da região, aos partidos políticos e a insistência



no combate ao comunismo foram se intensificando e a parceria das oligarquias locais e de todo o tipo de coronéis e ditadores que apoiavam os Estados Unidos em sua missão de espalhar a democracia pelo mundo foi de uma importância crucial para o desenrolar dos fatos. Silva (2012) aponta para a “tristemente célebre School of the Americas, que funcionou entre 1946 e 1984 no Panamá com a função de treinar oficiais latino-americanos em segurança, inteligência e anti-insurreição [...]” (p. 128).

O autor chama a atenção para a influência das ideias da Escola Superior de Guerra (ESG), criada em 1949 no Brasil, nos debates sobre política externa, apontando para posições conservadoras e anticomunistas. Opostamente à ESG, surge o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) em 1955, composto por intelectuais influenciados pelo pensamento da CEPAL. O ISEB Atacava o atraso das estruturas sociais no Brasil, realidade que pôde facilmente ser transposta para a América Latina e Caribe, e as relações de dependência dos países região aos Estados Unidos, criticando o Imperialismo e o Neocolonialismo.

No Brasil, os avanços dos debates em torno das reformas de base, somados a um contexto hemisférico complicado a partir dos desdobramentos da Revolução Cubana parecem ter redirecionado o *modus operandi* das intervenções no continente americano. Silva (2012) aponta para o fato de que as estratégias de intervenção precisaram ser alteradas de modo a inaugurar um novo modelo de intervencionismo norte-americano, motivado pela experiência na Guatemala em 1955, quando a fraqueza da oposição interna ao governo Arbenz imputou aos Estados Unidos um papel maior do que o planejado na deposição de um governo, cuja plataforma política era um amplo programa de desenvolvimento social centrado na reforma agrária, que expropriaria terras de empresas estadunidenses. Outro elemento que ajuda a reorientar a política de intervenções no continente é o fiasco da invasão da Baía dos Porcos, nos desdobramentos da Revolução Cubana. Apresentando como o caso pioneiro deste novo intervencionismo, o autor esclarece que

O Brasil entre 1961 e 1964 tornou-se o laboratório dessa nova abordagem. Cabia fomentar a oposição interna, fortalecer os partidos de oposição e financiar grupos da Igreja, da imprensa e de empresários para criarem as condições do golpe e que estes mesmos setores assumissem sua realização. Da mesma forma, os governos estaduais nas mãos das oposições recebiam empréstimos, auxílio e amplo material de propaganda anticomunista,



identificando o governo federal como corrompido e inepto. As relações privilegiadas entre os militares brasileiros e os militares americanos foi o instrumento básico da realização da ação dita 'revolucionária'. A atuação direta dos Estados Unidos ficaria assim resguardada e só se faria visível em caso extremo. (SILVA, 2012, p. 135, aspas do autor).

Na ocasião da estruturação da Ordem Internacional da Guerra Fria, o discurso anticomunista insistido pelos Estados Unidos carregava de forma oculta a necessidade de disciplinamento de governos que se pretendiam independentes em um contexto de acirrado conflito entre as duas superpotências. O alinhamento da América representava mais do que a unidade do continente, mas também oferecia aos Estados Unidos a segurança da sua nação e preservação dos interesses das suas elites empresariais. A unidade ideológica latino-americana foi insistida, mas não foi plenamente alcançada e a guinada ao não-alinhamento, a aliança terceiro-mundista que ocupou a agenda brasileira nos anos do presidente João Goulart (1961-1964) foram condicionantes externos para o golpe civil-militar deflagrado em 1964. A importância do Brasil no equilíbrio de poder da América do Sul e o histórico de boas relações com os Estados Unidos colocaram nosso país em evidência na agenda de Washington.

Por sua vez, os condicionantes externos, as ações do Império em sua expansão hegemônica, não podem ser considerados, segundo o autor, como determinantes no curso dos acontecimentos:

De qualquer forma, atribuir ao 'imperialismo', a origem e, principalmente, o sucesso do golpe de 1964 é um exagero indevido. Grande parte da sociedade brasileira apoiou, na primeira hora, os golpistas. Talvez possamos mesmo dizer que desejou o golpe. Instituições importantes da chamada sociedade civil, perfilaram-se, inicialmente, ao lado dos militares. [...] Da mesma forma, o conluio dos governadores das três principais unidades federais – São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais – foi determinante para a vitória dos opositores de Goulart” (SILVA, 2012, p. 140, aspas do autor)

A expansão da hegemonia norte-americana sobre a América e sobre o Brasil encontra nos golpes militares empreendidos na região um porto seguro. Regimes de exceção extremamente cruéis são implementados com vistas a salvar o continente da ameaça comunista. O que é menos evidente nos discursos norte-americanos são as necessidades da expansão do capitalismo de modelo liberal, não de outros modelos de capitalismo que pudessem estar sendo desenvolvidos. Na lógica da expansão imperial, a expansão do modelo norte-americano de capitalismo se tornou dominante (ANDERSON, 2015). A costura de organizações internacionais, planos de



desenvolvimento e tratados de assistência recíproca não foram suficientes para convencer os países da região ao alinhamento à Washington. Houve resistência não no sentido de um alinhamento à União Soviética, mas de um não-alinhamento, de uma política externa independente que intencionava dar ao Brasil e aos demais países latino-americanos maior desenvoltura em um sistema internacional bipolar.

A articulação interna das elites e o papel da imprensa como construtora de consensos acerca do cenário são questões que orientam a continuidade destas reflexões na forma de futuras pesquisas. A hegemonia dos Estados Unidos, conforme afirma Anderson (2015), precisa de aceitação da opinião pública, dentro e fora do país, e nisso a imprensa desempenha papel importante, especialmente no contexto dos anos 1960.

5. Considerações Finais

A simbiose entre os valores da nação e a política externa dos Estados Unidos orientou e continua a orientar a expansão do império norte-americano. Em nome da defesa dos valores da democracia e da expansão do capitalismo de modelo liberal, o império construiu as bases de um sistema hegemônico, que foi se impondo à América e ao mundo. Após 1945, o combate ao comunismo passou a ser defendido com vigor pela política imperial e acabou por dar o tom das relações interamericanas.

No contexto da Guerra Fria, a luta contra o comunismo e a contenção da União Soviética respondia ao discurso da necessidade de garantia da segurança da nação e dos interesses dos Estados Unidos, e, para isso, um complexo sistema de organizações internacionais, planos econômicos e tratados militares foram montados por todo o globo.

A América não foge deste contexto e por aqui temas como a integração dos países através de ideias de desenvolvimento regional, buscas pela superação do subdesenvolvimento e adoção de uma política externa independente acabaram por despertar a atenção do Império. Com o intuito de conter possíveis processos revolucionários ou de evitar a consolidação do não-alinhamento, os Estados Unidos colocaram em prática uma nova forma de intervenção, associando o fomento à oposição interna, um discurso conservador via imprensa e a associação negativa do governo



Goulart à expansão do comunismo, trazendo para a cena da intervenção o apoio de importantes setores da economia e da sociedade civil organizada no Brasil.

As leituras realizadas para a construção desta reflexão nos parecem mostrar que as estratégias de intervenção utilizadas no contexto de 1964 foram renovadas nos anos de 2010. A sequência dos estudos que seguem a reflexão, na forma do desenvolvimento da tese de doutorado do autor, procurará perceber de que maneira a grande imprensa brasileira e latino-americana serve à expansão da hegemonia imperial, dando especial destaque para as relações interamericanas no contexto dos governos nacionalistas das duas primeiras décadas do século 21, contexto em que a grande imprensa passou a associar de forma negativa os governos da região às ideias de socialismo, populismo e corrupção. Intensos ataques na imprensa, associados aos interesses das elites locais na manutenção de privilégios e na recusa da expansão das políticas sociais, em um ambiente de demonização das esquerdas, além de uma abordagem negativa em torno do aprofundamento da integração sul-americana merecerão atenção de estudos próximos, pois parecem se complementar e podem estar por trás dessa nova onda de intervenções brandas com vistas a disciplinar a região aos interesses do Império.

Referências

ANDERSON, Perry. **A Política Externa Americana e seus Teóricos**. São Paulo: Boitempo, 2015.

BUENO, Clodoaldo. **Pan-Americanismos e Projetos de Integração**: temas recorrentes na História das relações hemisféricas (1826-2003). *Política Externa*: São Paulo, v.13, n.1 p. 65-80, 2004.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. São Paulo: Editora Ática, 2012.

DORATIOTO, Francisco. O Brasil no Mundo: idealismos, Novos Paradigmas e Voluntarismo. In: SCHWARCZ, Lilia M. **História do Brasil Nação**: 1808-2010 - vol. 3 - A Abertura para o Mundo. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2012.

KISSINGER, Henry. **Ordem Mundial**. I ed. - Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.



LESSA, Antônio Carlos. **História das Relações Internacionais I: a Pax Britannica e o mundo do século XIX**. 3a. ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

PECEQUILLO, Cristina. **Os Estados Unidos e o Século XXI**. 1ª ed. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

PINHEIRO, Letícia. **O Brasil no Mundo**. In: SCHWARCZ, Lilia M. **História do Brasil Nação: 1808-2010 - vol. 4 - Olhando para Dentro**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2012.

SARAIVA, José F. S. **Relações Internacionais Contemporâneas: da sociedade internacional do século XIX à era da globalização**. São Paulo: Saraiva, 2008.

SEITENFUS, Ricardo. **Manual das organizações internacionais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1997.

SILVA, Francisco C. T. O Brasil no Mundo. In: SCHWARCZ, Lilia M. **História do Brasil Nação: 1808-2010 - vol. 5 - Modernização, Ditadura e Democracia**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2012.

Submetido em: 21/06/2017. Aprovado em 25/08/2017.





EDITORIAL

Dando continuidade ao v. 4, n.3, apresentamos cinco artigos com pesquisas que permeiam noções de linguagem, cultura, identidade e patrimônio.

O primeiro artigo, intitulado **Estudo das cerâmicas azulejares exumadas da Praça da República das Caldas da Rainha, Leiria (Portugal)**, de Alexandra Figueredo – FCT e Cláudio Monteiro – CAAPortugal, irá tratar essencialmente os materiais em cerâmica azulejar registrados no tabuleiro da Praça da República das Caldas da Rainha (Leiria-Portugal), especialmente na antiga igreja pertencente à confraria da Nossa Senhora do Rosário, construída no século XVI e demolida no século XIX, no ano de 1835.

O segundo artigo, **PRAÇA KANTUTA: símbolo de representação, identidade e cultura boliviana na cidade de São Paulo**, de Rosineia Oliveira dos Santos – UNISA, explica como os locais de cultura são estratégias para que haja mobilidade dos imigrantes bolivianos na cidade de São Paulo, na Praça Kantuta, local que é símbolo de resistência e representatividade da comunidade Boliviana na cidade.

Percepções de vida e de morte na prática dos benzimentos: alteridade, significados e imaginários nas relações de cura, de Juliani Borchardt da Silva – UFPEL e Ronaldo Bernardino Colvero – UFPEL, tem direcionamento à cultura, através de entrevistas pode-se perceber a significações desta prática na oralidade e narrativas

Com relação à educação, o artigo **Educação estética e imaginário numa jornada arquetípica**, de Franciele Silvestre Gallina – UPF e Graciela René Ormezzano – UPF, trata dos processos educativos estéticos contemplados à luz do imaginário.

Para finalizar, Bárbara da Silva Izidorio, Suelen Francez Machado – Unisul e Vaniele Medeiros da Luz, apresentam o artigo **Personagens femininas do século XIX: discursos sobre a mulher em memórias póstumas de Brás Cubas**, que aborda o comportamento, as atitudes, os sentimentos e o posicionamento das personagens femininas criadas por Machado de Assis, principalmente no que se refere ao amor, ao casamento e à vida social, no romance Memórias Póstumas de Brás Cubas (1881).



Desejamos uma ótima leitura!

Andréia da Silva Daltoé

Deisi Scunderlick Eloy de Farias

Heloisa Juncklaus PreisMoraes

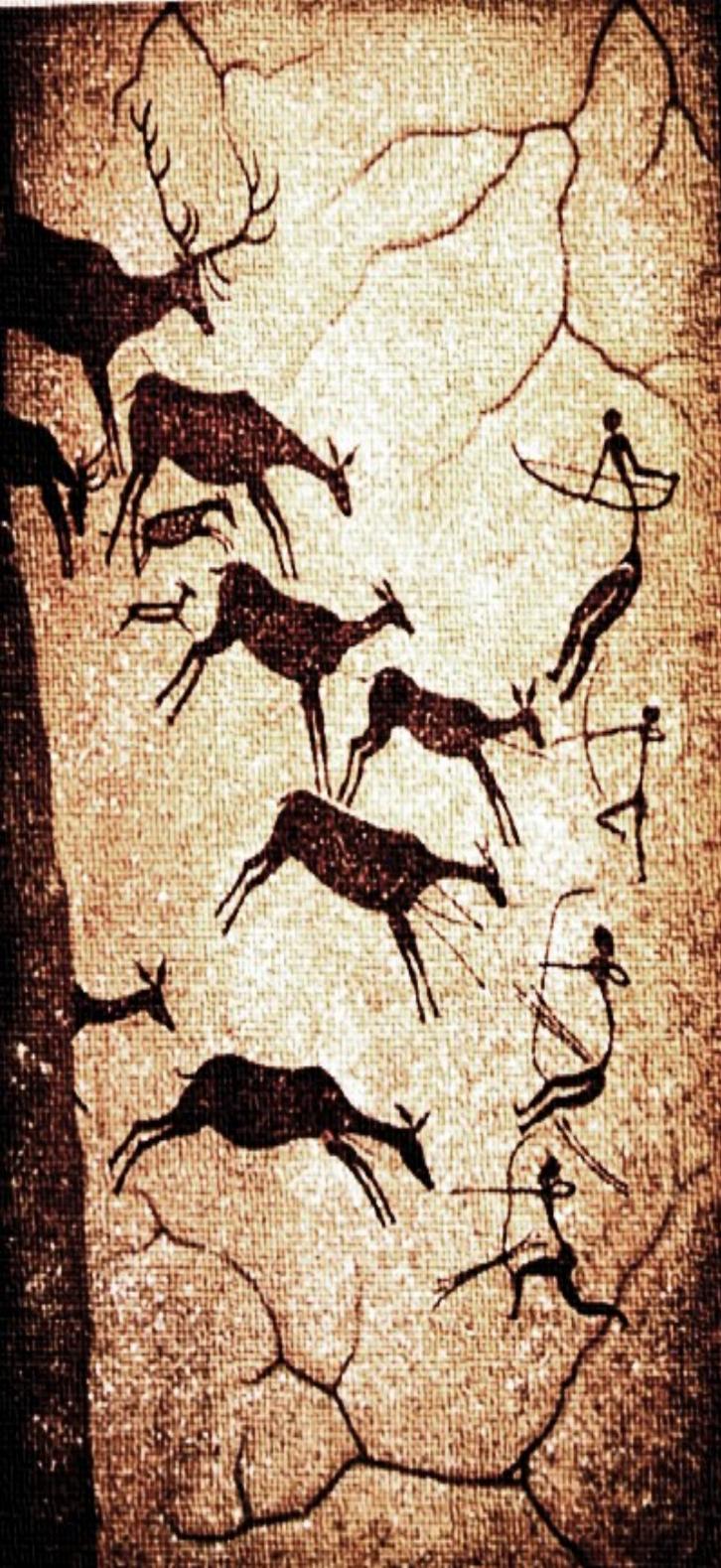
Jussara Bittencourt de Sá

Editores

DOI: 10.19177/memorare.v4e32017180-181



Revista Memorare, Tubarão, v. 4, n. 3 esp. dossiê Marcas da Memória: direitos humanos, justiça de transição e anistia, p. 1-300 set./dez. 2017. ISSN: 2358-0593



ESTUDO DAS CERÂMICAS AZULEJARES EXUMADAS DA PRAÇA DA REPÚBLICA DAS CALDAS DA RAINHA, LEIRIA (PORTUGAL)

Alexandra Figueredo*
Cláudio Monteiro**

Resumo: Este estudo focado na literatura infantil, nas relações de gênero e na teoria do imaginário tem por objetivo compreender como se constrói o imaginário da beleza infantil a partir de cinco contos de fada, cuja personagem principal é a princesa. A partir da teoria do imaginário desenvolvida por Durand e por pressupostos das relações de gênero analisaram-se de que forma os mitos da beleza feminina e do estereótipo de submissão do feminino se perpetuam estes conceitos na sociedade. Como metodologia de trabalho foi eleita a metodologia, forma de investigação científica desenvolvida por Durand a partir do escopo teórico da teoria do imaginário. Recortou-se dos contos de fadas a personagem feminina (princesa) e a partir de sua caracterização foram feitas as análises. As análises expressam que o modelo de beleza principesca é reatualizado, comprovando o mito da permanente busca pelo ideal do belo.

Palavras-chave: Gênero. Literatura Infantil. Contos de Fada.

Abstract: This study focused on children's literature, in gender relations and imaginary theory aims to understand how to build the imaginary child beauty from five fairy tales whose main character is Princess. From the imaginary theory developed by Durand and assumptions of gender relations analyzed how the myth of female beauty and female submission stereotype perpetuated these concepts in society. As a working methodology was voted methodology, scientific research form developed by Durand from imaginary theory of theoretical scope. Cropped up fairy tales the female character (Princess) and from its characterization analyzes were made. Analyses express the princely beauty model is reviving, proving the permanent myth search for the ideal of beauty.

Keywords: Gender. Children's Literature. Fairy Tales.

* Instituto Politécnico de Tomar, Portugal;
Centro de Geociências, FCT.
Email: alexfiga@ipt.pt

**CAAPortugal, ONG.

Email: claudio.monteiro.cr@gmail.com
DOI: 10.19177/memorare.v4e32017182-208



REVISTA
MEMORARE

UNISUL
www.portaldeperiodicos.unisul.br
ISSN 2358-0593

Revista Memorare, Tubarão, v. 4, n. 3 esp. dossiê Marcas da Memória: direitos humanos, justiça de transição e anistia, p. 1-300 set./dez. 2017. ISSN: 2358-0593

1. Introdução

A Praça da República, localizada no centro da cidade das Caldas da Rainha, foi, ao longo do tempo, alvo de inúmeras intervenções e manutenções, quer pela natural degradação das estruturas, espaços e percurso histórico, quer pelas constantes obras associadas ao desenvolvimento urbano.

Os vestígios azulejares foram recuperados aquando da realização de duas, das sete sondagens previstas, como ação preventiva no âmbito de trabalhos de minimização de impactes durante as obras de Regeneração Urbana no Centro Histórico das Caldas da Rainha, Leiria (Portugal).

A localização destas sondagens teve em conta, entre outros critérios, a existência de documentos que referiam a presença de uma antiga capela, destruída no século XIX e existente desde o Séc. XVI. As investigações documentais apontavam a sua presença sobre a zona norte do atual tabuleiro. Os mapas recolhidos, para além dos dados descritivos registados em várias obras foram fontes importantes para a compreensão e definição da zona prevista.

A história aponta o ano de 1485, para fundação do Hospital Termal (Gomes, 1994), mandado construir por D. Leonor. Esta construção que teve por base as qualidades das águas que aqui se registravam, levou à construção de outras infra-estruturas de apoio (Duarte, 2008) de forma a permitir a vivência e apoio à fixação de população. Assim, como centro da vila foi inaugurada a Praça, em 1590, e construída a referida Capela, designada de N^a Sr.^a do Rosário (S. Paulo, 1967), tendo sido elevada, posteriormente, a Igreja Matriz da Vila (*Idem*, 1967). De acordo com os dados obtidos esta capela foi alvo de demolição em 1835, altura das obras de regeneração urbana do Rossio. A localização da capela teve em conta o mapa de 1742 (ilustração 1), atribuída ao arquiteto João Pedro Ludovice, a planta de Joaquim Laureano de Sousa, datada de 1786 (ilustração 2), podendo observar-se em escala as dimensões da mesma (nave com 17 por 8,5 metros e abside com 6 metros de diâmetro na capela-mor), bem como uma outra planta anónima de 1797 (retirada dos manuscritos anónimos das *Notícias interessantes da Real Vila das Caldas com alguns mapas curiosos nos anos 1797 e 1798*).



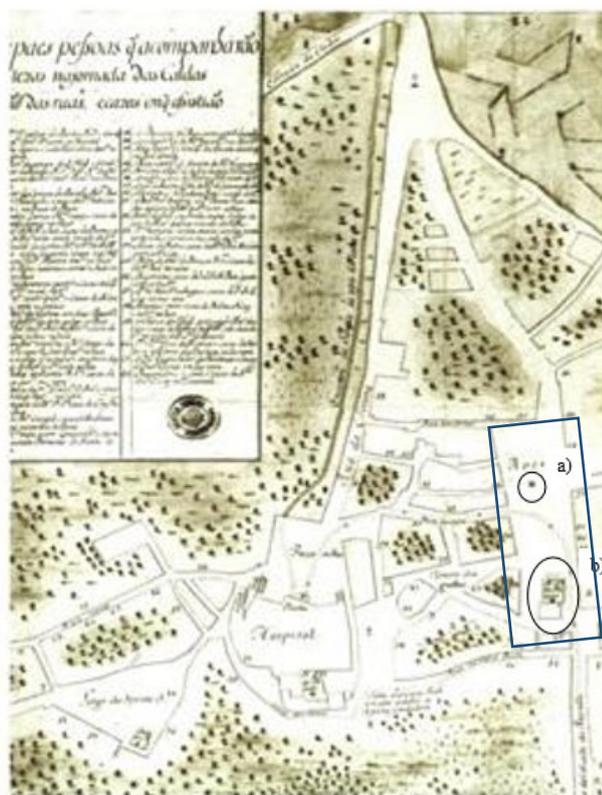


Ilustração 1 - Mapa de 1742, atribuído ao arquiteto João Pedro Ludovice. A) Localização do pelourinho já desaparecido. B) Localização da capela. O quadrado representa o espaço ocupado pela atual Praça.



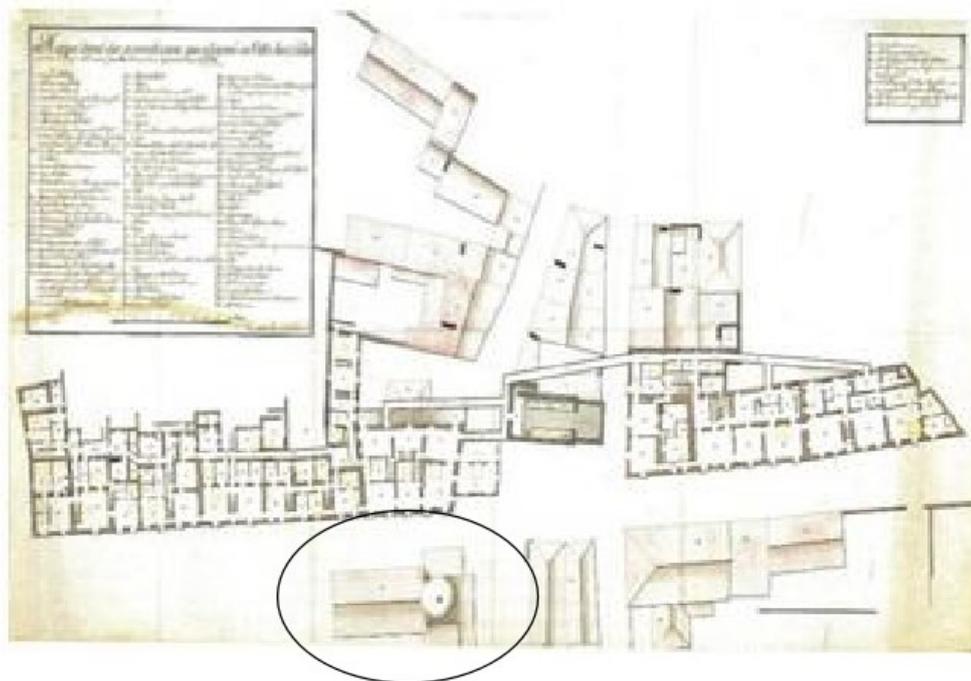


Ilustração 2 - Mapa geral da vila das Caldas, onde apresenta a Praça, ano de 1786. - MNAA, cópia do P.H. Joaquim Laureano de Sousa.

Também é importante registrar que a rua que acede do Largo do Conselheiro José Filipe e termina no topo da Praça da República tem a designação de "Rua do Rosário", nome ainda hoje utilizado e que coincide com o nome da Capela de N^a Sr.^a do Rosário.

Desta forma considerou-se em planta municipal a possível localização da capela e do pelourinho tendo-se proposto as sondagens registadas (Ilustração 3).





Ilustração 3 – Mapa municipal com as áreas a vermelho consideradas com maior impacto arqueológico, nomeadamente: a área mais a sul apresenta a possível localização que foi apontada para a antiga capela e, a zona a vermelho, mais a norte, a zona da localização do antigo pelourinho, já desaparecido.

Atendendo à matéria que se pretende tratar neste artigo iremos debruçar-nos sobre as sondagens 2 e 3 e suas interpretações, realizadas no centro da praça a norte, considerando que os vestígios em questão só foram exumados destes dois locais.

1. Processo de escavação e recuperação dos materiais

Não nos querendo estender neste ponto apontaremos, de forma resumida, a metodologia adotada durante as escavações que permitiram recuperar os vestígios azulejares. É importante reforçar o entendimento de que as opções consideradas tiveram em conta o tempo disponível e as limitações registadas, normalmente associadas ao desempenho e adaptação a um trabalho de obra empresarial.

Assim, a zona das sondagens foi marcada topograficamente na calçada, tendo após esta marcação prévia sido realizado o levantamento manual dos diferentes



elementos para aproveitamento e restauro posterior das estruturas existentes na zona do tabuleiro. Este levantamento foi circunscrito com pelo menos mais 50cm para cada um dos lados da marcação das sondagens a realizar.

Após este primeiro processo desenvolveu-se a escavação da primeira camada de modo mecânico, descendo acauteladamente com o auxílio de uma pá, que foi removendo a camada por estratos horizontais até cerca de 15 a 20 cm de profundidade. As escavações das camadas seguintes sucederam-se de forma manual, delimitando as diferentes unidades estratigráficas registadas.

No caso de deteção de vestígios histórico-arqueológicos, a área foi limpa e devidamente interpretada. Ao verificar-se revolvida, como ocorreu em todo os estratos, os vestígios observados foram recolhidos para sacos plásticos devidamente etiquetados, separando-os por tipo, mas sem coordenação precisa, obtendo-se somente a sua relação à unidade estratigráfica e ao quadrante respetivo. Após a escavação, até ao limite da previsão da interferência, tal como tinha sido proposto e obrigado pela Direção – Geral do Património do Cultural - DGPC, realizou-se a planta do local, o registo fotográfico, desenho e leitura dos perfis. Quando nas sondagens se registaram vestígios osteológicos ou outros elementos histórico-arqueológicos, estes foram devidamente analisados, no sentido de serem percecionadas as suas posições contextuais. Observou-se que em todas as situações os vestígios osteológicos se encontravam revoltos em sedimentos, associados a descarte de fragmentos de azulejos e materiais construtivos, bem como a materiais relativamente recentes (plásticos). Não foram registadas estruturas da arquitetura da antiga capela.

No que diz respeito ao processo de acondicionamento até ao local de laboratório, os vestígios osteológicos foram colocados em caixas de plástico e sacos, com as respetivas informações de proveniência, para uma melhor conservação dos mesmos. Os vestígios cerâmicos foram depositados em sacos plásticos etiquetados e os fragmentos de azulejos acondicionados em caixas de plástico com as frentes protegidas, para o seu devido transporte. Os objetos em metal recolhidos foram postos em caixinhas individuais de papelão, acondicionados em algodão e devidamente etiquetados. As sondagens foram fechadas com geotêxtil, ao qual se sobrepôs areia de vala até ao nível do tabuleiro.



Desta forma, associados aos vestígios azulejares foram recolhidos alguns elementos osteológicos, três moedas e materiais de adorno em cobre, alguns fragmentos cerâmicos dos últimos dois séculos, revolvidos e misturados com materiais de cronologia do século XIX e XX, incluindo plásticos, fruto das diferentes investidas e alterações registadas no decurso das contínuas reformas ocorridas na praça da cidade.

1.1.Sondagem 2

A sondagem foi realizada na extremidade norte do tabuleiro da Praça da República, no sentido de identificar a possível presença da antiga Capela da Nossa Senhora do Rosário demolida no Século XIX. Abriu-se uma vala de secção quadrangular de 3 metros por 3 metros, tal como previsto em projeto cujo seu eixo central coincide com o eixo longitudinal do tabuleiro, posicionado junto à extremidade noroeste.

A vala foi aberta até à cota de 1m de profundidade.

Registraram-se vestígios arqueológicos na camada (F) revolvidos em terra de entulho (ilustração 4). Verificou-se ainda a presença de camadas de enchimento para a colocação da calçada e valas de colocação de cabos elétricos e postes de iluminação.

Após o levantamento de calçada registrou-se uma camada de terra de entulho (F), com fragmentos de construção, cerâmicos e azulejos, revolvidos juntamente com vestígios osteológicos. Nesta mesma camada recuperou-se um fragmento de prato de cavalinho e um bocal de cachimbo em plástico. Este estrato encontra-se sobreposto a outro composto por areia consolidada de cor amarelada que se prolonga após os 50cm. Este nível não possui qualquer vestígio arqueológico.

Atravessando estas camadas regista-se uma unidade estratigráfica de enchimento de vala (S) realizada para assentamento de um dos candeeiros atualmente existente na praça e uma camada de terra acastanhada (C) que se prolonga a uma profundidade superior a 1m realizada para a passagem de um cabo de telecomunicações (ilustração 4). Sobre este registamos uma conduta de tijolo de burro de proteção ao cabo.

Na camada (S) registrou-se de forma revolvida alguns vestígios osteológicos. Atravessam a camada L, F e S vários cabos elétricos.



Em resumo: Para além de alguns fragmentos cerâmicos de azulejaria, olaria e vestígios osteológicos integrados em terra de revolvimento, camada F, não foram encontrados mais vestígios arqueológicos. A presença de um fragmento de prato de cavalinho verde e de um bocal de cachimbo de plástico da camada F aponta para uma cronologia nos finais do séc. XIX e inícios do séc. XX ou posterior. O prato de cavalinho tem uma cronologia de fabrico de 1886-1894 (datação relativa de acordo com a representação observada), pertencente à Real Fábrica de Sacavém a laborar desde 1865 (Assunção A. et alli, 1997). O bocal de plástico é um material difundido após os inícios de séc. XX em Portugal. Para o entendimento de relação entre as unidades estratigráficas foi desenvolvido a matriz de Harris (ilustração 5).

Levantamento gráfico:



Ilustração 4 – Planta e perfis da sondagem. Símbolos e interpretação dos resultados: A – Calçada; C – Vala de cabos elétricos; F – Terra de entulho – vestígios osteológicos e fragmentos de azulejos e material de construção; L – Areia consolidada; M – Tubo de Ferro; N, O, P – Cabos elétricos; R – Conduta de tijoleira para revestimento de cabos de telecomunicações; S – Vala do candeeiro de iluminação.

Diagrama Estratigráfico:



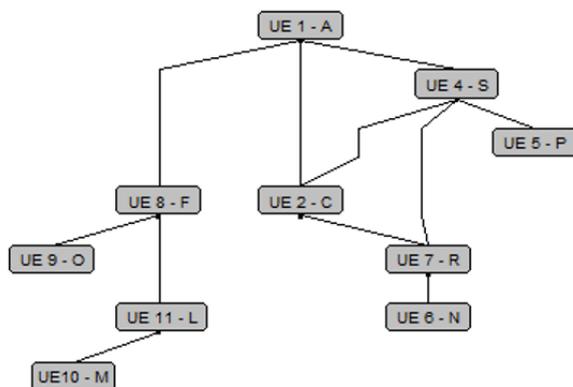


Ilustração 5 - Diagrama Estratigráfico – Matriz Harris sondagem 2.

1.2. Sondagem 3

A sondagem 3 foi aberta numa secção retangular, abrangendo a totalidade da largura do tabuleiro com um comprimento de 16,40m por 3m de largura, à cota média de um metro de profundidade. Na zona norte o corte alargou-se a 3,40m.

Foram apontados vários níveis estratigráficos correspondentes a valas de enchimento de canalizações sanitárias e outras de colocação de postes de iluminação (D) e instalações elétricas (C).

Destaca-se o aparecimento de vestígios arqueológicos, nomeadamente fragmentos cerâmicos de azulejaria e olaria, bem como vestígios osteológicos descontextualizados, encontrados também, como na sondagem 2, numa camada de revolvimento.

Após o levantamento da calçada registrou-se uma camada de terra de nivelamento e enchimento em areia bastante suja (F).

Seguiu-se uma camada de areia consolidada amarela (L) (ilustração 6).

Na zona nordeste da sondagem verificamos uma camada de sedimento de terra escura (E) com a presença de fragmentos de azulejo, olaria e material de construção, completamente revolvida e circunscrita à dispersão verificada em planta na letra E.

Atravessa a camada F, E e L uma camada de enchimento de areia fina acinzentada, que consideramos ser da construção e assentamento de um antigo banco de

jardim. Este estrato integra a unidade estratigráfica G, um bloco de cimento que possui na própria argamassa elementos integrados da calçada.

No centro da sondagem percebe-se um nível de enchimento de terra de entulho, onde também se observam vestígios osteológicos e fragmentos de azulejos, que serviu para a colocação da conduta e do cabo elétrico. A camada I é um estrato de entulho com cerâmica, sem presença de vestígios osteológicos.

Do lado sudoeste da sondagem registramos junto ao corte uma fina camada de entulho designada de J e K.

Resumo: Toda a área de implantação do tabuleiro foi alvo de grandes intervenções, sendo visível a presença de várias bolsas estratigráficas dispersas, identificadas pelas letras (B, C, D, E, H, I, J e K), sendo que a (C e D) são valas de implantação de iluminação, a (B) enchimento com areia fina acinzentada, onde se destaca um aglomerado de cimento com calçada incrustada identificado pela letra (G), a (H) é uma bolsa de enchimento de areia, a (I) uma bolsa de enchimento com entulho cerâmico de tijolo, a (J) uma camada muito fina negra, provavelmente com depósito de matéria orgânica e a (K) um nível de entulho cerâmico de tijolo.

Destaca-se a camada (E) por ser a camada onde se identificaram os vestígios arqueológicos. Trata-se de uma camada de sedimento de granulometria variada, com coloração acastanhada, onde observou-se a presença de materiais de construção, nomeadamente fragmentos cerâmicos de azulejaria pertencentes à antiga capela, bem como vestígios osteológicos dispersos. Esta foi interpretada como sendo aparentemente uma camada de depósito colocada durante uma intervenção anterior de regularização do pavimento. Deste nível exumamos ainda três moedas em cobre, completamente cobertas de concreção e um pequeno fragmento indeterminado, também em cobre. Para o entendimento de relação entre as unidades estratigráficas foi desenvolvido a matriz de Harris (ilustração 7).

Levantamento gráfico:

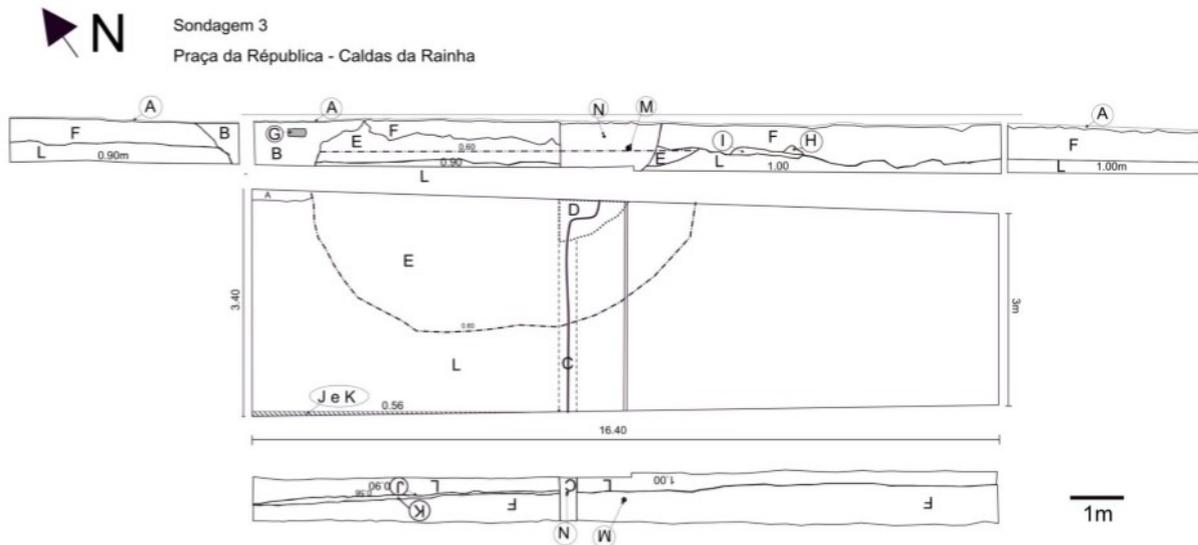


Ilustração 6 - Planta e perfis da sondagem. Símbolos e interpretação dos resultados: A – Calçada; B – Areia fina acinzentada; C – Vala de cabos elétricos; D – Vala do candeeiro de iluminação; E – Terra de entulho com presença de vestígios arqueológicos; F – Areia de assentamento e nivelamento da calçada; G – Bloco de cimento com incrustações de calçada; H – Pequena bolsa de enchimento; I – Entulho cerâmico de enchimento; J – Camada negra muito fina; K – Camada de entulho cerâmico de enchimento; L – Areia consolidada; M – Tubo de Ferro; N – Cabo elétrico

Diagrama Estratigráfico:

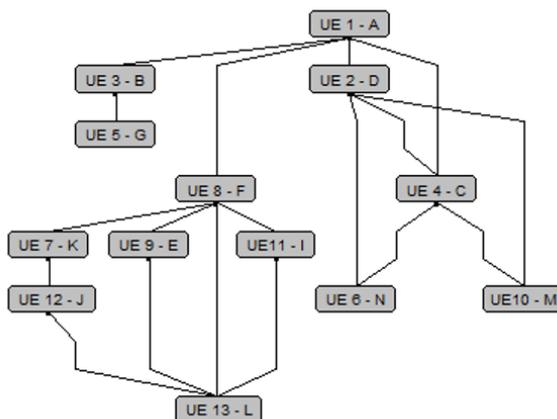


Ilustração 7 - Diagrama Estratigráfico – Matriz Harris sondagem 3.



2. Metodologia na análise dos materiais

De forma relativamente resumida apresenta-se a metodologia desenvolvida no âmbito da conservação para a limpeza, inventário e estudo das cerâmicas azulejares exumadas.

As cerâmicas azulejares são compostas por elementos todos eles fragmentados, compondo um conjunto de 435 objetos.

Os azulejos foram limpos em laboratório com água corrente, para remover os detritos de argamassa que impediam uma boa visualização da decoração do azulejo. No caso dos azulejos onde as argamassas apresentavam ainda um grau elevado de aderência, foram submetidos a uma limpeza química por imersão em ácido hidroclorídrico a 10% e depois enxaguados em água da torneira, para remoção total das argamassas e do ácido.

Os azulejos foram etiquetados e inventariados com a marcação da seguinte referência alfanumérica – nº inventário *CRPR000*, denominando o local arqueológico CR – Caldas da Rainha e PR – Praça da República, sendo as marcações efetuadas com caneta de álcool nos cantos dos fragmentos. Optou-se por marcar no vidro, sendo que a marca pode ser facilmente removida com álcool e em caso de exposição pode ser remarcada no tardo do objeto.

O uso da bibliografia disponível foi indispensável para o termo de comparação e datação dos materiais, bem como a sua identificação e catalogação.

3 Parâmetros e resultados

As cerâmicas azulejares foram analisadas segundo as dimensões da chacota, o tipo de pastas e o tipo de decoração.

Desta forma foi possível identificar um número mínimo de painéis azulejares presentes, a sua tipologia e decoração, bem como a sua datação relativa.

Dos diferentes elementos que nos chegaram apontamos por analogias figurativas e análise da técnica e pasta de suporte (chacota) a presença de pelo menos 8 painéis distintos.



Ao todo foram contabilizados 435 fragmentos, sendo que, 393 fragmentos pertencem a painéis figurativos com cenas e episódios religiosos. Na análise de todos os elementos figurativos, técnica gráfica e de fabrico consideramos existirem pelo menos quatro painéis distintos.

Devido à elevada fragmentação dos azulejos, não foi possível reconstruir os painéis no sentido de tentar identificar os temas ou episódios pintados.

Os outros 42 fragmentos restantes são de painéis com padrões enxaquetados, em tons bicolores, de azul e branco e branco e azul, *Ferroneries* e remates de painéis. Foi possível reconstruirmos alguns dos padrões dos tipos enxaquetados e *Ferroneries*.

Analisando o gráfico seguinte é possível verificar que em termos percentuais, o painel 4 poderia ser o de maior dimensão, seguido pelo painel, 6, 5 e 7, se considerarmos uma percepção equitativa da recuperação destes vestígios.

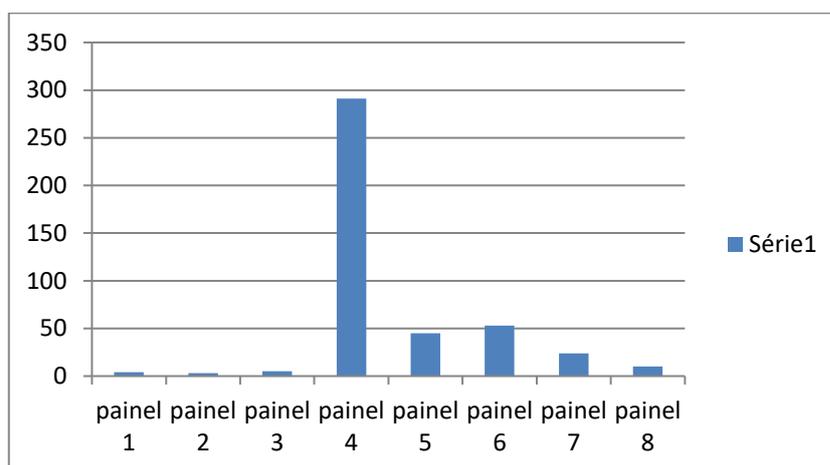


Gráfico 1 – Gráfico quantitativo dos fragmentos de azulejo encontrados organizados por Painel. Neste gráfico é possível perceber que a maioria dos fragmentos pertence aparentemente a um único Painel figurativo.

Neste gráfico é possível perceber que a maioria dos fragmentos pertence aparentemente a um único painel figurativo, uma vez que para além da tipologia e dimensão da chacota, a técnica de pintura e a temática se enquadram num único tipo.

Podemos, contudo, levantar a hipótese de estarmos perante mais do que um painel, no que se refere ao painel 4, com o mesmo tipo de chacota, provavelmente proveniente da mesma fábrica. Em alguns fragmentos é possível verificar uma diferente



marcação, típica da organização dos azulejos, realizada pelos artesãos para auxílio da sua montagem, que vem corroborar esta possibilidade, o que a ser considerado estaríamos perante pelo menos 9 painéis, 5 deles figurativos.

3.1 Painel 1

Azulejo retangular de decoração simples em vidrado azul, pintado em chacota de 15mm de espessura. Elemento pertencente a painel do tipo enxaquetado geométrico em branco e azul, onde o azulejo central quadrado é branco (imagem 1).

Este azulejo, representado por 3 fragmentos, apresenta as dimensões de 13.5cm x 4.5cm, marcando o padrão total uma dimensão relativa de 18cm por 18cm. No entanto, a dimensão de 13.5cm de comprimento pode também indicar um padrão enxaquetado mais complexo, ainda assim, não existem elementos suficientes para se apurar o tipo de enxaquetado.

Este tipo de azulejo pode ser também designado de Azulejos de Caixilho (Correia, V. 1930).



Imagem 1 - À esquerda, o azulejo de padrão enxaquetado e á direita o possível modelo de Painel enxaquetado.

Azulejos com este padrão são relativamente comuns, integrando o patrimônio azulejar de diversas igrejas, a exemplo tem-se o mesmo padrão na capela-mor da capela de Santo António no Alqueidão, em Tomar; na Igreja de Santa Maria de Marvila, em Santarém, de 1617; na Igreja de Jesus, em Setúbal, dos finais do século XVI; o Lavabo e Ante-Capela dos Mártires; a Capela de São Pedro, em Torres Vedras (Gomes, J. 2011, pp. 49); na Casa do Capítulo, de Santa Cruz de Coimbra, em Coimbra (idem, 2011, pp. 59), entre outros.



3.1 Painel 2

Azulejo retangular de decoração simples em vidro branco, pintado sobre chacota de 15mm de espessura e com 3.5cm de largura.

O fato de a largura do azulejo ser de 3.5cm indica um elemento que pode pertencer a um painel enxaquetado geométrico simples em branco e azul onde o azulejo central quadrado seria azul (imagem 2).



Imagem 2 – À esquerda, o azulejo de padrão enxaquetado e á direita o possível modelo de painel enxaquetado.

Estes tipos de padrões são normalmente registrado em zonas de passagem, tipo claustros, escadarias ou capela-mor das igrejas ou conventos. A exemplo poderemos referir o Portal da Capela dos Mártires (Gomes, J. 2011).

É importante ainda referir a possibilidade do painel 1 e 2 serem um único painel compósito como se regista em algumas situações. Considerando a presença de ambos os enxaquetamentos no mesmo espaço acreditamos que possam corresponder a um painel compósito, como por exemplo o



Ilustração 8 – Imagem dos azulejos



verificado no Refeitório do Mosteiro de Santa Cruz. O *Inventário Artístico de Coimbra* (Correia et al. 1947) refere que estes azulejos foram ali colocados entre 1630/33.

3.2 Painel 3

Azulejo pintado em azul sobre branco, com chacota de 15mm de espessura. Apresenta elementos florais. Possui uma técnica apurada e limpa, com desenho bem definido e delimitado com contorno.

A imagem 3 é um exemplo claro da técnica existente, registra um motivo floral, em tons de azul e branco, com três pétalas associado a uma folha, em tons de azul com três veios.

Neste grupo apenas foram perceptíveis motivos florais não existindo indícios de figuras humanas ou outro tipo ornamental.

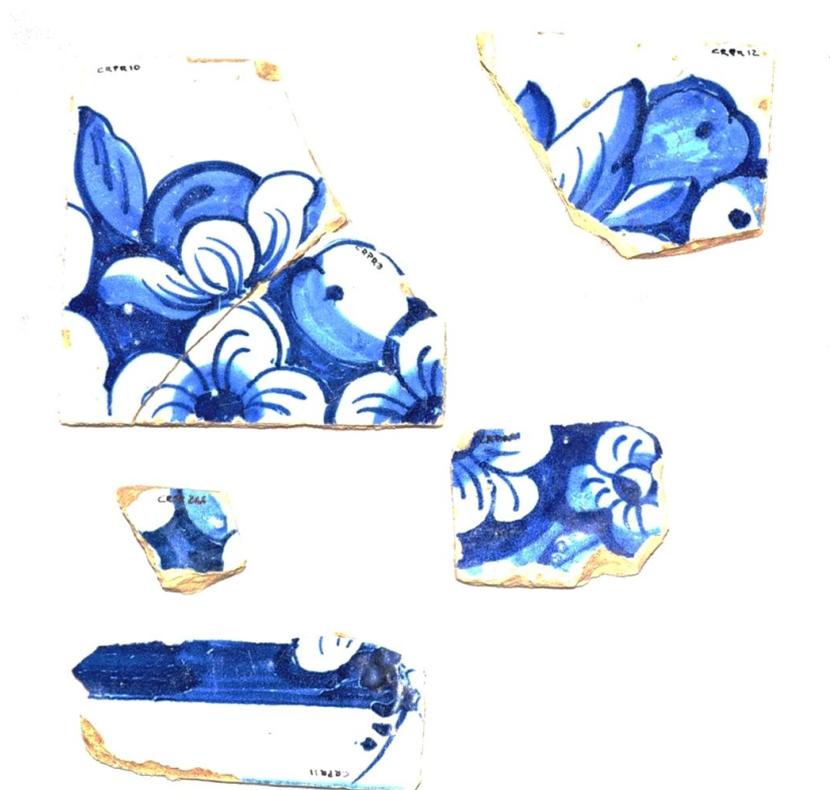


Imagem 3 – Fragmentos de azulejo do Painei 3

Este tipo de azulejo tornou-se relativamente comum nos finais do séc. XVII, associando-se a potes, vasos e cestos floridos. Em alguns casos repetiam-se continuamente, tendo sido designados por Albarradas (Meco, J. 1992). No caso em concreto o número de fragmentos registados foi muito diminuto podendo revelar somente uma pequena composição, presente possivelmente em algum nicho ou por baixo de um altar.

3.3 Painei 4

Azulejo pintado em azul sobre branco, sobre chacota de 13mm, representando uma história ou episódio religioso, composto por moldura ornamentada, com elementos arquitetónicos decorados, elementos vegetalistas, ornamentos em forma de voluta, motivos florais e figuras humanas e celestes (querubins). Apresenta uma técnica apurada com desenho bem delineado.

Neste mesmo painei anotamos a presença de elementos paisagísticos com fundos montanhosos e vegetação. Tal situação é facilmente visível na imagem 4, onde podemos verificar uma nuvem branca, debruada a azul, com o céu em tons de azul esbatido e a traçologia de uma ave, a voar, com as asas abertas.

Pela análise podemos verificar que o painei representa alguma situação, evento ou temática que se regista no exterior.





Imagem 4 – Azulejo com parte de uma paisagem de fundo onde se observam aves no céu.

Deste painel, destaca-se ainda uma representação humana e alguns querubins.



A



B

Imagem 5 – Dois fragmentos associados ao Painel 4 onde se vislumbram o que parece ser á esquerda A, uma face humana e á direita B, a testa de um querubim.



Assim, na imagem 5 é possível verificar no fragmento A uma figura aparentemente masculina, com cabelos ondulados de comprimento possivelmente pelos ombros, a olhar para a direita do painel.

O fragmento B mostra a testa alta de um querubim, com cabelos semi-ondulados. Este estaria localizado junto a uma coluna, que enquadraria o motivo principal e encontra-se virado para a esquerda.

Consideramos que o fragmento A estaria próximo ao centro do painel e o elemento B na extremidade superior esquerda do mesmo.

A dimensão da face do elemento A, podendo ser uma face humana, ocuparia cerca de 4 azulejos, devendo ser considerada como uma das representações principais ou elemento representativo do motivo explanado no azulejo.

Neste mesmo painel percebemos ainda outros dois elementos de face (imagem 6). O elemento A possui um olhar introvertido, dirigido para baixo e apresenta cabelo ondulado. O fragmento B apresenta uma face relativamente completa, de um indivíduo masculino, corpulento e cabeleira mediana. Encontra-se a olhar para a direita.

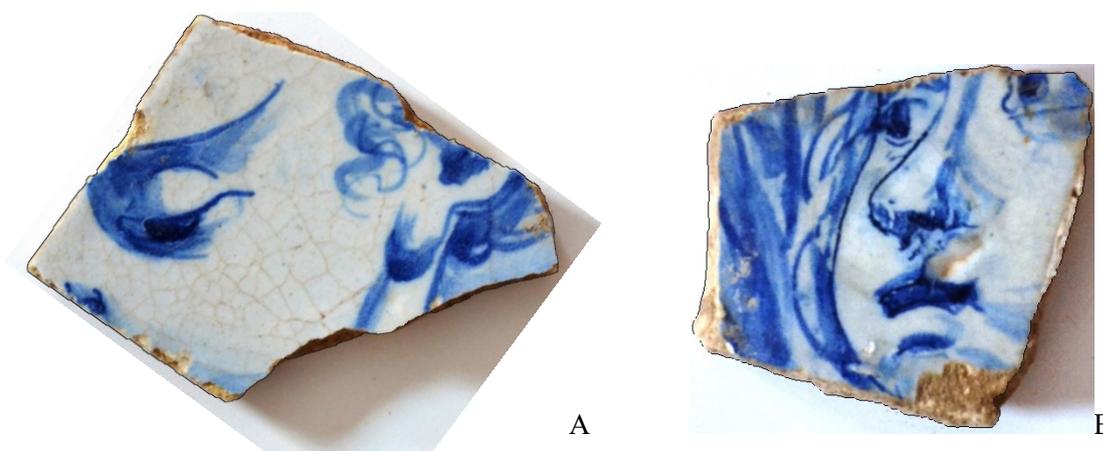


Imagem 6 - Figuras humanas do painel 4

Por todo o conjunto consideramos que a temática do painel é claramente religiosa, possuindo pelo menos 4 figuras, sendo uma delas claramente querubina.

Não se registrou nenhum fragmento que evidenciasse qualquer armamento, como é relativamente comum nos painéis do Hospital Termal das Caldas da Rainha, que se localiza na região (Machado, 1987).



Entre os diferentes fragmentos percebemos a indumentária, sem determinação clara do estatuto ou profissão, mas relevando aparentemente uma veste cumprida, e um sapato arredondado, com um laço (imagem 7).

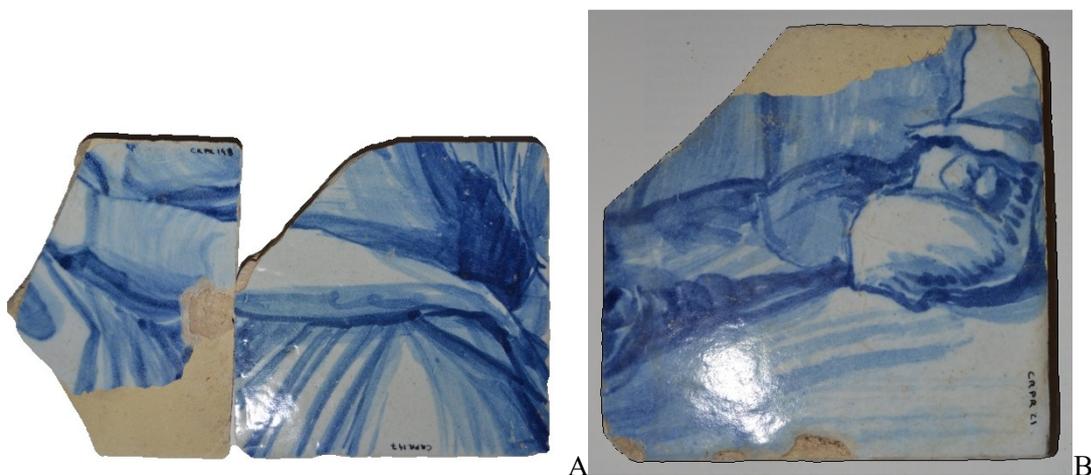


Imagem 7 – Indumentária do painel 4

Pertencente a este painel observamos uma pequena mão, com o dedo mindinho levantado.

Ao painel 4 associamos ainda, devido a semelhança dimensional e de material das chacotas, cinco fragmentos de moldura de tapetes azulejares em azul e branco, pintados com flores de acanto.



Imagem 8 – Moldura de tapetes 4.

3.4 Painel 5



Revista Memorare, Tubarão, v. 4, n. 3 esp. dossiê Marcas da Memória: direitos humanos, justiça de transição e anistia, p. 1-300 set./dez. 2017. ISSN: 2358-0593

Painel pintado em azul sobre branco, sobre chacota de 1mm, representando uma história ou episódio religioso emoldurado numa moldura com ornamentação muito rica composta por elementos vegetalistas de gosto barroco.

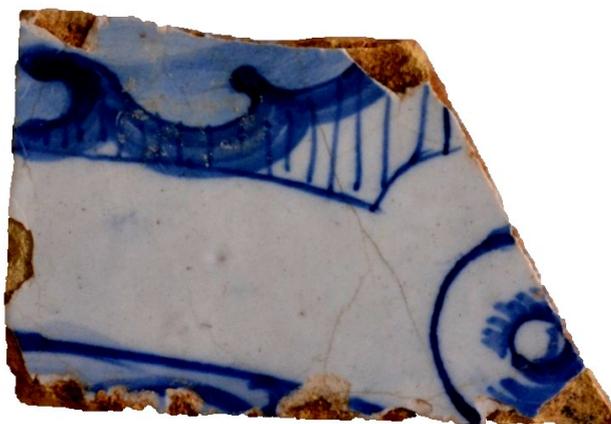


Imagem 9 – Fragmento de azulejo do painel 5, representando parte de um ornamento decorativo.



Imagem 10 – Fragmento do painel 5, representando um ornamento decorativo com um elemento vegetalista.

3.5 Painel 6



REVISTA
MEMORARE

 **UNISUL**
UNIVERSIDADE NOROCCIDENTAL DO SUL
www.portaldeperiodicos.unisul.br
ISSN 2358-0593

Revista Memorare, Tubarão, v. 4, n. 3 esp. dossiê Marcas da Memória: direitos humanos, justiça de transição e anistia, p. 1-300 set./dez. 2017. ISSN: 2358-0593

O painel pintado em azul sobre branco, sobre chacota de 10mm, representando uma história ou episódio religioso, limitado por moldura composta por elementos arquitetônicos ornamentados com elementos vegetalistas.



Imagem 11 – Azulejo do painel 6 onde se observa uma folha de acanto de gosto barroco.

Deste painel temos a presença de um querubim, provavelmente localizado no topo central do painel. A figura apresenta uma testa alta, cabelo encaracolado pelos ombros e um olhar rebaixado dirigido para baixo.



Imagem 12 – Metade de uma face de um querubim.



São poucos os elementos que se puderam identificar neste painel, entre eles destacamos a representação de uma mão.



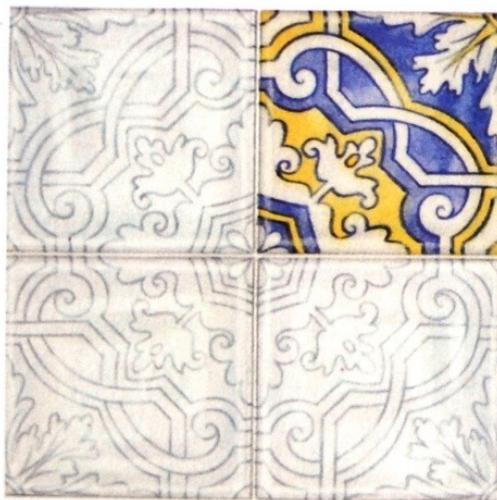
Imagem 13 – Representação de mão do painel 6

3.6 Painel 7

Painel padrão 2x2, pintado em azul e amarelo sobre branco, decorado com motivos geométricos e ornamentos de gosto manuelino denominado de “Ferronerias” (imagem 14).



A



B



Imagem 14 –À esquerda o azulejo de Painele padrão com elementos maneiristas “ferroneries” e à direita a montagem do padrão (Simões 1997:33)

Apresenta uma técnica pouco apurada e defeituosa, onde observa-se uma mão pouco treinada para a pintura, bem como a sobreposição da cor amarela sobre a azul. E o todo foram identificados 17 fragmentos deste padrão.

Este tipo de decoração é atribuído ao período manuelino, cronologicamente integrado no século XVII (Simões, 1997), podendo ser encontrados exemplares idênticos na Igreja de Santa Maria dos Olivais, em Tomar.

No catálogo dos Azulejos do Hospital Termal das Caldas da Rainha registrou-se exemplares semelhantes, na Enfermaria do Hospital de Nossa Senhora do Pópulo, com uma dimensão de 13,8 mm, datado de 1659 (Machado, 1987). Exemplares são também reconhecidos na Igreja de Nossa Senhora da Luz (A. dos Cunhados).

3.7 Painele 8

Conjunto de azulejos pintados em azul sobre branco, com técnica de salpico, onde se cria um efeito de marmoreado fingido.

Do conjunto sobressaem alguns fragmentos de cerâmica em forma de paralelepípedo, com o interior escavado que serviam para rematar os cantos, geralmente aplicados nas mesas dos frontais de altar (imagem 7) (Simões 1997:211-221).

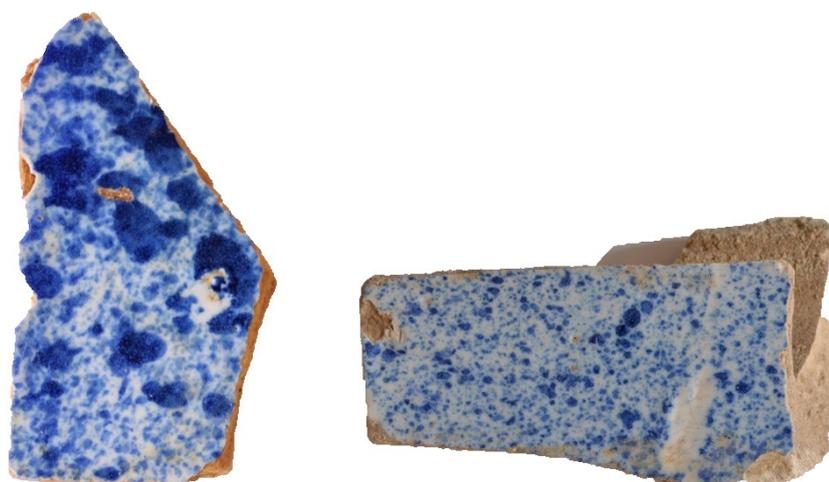


Imagem 15 – À esquerda um fragmento de azulejo de marmoreado fingido e à direita um fragmento de remate de frontal de um altar.

4 Considerações Finais

Dos artefatos analisados foi possível aferir as seguintes conclusões:

Dos 435 fragmentos de azulejos verificaram-se a presença de, pelo menos, 8 painéis diferentes, sendo 4 deles figurativos.

Devido à elevada fragmentação não foi possível reconstruir os painéis ou identificar os temas ou episódios pintados.

Nos painéis figurativos 4 e 6 foram verificadas caras de personagens e querubins, reforçando a ideia de os azulejos pertencerem a conjuntos cenográficos religiosos.

Dos restantes painéis, destacamos quatro fragmentos de azulejo retangular de vidro azul simples (imagem 1) e dois azulejos retangulares de vidro branco e um quadrangular de vidro azul que se enquadram nos padrões enxaquetados dos séculos XVI/XVII (imagem 2).

Integrado no século XVII é o painel de gosto manuelino, tipo *Ferroneries*, bem como dois conjuntos de azulejos de moldura pintados de azul e amarelo sobre branco com o formato e decoração diferente. Ambos podem pertencer ao Painel 8 pela correspondência da chacota, não excluindo a possibilidade de poderem ser molduras de painéis diferentes.

Foi ainda identificado outro grupo azulejar composto por cinco fragmentos de azulejos decorados com marmoreados fingidos de azul sobre branco e cinco fragmentos de remate dos frontais de altar com a mesma técnica decorativa que decorariam possivelmente as mesas de altar da antiga Igreja.

Esta análise permite concluir que na altura da demolição da capela, a mesma seria decorada com painéis figurativos, que de acordo com analogias estariam localizados nas paredes principais da capela, um deles de possível maior dimensão, pela grande diferença percentual de fragmentos existentes.

As áreas inferiores ou mais baixas poderiam ter azulejos de padrões mais simples ou os tais *Ferroneries*, podendo estes ocupar áreas menos centrais da capela.



Pelo nome da Igreja e época dos azulejos poderíamos colocar hipóteses de associação dos painéis com temáticas religiosas ligadas ao culto da N^a Sr.^a do Rosário, no entanto não há nenhum elemento figurativo, nos azulejos, que nos leve historicamente a essa associação.

Numa análise de relação destes vestígios com os outros exumados das sondagens salientamos a presença de duas moedas em cobre, únicas recolhidas. Sabemos que durante o período de vigência da Igreja era relativamente comum enterrar os defuntos no interior do edifício, no adro e nos terrenos envolventes. Foi somente com o governo de Costa Cabral, após 1845, que passaram a enterrar os indivíduos em cemitérios. Juntamente com os defuntos era também comum associar moedas para pagamento do barqueiro que conduziria o mesmo ao paraíso. Esta situação poderia explicar a presença de moedas. No entanto, estas, os únicos exemplares registados, e que foram recolhidos em associação com vestígios osteológicos, em sedimentos muito revolvidos, foram cunhadas no tempo de D. Manuel, apontando uma cronologia anterior à construção da capela de N^a Sr.^a de Rosário. Este fato leva-nos a considerar duas possibilidades: ou a construção da capela veio substituir um outro edifício ou estrutura de culto mais antiga ou foram usadas como elementos significantes simbólicos, em enterramentos cronologicamente posteriores ao tempo da sua cunhagem. Entre estas duas possibilidades parece-nos ser mais pertinente a primeira opção, não havendo, no entanto, outros vestígios que possam confirmar tal situação. Na verdade, nas sondagens realizadas não foi possível registar nenhuma estrutura evidente que permitisse uma compreensão da arquitetura e efetiva localização da igreja. Todos os sedimentos da área escavada tinham já sofrido anteriores revolvimentos das construções, alterações e reformas realizadas na Praça, ao longo das últimas décadas.

Referências

ASSUNÇÃO, Ana Paula, **Fábrica de Louça de Sacavém: Contribuição para o estudo da indústria cerâmica em Portugal 1856-1974**. Lisboa: Inapa, 1997.

BORGES, Nicolau, **Notícias interessantes da Real Villa das Caldas**, com alguns mappas curiozos, no anno de 1797 e 1798. Ed. PH, Caldas da Rainha 2002.

CORREIA, V. Gonçalves, A. N., & SANTOS, Reynaldo. **Inventário Artístico de Portugal. “Cidade de Coimbra”**. Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes 1947.



REVISTA
MEMORARE

 UNISUL
www.portaldeperiodicos.unisul.br
ISSN 2358-0593

Revista Memorare, Tubarão, v. 4, n. 3 esp. dossiê Marcas da Memória: direitos humanos, justiça de transição e anistia, p. 1-300 set./dez. 2017. ISSN: 2358-0593

CORREIA, V. **Uma Visão Quinhentista do Mosteiro de Santa Cruz**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 1930.

DUARTE, Miguel Nuno Serieiro, **Uma vila que gravita em redor de uma instituição assistencial - A recuperação do património urbanístico do Hospital das Caldas até 1533**. (Vol.1) - Universidade Aberta, Lisboa, 2008.

GOMES, Jim Robert P. **Exemplos da Azulejaria dos Séculos XVI e XVII, em Coimbra**. Dissertação de Mestrado em História da Arte, Património e Turismo Cultural, especialidade em Azulejaria, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, sob a orientação do Professor Doutor António Filipe Pimentel. Policopiada, 2011.

HERIQUE, Paulo; e ALMEIDA, Ana; e PAIS, Alexandre; e LOUREIRO, Fátima; e MONTEIRO, João, Museu Nacional do Azulejo. **Roteiro**, Instituto Português dos Museus, Edições ASA, Lisboa, 2003.

HORTA, Cristina Ramos, **As artes nas Caldas da Rainha no século XVIII**, Terra de Águas - Caldas da Rainha História e Cultura - Caldas da Rainha, 1993.

MACHADO, J. S., **Azulejos do Hospital Termal das Caldas da Rainha: séculos XVI-XVII**, Instituto Português do Património Cultural, Museu de José Malhoa, Caldas da Rainha, 1987.

Meco, J. Azulejaria Portuguesa. Lisboa: Bertarnd. 1992. REIS, Pedro Batalha, **Cartilha da Numismática Portuguesa** Vol. 1, Bertrand Lda., Lisboa, 1952.

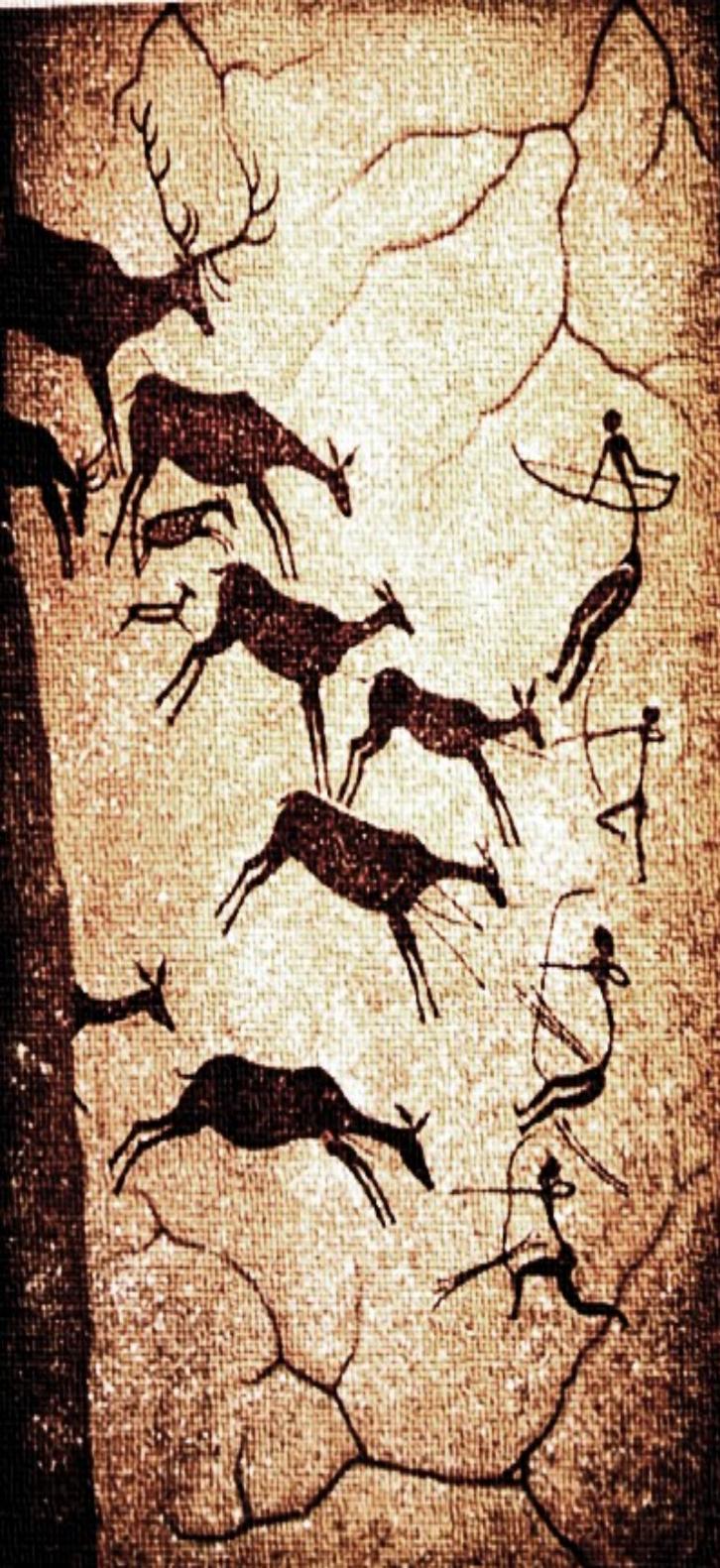
S. PAULO, Jorge de. **O Hospital das Caldas até ao ano de 1656**. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1967.

SIMAS, Filomena; e ISIDRO, Sónia, **Dicionário de Marcas de Faiança e Porcelana Portuguesas**, Estar Editora, Lisboa, 1996.

SIMÕES, J. M. Dos Santos, **Azulejaria em Portugal no Século XVII**, Tomo I – Tipologia, (2ª edição revista e atualizada), Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1997.

Submetido em: 21/03/2017. Aprovado em 20/10/2017.





PRAÇA KANTUTA: símbolo de representação, identidade e cultura boliviana na cidade de São Paulo

Rosineia Oliveira dos Santos*

Resumo: O objetivo deste artigo é explicar como os locais de cultura são estratégias para que haja mobilidade dos imigrantes bolivianos na cidade de São Paulo. Como objeto de estudo, temos a Praça Kantuta, local que é símbolo de resistência e representatividade da comunidade Boliviana na cidade. Essa comunidade tem uma realidade sociocultural em São Paulo que está em profundo reconhecimento, tanto de suas práticas religiosas e festividades em datas comemorativas quanto de demarcação de território por eles requerido. Os espaços privados tornam-se símbolos de resistência e não aceitação do estigma imposto por serem imigrantes de descendência indígena. A partir dessa realidade e da pretensão em apontar algumas especificidades do processo migratório, tal como do (a) boliviano (a) e sua recriação cultural, tal como seus entrelaçamentos com a cultura local e entender como o imigrante boliviano na cidade de São Paulo consegue se inter-relacionar, pelos locais de representação cultural por eles denominado. Por meio deste questionamento, nossa resposta é de que a Praça Kantuta é local de ressignificação simbólica desses imigrantes, que sofrem preconceito e carecem de um local em que se sintam valorizados e pertencentes à cidade de São Paulo. Este artigo foi estruturado com as bibliografias de teóricos que discutem e refletem sobre a temática da imigração e a identidade cultural na pós-modernidade. Nesse caminho, desenvolvemos um trabalho com articulação interdisciplinar.

Palavras-chave: Imigração boliviana. Cultura. Praça Kantuta. Identidade.

Abstract: The purpose of this article is to explain how culture sites are strategies for mobility of Bolivian immigrants in the city of São Paulo. As a study object, we have the Kantuta Square, a place that is one of the symbols of resistance and representativeness of the Bolivian community in the city of São Paulo. This community has a socio-cultural reality in São Paulo that is deeply in recognition of both its religious practices and celebrations at festive dates and of some criteria of territorial demarcation required by them, public and private spaces become symbols of their resistance

*Universidade Santo Amaro - UNISA,
São Paulo, SP, Brasil.

Mestre em Ciências Humanas e Professora nas
disciplinas Didática do ensino superior e Metodologia
Científica da faculdade Legale.

E-mail: olisanta@gmail.com

DOI: 10.19177/memorare.v4e32017209-231



REVISTA
MEMORARE



www.portaldeperiodicos.unisul.br

ISSN 2358-0593

and not Acceptance of the stigma imposed. Based on this reality and the pretension to point out some specificities of the migratory process, such as the Bolivian (a) and its cultural re-creation, as well as its interlacing with the local culture. The question to be answered is how the Bolivian immigrant in the city of São Paulo is able to interrelate, for the places of cultural representation they call it? Through this problem, one hypothesis is that the Kantuta Square is a symbolic re-signification place for these immigrants. This article was structured with bibliographies of theorists who discuss and reflect on the issue of immigration and identity in postmodernity. The view of anthropology linked to that of sociology always dialoguing with history. In this way, we develop a work with interdisciplinary articulation.

Keywords ou Palabras clave: Bolivian immigration. Culture. Kantuta Square. Identity.

1. Introdução

Cruzar fronteiras tornou-se um ato comum no mundo contemporâneo, em razão das múltiplas opções de deslocamentos colocados à disposição. Em geral, esses imigrados são pessoas esperançosas por uma vida melhor e mais digna. Isso faz com que este se predisponha a sair do local em que reside e procure novos caminhos a fim de obter valorização profissional e qualidade de vida para si e seus familiares.

Apesar desses imigrantes encontrarem condições desumanas de trabalho, moradia e lazer, esses ainda convivem, em sua maioria, com preconceitos e discriminações. Estudiosos, como o professor Sayad (1998) que retrata o imigrante em um contexto teórico, nos traz a reflexão sobre a imigração, que o mesmo define como um processo total, isto é, que deve ser interpretado face os caminhos percorridos por este imigrante até as formas de inserção deste no país de destino. De acordo com o mesmo autor, esse imigrante vem servir como força de trabalho e passa a constituir um problema para o país que o utiliza.

A necessidade do mercado de trabalho é circunstancial. O imigrante é considerado um ser provisório, mesmo que está provisoriamente há mais de 60 anos, como é o caso dos bolivianos na cidade de São Paulo. Nesse cenário, ele será sempre um estrangeiro. Mesmo os estudos de Sayad (1998) se referirem a imigração Argelina para a França, fundamenta-nos com seu parecer e suas perspectivas que são semelhantes as características de sobrevivência dos vários imigrantes que saem em busca de melhores condições de vida, que segundo o estudioso, essa semelhança não se altera de pessoa para pessoa. Os motivos que geraram essa imigração, ou seja, que levam uma pessoa a emigrar continua sendo os mesmos de uma comunidade para comunidade.

Para iniciarmos o objetivo de nosso artigo que é a imigração boliviana na cidade de São Paulo, com foco na praça Kantuta, local que representa simbolicamente traços da identidade e cultura boliviana, localizada no bairro do Pari região norte da cidade de São Paulo, foi preciso recorrer aos *sites* especializados e a mídia jornalística. O local foi criado para que esses imigrantes tivessem representatividade cultural perante a sua própria comunidade e a comunidade brasileira, e, assim se faz necessário entendermos os mecanismos que contemplam esta feira, que é composta por moradores que em sua



maioria são imigrantes e que por identificação étnica preferem alocar-se em bairros em que estejam seus semelhantes.

Para que haja identificação de uma cultura e o pertencimento a um determinado país, o pesquisador Sidney Silva (2003) informa que um processo deve ser criado - o de inter-relação cultural entre os imigrantes bolivianos, nativos e demais povos que pertencem à cidade de São Paulo, neste sentido, a praça Kantuta é local de representação mimética da cultura boliviana na metrópole, por abarcar em sua criação uma diversidade de sabores, cores e simbolismo.

Para Silva (2003) entender as comemorações culturais de representação que ocorrem na praça, faz com que haja uma multiplicidade de relações, de trocas simbólicas, engendrando uma dinâmica particular ao processo de recriação cultural desses imigrantes. Entender o quanto estas práticas festivas, comemorativas e de convivência são importantes para estes imigrantes, que por meio delas procuram recriar sua identidade em um contexto de diferenciação e/ou estigmatização, faz com que a exclusão que ocorre por meio do preconceito seja visível apenas em momentos de livre concorrência em que demonstram sua agilidade com a venda de roupas que eles confeccionam nas oficinas de costuras espalhadas pela cidade de São Paulo, em casas de aluguel ou galpões.

As comemorações em datas festivas na praça, para essa comunidade ocorrem para identificar e demarcar o pertencimento e a construção/reconstrução de algo adormecido ou esquecido. Os símbolos que representam essa cultura tornam-se muito mais do que festejar, mas para semear, enraizar e proliferar a variedade cultural que esta comunidade demonstra em seu dia a dia, com rituais para divindades e agradecimentos com oferendas as nossas senhoras de *Pachamama* e *Urkupiña* em que demonstram sua cultura e profetizam sua fé, marcantes na identidade cultural andina.

O ser humano expressa sua experiência vivida no contato diário. As especificidades são complexas e possuem um caráter único. Generalizações, neste caso, devem ser feitas com critérios. Para compreender o que o ser humano faz, é necessário entender uma ação dentre várias outras e localizá-la, caracterizá-la. No estudo da cultura, a tarefa essencial da construção teórica não é codificar regularidades abstratas, mas tornar possíveis descrições minuciosas, não generalizar por meio dos casos, mas generalizar dentro deles, e por meio deles. Por mais complexas que sejam as identidades



culturais envolvidas por essa transição, haverá um momento em que ocorrerá a ruptura. Para isso, temos que analisar o sujeito como pensante e determinante em cada contexto sociocultural, ou seja, fundamental para contextualizarmos as práticas comemorativas e de encontros entre seus pares na praça.

O interesse específico em estudar os aspectos identitários culturais dos bolivianos em São Paulo, utilizando como ponto estratégico de representatividade os locais que os remetem a sua cultura, como foco do presente artigo, ocorreu a visita na Praça Kantuta, para compreendermos esse local de representação simbólica desses imigrantes na cidade. Com esse novo olhar, inserimos imagens que foram tiradas em duas visitas que fizemos à praça Kantuta, nos dias 20 de junho e 15 de agosto de 2016.

Trata-se, portanto, de um processo atual e dinâmico, pois o afluxo de imigrantes tem se mantido e apresenta novas configurações e desafios. Nesse sentido, apresentar um quadro que seja coerente e fiel à realidade vivida por este grupo não constitui uma tarefa fácil. Estudos de novos grupos de imigrantes revelam que na verdade o Brasil continua inserido na dinâmica das migrações internacionais e que a imigração não é uma realidade pretérita na história do país.

2. A identidade cultural boliviana na cidade de São Paulo

Quem parte leva consigo a saudade dos que ficam, sonhos de uma vida melhor, crenças e tradições que expressam um modo de ser diferente, próprio da cultura em que foi socializado. Entretanto, em um novo contexto, não é possível reproduzir todos os elementos culturais que poderiam se estivessem em seu país de origem.

Dessa forma, os imigrantes tentam recompor alguns traços de sua cultura na cidade de destino. Como em nosso caso de estudo na cidade de São Paulo, especificamente, a praça Kantuta como meio de ressignificação de suas práticas culturais explorando o contexto interétnico, neste sentido, trata-se de um grupo diferenciado nosso objeto de estudo, tanto socialmente quanto etnicamente e culturalmente (SILVA, 2006).

Alguns desses imigrantes residem na cidade há pelo menos 50 anos, outros há menos tempo, como é o caso dos que trabalham nas oficinas de costura. Esses últimos a chegar na cidade de São Paulo, de acordo com Silva (2006) geralmente, são imigrantes,



jovens e pouco qualificados e enfrentam uma série de dificuldades, entre elas a falta de documentação, a exploração da mão de obra, a solidão, entre outras. Entretanto, esses imigrantes enfrentam em maior ou menos grau a discriminação por ser boliviano oriundo de um país pobre, com raízes indígenas e frequentemente, relacionadas à produção de entorpecentes (XAVIER, 2010).

Ser cidadão de uma determinada nação é pertencer a uma cultura específica, um idioma, uma fronteira geográfica, a um conjunto diversificado, porém, narrados como únicos, de características que vão compor uma enunciação em torno de um estado e de uma nação. Neste sentido, o ser francês é aquele indivíduo que comunga com outros seres, vários discursos e narrativas que constroem uma instância significativa, histórica e um repositório de memória e expectativas que o integram a essa configuração espaço-temporal que se convencionou a chamar de país, nação, estado francês. O conceito de Estado-Nação é, portanto, fundamental, para a compreensão do sentido de pertencimento. Tanto político, como cultural. (ZANFORLIN, 2011).

Com a chegada da globalização que teve seu início na década de 1970, fez com que esse mecanismo ditasse um único modelo de civilização e de desenvolvimento que é proposto como meta para todos os povos e terras, independentemente de qualquer reflexão que leve em consideração relativismos econômicos, políticos, sociais e, sobretudo, culturais. Obviamente, esse discurso vem acompanhado do discurso político ou da argumentação cultural correspondente, a fim de que populações de todas as divisões nacionais, por intermédio de seus grupos dominantes, convença-os de uma forma ou de outra que ela, com seu atual conteúdo é o único horizonte dos povos do planeta. Com isso, todas as culturas sofrem, tanto as receptoras quanto as que se deslocam em busca de melhores condições para suprir suas necessidades internas e externas.

Geertz (2008) recupera o conceito de Max Weber que esclarece que o homem é um ser amarrado em teias de significados que ele mesmo teceu. A cultura é, portanto, uma ciência interpretativa, em busca do significado. O comportamento é uma ação simbólica. O fluxo do comportamento (ação social) faz com que as formas culturais se articulem. O significado emerge do papel que desempenham, nesse sentido a cultura é pública porque o significado também o é. No estudo da cultura, os significantes não são



mais sintomas ou conjunto de sintomas, mas atos simbólicos e o objetivo não é a terapia, mas a análise do discurso social.

É por meio dos significados produzidos pelas representações que damos sentido à nossa experiência e aquilo que somos. Com isso, identificamos que toda transferência que se faça requer um local de partida e um local de chegada, que será permeado por uma trajetória e um meio de fazê-lo, envolvendo causas diversas que condicionam as escolhas desses imigrantes e/ou famílias que decidem mudar de país. Podemos inclusive sugerir que esses sistemas simbólicos que torne possível àquilo que somos e aquilo na qual podemos nos tornar.

A representação compreendida mediante um processo cultural, estabelece identidades individuais e coletivas e os sistemas simbólicos nos quais ela baseia-se, fornece possíveis respostas as questões: Quem eu sou? O que eu poderia ser? Quem eu quero ser? Os discursos e os sistemas de representações constroem os lugares a partir dos quais os indivíduos podem se posicionar e a partir dos quais podem falar (BAENINGER, 2012). As imigrações ocorrem de certa forma neste sentido, ou seja, são forçadas. Elas se constituem em dramas humanos em trânsito. De diferentes lugares do mundo e pelos mais diversos motivos, muitas pessoas individuais e em grupos deslocam-se para outras regiões e países em busca de sobrevivência, paz, melhores condições de trabalho e de vida, dignidade, enfim, partem com alguma esperança que possa lhes valer. Porém, na maioria das vezes a situação só se agrava.

De acordo com Sayad (1998) a comunicação intercultural se dá nos relacionamentos que esses imigrantes estabelecem. Com isso, identificam as dificuldades e facilidades na cidade e diante desta dificuldade surgem propostas que exploram cada vez mais a relação complexa que envolve a mudança, necessidade, desejo, afetividade, vínculos, expectativas, realidades e o local que escolheram para viver, ou seja, os motivos que o levaram para a escolha desta mudança são simbólicas, portanto, vai além de uma identidade cultural aplicada, mas de analisarmos o sujeito sociológico e o pós-moderno e quais contextos ocorrem esse enquadramento.

A convivência de diversas culturas no mesmo espaço implica tolerância mútua entre os cidadãos brasileiros e os imigrantes legais/ilegais. Porém, esta tolerância as diversidades, também, têm seus limites uma vez que estas pessoas sofrem preconceitos



dos mais diversos tipos, justamente por serem excluídas da sociedade que também ajudam a construir, criando símbolos culturais que ficam à margem.

Tais situações ameaçam diretamente a manutenção dos direitos humanos destes indivíduos, pois os mesmos, apesar de se encontrarem legalmente inseridos na comunidade, têm seus direitos humanos ameaçados justamente por serem estrangeiros. O fenômeno migratório pressupõe cada vez mais a presença do multiculturalismo e da interculturalidade (SILVA, 2005).

Hall (2005) também informa que a descentração dos indivíduos tanto de seu lugar no mundo social e cultural quanto de si mesmo, constitui uma ‘crise de identidade’, ou seja, esses processos de mudanças tomados em conjunto, representam um processo de transformação e nos leva a perguntar se não é a própria modernidade que está sendo transformada. Distinguem-se três concepções de identidades, de acordo com o autor.

O Sujeito do Iluminismo-baseado numa concepção de pessoa humana como um indivíduo totalmente centrado, unificado, e de ação cujo centro consistia num núcleo interior, que emergia deste o nascimento e ao longo de toda sua vida, permanecendo totalmente o mesmo. O Sujeito Sociológico- reflete a complexidade do mundo moderno e a consciência de que este núcleo moderno não era autônomo e autossuficiente, mas isto era formado na relação com outras pessoas importantes para ele. E o Sujeito pós-moderno - a identidade torna-se uma celebração móvel, formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam. Neste sentido, o nosso sujeito em destaque é o último uma vez que, sua identidade é mutável e transformada em cada cultura emergente.

Cada cultura tem suas próprias e distintivas formas de classificar o mundo. É pela construção de sistemas classificatórios que a cultura nos propicia os meios pelos quais podemos dar sentido ao mundo social e construir significados.

Silva (2006) destaca a estreita relação entre as concepções de cultura e identidade. Percebe-se que a noção de identidade também apresenta vieses distintos, podendo ser entendido como vinculação original de um indivíduo aos seus grupos (suas raízes), como resultado de um patrimônio genético (sua raça) ou como resultado de uma herança cultural (sua cultura).



O que na verdade, deve ser enfatizado em qualquer situação é a natureza social da identidade conforme Cuche (2002, p. 182)

A construção da identidade se faz no interior de contextos sociais que determinam a posição dos agentes e por isso mesmo orientam suas representações e suas escolhas. Além disso, a construção da identidade não é uma ilusão, pois é dotada de eficácia social, produzindo efeitos sociais reais.

As várias representações que estes imigrantes bolivianos vivenciam em seu dia a dia, demonstram o que Frans Boas citado por Cuche (2002) descreve como reconstruir as várias histórias que formam a história dos povos, e para comparar a vida social dos diferentes povos existentes na humanidade devemos entendê-lo por meio de suas raízes. Nem sempre a cultura local é superior a cultura imigrante.

Por meio destas explorações e observações que a praça Kantuta é local, simbolicamente conhecida pela sua inclusão e aceitação dos imigrantes por ser tratar de um território marcado por encontros e reencontros, local também que é, estrategicamente, conhecido por sua diversidade étnica de representação cultural, religiosa e com uma identidade forte, marcada pela resistência.

3. Praça kantuta - símbolo que representa a comunidade andina na cidade de São Paulo

A Praça Kantuta antes de ser oficializada pela prefeitura como um dos símbolos que representa a comunidade boliviana na cidade de São Paulo sofreu muitas transformações. Conhecida popularmente, entre os bolivianos, como um dos locais de encontro e reencontro entre os andinos na cidade. A praça tornou-se, de certa forma, local de representação das comunidades da América Latina no Brasil.

Para Alves (2002) anterior ao ano de 2004 a Praça Padre Bento era popularmente chamada de Praça do Pari, local que abriga a Igreja de Santo Antônio do Pari. Mas, foi oficializada com nome de Praça Kantuta em 2004. Neste local, na antiga Praça Padre Bento, segundo o autor (2002) era ofertado somente vagas de emprego nas confecções da cidade de São Paulo, ou seja, este território representado pela insegurança



e desemprego, uma vez que, naquela época, muitos imigrantes viviam em condição de ilegalidade na cidade de São Paulo.

Para prosseguirmos com o descrito nesse artigo, cabe entender o que significa ‘Kantuta’ que é o nome de “uma flor que nasce no altiplano andino de cor vermelha, verde e amarela, a mesma que colore a bandeira da Bolívia” (SILVA, 2006, p. 78). O nome, portanto, foi escolhido por representar o país e, por conseguinte a comunidade boliviana residente em São Paulo, de maneira que se possa reunir sem necessariamente, fazer menção às diversidades étnicas e culturais que formam a Bolívia (ZANFORLIN, 2012).

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o IPHAN (2009) divulgou a ficha de identificação de lugares, por meio do Inventário Nacional de Referências Culturais sobre o Bairro do Bom Retiro, o bem de nº 146, denominando a Feira Kantuta um bem cultural e segundo o instituto a feira teve início em frente à igreja Santo Antonio do Pari.

A ficha 50 de Identificação de Lugares do Inventário Nacional de Referências Culturais do IPHAN (2009) destaca a importância do aprofundamento de estudos para complementação da identificação ou para fins de registro ou tombamento por meio do reconhecimento das “relações de sociabilidade entre brasileiros e latino-americanos que ocorrem na Feira, seja por meio do comércio, dos serviços, das trocas culturais” (IPHAN, 2009, p. 07). A feira apresenta características únicas dentro da comunidade local a qual pertence, por ser espaço destinado à reunião dos imigrantes bolivianos em sua maioria, mas também de peruanos e de paraguaios, moradores da cidade de São Paulo. Essa característica foi descrita conforme a ficha de nº 50 do Inventário Nacional de Referências Culturais do IPHAN (2009).

Na formação estrutural da praça, os encontros ocorriam aos domingos à tarde. Ele reuniam-se para rever os amigos compatriotas, degustar comidas típicas, comprar produtos típicos e até conseguir um emprego.

A praça Kantuta, também é conhecida por sua diversidade cultural, uma vez que as danças oriundas da Bolívia têm representação significativa aos domingos. A nossa



senhora de *Pachamama*¹ (mãe terra) está presente em cada barraca de comida típica das várias cidades que compõem a Bolívia.

Em São Paulo, a primeira edição das celebrações para a *Pachamama*, foi realizada com poucas barracas na Praça do Pari em São Paulo, no ano de 1999. Neste dia, ocorre a cerimônia de abertura, com alguns representantes da comunidade boliviana na cidade de São Paulo. Concluída essa fase do cerimonial, o festival continua com a entrada do *Ekeko*² em pessoa, representado nos últimos anos pelo Dr. Rolando Panoso Téran, presidente da Sociedade Folclórica Boliviana o qual é acompanhado por um grupo de dançarinos. Dando seguimento à festa, o grupo folclórico apresenta algumas danças típicas, entre elas a *morenada*³, a *diablada*⁴, os *caporales*⁵, entre outros, tudo em homenagem ao Deus da abundância. A festa segue no decorrer do dia. (SILVA, 2003).

A praça Kantuta, além de ser um espaço de manifestação cultural é também local de vários encontros. Em que várias redes de comunicações e solidariedade são acionadas, pois por lá passam cerca de 3 mil pessoas todos os domingos (SILVA, 2003).

Na atualidade a administração da praça ficou a cargo da Associação Gastronômica Cultural e Folclórica Boliviana Padre Bento, que obtém subsídios pelos próprios feirantes. A regulamentação da praça ocorreu no dia 24 de setembro de 2004 (SILVA, 2005).

Alguns fatores demarcam este território carregado de significados e intensificam o processo de aceitação do outro como parte integrante das várias etnias que compõem a metrópole. O incômodo com a presença estrangeira e as manifestações de seus costumes e alguns rituais culturais, causam na população local estranhamento e preconceito, ainda

¹ Pachamama (do quéchua *Pacha*, "universo", "mundo", "tempo", "lugar", e *Mama*, "mãe"; "Mãe Terra") é a deidade máxima dos Andes, Bolivianos e Peruanos do noroeste argentino e do extremo norte do Chile. Vários autores consideram Pachamama como uma divindade relacionada com a terra, a fertilidade, a mãe, o feminino. ^[2] Pacha Mama é uma deusa que produz, que engendra. Segundo a tradição, sua morada está na Favela de Cerro Blanco (Nevado de Cachi), em cujo cume há um lago que rodeia uma ilha habitada por um touro de chifres dourados e salivantes que ao mugir, expela nuvens de tormenta pela boca.

² Um deus familiar Ayamara que simboliza a fecundidade, a alegria, a abundância e a prosperidade. O termo aymara "Alasita" significa "compra-me".

³ Dança típica que remonta a sátira escura é uma característica de algumas danças andinas, criado com o objetivo de crítica censura, e ridículo, neste caso, o sofrimento da população negra que atinge o platô.

⁴ Dança do Diabo mostra uma visão de mundo profundamente raízes no culto andino de "supay" mal do "Huari" deus das montanhas e o diabo da liturgia católica.

⁵ Caporales é uma dança tradicional da Bolívia originada no Departamento de La Paz, criada e apresentada ao público pela primeira vez em 1969 pelos irmãos Estrada que foram inspirados na Saya afro-boliviana caráter, uma dança que pertence à região de Yungas, na Bolívia.



mais quando esse outro carrega consigo marcas étnicas entremeadas por estereótipos e ignorâncias.

Dessa forma, a paisagem da Kantuta se apresenta como repositório de uma identidade emergente. E, que por sua vez deve ser lida pela chave da diferença, ou da alteridade? Como argumenta Canclini (2015). Ou é porosa aos contatos interculturais, não apenas em relação a cidade de São Paulo, mas inclusive a outras comunidades migrantes? (SILVA, 2005). O que é mais decisivo nesta perspectiva de Silva (2005) é a desigualdade social e as diferenças entre as culturais, que para ele geram estigmatização e exclusão do imigrante boliviano nas cidades que sobrevivem.

A pergunta lançada por Canclini (2015) é respondida pelo próprio autor da seguinte forma: “na medida em que a desigualdade socioeconômica lhes afigura imutável, alguns movimentos étnicos tendem a concentrar-se nas diferenças culturais ou até mesmo genéticas. “(...) Quem supõe que sua maior fortaleza reside nas diferenças culturais tende a absolutizá-las” (2005, p. 57).

As crianças bolivianas também têm seu espaço social na praça. Elas brincam com as outras crianças do bairro na brinquedoteca construída pelos próprios feirantes. “Percebemos que os filhos também carregam o preconceito dos adultos. Então, brincar junto é uma maneira de quebrar essas barreiras”, analisa assistente social Maria Vieira, que coordena a brinquedoteca e que concedeu entrevista ao *site* Bolívia Cultural e complementa “esse espaço funciona todos os domingos e buscam-se voluntários para brincar com as crianças”(BOLIVIAACULTURAL, 2016).

A feira da Kantuta e suas festas enquadram-se ao conceito dos “lugares de hospitalidade” definidos por Baptista (2008, p. 14). São locais que corroboram pela identificação das relações pessoais, pertencimento do grupo e os lugares de afirmação identitária.

A intervenção de grupos ativos de manifestações sociais imigrantes, foi providencial junto à prefeitura, levando os apelos da comunidade para encontrar um espaço próprio para esses encontros. De acordo com Zanfolin (2011, p. 33) um depoimento chamou a atenção em seu processo de construção da tese de doutoramento o de Dom Carlos “Não queremos que vocês não tenham mais onde se encontrar, mas queremos dar-lhes um espaço” que é presidente da associação cultural da Kantuta em depoimento outubro de 2009.



Outra experiência vivenciada na Kantuta, além das artes é a gastronomia. É preciso deixar que a curiosidade do viajante se sobreponha ao preconceito. A experiência gastronômica é obrigatória neste espaço, por exemplo, está logo à entrada da feira, na Rua Pedro Vicente o *anticucho*. “O *anticucho* é coração de boi no espeto, e o churrasquinho acompanha batata e molho de amendoim (*maní*)”. Se perguntam antes de comer, fazem uma careta e dizem não” (ZANFORLIN, 2011, p. 39).

Imagem 1 – Anticucho- coração de boi no espeto, e o churrasquinho acompanha batata e molho de amendoim (*maní*)



Fonte: (SILVA, 2003).

Bem menos exóticas são as *empanadas* e *salteñas* (as duas são o que chamamos de Calzones no Brasil), vendidas em mais de 10 barracas da Praça Kantuta.

A Saltenha (do espanhol *Salteña*) é um tipo de pastel assado originário da Bolívia em que se consome principalmente pela manhã, sendo vendida e consumida em praças e ruas da Bolívia. Com formato arredondado este produto se caracteriza por ser muito acessível: seu preço na Bolívia por unidade é de cerca de 0,40 centavos de dólar, mas podem-se encontrar também Saltenhas a 0,15 centavos, no Brasil varia entre 5 e 6 reais a unidade. Abaixo imagens das Empanadas e Saltenhas.



Imagem 2 - Empanadas



Fonte: (BOLIVIACULTURAL, 2014).

Imagem 3 – Salteña



Fonte: (SILVA, 2003).

Elas têm o cheiro matinal da capital boliviana. São assadas a todo instante e a procura é grande. De acordo com Zanforlin (2011) no fim da tarde o estoque da barraca de *don* Carlos Soto já tinha acabado. “As pessoas me perguntam qual é a melhor barraca e eu lhes digo que é preciso experimentar de cada uma para descobrir”, brinca. Uma dica vale para todas: coma-as com colher, para não manchar a roupa “repare como os bolivianos à sua volta fazem”.



Outro alimento bastante consumido na praça Kantuta é a sopa, entrada obrigatória a qualquer prato boliviano, que pode ser de legumes, verduras ou somente um caldo servido antes das refeições (ZANFORLIN, 2011).

Imagem 5 – Sopa boliviana – servida como entrada antes das refeições



Fonte: (BOLIVIA CULTURAL, 2014).

Outro alimento típico da culinária boliviana é o *api* (suco de milho roxo, que se bebe quente) (BOLIVIA CULTURAL, 2013). Essa bebida é muito consumida no café da tarde dos bolivianos que vivem sob temperaturas baixas, mas é tão saboroso que vai bem até em dias de calor. O acompanhamento ideal do *api* é o *buñuelo*, uma massa caseira frita (como a do pastel brasileiro, mas sem recheio, mais grossa e redonda). Ambos, caracterizados na imagem 04 e 05.



Imagem 4 - Api -suco de milho roxo, que se bebe quente



Fonte: (BOLIVIACULTURAL, 2014).

Imagem 6 - Buñuelos bolivianos (Rosquinhas)



Fonte: (BOLIVIACULTURAL, 2014).

Duas mil pessoas visitam a Kantuta a cada domingo, e cerca de 90% delas são bolivianos, entre nativos e descendentes (CAMARGO, 2006). Eles vêm aqui para se encontrar-se, divertirem-se e viver um pouco dos costumes de seu país, mas é cada vez mais comum encontrar entre as barracas, paulistanos curiosos em conhecer melhor essa cultura, entender sua gastronomia e conviver com o diferente. Outras etnias também



estão conhecendo melhor a praça, uma vez que é possível observar que elas estão praticamente todos os domingos na Kantuta.

Algumas tendas coloridas que compõe a paisagem da Praça, são compostas também por objetos musicais, vasos e potes. Há muitas variações da típica flauta de *pã* boliviana, que é tocada por grupos folclóricos. Há vários deles (alguns até com 300 bailarinos acompanhando) que se apresentam na Kantuta nas datas importantes da Bolívia, como a Festa das Alacitas em 24 de janeiro, e o Carnaval comemorado na mesma época em que o brasileiro (SILVA, 2003).

Imagem 7 – Flautas de pã



Fonte: (BOLIVIA CULTURAL, 2014).

Algumas datas comemorativas no Brasil também são semelhantes as dos imigrantes, como por exemplo: o dia das mães e o das crianças. Outra grande festa comemorada, em agosto de cada ano é quando são celebrados os anos de Independência da Bolívia. Nesta época a comunidade boliviana reúne-se na praça para se deleitar com essa conquista.

Carlos Soto, um dos fundadores da praça Padre Bento, quer transformar todos os domingos da feira em festa. “Vamos trazer grupos folclóricos para dançar ou tocar toda semana”. Ele aposta na Kantuta como um ótimo programa de domingo para estrangeiros, além de poder, talvez, mudar a visão negativa que se tem sobre os



bolivianos no Brasil. “Antes, éramos traficantes internacionais de drogas, hoje somos escravos nas confecções do Bom Retiro. Ninguém conhece nossa cultura, nem sabe que tem muitos médicos bolivianos”, por exemplo, que trabalham em hospitais brasileiros e complementa “estamos sempre trabalhando para os outros” (ZANFORLIN, 2011, p. 102).

Imagem 8 – Praça Kantuta aos domingos – visão geral



Fonte: (SANTOS, 2016).

Segundo Zanforlin (2011) a Kantuta que é o principal ponto de encontro da comunidade boliviana aos domingos na cidade de São Paulo, festejou seu 14º ano de instituição jurídica em 2016, porém, o *site* informa que a associação atua a pelo menos 18 anos na cidade de São Paulo. Neste dia, 06 de agosto, também ocorre a procissão das Imagens de nossa senhora de Copacabana e nossa senhora de Urkupiña em homenagem a cidade de La Paz que festeja os 270 anos do 1º grito libertário das américas.



Imagem 9 – Nossa senhora de Copacabana e Urkupiña



Fonte: (SANTOS, 2016).

O artesanato é símbolo que representa quase todos os imigrantes bolivianos na praça Kantuta. E sua variedade de cores, modelos e tamanhos, ficam espalhados pelas várias barracas que compõe esse cenário. Representados na imagem 10 e 11.

Imagem 10 – Artesanato boliviano vendidos na praça kantuta



Fonte: (SANTOS, 2016).

Imagem 11 – Descrição em miniatura que representa a mulher imigrante boliviana – material em borracha



Fonte: (SANTOS, 2016).

A variedade gastronômica do povo andino também identifica a diversidade que contempla a Bolívia.

Imagem 12 – Condimentos alimentícios bolivianos vendidos na praça Kantuta aos domingos



Fonte: (BOLIVIACULTURAL, 2014).



4. Considerações Finais

Apesar da mescla de elementos de várias culturas, das diferentes formas de apropriação, combinação e transformação de elementos simbólicos, ainda subsistem os movimentos de afirmação do local.

A cidade tornou-se para muitos imigrantes bolivianos, um dos principais destinos de recomeço no Brasil. A megalópole continua representando para eles a possibilidade de mobilidade social, ou seja, para aqueles menos qualificados, os quais se inserem no concorrido setor da costura, ou para os mais qualificados como é o caso dos profissionais liberais, entre eles, médicos, dentistas, engenheiros, técnicos entre outros, é o alcance da ascensão tão sonhada.

Para que possamos entender a representatividade de uma cultura imigrante ao se instalar em um país e com isso, conseguir unir elementos que representam e que façam desenvolver sua identidade cultural na cidade em que reside é fator preponderante para sua sobrevivência.

Com essa observação, destacamos a necessidade de ampliação do foco sobre o tema da imigração contemporânea, para novos elementos que se somam para além de uma visão dividida e simplificada da relação entre a migração e o pertencimento.

A diversidade dos relacionamentos que eles estabelecem identificam as dificuldades e facilidades de adaptações na cidade, diante desta perspectiva a proposta foi perceber a relação cada vez mais complexa que envolve mudança, necessidade, desejo, afetividade, vínculos, expectativas, realidades e o local que escolheram para viver, ou seja, os motivos que levam esse imigrante para a mudança territorial e para se estabelecerem em outro país.

Hibridizar não significa subjugar o local ao global. Mas, com o movimento migratório, principalmente nas grandes cidades, desenvolvem-se, também, diferentes maneiras de apropriação dos territórios, combinando-os e transformando-os. Neste sentido, o nosso objeto de estudo que é a praça Kantuta, aliada aos vários elementos simbólicos que se constituem recriaram um território de pertencimento e valorização dos imigrantes, que se sentem excluídos por se sentirem diferentes. Um sujeito que quer ser representado, não perdendo sua identidade e para que essa distância, entre o país receptor e o país de origem tenha o menor resquício possível.



Os bolivianos que vivem no Brasil, cada qual, com suas lentes, ao se depararem com o cotidiano paulistano fazem suas interpretações e reinterpretações dos novos caminhos que se moldam em suas vidas. Sobreviver em outro país implica construir e reconstruir representações sociais e se adaptar aos novos processos existentes na nova sociedade.

Referências

BAENINGER, Rosana (Org.). **Imigração Boliviana no Brasil**. Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo/Unicamp; Fapesp; CNPq; Unfpa, 2012.

BRASIL-BOLÍVIA. **Kantuta é um pedaço da Bolívia na capital paulista**. São Paulo: Brasil Bolívia, s. d. Disponível em: <http://www.brasilbolivia.com.br/praca_kantuta_br.htm>. Acesso em: 15 de mar de 2016.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. (trad.) Ana Regina Lessa e Heloísa Pezza Cintrão. 4.ed., 7 reimp. São Paulo: EDUSP, 2015.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. (Trad. Viviane Ribeiro). 2. ed. Bauru: EDUSC, 2002.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das Culturas**. Zahar: Rio de Janeiro, 2008.
HALL, Stuart. **Da Diáspora: Identidades e mediações culturais**. (Org.) Liv Sovik. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2005.

_____. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guaracira Lopes Louro. 10.ed., Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

IPHAN. **Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional** (2009). Disponível em:
<http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/MesProfPat_PraticasReflexoes_5_m.pdf>. Acesso em: 10 out. 2016.

LUCENA, Célia Toledo; GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de (Orgs). **Discutindo identidades**. Humanitas/CERU: São Paulo, 2006.

MIRANDA, Angelina. **Há 57 anos no Brasil, boliviana é um baú de histórias**. Disponível em: < <http://www.boliviacultural.com.br/port/artigo/ha-57-anos-no-brasil-boliviana-e-um-bau-de-historias>> Acesso em: 14 de out. de 2016.

SAYAD, A. **A imigração ou os paradoxos da Alteridade**. Edusp: São Paulo, 1998.
SANTOS, Rosineia Oliveira dos. **Imigração na cidade de São Paulo: construção e desconstrução da identidade cultural boliviana**. (dissertação de mestrado). 139f. Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas. Universidade Santo Amaro, 2017.



SILVA, Sidney Antônio da. **Festejando a Virgem/Mãe/Terra numa pátria estrangeira**: devoções marianas num contexto de permanências e mudanças culturais entre os imigrantes bolivianos em São Paulo. 326 f. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo. 2002.

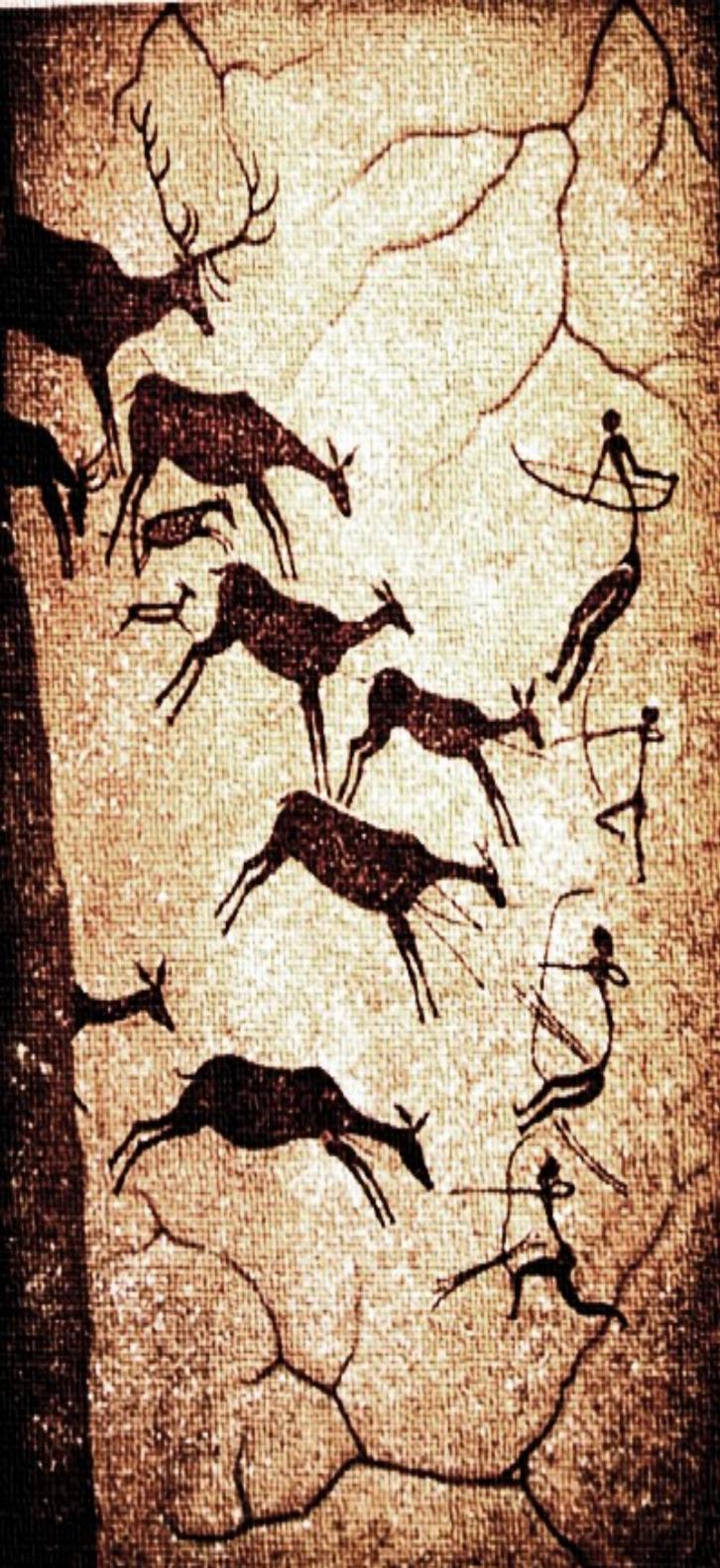
_____. **Virgem/Mãe/Terra**: festas e tradições bolivianas na metrópole. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2003.

_____. **Imigrantes no Brasil**: Bolivianos, a presença da cultura andina. São Paulo: Companhia Editora nacional, 2005.

ZANFOLIN, Sofia Cavalcanti. **Etnicidade, migração e comunicação**: etnopaisagens transculturais e negociação de pertencimentos. 2011 (tese de doutorado) Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) Departamento Comunicação e cultura. 186f. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em:
<http://www.pos.eco.ufrj.br/site/teses_dissertacoes_interna.php?tease=6> Acesso em: 15 de dez. de 2016.

Submetido em: 23/02/2017. Aprovado em 20/10/2017.





PERCEPÇÕES DE VIDA E DE MORTE NA PRÁTICA DOS BENZIMENTOS: ALTERIDADE, SIGNIFICADOS E IMAGINÁRIOS DAS RELAÇÕES DE CURA

Juliani Borchartt da Silva*
Ronaldo Bernardino Colvero**

Resumo: *Os benzimentos possuem distintas significações diante dos grupos sociais onde estão inseridos, em especial para aqueles que os praticam lhe atribuindo significados. Estes, por exemplo, vão além de uma simples tentativa de cura física, pois de forma cultural produzem elementos que são compartilhados e apropriados em vários campos, sendo os sentidos atribuídos à cura e conseqüentemente suas percepções à vida e morte elementos cotidianos e mercantes no ofício do benzedor. Através da oralidade, tais ideias são compartilhadas no grupo social do qual estes sujeitos fazem parte, sendo esta, uma das maneiras pelas quais ocorre a legitimação e a difusão da prática do benzedor, que nas narrativas se constitui como indivíduo portador de uma identidade peculiar perante a comunidade que o acolhe, bem como, o reconhece como referência de poder diante da cura, da vida e da morte, haja vista que neles depositam confiança e fé, constituindo e fortalecendo as relações e significados destes sujeitos num contexto transmitido e recriado permanentemente na cultura e na memória. As narrativas produzidas por estes agentes foram essenciais no estudo e entendimento desta prática, sendo o único subsídio para sua análise e compreensão nos dias atuais.*

Palavras-chave: Benzimentos. Imaginários. Oralidade.

Abstract: *The blessings have different meanings before the social groups where they are inserted in, especially for those who practice them, assigning meanings to them. These, for example, go beyond a simple attempt at physical healing, because in a cultural way they produce elements that are shared and appropriated in various fields, the senses being attributed to healing and consequently their perceptions of life and death daily and merchant elements in the craft of the blesser. Through orality, these ideas are shared in the social group of which these subjects are part of, and this is one of the ways in which legitimation and diffusion of the practice of the blesser occurs, which in the narratives*

* Doutoranda em Memória Social e Patrimônio Cultural,
Universidade Federal de Pelotas (UFPEL).
E-mail: juossette@hotmail.com

**Doutor em História das Sociedades Ibéricas e
Americanas - PUC - Porto Alegre – RS. Professor do
Programa de Pós-Graduação em Memória Social e
Patrimônio cultural (UFPEL).
DOI: 10.19177/memorare.v4e32017232-252



REVISTA
MEMORARE


www.portaldeperiodicos.unisul.br
ISSN 2358-0593

Revista Memorare, Tubarão, v. 4, n. 3 esp. dossiê Marcas da Memória: direitos humanos, justiça de transição e anistia, p. 1-300 set./dez. 2017. ISSN: 2358-0593

constitutes as an individual with a peculiar identity before the community that accept it, as well as recognizes it as a reference for power before the healing, life and death, given that in them they place trust and faith, constituting and strengthening the relations and meanings of these subjects in a context transmitted and recreated permanently in the culture and memory. The narratives produced by these agents were essential in the study and understanding of this practice being the only subsidy for its analysis and understanding today.

Keywords: Blessings. Imaginary. Orality

1. Introdução

Ao se falar da prática dos benzimentos, torna-se inevitável relacioná-la com a necessidade de cura de algum problema de saúde daqueles indivíduos que vislumbram na figura do benzedor o canal para a solução das mais variadas moléstias, de simples resfriados até doenças complexas e graves, sendo as motivações para esta procura plurais e determinadas pelas características culturais, simbólicas, de saúde, de fé e religiosas dos sujeitos que constituem significados e discursos diante destas situações.

É importante ressaltarmos que apesar de todo o conhecimento científico e tecnológico desenvolvido pelo homem, especialmente nos últimos dois séculos, para ainda sobre a humanidade o desconhecimento total sobre as origens e os sentidos da vida bem como o controle sobre a morte, pensamento e prática que, provavelmente, permeia cotidianamente as relações e o imaginário de todos os indivíduos existentes no mundo: Quem sou? De onde vim? Para onde vou?

Perguntas estas que não são fáceis de serem respondidas tecnicamente, são por outro lado fonte de discurso, de alteridade e cultura para sujeitos que acreditam e atribuem sentidos e justificativas diferentes para situações que envolvem a respectiva temática.

Buscou-se ao longo do presente artigo, através de pesquisa bibliográfica e entrevistas junto a benzedores, percepções que direcionem seus aspectos de imaginário e significações nas relações de cura em seu ofício de benzer, onde os mesmos constroem marcas de alteridade em sua prática, seja pelos sentidos atribuídos, seja pela manutenção de uma tradição em si que se mantém pela consolidação destas diferenças, criadas e compartilhadas através da oralidade.

2. Desenvolvimento

A tentativa de justificar as origens e os destinos dos homens não é recente, tampouco pode ser considerada única em suas possibilidades de discursos e interpretações, podendo estas ser tanto de ordem biológica quanto religiosa. Esta última provavelmente oferece as mais variadas possibilidades de interpretações, justamente pela quantidade de produção simbólica e (porque não cultural) produzida neste campo.



Desta maneira, as distintas igrejas e suas variadas denominações abarcam segmentos e públicos que contemplam discursos e teorias sobre o sentido da vida e da morte, sendo provavelmente impossível atualmente uma única instituição que contemple todas as percepções e mentalidades sobre este tema, dando margens assim para uma pluralidade de interpretações, discursos e entidades que buscam se alçarem como os conhecedores e transmissores da verdade neste quesito, o que gera conflitos de territórios e principalmente entre estes discursos que almejam se legitimarem como verdadeiros em meio a esta multiplicidade ideológica.

Em relação às instituições religiosas, Camargo ressalta que:

Por isso toda religião deve ser vista como um instrumento para o homem explicitar o seu encontro interior com Deus, manifestando a experiência desta realidade e a fortificando; a fé brota de dentro para fora, de uma convicção de valores espirituais; ela não pode uma imposição exterior de atos que não signifiquem nada para quem os pratica. Mesmo o aspecto social das religiões não representa um mero aglomerado de pessoas ignorantes e inconscientes, mas deve ser a reunião de quem participa em atos que sua inteligência considera razoáveis, que sua vontade decidiu praticar e que foram impulsionados (...). (1991, p. 59)

Para o autor, a união destes sujeitos representa uma sinergia de ideias e pensamentos que não surgem aleatoriamente, porém são reflexo de uma experiência e realidade vivida e compartilhada, que de forma social dá sentido às manifestações por eles produzidas, reproduzidas e consolidadas como importantes em suas vidas. Não se trata de algo ingênuo ou inconsciente, mas sim reflexo de uma vontade impulsionada e fortificada por valores de fé e pelo desejo manifestado de fazer parte daquele grupo. É preciso, porém, vislumbrar estes espaços como um ambiente de discursos e ideias compartilhadas por determinado coletivo, que vislumbram das mesmas percepções que foram produzidas socialmente de forma intencional e, dentro de um contexto social, reproduzidas, onde estes mesmos sujeitos ora se adaptam e aderem à estas instituições e suas regras, ora se afastam, dependendo de seus interesses identitários naquele momento.

Dastur (1942, pgs. 09-10) afirma que o homem por si só já é um ser destinado para a morte desde o seu nascimento e que, por mais que possua a consciência deste fato, não o controla, apesar das enormes tentativas de fazê-lo, este ato foge de sua



capacidade de gerência e de controle. Lembra ainda o aspecto ambíguo da temática, onde não se poderia falar em vida sem também falar em morte, pois ambos estão diretamente relacionados, onde só através da consciência da morte que os indivíduos possuem consciência plena de suas vidas. Essa associação pode estar condicionada igualmente ao fato de onde alguns visualizam o fim com a morte, outros enxergam vida e recomeço, sendo estas concepções culturais que também permeiam as mentalidades de cada sujeito, que dentro do seu grupo vai produzindo simbolicamente as respostas que se enquadram às suas necessidades naquele momento. Neste sentido Torres leciona ainda que

(...) O conhecimento da morte é reflexivo e conceitual e, enquanto outros animais são poupados dele, o homem convive a vida inteira com o destino da morte. Ele tem consciência de sua própria originalidade por sobressair na natureza com imponente majestade; e ao mesmo tempo tem consciência de que um dia estará sob alguns palmos de terra para apodrecer e desaparecer. Este é o apavorante dilema com o qual tem que conviver. (1983, p. 04)

Seria possível supor que, possuindo a consciência de sua morte, o homem tomasse a iniciativa de algumas ações a fim de conviver com tal realidade: 1) tentar compreender sua vida e conviver com a ideia que é um ser finito; 2) tentar criar elementos que marcassem sua existência; 3) tentar retardar ao máximo a sua morte através de formas de prevenção e de cura que variam desde a medicina científica até formas alternativas e de religião, por exemplo. Tais considerações fazem supor que o homem desenvolva elementos com os quais possa conviver com a consciência de que é um ser que possui sua existência marcada por uma brevidade temporal a qual, por ser considerada curta, também pode ser completamente ignorada pelos sujeitos, que a desconsideram, deixando a vida simplesmente “acontecer”, bem como seus fluxos e desfechos, como a morte.

Já para aqueles que buscam respostas ou simplesmente ajuda neste sentido, a figura do benzedor aparece como alternativa acessível aos indivíduos que precisam de apoio. Essa necessidade pode estar relacionada também a um desengano médico ou a falta de acesso aos serviços de saúde; às crenças e percepções espirituais ou como uma alternativa para a cura através de elementos simbólicos de fé, tendo em vista que os sujeitos podem acessar tantos recursos médicos quando simbólicos e religiosos para a mesma doença. Esta procura dupla é reflexo de uma realidade social, que se transforma



em cultura popular, que atribui muitos elementos imaginários nas justificativas, causas e soluções dos problemas, principalmente das comunidades tradicionalmente menos favorecidas e sem acesso a médicos, as quais resolviam historicamente tais demandas através de sujeitos que se colocavam diante do restante da comunidade justamente com esta finalidade. Silva (2014) complementa esta ideia afirmando que:

Os benzimentos manifestados, ritualizados e encenados pelos seus praticantes não são apenas representações de pessoas que se colocam de forma ingênua e indefesa perante o seu público. Expressam justamente um contexto de significados e ligações do meio onde vivem, de suas influências e percepções numa tradição inventada e constituída como meio de vida e poder perante outros grupos da sociedade. Constituem ao mesmo tempo uma resistência cultural a concepções de religião e medicina impostas na sociedade ao longo dos séculos como verdadeiras e melhores, as quais não consideravam as peculiaridades, saberes e pensamentos da população. (2014, p. 21)

Reflexo do local onde estão inseridos, os benzedores trazem em sua prática as percepções desta comunidade em sua liturgia criada, sendo uma resposta às imposições de um sistema religioso oficial e de uma medicina que exclui sentidos atribuídos às doenças e seus aspectos culturais e de prática, fazendo com que estes sujeitos não se identifiquem inteiramente com este sistema, vislumbrando na figura do benzedor o reconhecimento de sua própria identidade através do vocabulário e do contexto manifestados na prática religiosa e de cura simbólica. Alves (*apud* Valle e Queiróz, 1984) reafirma isso ao dizer ainda que

Fenômenos culturais, entretanto, não crescem no vazio. Eles são tentativas de interpretar e resolver problemas concretamente vividos. Por detrás da opção popular pela “cura divina” se encontra o desespero quanto à cura humana: a inacessibilidade dos agentes de saúde, o alto custo dos serviços médicos e dos medicamentos, as barreiras burocráticas que se interpõem entre o doente e a cura. (1984, p.116)

As motivações que levam a estas práticas religiosas e de cura são ambíguas e também exercitadas conforme a vontade dos indivíduos, algo característico dos benzimentos, onde a liberdade de procura e possível retorno não é algo aparentemente cobrado e vigiado conforme praticam igrejas tradicionais, onde a vigia da fé é algo mais frequente tanto por parte do representante da igreja quanto dos demais membros da



comunidade religiosa. Esta situação parece ser diferente na relação junto ao benzedor, que se torna mais caseira e informal no momento em que o sujeito procura o benzedor quando precisa, não tendo exatamente hora, dia e liturgia pré-determinada, dando sim autonomia de atuação tanto ao benzedor quanto ao sujeito benzido, que irão compartilhar das mesmas concepções de fé e de cura naquele momento. Como bem lembrou o autor, tais fenômenos não crescem no vazio e são resultado de inúmeros processos culturais produzidos e influenciados pelos sujeitos que motivados por diversos fatores criam e desenvolvem práticas, discursos, alternativas e mecanismos de viver e sobreviver a determinadas realidades, sendo estas, acrescentaria eu, compartilhadas socialmente ao longo do tempo, sofrendo igualmente influências e transformações conforme novas demandas e necessidades surjam à realidade destes indivíduos.

Podemos supor ainda, que a busca pela figura do benzedor também esteja relacionada a respostas e opções que a igreja e a medicina não ofereçam no sentido de vida (saúde) e morte. Neste aspecto, as narrativas compartilhadas pelos benzedores podem auxiliar no entendimento que estes possuem sobre a temática da cura, da vida e da morte em casos que para eles pareciam difíceis ou incuráveis e que através das histórias contadas se tornam o mecanismo mais plausível e legitimador da prática numa sociedade que acredita e compartilha destes significados. É importante ressaltar que a oralidade, num ofício popular e imaterial, é o seu território de existência, atuação e compartilhamento, sendo no caso dos benzimentos, acompanhada de acessórios que variam conforme a crença de cada benzedor: ramos verdes, copo de água, tesoura, imagens de santos, fotografias, brasa, machado e demais objetos geralmente relacionados ao meio doméstico, familiar ou de um catolicismo popular. Quando isso ocorre, há um suporte dos saberes na materialidade, como se a fé se corporificasse em determinados objetos, os quais ganham sentidos diferentes de seu uso original, servindo como suporte e canal para a fé e conseqüentemente para a cura almejada.

Esta oralidade, nos dias atuais, reflete não o passado destes sujeitos, mas sim a tentativa de construção de uma identidade através de suas memórias, organizada e construída através da seleção dos fatos e discursos selecionados como marcadores e legitimadores de seu ofício como benzedor. As entrevistas foram realizadas junto a



benzedores no município de São Miguel das Missões - RS¹, e tentou-se coletar distintas percepções de vida, de morte, de cura e de relacionamentos entre estes sujeitos nesta localidade, bem como analisar ao longo das narrativas onde esta temática aparece de forma subliminar ou indireta, suas intenções, relações e possíveis significados a partir do local de fala e dos interesses destes sujeitos.

Entrevistando Alzira, selecionaram-se os seguintes fragmentos sobre esta temática:

Juliani: A senhora poderia me contar algum caso de alguém que tenha se curado?

*Alzira*²: Tenho e apresento a pessoa que posso te trazer aqui a próxima vez que tu vier pra fazer uma entrevista com ele. Tem bastante gente, não é só um. Tem um senhor, o nome dele é Valdomiro, lá da Colônia Vitória, estava no hospital acamado e o doutor apartou ele dizendo que estava com meningite e tinha uma vala na cabeça dele. A esposa dele veio aqui e eu curei ele em 2 dias. Meningite não é qualquer um que cura, só benzedor mesmo, doutor não cura. Tinha outra senhora com um filho doente que era mãe daquele rapaz que tem aquele turismo ali, o Valter, daí ela veio aqui pra eu benzer uma roupa, ele era doente. Eu benzi a roupa, ela botou nele e quando foi de tarde ele vomitou tipo um papo de galinha. Ela botou a camisa no tanque com sal, no outro dia não amanheceu nada, só a camiseta, e ele sarou. Muitas outras histórias, de ferida, cobreiro, dor de cabeça, pasmo que entorta a boca. O Pilau foi um que eu curei ele. O Pilau da casa das tintas. Criança em quantia também. Picada de cobra e aranha, cobreiro em quantia tem gente que se cura. Todas essas crianças que estão aqui já foram curadas. Eles vem sempre, se benzem, curam, dormem bem, não choram mais e no outro dia a mãe traz de novo, sempre, sempre. Eles dizem ‘nós vamos lá na Dona Alzira e ficamos bom’. (2013)

A narrativa de Alzira é marcante em vários aspectos. Como prática de uma cultura popular alicerçada na imaterialidade, as histórias são fundamentais na manutenção do saber-fazer do benzedor. É na palavra que esse sujeito se constrói e se reconstrói conforme as necessidades de sua realidade bem como de seu “ouvinte” no momento da escuta. Neste sentido, é fundamental que através da narrativa se delimite o

¹São Miguel das Missões possui suas origens no antigo povoado de São Miguel Arcanjo, datado de 1687, tendo como possível fundador o Padre Jesuíta Cristóvão de Mendonza. Compôs um dos sete povoados construídos no que hoje é Brasil durante o segundo ciclo missionário. É sabido que a religião foi um dos principais meios para o desenvolvimento das Missões durante este período e a fusão cultural entre europeu e nativo resulta na experiência das Missões, origem da formação do que hoje é território do Rio Grande do Sul. Localizada no noroeste do Estado, possui atualmente 7.742 habitantes (segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Senso 2010), é detentora do único Patrimônio Cultural da Humanidade no sul do Brasil declarado pela UNESCO em 1983, o Sítio Arqueológico da Redução de São Miguel Arcanjo.

² Entrevista concedida em 21 de julho de 2013 na cidade de São Miguel das Missões-RS.



espaço de atuação e o território do benzedor, afim de que se compreenda o universo e intenções do discurso e dos fatos relatados. É sabido que quando uma narrativa é compartilhada em forma de depoimento, a possibilidade de apresentar o sujeito que participou do fato como prova do que se está falando é a garantia da verdade daquilo que se conta. Alzira inicia sua fala afirmando que é capaz de chamar presencialmente o indivíduo que curou, bem como apresenta os nomes dos mesmos, sendo esta uma afirmação que visa à comprovação e legitimação de tudo que ela virá a falar ao longo de sua entrevista, conforme afirma Ricoeur ao citar que:

A autodesignação se inscreve numa troca que instaura uma situação dialogal. É diante de alguém que a testemunha atesta a realidade de uma cena à qual diz ter assistido, eventualmente como autor ou como vítima, mas, no momento do testemunho, na posição de um terceiro com relação a todos os protagonistas da ação. Essa estrutura dialogal do testemunho ressalta de imediato sua dimensão fiduciária: a testemunha pede que lhe dêem crédito. Ela não se limita em dizer: “Eu estava lá”, ela acrescenta “Acreditem em mim”. (2007, p. 173)

Neste sentido, o pedido de crédito é sempre o elemento que baseia os fatos contatos pelos benzedores, os quais geralmente já são carregados de sobrenaturalidade, numa mescla de fatos e elementos factuais com fantasia, formando histórias e narrativas que darão sentido a existência deste ofício no cotidiano destes sujeitos. O crédito dado aos fatos contatos é tão valorizado que necessita ser compartilhado e reproduzido junto à outras pessoas, formando assim um clima destas narrativas que também passam a ser reelaboradas e reinventadas por cada sujeito que a compartilha, podendo acrescentar ou retirar elementos conforme sua memória no momento do compartilhamento. O que de fato marca é que a identidade da figura do benzedor, quando estas narrativas são positivas, vai sendo constituída e forjada de forma coletiva por toda essa transmissão oral produzida socialmente e marcada assim no imaginário dos sujeitos que nela vivem.

Analisando ainda a fala da entrevistada, quando a mesma diz que meningite não é “qualquer um que cura, só benzedor”, ela está delimitando o espaço de atuação de cada sujeito, onde exercem o trabalho do médico, dos bons e dos benzedores considerados mais “fracos” e incapazes de curar casos mais complexos. Essas marcações são fundamentais para que a imagem do benzedor se constitua diante da comunidade e desse “outro” que a escuta. Neste aspecto, escutar apenas não basta, é



preciso compartilhar deste pensamento, acreditando assim que apenas um benzedor é capaz de curar determinadas doenças. Cabe ressaltar também que todo campo memorial e simbólico é um espaço de litígio e disputa, claramente o que transparece nesta narrativa, sendo da entrevistada perante outros benzedores, seja dela para com a classe médica.

Outro aspecto que comumente surge são os casos extraordinários que justificam a cura de determinados sujeitos através do benzimento. Quando Alzira narra que benzeu através das roupas de um terceiro indivíduo, traduz assim uma espécie de força e poder em suas técnicas de cura e que através delas o benzido teria vomitado algo estranho, tendo na sequência obtido a cura. Percebe-se que neste caso o diagnóstico não é preciso, tampouco o que o jovem teria vomitado, sendo a narrativa confusa na precisão dos motivos que levaram à doença do sujeito. Isso na realidade pouco interessa neste tipo de caso, sendo a mística do suspense e do desconhecido o que define parte da relação entre sujeito benzido e benzedor, devendo assim o discurso criado estar lógico e “explicável” apenas para ambos. A própria fé e a mística de qualquer religião é algo que para seu praticante se torna inexplicável a uma lógica racional, cabendo apenas a algo “superior” a solução do problema, sendo neste caso o benzedor apenas o intermediário entre os homens comuns e Deus.

Uma analogia, neste sentido, seria o próprio conhecimento e saberes que um médico de formação acadêmica possui. Toda sua bagagem de saberes não é compartilhada ao paciente no momento de uma consulta ou de uma cirurgia. O que interessa é o resultado, ou seja: a cura. Neste sentido, o benzedor também cria o seu universo de significados, códigos, expressões e vocabulários, os quais lhe são próprios e peculiares, manifestando apenas a quem lhe convém. Outro elemento interessante que aparece na narrativa de Alzira é a relação coletiva e familiar que se estabelece com o benzimento, sendo geralmente o “outro” quem leva o sujeito necessitado a se benzer: seja o amigo, mãe ou alguém do meio familiar. Este impulso faz com que a prática se reproduza coletivamente num processo de compartilhamento das percepções, códigos e memórias dos sujeitos que são referências deste ofício na comunidade, criando assim relações de alteridade que irão marcar as diferenças de espaço, saberes e memórias dos indivíduos envolvidos na prática de benzer, seja ele benzedor, benzido ou restante da comunidade a qual também marcará e será marcada neste processo. A alteridade é aqui



entendida como o processo de reforço das identidades construídas através das relações entre os sujeitos e suas respectivas diferenças.

Já em sua narrativa, o benzedor Aureliano José Jardim expõe as seguintes situações por ele vividas e rememoradas durante entrevista:

*Aureliano*³: (...) deixa eu te contar, eu com 35 anos fiquei mau, fui pra Santa Maria, Porto Alegre e os doutor examinava e dizia que não tinha nada e eu dizia que estava mal, pra morrer, que o mundo e os pensamento vão me terminar, eu tô mal e os médico dizia que não tinha nada. Daí eu saí, cheguei lá no mercadinho e um homem me disse “pega essa homem e mede sete palmo, o lugar dele é sete palmo”, daí eu pensei comigo “é a sepultura”. Daí logo que eu saí assim, encontrei uma mulher morena, de olhos tristes e veio caminhando no meu costado e numa altura olhou e disse “meu filho que está no céu e na terra, eu te peço de coração, dê vida longa a esse filho aqui na terra” e daí no outro dia eu comecei a melhorar, desapareceu tudo e é por isso que sou devoto dela. Esse problema aconteceu dentro de mim vizinha. (2013)

Na narrativa, Aureliano expõe um episódio em que se encontrava entre a vida e a morte e, já desenganado pelos médicos foi salvo através de uma intervenção divina de uma mulher que para ele seria Nossa Senhora Aparecida, a qual é devoto até os dias atuais em virtude deste episódio. Elementos de morte como “sete palmo” e “sepultura” são superados através de uma força vinda do céu que traria vida e saúde para ele, o qual consequentemente passou a ser seu seguidor devoto após transpor a quase morte. É evidente na narrativa que não fica exposto a época em que os fatos ocorreram, nem em que local exato ele se encontrava no momento da aparição de Nossa Senhora, tampouco a doença que quase o fez padecer. Como dito anteriormente, tais fatos neste contexto são irrelevantes para o narrador, onde sua fé, a superação da morte, o marco de vida em sua história, são os elementos mais significativos de sua memória transmitidos através destes trechos narrados, sendo estes a serem “captados” pelo ouvinte, e não dados como datas. Esta é a mensagem que seu Aureliano, indiretamente, tenta repassar quando conta e exalta este episódio. É importante ressaltar que, caso o mesmo oferecesse em sua narrativa mais informações, poderia relatar elementos que causassem contradição dos fatos narrados, desqualificando assim sua prática e consequentemente a imagem que tenta constituir de si através destes relatos. Como a memória são escolhas e estas foram

³ Entrevista concedida em 21 de julho de 2013 em São Miguel das Missões-RS.



a do entrevistado, são compreensíveis neste contexto onde o mesmo buscava apenas narrar episódios onde seu ofício tivesse tido efeito prático, respeitando-se isso se optou por não explorar demais informações sobre esse episódio em si, deixando assim para futuras pesquisas e entrevistas a análise de novos elementos sobre esse fato, caso seja pertinente.

Outro elemento que aparece, assim como na narrativa de Alzira, é um descrédito do diagnóstico realizado pelos médicos de formação, dando a entender, indiretamente, que há doenças em que estes profissionais não possuem condições de atuar, que dizem respeito a um campo espiritual, no qual eles se colocam como representantes, e que somente neste podem ser resolvidos. Esta seria uma das lógicas do processo de cura do benzimento, onde o atendimento não se dá na esfera física do corpo, mas sim na fé, distinguindo do atendimento que os sujeitos possuem na rede de saúde em suas localidades. Sobre os sentidos atribuídos ao sagrado, Durkheim nos diz que:

O que define o sagrado é o fato de ser acrescentado ao real. (...) Neste espaço as 'energias vitais estão superexcitadas, as paixões mais vivas, as sensações mais fortes; existem mesmo algumas que só se produzem neste momento. O homem não se reconhece: sente-se como que transformado e, por conseguinte, transforma o meio que o rodeia. Para explicar-se as impressões muito particulares que experimenta, ele atribui às coisas com as quais está em relação, poderes excepcionais, virtudes que não possuem os objetos da experiência vulgar. (Durkheim, 1978: 226 *APUD* Maria Cecília de Souza Minayo, p. 60)

Para o autor, no campo espiritual e sagrado as coisas podem possuir proporções e dimensões diferentes daquelas que a realidade e a lógica apresentam como verdade, podendo os sujeitos atribuir sentidos e interpretações que variam conforme seus níveis de envolvimento, relação, fé e sentidos percebidos às práticas, aos objetos e aos espaços a eles relacionados, justificando assim as lógicas e discursos por eles criados. Daí reside uma das críticas às concepções médicas oficiais na atualidade, que desconsidera os contextos sociais, simbólicos e culturais produzidos pelas comunidades, numa dificuldade de unir e agregar as distintas formas de conceber as doenças (e porque não a vida e a morte), sendo esta uma das motivações prováveis da procura, existência e legitimação de sujeitos como os benzedores que se colocam diante das comunidades muitas vezes de forma mais próxima e humana. Neste sentido, Silva lembra ainda que:



Em alguns casos, o universo sobrenatural e fantástico, contradizendo muitas vezes a ciência, é justamente o elemento que o projeta como benzedor e figura representativa de todo um grupo que compartilha dos mesmos códigos. Justificar como os cientistas, os pesquisadores já o fazem. É a expectativa e a busca por ser diferente (e até mesmo incompreensível perante os demais) que faz com que o benzedor molde sua prática (...) (2014, pág. 101-102)

A busca por novos entendimentos, percepções e visões de mundo podem ser fatores determinantes na constituição da prática dos benzimentos bem como na procura destes. São novos olhares e percepções dos quais estes sujeitos necessitam para conceberem suas vidas e o entendimento do mundo em que habitam. Como se os homens buscassem para além do óbvio, explicações para os sentidos de sua existência, assim como para aquelas perguntas: quem sou? De onde vim? Para onde vou? Para além disso, a sensibilidade e o sentimento de pertença puderam também ser fator de motivação à práticas como a do benzimento, por exemplo.

No campo da medicina, Lepargneur leciona que:

Na medida em que a medicina se faz respeitosa da pessoa do doente e não apenas preocupada com sintomas biológicos, seus profissionais prestam atenção à voz que exprime a pessoa através de vibrações físicas. O corpo humano se faz sentido através da palavra (é pena que a clínica médica negligencie cada vez mais o instrumental que a distingue da arte veterinária). Cresceu a tradição médica na perspectiva de curar o outro, mas este outro elevou ultimamente a voz, uma voz capaz de limitar o absolutismo salvador do facultativo. O corpo se faz objeto de propriedade, de direitos, médicos ou estéticos, prazerosos ou de domínio. O encontro tradicional entre esculápio e doente não se limita à palpação corporal, é instrumentado essencialmente por troca de palavras: palavras informativas, palavras emocionais, palavras reivindicativas de poder ou de direito, palavras a serem decifradas e interpretadas, sem falar nos silêncios que excedem as palavras de toda parte. (pg. 100-101)

Para o autor, uma medicina comprometida com o paciente é aquela que o vislumbra em sua totalidade e, não apenas em seus aspectos biológicos. O homem, enquanto ser que produz sentimentos, sensações, manifestando-as através da oralidade, torna-se fundamental uma escuta que seja sensível ao que se diz e ao que se manifesta através das intenções e também dos silêncios. Esse encontro, além de uma palpação física, já poderia ser um divisor de águas nas relações médicas e nos processos de



atendimento e cura dos sujeitos. É importante ressaltar que, no ofício do benzedor, um dos processos que mais se destaca é o da escuta, onde os indivíduos vislumbram um ouvinte, talvez uma necessidade deste naquele momento.

Ainda sobre as visões de cura, Minayo lembra que:

Trata-se de uma visão cosmológica, onde o mundo aparece regido por um ser supremo que domina o bem e o mal e que controla individualmente as pessoas, premiando o bem e castigando o mal. O que se passa na Terra é sua vontade, cabendo aos seres humanos descobri-la, pois ela rege o destino de cada um. Há expressões reveladoras com referência ao problema das doenças e dos sofrimentos em geral: “vontade de Deus”; “provação de Deus”, “destino de cada um”, “a sociedade é que se volta contra o que é de Deus, pelas facilidades que dá aos homens”; “as doenças são provocações de Deus para a gente se voltar para ele”. (1994, p. 62)

Obviamente que as justificativas atribuídas a Deus perante a morte diante de doentes e problemas de saúde se justificam também pela falta de respostas eficazes dos meios médicos e científicos em responder satisfatoriamente à necessidade de cura (e conseqüentemente vida) dos sujeitos. Em outro ponto de análise, os discursos de castigos, pragas e provocações são comuns também em instituições religiosas a fim de que seus fiéis sigam rigorosamente ao que for determinado pelos seus líderes, criando assim um status, provavelmente, mais de medo do que de fé propriamente dito.

Esse espírito do “Deus punitivo”, daquele capaz de dar e tirar a vida, é compartilhado socialmente e mesmo involuntariamente praticado até mesmo pelos sujeitos que não frequentam efetivamente uma determinada religião, pois o medo, principalmente da morte, cedo ou tarde bate às mentes de qualquer indivíduo. Há também um sentido atribuído pessoalmente à figura do benzedor, como se o fato deste possuir o poder de curar as pessoas fosse uma atribuição dada por um “ser divino”, também como um “fardo” ou “missão” a ser realizada por toda a vida, que deve ser de abdicação em prol do próximo, confirme afirmam Sant’Ana e Seggiaro:

(...) consideram portadores de um especial poder de curar, algo como se fosse um fardo, tendo de ser carregado para o resto da vida, mas esse fardo é encarado com resignificação, sendo uma missão a cumprir pelo amor ao próximo (2007, p. 13)

Obviamente que este discurso de submissão e ingenuidade não pode ser considerado em sua totalidade numa avaliação cultural do ofício do benzedor, onde há



sim um status positivo em carregar esta identidade, pois o mesmo acarreta uma posição de prestígio e poder naquele grupo de praticantes, sendo a imagem de submissão análoga à do próprio Jesus sofredor, que abdica de sua vida em prol do coletivo e da vida do próximo, sendo este discurso subliminar quando o benzedor se coloca na posição de “obrigado a ser e fazer” sua prática. Cabe ressaltar que este Jesus é o mesmo que triunfa sobre a morte, mesma ação pretendida pelos benzedores quando buscam a cura de seus benzidos.

É importante ressaltar ainda que dificilmente ocorre um discurso de medo e de pressão por parte do benzedor, sendo o diálogo mais tranquilo e plausível dentro das expectativas dos sujeitos, extirpando assim o sentimento de punição, comum nas religiões, motivando um processo de empatia, afinidade e troca de códigos mais acessíveis entre benzedor e benzido, sujeitos vindos geralmente do mesmo local.

Seguindo nas entrevistas, Aureliano narra ainda outro episódio:

Aureliano: (...). Depois chegou um homem mal aqui e eu comecei a interrogar ele “têm ânsia de vômito? Te dói o fígado?”. Ele me disse que tinha uma dor atravessada na barriga e em uma perna. Eu vi que ele estava com febre e eu disse pra ele que ia botar a mão bem onde doía e assim eu botei a mão na apendicite e ele deu um grito. Eu disse: “tu está com a apendicite estourada, tu vai agora pro hospital senão tu morre”. Ele me disse “quero só ver, eu gastar e não ser isso mesmo”. Eu disse que garantia e quando chegou no hospital o médico examinou, disse que era a apendicite estourada e mandou na hora pra mesa de cirurgia. Daí ficaram muito contente de salvar o homem, acho que ele é vivo ainda, mora aqui em São Miguel no mesmo lugar. A coisa aconteceu assim vizinha. (2013)

A situação narrada de desengano e de quase morte do “benzido” é finalizada diante de um diagnóstico preciso da doença. Diferentemente do outro caso, onde o benzedor foi a figura responsável pela cura, neste Aureliano foi apenas o mediador, dando o encaminhamento necessário para que a cura fosse realizada junto a um médico especializado. De qualquer maneira, seu reconhecimento ocorre no discurso pelo fato de ter sido ele a dar o diagnóstico preciso da doença e, diante da dúvida do indivíduo benzido em acreditar que portava determinada moléstia, Aureliano o pressiona a procurar um médico bem como um serviço especializado evitando que o mesmo morresse. A recompensa, geralmente manifestada nestas narrativas, é o contentamento das pessoas em terem se curado, transgredido assim a morte e solucionado seus



problemas, o que diretamente transporta um status de (auto) reconhecimento à figura do benzedor e de alteridade diante dos demais, tendo em vista que o poder de realizar tais ações está em suas mãos.

Outro fato narrado vem da benzedeira Noema, a qual conta que:

Noema⁴: A gente não pode contar vantagem, mas esse namorado da minha neta tinha as mãos pura berruga e caiu tudo! O benzimento da mulher é muito mais do que pras próprias mulher, e eu tenho benzido e tem caído as berruga. Tinha um senhor ali do interior que a vaca foi mordida de cobra e nada de sarar, e eu disse, “mas isso só com benzimento”, ele me deu o nome da vaca, eu benzi daí um dia encontrei com ele deus o livre ficou faceiro com a vaca dele que sarou. Até os doutor de São Miguel mandam se benzer sabe, eles dão o remédio e dizem (cochichando) “vai lá na dona Noema que ela benze, pra rendidura e tudo”. (2013)

O depoimento de Noema também expõe elementos do cotidiano que envolvem as relações dos benzedores em seus aspectos de cura, sendo um deles o fato da entrevistada indicar que a atuação de uma benzedeira (mulher) é mais eficiente que as demais (do sexo masculino), numa clara tentativa de legitimar sua prática em relação aos outros, demonstrando assim uma reserva de mercado onde estas narrativas compartilhadas criam status de poder de benzedores que seriam mais eficazes que outros, motivando assim a procura mais ou menos por parte da população. Essa fala também aparece no momento em que a entrevistada narra que o próprio médico indica os serviços dela à população em geral (diferentemente da narrativa dos demais entrevistados), sendo sabido e notório que há uma grande resistência por parte da classe médica em relação às formas de tratamento paliativas em relação à saúde pública, numa clara disputa por território por estes dois grupos, independente da entrevistada tentar transparecer o contrário.

Na prática social, nada impede que os indivíduos de uma comunidade procurem distintas formas de cura, podendo assim buscar apoio médico especializado bem como consultar a figura do benzedor do seu bairro. Esta ação é comum e não podemos achar que os sujeitos podem se valer de apenas um destes nos momentos de precisão. É justamente a pluralidade de opções que enriquece o processo cultural entre estes indivíduos, pois distintas noções de fé, de cura, de vida e morte se entrelaçam e

⁴ Entrevista concedida em 31 de agosto de 2013 em São Miguel das Missões - RS.



dialogam no mesmo território, criando as diferenças, os imaginários, as identidades e alteridades destas comunidades.

Em sua entrevista, Nelcinda narra ainda que:

*Nelcinda*⁵: É, senão eu ainda estava benzendo mais as crianças, uma necessidade. Esses dias tinha um gurizinho aqui em São Miguel daí virem pedir pra eu benzer porque o guri passava a noite inteira caminhando e não dormia com a mãe nem com o pai e não sabiam mais o que fazer, ele tinha 9 anos, daí minha filha disse “mãe, benze o fulano assim, assim que esse guri ninguém aguenta mais” daí peguei e benzi com copo de água, uma brasiinha e colher e aquelas brasa se foram para o fundo, benzi pra bicha, pra vermes, pra quebrante, pra ar, olha foi a primeira noite e o guri dormiu que foi uma beleza e não deu mais aquelas bobeiras de novo de sair caminhar e outra lá em Santo Ângelo também diz que sofre do coração aí diz que o gurizinho bem doentinho, chorava dia e noite e mandaram pedir pra eu benzer. Diz que está bom que nem parece aquele, graças a Deus eu benzi e foi mesmo que tirar com a mão. (2013)

A entrevistada, assim como os demais benzedores, apresenta elementos característicos do ofício cotidiano do benzedor: objetos utilizados no processo de benzimento, os quais se aliam às orações também criadas conforme a doença e o sujeito que se benze. A narrativa, assim como as demais, é apresentada de maneira como se a pessoa curada estivesse contando a situação, numa tentativa de consagrar o fato como verídico e conseqüentemente a sua atuação como benéfica nos casos de doenças narrada, os quais (assim como os demais) foram solucionados.

Laídes Dutra compartilha as seguintes situações:

*Laídes*⁶: Eles me apóiam porque todos eles são pessoas espiritistas. Esse meu irmão, o Miro, tem o conjunto dele, tem o outro, o Valdemir, também tem um conjunto de música, eles acreditam, mas a mulher deles não acreditavam e a minha cunhada tinha uma dor de cabeça horrível e vivia no médico e um dia eu disse pra ela “Wilma, tu tem um ar muito sério na tua cabeça e eu vou te benzer a cabeça e tu nunca mais vai ter essa dor”, e ela não acreditava em benzimento daí eu benzi a cabeça dela e ela nunca mais teve dor. Eu acho que ela tinha medo que quando eu botasse as mãos baixasse um espírito (*risos*). A partir deste dia ela passou a acreditar em benzimento e qualquer coisa ela me liga. (2013)

⁵ Entrevista concedida em 31 de agosto de 2013 em São Miguel das Missões - RS.

⁶ Entrevista concedida em 21 de julho de 2013 em São Miguel das Missões-RS.

O fato narrado por Laídes apresenta uma situação clara onde a entrevistada busca comprovar junto a uma pessoa que desacredita no ato de benzimento como forma de cura, segundo ela, ser algo “espírita”, supondo assim que a mesma desconhecesse as formas como se procediam o benzimento bem como o próprio espiritismo, doutrina praticada pela entrevistada. Este aspecto demonstra o fato dos benzedores não serem exclusivamente provenientes da religião católica, reforçando a ideia da liberdade de significados e trocas existentes nestas práticas populares. Diante da cura, a benzida teria assim acreditado nos efeitos práticos dos benzimentos passando a procurar Laídes sempre que necessita. Esta procura está presente nos discursos de praticamente todos os entrevistados, sendo o público, assim, que procura e precisa, de forma automática dos benzedores, como se não houvesse nenhum tipo de estímulo ou discurso que formasse uma memória social na comunidade de que os benzimentos efetivamente tivessem efeitos positivos. Obviamente que boa parte destes discursos é realizado pela comunidade, porém outro tanto é proveniente da imagem que os próprios benzedores buscam constituir de si e transmitir socialmente ao grupo ao qual pertencem, criando assim e legitimando este status, imagem e identidade.

No campo memorial, fato que parece ser comum nas narrativas dos entrevistados é o elemento que diante de situações tensas e problemáticas o desfecho aparece de forma positiva, sendo desta maneira a narrativa rememorada com uma roupagem de comemoração, num claro uso da memória no sentido de colocar a serviço destes sujeitos a constituição de suas próprias identidades. Como afirma Ricoeur:

(...). É mais precisamente a função seleção da narrativa que oferece à manipulação a oportunidade e os meios de uma estratégia engenhosa que consiste, de saída, numa estratégia do esquecimento tanto quanto da rememoração. (2007, p.98)

Neste sentido, a narrativa de rememoração não aparece tanto como fato do passado, mas sim como elemento orientador fundamental para o futuro, a qual provavelmente norteará todas as demais ações desenvolvidas pelos sujeitos entrevistados, que apesar de não terem sido entrevistados juntos, possuem elementos em suas narrativas muito semelhantes que ligam pontos em seus discursos fundamentais ao ofício de benzedor.



Nota-se igualmente que as memórias são desordenadas e sem detalhamentos cronológicos precisos em sua narrativa, o que indica memórias mais construídas do que factuais propriamente ditas. Contornos, elementos, fatos e até mesmo personagens podem ser acrescidos a fim de dar sentido às narrações, deixando-a plausível aos seus ouvintes e possíveis (re) transmissores destas mesmas memórias que serão compartilhadas socialmente nesta comunidade ao longo do tempo.

3. Conclusão

A morte, assunto que na maioria das vezes costuma assustar as pessoas é temática latente desde que o homem se compreende como sujeito no universo. Fato que parece certo é que vida e morte são elementos indissociáveis num campo cada vez mais aberto às discussões e interpretações que buscam respostas principalmente no que se refere aquilo que a ciência ainda não conseguiu responder. Nesta tentativa de dar respostas às inquietações humanas bem como de resolver problemas cotidianos é que distintos sujeitos surgem nas comunidades numa tentativa de suprir lacunas deixadas tanto pelas instituições médicas científicas quanto pelas entidades religiosas. O desenvolvimento destes sujeitos são reflexo de suas concepções de vida, de saúde, de morte, de fé, onde o ambiente no qual estão inseridos é fundamental para que estes aspectos se constituam como balizadores culturais na figura do benzedor: sujeito que intermedeia as relações mundanas com o sagrado em busca de cura e alívio para os problemas que afligem os sujeitos que habitam nesta comunidade.

Como demais instituições e pessoas que se colocam como representantes de Deus, a busca por um campo de legitimação passa pelas narrativas compartilhadas socialmente, as quais auxiliam na constituição da identidade do benzedor perante os demais, que precisam compartilhar destas memórias a fim de manter sua crença no benzimento como forma eficaz de cura. O território de disputas pela consagração e pelo espaço de cada benzedor na comunidade é marcado em cada narrativa, onde estes se colocam como únicos capazes de solucionar determinadas doenças bem como o interesse da comunidade em procurá-los, demonstrando assim uma (auto) valorização que objetiva a marcação de sua prática como legítima e eficaz perante o grupo.

A atuação do benzedor não se limita apenas a um campo de saúde, sendo ele também um ouvinte e aconselhador dos mais diversos problemas e angústias que os



sujeitos da comunidade para ele relatam e buscam alento em palavras que a experiência da idade lhes atribuiu. A mescla corpo-alma é indissociável da prática do benzedor, onde o mesmo não a separa no momento da resolução dos problemas trazidos pelos sujeitos. Esta concepção de doenças é distinta daquela ofertada pela classe médica, que desconsidera, na maioria das vezes, aspectos psicológicos, sociais e culturais na formulação e concepção do processo de cura quando estes sujeitos adentram o sistema de saúde convencional, sendo comum que os indivíduos procurem ambos nos momentos de precisão, o que demonstra um hibridismo de práticas de cura.

É inevitável que as alternativas para transpor a morte ou compreender os aspectos da vida sejam tema cada vez mais presente no cotidiano dos homens e, neste campo, surjam instituições e sujeitos que busquem dar respostas através de rituais ou discursos que serão aceitos por determinados indivíduos, que identificados, farão destes elementos a sua identidade, ritualizada e reproduzida, dando sentido às suas concepções de vida como sujeito pertencente a um grupo.

Relações construídas, de alteridade, que formam imaginários que identitariamente são elementos fundamentais na comunidade detentora de benzedores, figuras que marcam espaços de memória onde os indivíduos passam a se identificar como pertencentes aquele lugar, praticando, vivendo e reproduzindo ideias, pensamentos, lógicas de mundo e memórias que constituem a história do local onde estão inseridos, sendo vida e morte elementos apenas norteadores de toda uma prática muito mais profunda e necessária para estes sujeitos.

Referências

ALVES, Paulo César; MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Saúde e Doença: um olhar antropológico**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1994.

CAMARGO, Marculino. **Valores e Experiência humana: ideais e desafios da vida e da morte**. – Petrópolis, RJ: Vozes, 1991.

DA ROSA, Noema Dutra. Entrevista concedida em 31 de agosto de 2013 em São Miguel das Missões - RS.



DASTUR, Françoise. **A Morte: ensaio sobre a finitude** \Françoise Dastur; tradução Maria Tereza Pontes. – Rio de Janeiro: DIFEL, 2002. 126p – (Coleção Enfoques. Filosofia).

DUTRA, Laídes de Oliveira. Entrevista concedida Entrevista concedida em 21 de julho de 2013 em São Miguel das Missões-RS.

GALVÃO, Nelcinda. Entrevista concedida Entrevista concedida em 31 de agosto de 2013 em São Miguel das Missões - RS.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. 2017.

JARDIM, Aureliano José. Entrevista concedida Entrevista concedida em 21 de julho de 2013 em São Miguel das Missões-RS.

LEITE, Alzira de Oliveira. Entrevista concedida Entrevista concedida em 21 de julho de 2013 na cidade de São Miguel das Missões-RS.

LEPARGNEUR, Hubert. **O doente, a doença e a morte: implicações sócio-culturais da enfermidade**. Campinas, SP: Papirus, 1987.

RICOEUR, PAUL. **A memória, a história, o esquecimento** – tradução: Alain François (et al.). – Campinas. SP: Editora da UNICAMP, 2007.

SANT'ANA, Elma; SEGGIARO, Delizabete. **Benedeiras e Benzeduras**. Porto Alegre: Ed, Alcance, 2007.

SILVA, Juliani Borchardt. **Benzimentos: Estudo sobre a prática em São Miguel das Missões (RS)** – Santo Ângelo: FuRi, 2014.

TORRES, Wilma da Costa; GUEDES, Wanda Gurgel; TORRES, Ruth da Costa (organizadoras). **A Psicologia e a Morte**. – Rio de Janeiro: Ed. Da Fundação Getúlio Vargas. 1983. VIII. 135p.

VALLE, Ednio; QUEIRÓZ, José J. A cultura do Povo. 3ª ed. São Paulo: Cortez: Instituto de Estudos Especiais, 1984.

Submetido em: 21/06/2017. Aprovado em 25/09/2017.





EDUCAÇÃO ESTÉTICA E IMAGINÁRIO NUMA JORNADA ARQUETÍPICA

Franciele Silvestre Gallina*
Graciela René Ormezzano**

Resumo: A temática deste artigo trata dos processos educativos estéticos contemplados à luz do imaginário. O objetivo consiste em compreender o significado da oficina de educação estética, com base na teoria geral do imaginário. Para o desenvolvimento da oficina, construiu-se um método de trabalho sustentado pela antropologia essencial e pela educação estética. Foram realizados dez encontros com sujeitos de ambos os sexos, na faixa etária entre 21 e 60 anos, e que configuraram três grupos de trabalho distintos: um de educação formal, outro de educação permanente e um terceiro de educação não formal. Os instrumentos da pesquisa consistiram em um desenho arquetípico e uma narrativa. Trata-se de uma investigação qualitativa, hermenêutico-fenomenológica com base na mitocrítica proposta por Durand (1993), dos quais emergiram os mitos diretores de Crono, Kairós, Quirão e Atená, demonstrando que estes serviram como modelos exemplares no trajeto antropológico dos participantes.

Palavras-chave: Educação estética. Imaginário. Mito. Arquétipo. Sentido existencial.

Resumen: La temática de este artículo trata de los procesos educativos estéticos contemplados a la luz del imaginario. El objeto fue comprender el significado del taller de educación estética, con base en la teoría general del imaginario. Para el desarrollo del taller se construyó un método de trabajo sostenido por la antropología esencial y por la educación estética. Se realizaron diez encuentros con sujetos de ambos sexos, entre 21 y 60 años de edad y que configuraron tres grupos de trabajo distintos: uno de la educación formal; otro de la educación permanente y un tercero de la educación no formal. Los instrumentos de investigación consistieron en un dibujo arquetípico y una narrativa. Se trata de una investigación cualitativa, hermenéutico-fenomenológica basada en la mitocrítica propuesta por Durand (1993) de la cual surgieron los mitos directores de Crono, Kairós, Quirón y Atena, demostrando que los mitos sirvieron como modelos ejemplares en el trayecto antropológico de los participantes.

Keywords ou Palabras clave: Educación estética. Imaginario. Mito. Arquétipo. Significado existencial.

*Universidade de Passo Fundo -UPF,
Passo Fundo, RS, Brasil.
Doutora em Educação - UPF.
E-mail: franciele_82@yahoo.com.br

**Universidade de Passo Fundo -UPF,
Passo Fundo, RS, Brasil.
Doutora em Educação - UPF.
E-mail: gormezzano@yahoo.com.br

DOI: 10.19177/memorare.v4e32017253-277



REVISTA
MEMORARE


www.portaldeperiodicos.unisul.br
ISSN 2358-0593

1. Introdução

Da trama surgida entre as leituras realizadas e as ações de trabalho conjunto das autoras durante doze anos, emergiram reflexões inquietantes que justificam este estudo. De modo particular, percebeu-se que os inúmeros sujeitos com quem foram desenvolvidas diferentes pesquisas em diversas realidades apresentavam certo distanciamento entre as questões relacionadas à sua realidade cotidiana-social e à sua subjetividade. Um desencantamento parecia acometê-los, ao valorizarem a dimensão física e racional em detrimento do psíquico e emocional, o que poderia sinalizar o abandono de uma perspectiva integral de si mesmos, que também precisaria levar em conta a intuição e os sentidos. Considerou-se tal fato como consequência de uma formação mecanicista, mensurável, que pouco abre espaço para a subjetividade e, muitas vezes, instaura uma crise de sentido existencial.

Ao longo desses anos, observou-se que o desencantamento teve as suas raízes na percepção de um ser humano que enfatiza a função pensamento em detrimento das outras funções conscienciais (sensação, sentimento e intuição). Um ser humano que, colocando-se num tempo-espaço anestesiado (*aneisthesis*), nega aquilo que possui como direito de nascença: sentir prazeres, medos, alegrias, tristezas... Nesse sentido, tomou-se como fio condutor, neste estudo, a tentativa de aproximar os processos educativos estéticos do universo imaginal, a fim de unir o que o pensamento racional-técnico-instrumental separou, capacitando o indivíduo a agir no mundo, por meio de um sistema de observação apto a contemplar a inteireza das formas de vida.

Diante da crise existencial apresentada por esses sujeitos – que acomete grande parte dos seres humanos – questionou-se: qual o significado da oficina educativa estéticas para os participantes desta investigação, com base na teoria durandiana? Assim, tomou-se como objetivo compreender o significado dessa oficina, com base na teoria geral do imaginário, proposta por Gilbert Durand.

Trata-se de uma investigação qualitativa de cunho hermenêutico-fenomenológico. Para a oficina, construiu-se um método de trabalho sustentado pela antropologia essencial formulada por Leloup (1998), apresentada no livro *O corpo e seus símbolos: uma antropologia essencial*. Na obra, o autor percorre o universo da corporeidade, lendo-o, sempre, de uma perspectiva tríade – a somática, a psíquica e a



espiritual – e, também, pelas dimensões básicas da educação estética mencionadas por Gennari (1997): *Aisthesis*, atividades criativas, como improvisação dramática, desenho, pintura, entre outras, promotoras de expervivências¹ estéticas por meio das artes; *Poiesis*, com a construção de projetos apoiados nas significações emergentes da etapa anterior; e *Katharsis*, correspondente à reflexão e à socialização do processo expervivenciado.

Foram realizados dez encontros com sujeitos de ambos os sexos, na faixa etária entre 21 e 60 anos, residentes, estudantes e trabalhadores da região Norte do Rio Grande do Sul, que configuraram três grupos de trabalho distintos: um da educação formal, composto por educadoras da rede pública; outro da educação permanente, formado por profissionais e estagiários realizando cursos em diversas áreas da saúde; e um terceiro, da educação não formal, constituído por participantes de profissões variadas e frequentadoras do mesmo centro de estética. Os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, que foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Passo Fundo, sob o Parecer nº 007/2015, de 24 de setembro de 2015.

Os instrumentos da pesquisa consistiram em um desenho arquetípico, baseado nos nove elementos do AT-9², proposto por Ives Durand, e em uma narrativa (LOUREIRO, 2004). Para compreensão das informações emergentes, foi aplicada a mitocrítica, proposta por Gilbert Durand (1993), que visa extrair das significações temas redundantes, sinalizadores de mitos diretores.

Assim, o texto trata, inicialmente, das relações epistemológicas entre a educação estética utilizada na oficina e a teoria do imaginário que sustentou a interpretação dos achados, dos quais emergiram os mitos de Crono, Kairós, Quirão e Atená, que são relatados na sequência. O percurso da escrita segue com a ideia de que os comportamentos míticos, coletivos ou singulares, apoiam-se sobre as atitudes temporais, porque a presença do passado e do futuro, no aqui e agora, é responsável pela ambiguidade do imaginário mítico verificado nos dois primeiros mitos diretores. O artigo tem continuidade com o entrosamento dos dois últimos mitos diretores

¹ Terminologia usada por Zauza (2011) para tratar da experiência vivida.

² Os elementos são: a queda, a espada, o refúgio, o monstro devorador, algo cíclico, um personagem, um animal, água e fogo.



mencionados como representantes dos arquétipos do curador-ferido e do mestre-aprendiz, conduzindo às considerações finais.

2. Convergências epistemológicas à luz da educação estética e do imaginário

No papel de educadoras, as autoras entendem ser necessária a construção de processos educativos que contemplem a totalidade das dimensões humanas de maneira não fragmentada, a fim de que os sujeitos possam expressar-se, saber-se, conhecer-se. Nesse sentido, destaca-se a contribuição da arte numa educação que busque o equilíbrio entre sensibilidade e inteligibilidade.

Duarte Júnior (2001), em sua obra *O sentido dos sentidos: uma educação para a sensível*, distingue o saber do conhecer, esclarecendo que o primeiro está associado ao sensível e elabora-se com base nas experiências sensoriais, transformadas em aprendizagens significativas, ao passo que o segundo refere-se ao inteligível. O autor afirma, assim, a urgência de uma educação que valorize os sentidos, para perceber de modo acurado o mundo e o humano. Ressalta, ainda, que o saber sensível, a primeira forma de apreensão do mundo, aliado à expressão por meio da arte, constitui uma das possibilidades transformadoras da existência, pois promove e desenvolve as percepções da realidade vivida e refletida.

Maffesoli (2011) também aponta haver diferenças entre o significado de saber e conhecer. Entretanto, no seu ponto de vista, o saber está relacionado a uma concepção moderna, racionalista e verticalizada de educação, ao passo que o conhecimento assumiria uma posição mais ampla, horizontalizada, contemplando o saber em toda sua dimensão. Retomando a etimologia latina de conhecimento, *cum nascere*, que significa nascer junto, o autor sinaliza que, num contexto atual, pós-moderno, em que a pesquisa já não pode se basear somente na racionalidade e as discussões sobre o social ganham espaço, um nascer junto proporcionaria um conhecimento compartilhado.

Cardoso (1995), por sua vez, compreende a organização da vida humana, reconhecendo a existência do que a antecede. Apoiado na teoria kantiana, não diferencia, como Duarte Júnior (2001), saber sensível de conhecimento inteligível, mas comunga com Maffesoli (2011), ao defender que o conhecimento constitui-se na relação



sujeito-objeto. De acordo com suas palavras, “[...] o conhecimento sensível das coisas só é possível porque organizamos nossas impressões sensíveis caóticas através das *formas a priori* da sensibilidade: *espaço e tempo*” (CARDOSO, 1995, p. 15, grifos do autor). E essa mesma lógica se aplica ao conhecimento científico.

Antigamente, os fenômenos naturais eram explicados como sendo forças sobrenaturais, e as leis sociais expressavam a vontade divina. Esse era o pensamento dominante numa época em que os deuses e os curandeiros exerciam a função de mediadores entre este e o outro mundo. Nesse contexto, muitas vezes, o poder político ou religioso estabelecia verdades dogmáticas, e a sociedade as aceitava, entendendo-as como a vontade das divindades.

Partindo dessa perspectiva, Cardoso (1995) apresenta uma interpretação mítica na qual o ser humano “buscava libertar-se deste jugo, desafiando as ordens dos deuses para potencializar sua vocação de senhor deste mundo. Assim o fez Prometeu ao apropriar-se do fogo dos deuses e entregá-lo aos homens, ‘iniciando assim o poder da técnica’.” (CARDOSO, 1995, p. 20, grifos do autor). Tal potencialização resultou num progresso técnico e científico, e a sua busca pelo controle atingiu a natureza. Bachelard (1996a) também chama atenção para esse aspecto de cisão entre humano e natureza, sublinhando que a educação científica de nossa época apresenta teses elaboradas, mas que, muitas vezes, estão desligadas de suas observações primeiras, da vida cotidiana, do senso comum, do ambiente.

Nessa direção, Jung (2002, p. 95) aponta para o fato de que:

[...] o trovão já não é a voz de um deus irado, nem um raio seu projétil vingador. Nenhum rio abriga mais um espírito, nenhuma árvore é o princípio de vida do homem, serpente alguma encarna a sabedoria e nenhuma caverna é habitada por demônios. Pedras, plantas e animais já não têm vozes para falar ao homem e o homem não se dirige mais a eles na presunção de que possam entendê-lo. Acabou-se o contato com a natureza e com ele foi-se também a profunda energia emocional que esta conexão simbólica alimentava.

Os fenômenos naturais perderam todo o seu simbolismo, e a busca desenfreada pelo consumo e pelo “progresso” tem destruído reservas florestais, exterminado dezenas de espécies, envenenado os rios, devastado a atmosfera terrestre e alienado nossas



mentes. E tudo isso distancia cada vez mais o humano de uma perspectiva que considera a totalidade do ser.

Gilbert Durand interessou-se pela relação entre o mítico e o social, criando a terminologia de “bacia semântica”. Por meio de tal expressão, ele metaforiza o percurso de um rio, porque entende que as mudanças na história ocorrem através de eventos que não necessariamente se sucedem como causa e efeito cronológicos, embora seja possível determinar, com certa nitidez, movimentos ou ciclos socioeconômicos, por um lado, e, por outro, conteúdos semânticos (motivos pictóricos, temas literários, figuras míticas predominantes) que assinalam os estilos de uma época.

Esse movimento hídrico marca o percurso mítico dos momentos vividos em sociedade, em que “[...] um sistema sociocultural imaginário destaca-se sempre de um conjunto mais vasto e contém os conjuntos mais restritos. E assim ao infinito” (DURAND, 2004, p. 104). Segundo o autor, os mitos instauram-se na forma de mitologemas, isto é, uma ideia motriz que permanece na memória coletiva das sociedades, essencialmente, pela herança cultural, pelos modos de vida, pela língua e por outros fatores determinantes.

Sanchez Teixeira e Araújo (2013) chamam atenção para o fato de que essa memória social se movimenta constantemente. Isso significa que ocorrem mudanças no fim de uma geração e início de outra, as quais levam à terminologia de “bacia semântica”, identificada pelos regimes do imaginário que Durand (2001) apresenta em sua tese, intitulada *As estruturas antropológicas do imaginário*.

Essa metáfora assume a analogia de um fluxo de seus afluentes, e, a partir daí, Durand distingue seis subconjuntos da bacia semântica: 1) **escoamento**, quando acontece uma eflorescência de pequenas correntes desordenadas de imaginários localizados, ou seja, quando vários riachos se formam com base em circunstâncias existenciais históricas e culturais; 2) **divisão de águas**, momento da junção de alguns escoamentos que se unem para se opor a estados imaginários precedentes ou outros escoamentos atuais; 3) **confluências**, quando correntes socioculturais diversas fluem para um leito principal, recebendo apoio das autoridades ou instituições; 4) **nome do rio**, momento em que o personagem principal, real ou fictício, ou um elemento simbolizador mitifica-se; 5) **organização dos rios**, consolidação teórica dos fluxos imaginários; 6) **deltas e meandros**, quando a corrente, que transportou o imaginário



específico ao longo de todo o curso do rio, declina, fragiliza-se, desgasta-se, deixando-se penetrar pela corrente de outra bacia semântica potencial (DURAND, 2004).

Certamente, cumprir esse fluxo e deixar-se captar por correntes vizinhas é um recomeço, uma abertura ao novo, que faz o sujeito mergulhar num mundo de incertezas e atinge os fundamentos e as convicções até então estabelecidas. Tal movimento leva esse sujeito a assumir riscos, mas também à possibilidade de crescimento, de construção de uma realidade educacional e existencial diferente.

Tratando de uma concepção epistemológica, sobre como se configuram as ideias, ou tentando compreender o significado, na perspectiva antropológica durandiana, com a ideia de bacia semântica, o que se busca, de fato, é abarcar diversos elementos constituintes do social. E essa busca contempla a dimensão singular humana, que, por algum tempo, foi ocultada do debate acadêmico, mas que, num processo de interação, pode desvelar uma potência que reconheça o sujeito em sua integralidade. Afinal, como escreve Bachelard (1996a), ao referir-se ao estudante e aprendiz, este não se apresenta à experiência primeira como puro espírito, mas como um sujeito dotado de desejos, de paixões, de alma.

3. Sobre os mitos diretores

Conta-se que, sentindo-se curvada por carregar o peso de tantos filhos, Geia solicitou a seus descendentes que a libertassem da fecundidade inesgotável de Urano. Todos os filhos recusaram esse pedido, com exceção de Crono, o caçula. Este, então, recebeu de sua mãe uma foice, instrumento de cortar sementes (que, em grego, indicam esperma), e, assim que Urano se deitou novamente sobre a esposa, Crono a banhou em sangue, cortando os testículos do pai e lançando-os ao mar. Assim nasceu Afrodite, da espuma formada pelo sangue de Urano misturado à água do mar. Como consequência, Urano separou-se de Geia, tornando-se um deus impotente e ocioso (BRANDÃO, 2014).

Pela intervenção de Crono, céu, terra e mar romperam ligações, e, a partir daí peixes foram feitos para a água, aves para o ar e quadrúpedes para a terra. Porém, houve a necessidade de se criar um animal mais nobre, e, por intermédio de Prometeu, um Titã de outra linhagem, o humano nasceu do barro. Prometeu misturou água a terra e criou o



ser humano à imagem e semelhança dos deuses, fazendo que a chuva proporcionada pelo Pai Céu fecundasse novamente a Mãe Terra (BULFINCH, 2015).

Prometeu e Epimeteu, seu irmão, encarregados da criação dos seres, garantiram as condições necessárias à sua sobrevivência. Epimeteu deu asas, velocidade e couraças de proteção aos animais. Porém, chegada a vez de conferir atributos aos humanos, os recursos já estavam escassos, por terem sido utilizados na concepção dos outros seres. Para concluir a criação do homem, os irmãos pediram auxílio à Atená, que lhes concedeu o domínio sobre o fogo, e assim se atribuiu a essa criatura superioridade sobre as demais.

Crono, o tempo, amedronta, pois está sempre tentando devorar sujeitos que vivem à sua lógica, buscando cumprir prazos ou escapar à decomposição de um corpo físico que insiste em envelhecer. Entretanto, dessas expressões não surge apenas o rigor de um tempo que consome; emerge, também, um “universo” de possibilidades e renovações que remete, aqui, a outra dimensão de tempo, chamada Kairós, o deus da oportunidade, do momento adequado. Filho mais jovem de Zeus e neto de Crono, ele é representado pela imagem de um jovem calvo, com apenas um cacho de cabelos na testa e asas nos ombros e nos calcanhares.

Kairós não queria ser senhor do mundo, mas se negava a submeter-se às ordens do avô, não podendo, assim, ser cronometrado. Por isso, corria rapidamente, somente sendo detido se pego pelo cabelo, ou seja, se encarado de frente (GRÜN; ASSLÄNDER, 2014). Nesse sentido, é relevante destacar o humano como cuidadoso hermeneuta, uma vez que, sendo Kairós ágil, é preciso estar atento aos seus sinais, para poder “agarrar” os momentos breves e, simbolicamente, eternizar-se na vida, confeccionando expervivências que marcam o trajeto antropológico existencial.

Por sua vez, o mito de Atená, cuja derivação do grego *awaiã* faz menção ao sentido de mãe, evoca, para Brandão (2014), as potencialidades referentes à justiça e à razão. Filha de Zeus e Métis, essa deusa nasceu da cabeça de seu pai. Ao saber, por premonição de Urano, que a sua filha lhe daria, no futuro, um neto mais poderoso que ele próprio, Zeus resolveu engolir a sua esposa, o que não impediu, no entanto, o nascimento de Atená.

Após o tempo de gestação normal da deusa, Zeus começou a sentir fortes dores de cabeça e ordenou a Hefesto que lhe abrisse o crânio. Executada a ordem, Atená



saltou de sua cabeça, munida de uma lança e um escudo, pronta para lutar. Porém, ela se diferenciava muito do deus da guerra, Ares, pois cultivava altos princípios e ponderação para preservar a verdade no combate. Estrategista, Atená equilibrava a força bruta de Ares com a sua lógica e diplomacia, oferecendo aos heróis as armas para que as usassem com inteligência, maestria e planejamento.

Existe um vínculo responsável pela tessitura entre o mito de Quirão e Atená, ambos referenciais potenciais de conhecimento e cuidado. Segundo Brandão (2014, p. 553), a raiz etimológica indo-europeia do mito de Quirão está relacionada a *Kheirôn*, uma forma abreviada de *Kheirurgós*: “O que trabalha, o que age com as mãos”. Quirão foi o grande educador dos heróis, mas também um médico cirurgião que compreendia bem a dor de seus pacientes, por já ter sido ferido. Conforme o autor, esse mito ocorrera nas planícies da Tessália, região norte da Grécia, com o encontro entre Crono, o deus do tempo, e a ninfa Filira. Atraído por sua beleza, Crono passou a persegui-la, e Filira, para escapar do assédio, metamorfoseou-se em uma égua, porém, sem conseguir impedi-lo de se transformar em um cavalo e a possuir. Assim foi concebido Quirão.

Sendo filho de Crono, Quirão pertencia à geração divina dos olímpicos, e, por sua forma de centauro, apresentava dupla natureza: equina e humana. Todavia, era imortal e não possuía qualquer relação de parentesco com os centauros selvagens. Quirão não conheceu o seu pai e foi adotado por Apolo, o deus da música, da poesia, da medicina e das profecias, que lhe transmitiu muitos e ricos ensinamentos. Ele viveu com a mãe, que, sempre prestativa, ajudava-lhe. Moravam em uma gruta, no monte Pélion. Gênio benfazejo, amigo dos humanos, ele foi um sábio prudente que de aprendiz tornou-se mestre. Passou a ensinar música, a arte da guerra e da caça, a moral, mas, sobretudo, a medicina (BRANDÃO, 2014).

Quando aconteceu o massacre dos centauros, foi vítima de uma fatalidade. Hércules perseguia Élato, que estava ao lado do Quirão e era seu amigo. Naquele instante, o mestre-curador foi atingido por uma flecha envenenada. Moreira et al. (2006, p. 164, grifo dos autores) afirmam que “É próprio desse mito o elemento *transformação*, no sentido em que a morte, simbolicamente representada pela ferida, transgressão e rejeição, passa por um processo evolutivo, resultando daí o ofício de cuidador, complementando o ciclo morte/vida”.



Além de aprender a compreender os sofrimentos do corpo e da alma, o humano necessita agir, a fim de transformar a sua realidade. Por isso, o potencial de Quirão implica o curador-ferido, aquele que precisa aprender o que significa a dor para sentir a compaixão necessária para exercer a cura. Todavia, o potencial de Atená remete às significações emergentes de luta, força e reflexão, que permitem enfrentar os desafios da vida, fazendo escolhas equilibradas e mantendo os instintos sob controle, o que é também um aprendizado. Não se trata, aqui, de estabelecer uma batalha entre Quirão, Atená, Kairós e Crono, mas de propor uma mudança consciencial, onde seja preciso compreender os arquétipos do curador-ferido, do mestre-aprendiz e das duas dimensões temporais, constatando que nem sempre haverá submissão à tirania de Crono. No entanto, pode-se transcender o medo que a aproximação da morte causa, aprendendo, criando, cuidando e vivendo a integralidade humana que luta como Atená para atingir a vitória, sabendo aproveitar o momento oportuno de ataque ou defesa refletido em Kairós.

De acordo com Araújo, Ribeiro e Azevedo (2017, p. 92, tradução nossa):

Embora seja verdade que os mitos clássicos nos chegaram através de textos fundantes da literatura grega, sua mensagem simbólica, até mesmo seu sentido originário, não se esgota na escrita, senão que remete às várias dimensões da vida e, por conseguinte, está além da razão: é, portanto, através do mito e de suas constâncias icônicas que se pode falar melhor de plenitude e de eternidade de um modo compreensível para o humano.

Para isso, é preciso compreender que o mito não expressa somente a cultura da Antiguidade, mas também da contemporaneidade, na qual se constitui o humano, contando com as dimensões dos fenômenos que acontecem em meio ao caos da luta cotidiana, sem planejamento ou regulamentações temporais.

4. Crono e Kairós na cotidianidade

Para além de uma lógica racionalizante, característica da modernidade, os participantes apontaram, em suas significações, aspectos constituintes da vida cotidiana, sendo ela também fonte de transformações do dinamismo existencial. Uma vida permeada por lembranças da infância, prazeres simples do dia a dia e que, por longo



tempo, estiveram esquecidos por distintos afazeres, da mesma forma que a dimensão mítica e imaginária esteve colocada em suspensão.

A busca desenfreada, imediata pelo prazer e pela felicidade por meio do consumo exacerbado e de uma vida de ostentação sugere um distanciamento das raízes, dos aspectos profundos e essenciais. Porém, os sujeitos da pesquisa apontam modos possíveis de viver e de constituir a partir de um reconhecer-se. Nas subjetivações emergentes, sinalizaram formas de combater a angústia que a tomada de consciência de uma vida de superficialidade traz. Certamente, essa é uma preocupação que move as pessoas em sua existência, tentando voltar o olhar para a multidimensionalidade humana, que considera a imaterialidade do espírito e a afetividade dos laços simbólicos que unem o ser humano no coletivo. Para Maffesoli (2009, p. 12), isso é visto como a socialidade de base vinculada ao território da vida cotidiana, que pode ser vivida simbolicamente e que reside no “[...] estar juntos sem mais finalidade que o fato de estar em comunhão, em comunidade, em contato, compartilhando um tempo e um espaço comum”.

Essa visão ampliada de pensamento e as significações emergentes foram igualmente responsáveis por assinalar a necessidade de uma linguagem simbólica na compreensão do estudo. Por isso, a mitologia pode trazer uma percepção de algo atemporal também no agora. Aqui, não se trata de um sentido que deposita a sua força e sua energia na finalidade, mas no trajeto percorrido por sujeitos que, dotados de anseios, desejos e sonhos, esforçam-se, para que sejam exteriorizados. O ser humano tem o direito de percorrer esse caminho onde se encontram as portas do reconhecimento; se ele será alcançado, não há garantias, mas o direito de abrir as portas e tentar encontrá-lo não pode ser negado.

Assim, foi possível recuperar e valorizar o sentido comum no processo de formação humana que a epistemologia racionalista expurgou, mas que sobrevive na narrativa dos sujeitos participantes da pesquisa. Interpretaram-se, desse modo, as suas manifestações de forma compreensiva, sem desconsiderar a dimensão racional do cotidiano e tampouco sugerir que uma perspectiva que se abre à percepção, à empatia ou à intuição substitua a certeza e as probabilidades numéricas. Porém, tentou-se sinalizar a insuficiência de um paradigma puramente racional na configuração do saber e no caminho do conhecimento, pelo viés da verossimilhança proposta pelo pensamento



maffesoliano. De tal modo, não se pretende fazer qualquer espécie de apologia à irracionalidade, senão admitir que o processo de formação passa pela cotidianidade, que, sendo polissêmica, abarca a multidimensionalidade humana na trama de compreensão do social, dando voz aos participantes, identificados por pseudônimos.

No que se refere ao desenho arquetípico de uma das participantes, Larissa afirma tê-la feito “[...] a partir de ações que parecem pequenas, mas que podem mudar uma vida. / No desenho aparece minha trajetória de vida. Onde a queda depende do ponto de vista que a vemos. Por isso, não acredito em quedas, e sim em mudanças”. Para ela, todos os dias, temos monstros a enfrentar, seja sozinhos ou na companhia dos amigos. Saber disso foi libertador: “[...] dar nosso melhor e fazer também em prol do outro. Trazendo o máximo de conforto ao próximo. E no final de tudo, voltar para casa com a sensação de dever cumprido”.

É a importância de sua vida cotidiana que tenta simbolizar, materializar. Lembra-se, contudo, que a educação estética e as teorias do imaginário não são abarcadas aqui para explicar o desenho, mas para compreender como os elementos visuais, apesar de suas diferenças, conjugam-se nos trajetos existenciais, ligando o fazer da arte ao sentido estético-poético-catártico do cotidiano.

Larissa também pondera que o monstro desenhado simboliza os seus medos, o que a faz sofrer, as suas sombras. Segundo ela:

Quando iniciei as atividades eu estava com uma carga nas costas, parecendo que carregava uma pedra de gelo gigante. No decorrer do trabalho este gelo foi se derretendo, com o fogo do calor humano. Até virar água límpida. É uma água muito boa, mas que pode trazer surpresas. Coisas que desconhecemos, como nossos monstros.

Para Chevalier e Gheerbrant (2015), a água em seu estado sólido, gelo, representa, no mais alto grau, uma estagnação psíquica, ausência de calor na alma, de sentimento criador e amor. Nesse sentido, ancorada pelas significações de Larissa e pelos simbolismos propostos pelos autores, entende-se que a expervivência educativa estética possibilitou à participante simbolizar a sua energia inconsciente. Trata-se, nesse caso, de processo complexo e paradoxal, uma vez que a oficina proporcionou a simbolização de seus medos, mas o próprio fazer, aliado à afetividade do grupo, fogo do



calor humano, proporcionou o degelo, que resultou em água límpida, que, por sua vez, colocou-a diante da tomada de consciência sobre os seus monstros.

Num processo alquímico capaz de dissolver e coagular, abstrair e materializar, não acontecem somente transformações químicas, como também a transmutação da natureza do humano através do afeto e do conhecimento, como escreve Bachelard (1996 b). À medida que significa a sua expervivência, toma consciência de seus aspectos mais íntimos e profundos, a participante dissolve a sua energia psíquica inconsciente e depois a coagula, reunindo as suas dimensões de luz e sombra. Assim ela finaliza a sua narrativa: “O fogo da fogueira é a vida que se transforma”.

Pode-se ver, em seu desenho, que a fogueira que aquece e degela está próxima ao sol, que, simbolicamente, assume muitas características do fogo. Grün e Assländer mencionam que o nosso cotidiano é marcado por essa complexidade. De acordo com os autores, os monges beneditinos cumpriam um ritual litúrgico das horas, visto que, do nascer do sol ao nascer da lua e vice-versa, dispunha-se de uma sensibilidade especial com o tempo e as suas diversas qualidades. Ao amanhecer, os monges expressavam a gratidão pela luz e a possibilidade de recomeço. Por esse motivo, as atividades que exigiam maior esforço social e voltavam-se para o exterior eram executadas durante o dia. Ao entardecer, cumpriam um ritual de agradecimento pelo que se foi e, à noite, entregavam-se aos mistérios do tempo, ao universo interior. Segundo eles, essa dimensão qualitativa do tempo manifesta-se “a partir das diferentes posições do sol, mas também do humor da alma” (GRÜN; ASSLÄNDER, 2014, p. 47). Ao assumir essa dimensão qualitativa do tempo, compreende-se que não somente o universo e o tempo têm um ritmo, mas também a nossa alma.

Nas significações emergentes da narrativa de Ariane, pode-se ter mais clareza do exposto até agora, pois, como refere, “O relógio representa a queda, o medo e o tempo. Sei que as quedas são passageiras, mas, enquanto estão sendo vividas, demoram a passar”. O que essa participante denomina como tempo que demora a passar é o seu processo de transformação, que, como natureza viva, segue uma ordem cósmica cunhada pelos próprios humanos com essa terminologia, dividindo-a, a partir da observação da natureza, em anos, estações, dias, horas.

Conforme Grün e Assländer, o humano tentou representar o movimento do sol com o movimento dos ponteiros. Observou o sol a partir de sua posição, como centro de



referência, e, nessa postura antropocêntrica, criou a ilusão de que o eu permanece, enquanto o mundo muda. Considerando-se ponto central do Cosmo, o homem aprendeu a viver uma experiência distorcida de tempo, em que, assim como o sol gira em torno da terra, “o tempo ‘corre’ ou parece continuamente escasso” (GRÜN; ASSLÄNDER, 2014, p. 51) em torno do humano.

Assim afirma Ariane: “O monstro também é o relógio, que, quando deixa o tempo estreito, traz o medo existente”. A dimensão sensível está aí vinculada ao tempo-espaço existencial e à postura que se assume no decorrer do trajeto pessoal, pois, à medida que o monstro devorante avança, estando diante de uma perspectiva fragmentária, haverá de se enfrentar uma luta árdua. Nesse sentido, a participante representa algo cíclico com a imagem de uma engrenagem, pois, segundo ela, “[...] é a engrenagem que gira em sincronia, ligando simbolicamente os elementos. Porém, quando estamos em apuros, diante das dificuldades, não conseguimos perceber que eles se encaixam perfeitamente”.

Para superar os problemas cotidianos do tempo como desafio, a participante assume uma postura integradora, representada pelo fogo da fogueira e que simboliza “[...] a capacidade de permanecer, de não desanimar. Num contexto holístico, não permitir que a chama da vida se apague. Está perto do relógio exatamente por isso”. A importância de considerar e respeitar o ritmo interior emerge em sua narrativa, assim como a relação entre o tempo e a alma está explícita em suas significações. Afinal, para proteger-se do monstro devorante, ora se recolhe, buscando a sua morada – “O refúgio é a natureza em equilíbrio e harmonia, o lugar onde me interiorizo” –, ora se lança ao exterior em luta – “A espada são as mãos unidas em oração, representando a fé que trago na alma”.

Melina também usa a imagem do relógio para representar o poder do tempo e, assim como Larissa, assinala ter levado em consideração, na construção do seu desenho, os acontecimentos diários da vida. Ressalta, ainda, ser a personagem principal de uma história que é feita do dia a dia:

Tentei representar eu mesma, tendo que sair de casa, passar o dia longe das pessoas que eu amo. Ficar resolvendo situações a todo momento, sendo colocada à prova, questionada e cobrada. Nesse cenário, várias são as vezes que penso: como estaria a vida lá fora? / [...]. O que me consola é, depois da



correria, ter para onde ir e para quem voltar. / [...]. Minha casa é o lugar onde gosto de estar.

A estética da cotidianidade emergente do processo engendra uma relação temporal de sentido na qual o tempo abarca o espaço como coexistente e o presente vivido defronta-se com as forças do tempo dentro do espaço que comprime o ser, salvo a noção de afeto sinalizada no conteúdo das significações da participante. Essa noção mostra que o espaço sensível afetivo modifica a dimensão do tempo, oferecendo-lhe uma face qualitativa na representação da casa, o seu refúgio. Por sua vez, o elemento espada, símbolo de luta, foi representado no desenho pelo relógio, que mede o tempo, a urgência e as cobranças.

Melina, como as demais participantes, vive o seu ritual diário, que constitui tanto a sua vida particular como social. Estabelece um vínculo de confiança pelos seus, o que a faz sentir-se em paz, segura. Entende-se essa confiança como pilar da vida feita de relações, que estabelece o hábito de querer voltar para casa, ou para si próprio, num mundo de afeições compartilhadas, para que se possa exercer qualitativamente os interesses configuradores de mudanças éticas-estéticas-existenciais humanas.

Maffesoli (2012, p. 25, grifo do autor), retomando a concepção ética de São Tomás de Aquino, pondera que, a partir desses rituais cotidianos, percorre-se o caminho da liturgia social:

É preciso lembrar que, em seu sentido etimológico, *leitourgia* é a obra pública: um “serviço público”, espetáculos a expensas militares, graças ao qual uma cidade se constitui enquanto tal. Assim, o *vínculo* comunitário, o fato de estar “vinculado” e de ter confiança, se fundamenta na sedimentação de todas essas pequenas coisas. A sedimentação, em seu sentido estrito, gera cultura.

Quando uma pessoa se acostuma com um lugar, um modo de vida ou alguém, esse “com” indica a especificidade de estar junto, de viver “com”, que leva em consideração todos os elementos da existência, inaugurando uma “sociologia compreensiva”. Emprega-se essa expressão no sentido de compreender a potência da relação, que não tem um fim último, mas o sentido de ser-estar e bem-estar expervivenciando o momento presente de modo integral.



O presenteísmo, que emerge como temporalidade do cotidiano e que, segundo a concepção maffesoliana, é marcado pela comunicação social dos olhares, dos gestos, do toque, das conversas informais e da afetividade é o tempo-espaço vivido, assinalado pelo encontro com o outro e que ultrapassa a comunicação por signos. Assim, também o cotidiano pode ser compreendido, fazendo-se relevante estabelecer a confiança necessária nas relações. Sentir o social também como refúgio, que acolhe corpos que desejam e mentes que pensam diferente, e esse sentimento converge ao que Melina sente quando volta para casa. Com efeito, é esse ambiente presenteísta que emerge das narrativas e dos desenhos dos participantes.

Entretanto, para Alexander, lutar diariamente contra um monstro devorante (conflitos diários) implica simbolizar o oposto do refúgio que acolhe, ou seja, o movimento violento das ondas do mar, como emerge do seu desenho. Alexander considera que, em todo esse processo, ele é o agente protagonista da mudança, o que requer bom senso, empatia e movimento, para, no momento de decisão, agir com emoção e razão, equilibrando-as, com o intuito de resolver questões, algo fundamental para viver em harmonia.

Ressalta-se, assim, o caráter do presente, tempo do agora, como expressão do relacionamento entre acontecimentos, fenômenos e ações dos humanos, constituindo comunicação e cultura, um tempo-espaço que cria laço. Acrescente-se a isso que é através do viver-comum, da vontade de tocar o outro e de pertencer aos grupos que o sentido do aqui-agora demonstra toda a potência do diálogo social.

Nessa perspectiva, atualmente,

[...] estamos em confronto com uma série de “participações afetivas”, feitas de emoções, de sentimentos, iras e alegrias, compartilhadas com os de sua tribo, no quadro de uma estética generalizada. Para o melhor e o pior, “vibramos” juntos, entramos em sintonia (A. Schutz) com o outro. Participação afetiva, poderíamos dizer participação mágica ou mística, que se inscreve em uma “identificação cósmica” (MAFFESOLI, 2003, p. 97).

Diante desse cenário, a temporalidade é descontínua; a cientificidade e a historicidade consagradas na modernidade começam abrir espaço à relação entre o divino e o destino, ao tempo dos pequenos deuses e das pequenas histórias pós-



modernas, que contemplam a subjetividade, ainda que ela remeta à memória coletiva que expressa a partilha de sentidos e emoções.

5. Arquétipos simbolizados em Quirão e Atená

Os participantes da pesquisa conseguiram estabelecer uma comunhão entre si no interior de cada grupo. Isso se deu não só pela empatia e confiança, mas também por socializarem alegrias e dores, colocando-os sensivelmente em sintonia e, dessa forma, iniciando um processo pedagógico-curativo, para se tornarem guias do cuidado e da sabedoria, num ritual de cura, saberes e construção do conhecimento. Ione assim o expressa: “O personagem foi representado por mim na posição de meditação, pois vivendo esses momentos pude me conhecer melhor e também aos outros. Aprendi a ter paciência e serenidade durante os conflitos, sejam eles de ordem interna ou externa”.

O conhecimento e a cura em harmonia surgem da possibilidade de retornar imaginativamente a eventos traumáticos e, em doses homeopáticas de sensibilidade-inteligibilidade, reconhecer o significado das doenças, dos males da alma que simbolizam no físico, emitindo sinais, resultando nas somatizações do corpo. Por meio de atividades artísticas e pelas trilhas da imaginação, a educação estética ganhou força, apontando a importância de uma formação sensível que também pode manifestar-se pelas imagens e tramas significativas que unem as potencialidades míticas de Quirão às de Atená. Ione, em sua narrativa, trata do autoconhecimento pelo qual passou, ao fazer parte do grupo: “Primeiro usei a espada que atravessou o monstro apavorante, o qual representa meus medos, inseguranças, injustiças e lutas do dia a dia”.

Tal comentário reporta à potencialidade guerreira da deusa Atená, que, ao empunhar a sua espada na batalha, o faz com justiça, inteligência, racionalidade e sensibilidade. É assim que age Ione, quando as dores da alma queimam feito fogo no seu coração: “O fogo atravessando e partindo o coração é a queda que faz sofrer”. Porém, na mesma direção, desenha o processo de reunião e transformação: “O coração inteiro recomposto representa o refúgio que acalma. / Quando estou em paz refugiada em mim mesma sinto meu coração pleno de alegria. / Totalmente inteiro”.

A participante procura cicatrizar as suas feridas, mas também se torna artífice de seu destino, quando, com os fios reflexivos, costura as partes de seu coração ferido. Não



espera que o tempo reúna as partes fragmentadas; age para que isso aconteça. Assim também é Atená, que, com equilíbrio apolíneo, torna-se artesã, presidindo a esfera das artes. Além de ser deusa da sabedoria, como visto anteriormente, ela é considerada conselheira e obreira, uma vez que busca a paz para o povo e conduz trabalhos de tecelagem, fazendo que as mulheres de seu estado confeccionem as próprias indumentárias, como ela fizera ao produzir a sua túnica flexível e bordada (BRANDÃO, 2014). Atená sabia manejar muito bem as suas ferramentas, fossem espadas ou instrumentos de tear.

Para a constituição do *self*, as funções integrativas são de extrema importância; a sensibilidade e a razão precisam complementar-se no equilíbrio direcionado ao centro. Assim, formar e cuidar do humano significa estar atento a essa conexão que contempla em si a dimensão da consciência, além do inconsciente pessoal e coletivo e que autores como Jung (2012) e Leloup (2002) chamam, também, de relação numinosa, ou seja, trazer para a presença física do ser a profundidade da alma. Isso pode acontecer, segundo eles, por meio de exercícios meditativos, que se dão, ainda, pela expansão da consciência, pelo movimento ou repouso do corpo e pelo trabalho com as mãos, como faziam Quirão e Atená.

Evidências da eficácia dessa prática aparecem na narrativa de Ione:

A água é a chuva caindo sobre mim que estou meditando, ela me lava o físico, psíquico e espiritual. / E aos meus pés está o gato, renovando as energias, trazendo positividade, paz e luz, me protegendo. / O fogo são amarguras queimando e causando dor. Mas meditando fico em paz, me realizo. Vejo-me superando barreiras e aprendendo através da meditação.

A participante é banhada pela chuva que cai de Pai Céu, fecundador do humano, e suas raízes anatômicas, ou seja, seus pés a conectam à Mãe Terra, germinadora do feto e da energia do gato. Existem afinidades entre o gato e o princípio feminino, por expressar a sombra das Grandes Mães do paganismo. “Independente, insubmisso, o gato foi também visto na história como símbolo adequado de liberdade [...]. Prudhon pinta a liberdade sob a forma de uma mulher segurando uma lança com o barrete frígio na ponta e tendo a seus pés um gato” (SILVEIRA, 1992, p. 119).

Aproximando-se de sua essência por meio de elementos arquetípicos, Ione encontra na meditação a luz do conhecimento e a paz de que precisa. Trata-se de um processo terapêutico-pedagógico, pois, conforme Hovelacque, é possível estabelecer



uma analogia entre a meditação e a medicação, uma vez que a raiz etimológica de ambas as terminologias deriva do radical *medi*, que se refere à medida. Lembra-se, neste ponto, que medicação não se restringe a remédio, mas abrange as ferramentas que auxiliam no processo de transformação da consciência, da mesma forma que meditação não é somente relaxamento, mas também uma ideia-prática que interfere na realidade singular ou social dos sujeitos. O autor, ainda, acrescenta que precisamos, atualmente, de medicamentos que tratem também pela “[...] voz do silêncio para que possamos escutar” (HOVELACQUE, 2015, p. 59).

Um mestre-aprendiz ou um curador-ferido legítimo está sempre aberto a ouvir as vozes e as dores do mundo, pois se identifica com elas, assim como Quirão, ou se coloca à disposição, tal como Atená. Porém, os arquétipos vêm mostrar, além disso, que o humano tem as suas limitações, na maioria das vezes, impostas pelo medo, representado nas composições verbais e não verbais de inúmeras formas. No caso de Dafne, a personagem (ela mesma) está no cenário de um vale com uma cachoeira espumante “[...] que escondia uma caverna misteriosa e suas águas transparentes refletiam imagens fantásticas. / Dizia-se que o canto da cachoeira era o canto das sereias que atraíam os homens para o monstro os devorarem”.

No enredo de sua história, os perigos são representados pelo canto da sereia, cuja forma também é humana-animal e simboliza a sedução, os desejos e as paixões que podem ser mortais. Mas para que não se sucumba ao monstro, Chevalier e Gheerbrant (2015) sublinham que, ao comparar a vida a uma viagem de barco, as sereias seriam emboscadas que puxam para o fundo do mar, para a primitiva dimensão animal. E para evitar que o monstro submarino ataque, é preciso agarrar-se à dura realidade de um mastro no centro do navio, que serve como eixo vital conectado com o espírito.

Voltando às significações propostas por Dafne, apesar dos perigos que um monstro devorante traz, ela não se fecha no recôndito de seu refúgio; quer saber o que acontece fora de sua morada; é corajosa como Atená e busca o conhecimento: “O refúgio, a caverna atrás da cachoeira deveria ser proteção, mas no meu íntimo refere-se à curiosidade”. Ela encontra proteção no instinto de sua dimensão animal. A curiosidade, contudo, impulsiona-a para a dimensão humana de busca e aprendizado do que até então era desconhecido, mas que ainda assim a protege.



Já para Marla é exatamente o desconhecido que lhe causa medo: “O monstro devorante são as montanhas, pois não sei o que se esconde do outro lado delas”. Tanto Dafne quanto Marla são professoras. A dualidade vivida pelos cuidadores, afirmam Moreira e outros (2006), gera angústia e sentimentos de impotência. É fundamental que os docentes possam reconhecer seus medos, entregando-se ao cuidado de outro cuidador, aceitando, assim, as próprias limitações.

Muitas simbologias associadas à montanha convergem para a significação de sua narrativa. Para os antigos árabes, a montanha de Qaf era considerada o umbigo do mundo, ou centro do mundo, porque ligava a Mãe Terra e as suas ramificações subterrâneas ao Pai Céu, por ter em sua estrutura um pico, ou ponto de onde se efetua a saída do Cosmo. Essa simbologia faz refletir sobre o medo da morte, especificamente no caso da participante, cuja escalada da montanha para descobrir o desconhecido significaria alcançar o seu pico, isto é, sair do Cosmo, do útero da Mãe Terra, significação relacionada à morte do corpo físico, assim como à possibilidade de renascimento da alma. Por isso, sua personagem vive entre as montanhas, tendo ao seu redor dois elementos: “A espada, são árvores que lutam. / O refúgio é a casa que protege”. Porém, no alto, próximo ao céu e ao pico das montanhas, está “Algo cíclico, são pássaros que simbolizam mudança”.

Para Chevalier e Gheerbrandt (2015), a montanha simboliza um centro primordial de isolamento e meditação, em oposição à planície, onde vivem os humanos. Mais um aspecto leva a pensar que a participante teme a morte ou o fim de um ciclo, uma vez que a construção arquetípica feita por ela foi significada desta forma: “Este desenho vem sempre a minha memória, me acompanha há tempos. É uma paisagem que me agrada. Uma casa no campo, água, muito verde, pessoas conversando, pois adoro receber visitas e fazer festa em minha casa. Gosto de servir bem as pessoas e tê-las comigo. / Isso me traz paz e serenidade”.

Marla medita e encontra a harmonia na planície, na festa entre os seus, pois esse território lhe é conhecido e ela pode dominá-lo, o que fez também Atená, que, com o seu espírito inventivo, organizou a *Panateneias*, maior e mais solene festa de Atenas. Dedicada a homenagear Teseu, essa cerimônia acontecia anualmente e, dentre corridas, procissões e sacrifícios, o rito final representava a vitória dos deuses olímpicos sobre os filhos da terra, “Marcando a ordem definitiva e a supremacia da *pólis* dos homens sobre



o Caos primordial” (BRANDÃO, 2014, p. 91, grifo do autor). Sob essa configuração festiva, a participante estabelece o seu equilíbrio, no recôndito de seu lar, mantendo-se afastada do pico das montanhas, que escondem mistérios, muitas vezes incompreensíveis ante a dificuldade de subir sem um guia, uma vez que enfrentar essa subida desacompanhada pode lhe acarretar perigos mortais.

Por trás dessas simbolizações de sofrimento, luta, paz e meditação aparentemente sem sentido, está a mensagem de que é preciso enfrentar o fim de algumas coisas e o início de outras. No mito, Quirão recebe dos deuses a recompensa pela sua atuação como curador, o dom da imortalidade, mas prefere a morte, aceitando-a de maneira nobre e tranquila, uma vez que, em vida, não conseguiria curar-se de sua ferida. Aí habita mais uma importante questão a refletir: a necessidade de trabalhar pedagogicamente a morte como parte da vida, o que interferiria num processo preventivo de sofrimento, tendo em vista que, muitas vezes, adoce-se por lutar demasiadamente, munidos de todas as armas, por causas sem sentido, o que talvez não acontecesse, se o potencial reflexivo contido no mito de Atená fosse desenvolvido.

Assim, no tempo-espaço vivencial da oficina, os participantes agregaram um processo terapêutico ao de ensino-aprendizagem confluyente pela afetividade e pela luz da razão. Buscar no universo mítico pode ser considerado primitivo, gestos potenciais ou episódios divinizados, uma legitimação para significações e atos humanos provenientes de uma iniciação. Desse movimento, pode ser esculpido um eterno retorno, transformando um tempo concreto em tempo mítico, em que muitas almas estão ávidas por renascer, para lutar, ressignificando os desafios enfrentados no cotidiano. É possível, ainda, personificar um encontro dos tempos simbolizados por Crono e Kairós, ou uma identificação com Quirão e Atená, ambos referenciais potenciais de conhecimento e cuidado. Confirma-se, dessa forma, que o humano constrói a sua realidade de acordo com os elementos arquetípicos e que o mito pode servir como modelo exemplar.

4. Considerações Finais



Ancoram-se as significações referidas anteriormente na *Katharsis* realizada pelos participantes através dos seus discursos verbais e não verbais. Assim, entende-se que a primazia pela experiência subjetiva fez emergir fenômenos capazes de cultivar diferentes saberes, conhecimentos e cuidado, uma vez que um processo formador, contemplador do universo das imagens mentais, símbolos e mitos possibilitou aos sujeitos um encontro essencial consigo mesmos e na comunidade.

Contribuindo para uma expansão da consciência, ou seja, um alargamento investigativo do próprio ser a “territórios” até então desconhecidos, ou esquecidos, mas que fazem parte do trajeto antropológico existencial dos participantes, esse processo convergiu criativamente em Jornada Arquetípica. Com efeito, esses sujeitos estavam a interpretar os movimentos do caminho, considerando um potencial sensível-inteligível capaz de promover a união das polaridades postas como antagônicas pelo pensamento cartesiano, o que interferiu diretamente na execução de ações desveladoras-construtoras-transformadoras de sentidos existenciais.

Na compreensão do significado da oficina para os sujeitos da pesquisa, a ressonância mitêmica apresentada pelos mitos diretores trouxe o entendimento de que os processos educativos estéticos, por meio das quatro funções básicas da consciência (pensamento, sensação, sentimento, intuição), possibilitaram a correlação do tempo-espaco concreto com o tempo-espaco mítico, demonstrando que o mito serviu como modelo exemplar no trajeto antropológico dessas pessoas.

Um mergulho cada vez mais profundo na compreensão das informações pode levar à aproximação de mitolemas, ou, até mesmo, fazer emergir mitos secundários. A partir da expressão em forma de desenhos arquetípicos e narrativas, os participantes foram trazendo ao mundo real os conteúdos que se encontravam no inconsciente, por meio de uma linguagem sensível-inteligível. O não conhecido exprimiu-se no processo educativo estético, ou seja, a *Katharsis* expervivida pelos participantes mostrou que qualidades imaginadas pelo ser humano ganham roupagens míticas, a fim de desvelarem as suas próprias potencialidades.

É importante ressaltar a importância da educação iniciática proposta por Maffesoli. Cabe lembrar, nesse sentido, que, na sua palestra proferida no XXIII Congresso Nacional da Federação dos Arte-Educadores do Brasil, em 2013, quando perguntado sobre qual poderia ser a solução para a educação brasileira, ele respondeu



que o grande salto se daria quando o professor se transformasse num mestre espiritual e o estudante, no seu discípulo. A resposta de Maffesoli carrega em seu bojo uma formação mítica, uma vez que a construção do real existencial necessita de uma mediação simbólica, mostrando que a ciência não pode se opor ou ser vista como superior em relação a outros tipos de conhecimentos. Ao contrário, ela necessita da vinculação aos saberes cotidianos para se fazer compreender e ter significado para estabelecer relações capazes de ressignificar as próprias biografias, pondo-se a caminho de um cuidado espiritual, onde se pode ser mestre-aprendiz em prol de um novo encantamento que transforme os sentidos existenciais.

Referências

ARAÚJO, Alberto Filipe; RIBEIRO, José Augusto; AZEVEDO, Fernando. Prometeo, de Franz Kafka: un abordaje mitocrítico. *Acta Scientiarum*, Maringá, v. 39, n. 1, p. 91-99, jan.-abr., 2017. Disponível em: <<http://www.uem.br/acta>>. Acesso em: 17 maio 2017.

BACHELARD, Gaston. **A formação do espírito científico**: contribuição para uma psicanálise do conhecimento. Tradução de Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996a.

_____. **A poética do espaço**. Tradução de Antônio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 1996b.

BRANDÃO, Junito. **Dicionário mítico-etimológico da mitologia grega**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

BULFINCH, Thomas. **O livro de ouro da mitologia**: história de deuses e heróis. Tradução de David Jardim. Rio de Janeiro: Agir, 2015.

CARDOSO, Clodoaldo M. **A canção da inteireza**: visão holística da Educação. São Paulo: Summus, 1995.

CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. **Dicionário de símbolos**: mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números. Tradução de Vera da Costa e Silva et al. 28. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2015.

DUARTE JÚNIOR, João-Francisco. **O sentido dos sentidos**: a educação do sensível. Curitiba: Criar, 2001.



DURAND, Gilbert. **De la mitocrítica al mitoanálisis**: figuras míticas y aspectos de la obra. Traducción y notas de Alain Verjat. Barcelona: Anthropos; México: Universidad Autónoma Metropolitana-Iztapalapa, 1993.

_____. **As estruturas antropológicas do imaginário**: introdução à arquetipologia geral. Tradução de Hélder Godinho. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

_____. **O imaginário**: ensaio acerca das ciências da filosofia da imagem. Tradução de Renée Eve Levié. 3. ed. Rio de Janeiro: Difel, 2004.

GENNARI, Mario. **La educación estética**: arte y literatura. Traducción de Noemí Cortés López. Barcelona: Paidós, 1997.

GRÜN, Anselm; ASSLÄNDER, Friedrich. **Administração espiritual do tempo**. Tradução de Paulo Valério. 3. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

HOVELACQUE, Acely G. A bula da vida. In: LELOUP, Jean-Yves; CREMA, Roberto. **Dimensões do cuidar**: uma visão integral. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015. p. 53-59.

JUNG, Carl Gustav. **O homem e seus símbolos**. Tradução de Maria Lucia Pinho. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

_____. **Psicologia e Religião**: *psicologia e religião Ocidental e Oriental*. Tradução de Pe. Dom Mateus Ramalho Rocha. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

LELOUP, Jean-Yves. **O corpo e seus símbolos**: uma antropologia essencial. Tradução de Regina Fittipaldi. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

_____. Construir o templo da inteireza. In: BOFF, L.; WEILL, P.; CREMA, R. **O espírito na saúde**. Tradução de Pierre Weill e Regina Fittipaldi. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. p. 35-42.

LOUREIRO, Altair M. L. **O velho e o aprendiz**: o imaginário em experiências com o AT-9. São Paulo: Zouk, 2004.

MAFFESOLI, Michel. **O instante eterno**: o retorno do trágico nas sociedades pós-modernas. Tradução de Rogério de Almeida e Alexandre Dias. São Paulo: Zouk, 2003.

_____. **El reencantamiento del mundo**: una ética para nuestro tiempo. Traducción de Ariel Shalom. Buenos Aires: Dedalus, 2009.

_____. **O tempo retorna**: formas elementares da pós-modernidade. Tradução de Teresa Dias Carneiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.



____; ICLE, Gilberto. Pesquisa como conhecimento compartilhado: uma entrevista com Michel Maffesoli. **Educ. Real.**, Porto Alegre, v. 36, n. 2, p. 521-532, maio/ago. 2011. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/edu_realidade>. Acesso em: 13 nov. 2015.

MOREIRA, Jacqueline P. O professor como cuidador. **Revista Bioética**, Brasília, v. 14, n. 2, p. 163-169, 2006. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/3615/361533244007.pdf>>. Acesso em: 14 maio 2017.

SANCHEZ TEIXEIRA, Maria Cecília. S.; ARAÚJO, Alberto Filipe. **Gilbert Durand: imaginário e educação**. 2. ed. Niterói: Intertexto, 2013.

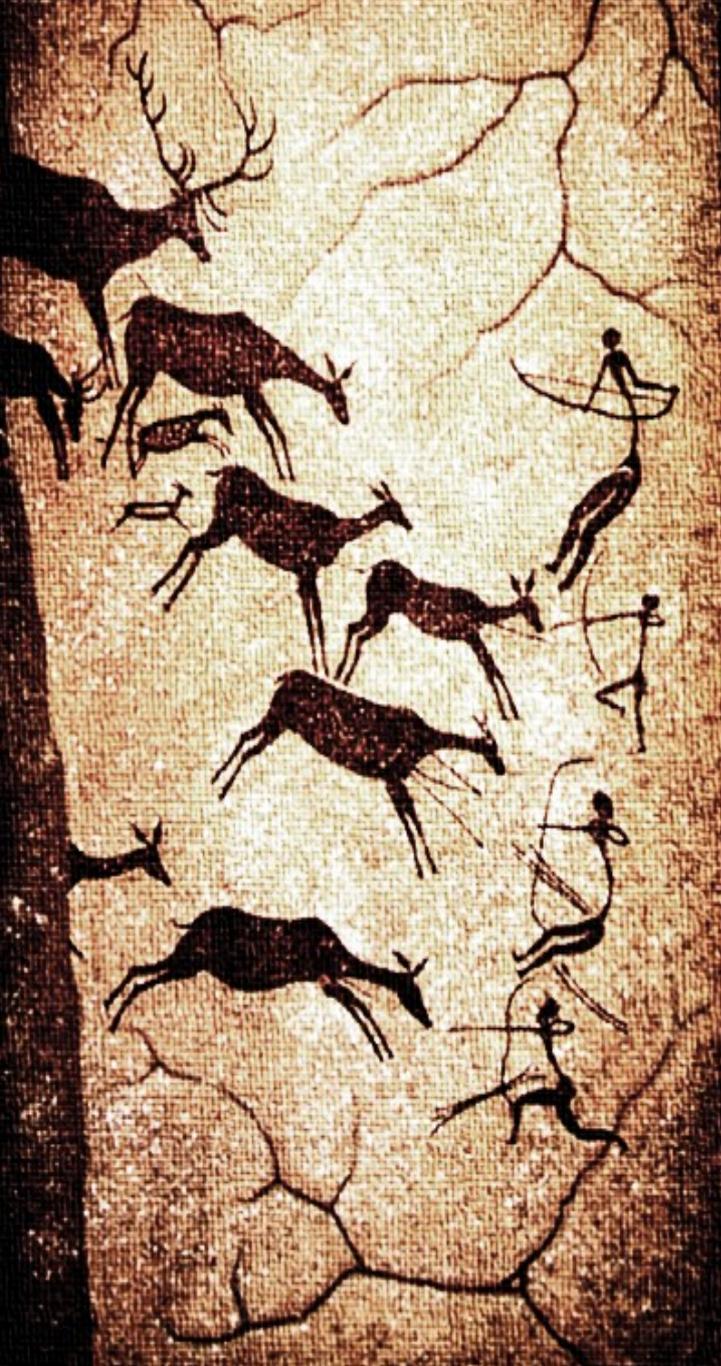
SILVEIRA, Nise. **O mundo das imagens**. São Paulo: Ática, 1992.

ZAUZA, Getúlio V. Para quem sofre. Poesia. **Revista da Academia Passo-Fundense de Letras**, n. 7, 8, 9, maio 2011.

Submetido em: 14/06/2017. Aprovado em 25/09/2017.



Revista Memore, Tubarão, v. 4, n. 3 esp. dossiê Marcas da Memória: direitos humanos, justiça de transição e anistia, p. 1-300 set./dez. 2017. ISSN: 2358-0593



PERSONAGENS FEMININAS DO SÉCULO XIX: DISCURSOS SOBRE A MULHER EM *MEMÓRIAS PÓSTUMAS DE BRÁS CUBAS*

Bárbara da Silva Izidorio*
Suelen Francez Machado**
Vaniele Medeiros da Luz***

Resumo: Este artigo pretende investigar o comportamento, as atitudes, os sentimentos e o posicionamento das personagens femininas criadas por Machado de Assis, principalmente no que se refere ao amor, ao casamento e à vida social, no romance *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (1881). Trata-se de uma pesquisa bibliográfica na qual estudamos as personagens femininas criadas por Machado de Assis, partindo da necessidade de se compreender as raízes da “inferioridade” do gênero feminino e também do modo como as mulheres são descritas à luz do olhar de um narrador masculino. A pesquisa, com a análise da obra enfatizando as personagens femininas, ajuda-nos a compreender que Machado inova e cria personagens enigmáticas e transgressoras dos padrões da época. Por isso é que, apesar de terem sido escritas no século XIX, as obras machadianas surpreendem os leitores de maneira fascinante.

Palavras-chave: Machado de Assis. Personagens femininas. Século XIX. Discurso.

Abstract: This article aims at investigating the behavior, attitudes, feelings and the positioning of feminine characters created by Machado de Assis, especially with regard to love, marriage and social life. The object of our analysis is the novels *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. This is a bibliographic research and, under hipotetic – deductive method, we study the feminine characters created by Machado de Assis starting from the need to understand the origin of feminine inferiority and also how women are described under the masculine view. The research carried out here, helps us to understand Machado de Assis innovate and create enigmatic characters and too beyond to the standards considered as models of that time. For this reason, despite being written in the nineteenth century, the novels investigated amazingly surprise their reader.

Keywords: Machado de Assis. Feminine characters. XIX century. Discourse.

* Professora no Estado de Santa Catarina.
Especialista em Gramática de Texto
E-mail: barbaraizidorio@hotmail.com

**Professora no Senac, na Unisul e no Colégio Dehon.
Mestra e Doutoranda em Ciências da Linguagem
Email: suelen.francez@gmail.com

***Professora no Estado de Santa Catarina.
Mestra em Ciências da Linguagem
Email: vaniele_luz@hotmail.com
DOI: 10.19177/memorare.v4e32017278-300



REVISTA
MEMORARE

UNISUL
www.portaldeperiodicos.unisul.br
ISSN 2358-0593

1. Introdução

Falar e escrever sobre Machado de Assis (1839 – 1908) é uma forma de nos conectarmos as relações amorosas, com suas artimanhas de conquista e sedução, ao lado de um estilo que só mesmo ele foi capaz de criar. Poeta, romancista, dramaturgo, contista, jornalista e teatrólogo, ele contribuiu significativamente com a cultura brasileira, marcando gerações. Com genialidade e competência, Machado de Assis costumava descrever a própria realidade da época, no entanto, com muita maestria, essa descrição era feita sob muita crítica e ironia. Por isso que para ler Machado de Assis é preciso ser um leitor arguto. Nesse contexto, este artigo aborda, basicamente, a presença da personagem feminina na obra machadiana, e suas relações com o amor, o casamento e a sociedade em geral.

Assuntos relacionados à mulher tem sido objeto de estudo de diversas áreas do conhecimento, em diferentes épocas. Muitos tentam explicar por que, ainda hoje, muitas mulheres sofrem discriminação e são excluídas dos setores públicos. Na literatura não é diferente. Muitas vezes o modo como às personagens femininas se comportam, leva o leitor a amá-las, a ter piedade, ou a odiá-las, desesperadamente.

A obra machadiana é considerada bastante inovadora e relevante, por apresentar as personagens femininas de um modo muito peculiar. Daí o interesse motivador para a elaboração desta pesquisa, que parte do empenho em se compreender as raízes da “inferioridade” do gênero feminino e também da necessidade de elaboração de um novo discurso sobre a mulher que, no decorrer da história, vem tentando libertar-se dos ditames criados pela sociedade.

Assim, objetivando investigar o comportamento, as atitudes, os sentimentos e o posicionamento das personagens femininas criadas por Machado de Assis, principalmente no que se refere ao amor, ao casamento e à vida social, analisamos o romance *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (1881).

Os processos de investigação desta pesquisa constituem-se numa pesquisa bibliográfica, como suporte à análise, de forma descritiva, da produção literária de Machado de Assis, sob a forma do método hipotético-dedutivo, permitindo maior conhecimento relativamente às obras e ao autor. Buscamos, na obra de Machado, a imagem de uma mulher que diferia daquela das mulheres de sua época, para verificar



em que medida estas narrativas abrem reflexões sobre a possibilidade de a mulher tornar-se protagonista de sua própria história.

O trabalho divide-se em mais três seções. A primeira apresenta uma contextualização acerca da cidade do Rio de Janeiro e da mulher no século XIX. Na segunda seção, analisamos a representação da mulher na obra machadiana, partindo da visão que ele tem da personagem feminina, em relação a outros escritores da época. Por fim, tecemos as considerações finais.

2. Especulações sobre a vida de homens e mulheres no Rio de Janeiro de outrora

2.1. Imagens do Rio de outrora

Durante o século XIX, a sociedade brasileira sofreu algumas transformações: a consolidação do capitalismo, a ascensão da vida urbana e, conseqüentemente, o surgimento de uma burguesia dotada de uma nova mentalidade que favoreceram uma reorganização da vida doméstica.

Nesse período, houve o nascimento de uma nova mulher nas relações familiares, caracterizada pela sensibilidade e pelo dom da maternidade. Era a mulher da família burguesa.

A família burguesa originou-se na Europa a partir do século XVIII e se disseminou no Brasil a partir do século XIX. Segundo esse modelo, a família era resumida a seu eixo nuclear e, aos poucos, foi se transformando em uma nova ordem familiar onde os papéis do ser homem e ser mulher e do casamento foram redefinidos.

O pai autoritário, o excesso de escravos e agregados que marcavam o modelo denominado Freyre (1992) de “família patriarcal” tornou-se alvo de críticas, na medida em que não oferecia condições para a construção de novos homens e mulheres adequados à sociedade. Estes deveriam ser criados no interior de uma família intimista, protetora e constituída por pais, mães e filhos. Daí surge a necessidade, no Brasil, de um novo modelo familiar encarregado de idealizar a instituição familiar com o propósito de formar indivíduos civilizados, domesticados e à disposição do Estado.

Para melhor compreendermos a edificação desse novo modelo familiar, recorreremos à obra *História do Amor no Brasil* de Mary Del Priore que descreve



minuciosamente, com base em registros históricos de viajantes que passaram pelo Brasil na época, as relações entre homens e mulheres no século XIX.

O desenvolvimento das cidades influenciou na disposição dos interiores das residências. As casas tornaram-se mais aconchegantes, o que favoreceu um processo de privatização da família e valorização da intimidade. As alcovas – o quarto do casal – eram espaços reservados à explosão de sentimentos: amor, paixão, desejo, ciúme, declarações, leitura de romances pouco recomendáveis na época, etc. Poucos são os registros sobre como se comportavam, na intimidade, homens e mulheres do século XIX. Sabe-se, porém, que a noite de núpcias era uma prova.

Numa sociedade patriarcal, o homem podia ter sua iniciação sexual muito cedo, mas as mulheres deveriam casar-se virgens. A mulher que casasse “não-virgem” era como uma embalagem violada e podia ser devolvida aos pais. Tudo era motivo de vergonha e constrangimento. Durante a intimidade os corpos permaneciam cobertos e tudo indica que havia roupas íntimas com furos na altura da vagina. Fazia-se amor no escuro e o prazer da mulher não tinha tanta importância. A relação sexual tinha um único objetivo: a reprodução. Era preciso manter a mulher ocupada com gestações e, conseqüentemente, sem interesse por outros homens.

O resultado de tudo isso foi o desenvolvimento de uma sociedade marcada pela acentuada divisão de papéis. A mulher deveria ser a “rainha do lar”, a mãe dedicada ao marido e à criação dos filhos, peça fundamental na relação familiar. Objetiva-se livrá-la da rua e de seus perigos. À mulher era imposto um comportamento pessoal e familiar: no casamento, deveria amar seu marido, respeitá-lo, obedecê-lo e tolerar seus defeitos com paciência e mansidão, além de educar seus filhos com amor, segundo os preceitos da fé católica, e comportar-se com moral e pudor (LOPES, 2002, p. 22 apud JACINTO 2005, p. 37). Ao homem, por outro lado, cabia o papel de provedor, pois ele é quem deveria trabalhar para garantir o sustento da família.

Até meados do século o casamento era feito por motivações econômicas e, muitas vezes, sem amor. Como o homem tinha grande acesso ao espaço público, maiores ainda eram as possibilidades de vivenciar aventuras extraconjugais. Fazia-se amor com a esposa, quando se queria descendência, e no restante do tempo era com a outra.



A fidelidade conjugal era tarefa, exclusivamente, feminina. E por causa de todo este culto à honra da mulher, muitas foram as que sofreram por causa de afetos fora do casamento. As mais castigadas eram as de elite, muitas delas se não severamente castigadas, eram mortas. Já às mulheres de classes menos favorecidas cabia a separação. Isto porque as mulheres de elite estavam sempre protegidas, circunscritas à vida familiar e, conseqüentemente, menos expostas às ocasiões de infidelidade. As moças de camadas mais pobres viviam menos protegidas e mais sujeitas à exploração sexual (Del Priore, 2006, p. 188).

Relatos de cronistas, viajantes e historiadores descrevem que havia um rígido controle sobre os movimentos e comportamento das moças. Era preciso impedir a aproximação dos corpos antes do casamento. A vigilância era, portanto, a garantia de um bom casamento, uma vez que a virgindade funcionava como um dispositivo a favor daquelas que queriam conquistar um casamento movido a interesses políticos e econômicos.

Apesar de a sociedade ser autoritária e bastante rígida quanto à exaltação da feminilidade e da fidelidade no casamento, durante o século XIX, houve um afrouxamento da vigilância sobre as moças e elas mesmas começaram a se autovigiar. Por esse período, muitas sinhás oitocentistas cometeram aventuras e muitos frutos nasceram desses afetos ilícitos.

Havia, portanto, na época, a existência de uma moral sexual dupla, na qual ao homem era lícito obter satisfação com outras mulheres que não a sua esposa, enquanto que, para a mulher, somente era permitido dedicar-se ao marido e relacionar-se por puro objetivo reprodutivo.

Deve-se destacar, ainda, que não havia uma identidade feminina homogênea. Nem todas as mulheres eram vistas como beatas, cultuadas e frágeis. Havia as mulheres mundanas, livres, sensuais, pecadoras e amantes do luxo – as prostitutas. Havia também as mulheres negras escravas, que eram forçadas ao trabalho no campo e na cidade e não estavam, portanto, incluídas no discurso de fragilidade feminina.

O discurso da fragilidade feminina a que nos referimos surgiu com o avanço da medicina. Os médicos, cada vez mais interessados na personagem feminina, encarregaram-se de formular um rol de diferenças entre os sexos fundamentado na



“cientificidade”. A inferioridade da mulher é legitimada pela estruturação de seu organismo:

Em todas as quadras da vida, a mulher se distingue do homem pelo maior desenvolvimento de paixões exalantes: na infância, quando os dois sexos se assemelham por seus caracteres físicos, a mulher é mais risonha, estranha menos, é mais sensível aos afagos; na meninice, não tem a inquietação do homem, nem os seus jogos, nem as suas inclinações. Em vez de cobrir-se com uma barretinha de papel, de fazer de um pau, espingarda, entretém-se dia e noite com uma boneca, a quem dá o nome de filha, fala-lhe como se animada fosse, etc. (COSTA apud VERONA, 2007, p. 49).

O casamento e a maternidade eram vistos como algo positivo para as mulheres. Segundo os médicos, a mulher apenas se sentiria completa quando pudesse tornar-se mãe. As mulheres, em geral, passaram a ser valorizadas como importantes agentes de transformação social porque a elas era concedida a função de educadoras dos filhos.

Os textos médicos, porém, descreveram tipos femininos que se distanciavam do padrão mulher/mãe, e sempre associaram tais discrepâncias a algum tipo de doença relacionado ao sexo feminino. No geral, os médicos definiram a histeria como uma neurose hereditária capaz de modificar as funções vitais do paciente. Segundo eles, apesar de atingir ambos os sexos, a doença estabelece ligações intensas com a sexualidade feminina. A masturbação é apontada, na época, como uma prática que poderia provocar a tal anomalia.

Para alguns doutores, o casamento era um dos meios de prevenir e curar a histeria. Para outros, a doença era incurável e a mulher portadora do mal não deveria casar-se, evitando sua propagação. O histerismo não foi o único desvio abordado nas teses e textos médicos oitocentistas. Ninfomaníacas, lésbicas, prostitutas e alienadas também receberam atenção, porque eram tipos femininos que podiam acarretar sérios problemas sociais e familiares, além de comprometer o desenvolvimento de uma civilização moderna. E tem raízes longínquas este receio que a cidade do Rio de Janeiro alimentava, responsabilizando a mulher pelos “males do mundo”. É o que se comprova no roteiro histórico descrito a seguir.



2.2 A sedução amorosa e suas artimanhas

Naquela época, pelo fato de o corpo da mulher ser, praticamente, todo coberto, o que ficava à mostra, como pés e mãos, era o que atraía os olhares masculinos, despertando desejo. Sendo assim, Priore (2006, p. 154) descreve como seriam os pés e mãos perfeitos, no século XIX:

Pequenos, os pés tinham de ser finos, terminando em ponta; a ponta, era a linha de mais alta tensão sensual. Fairepetitpied era uma exigência nos salões franceses; as carnes e os ossos dobrados e amoldados às dimensões do sapato deviam revelar a pertença a um determinado grupo social, grupo no interior do qual as mulheres pouco saíam, pouco caminhavam e, portanto, pouco tinham em comum com escravas ou trabalhadoras do campo ou da cidade, donas de pés grandes e largos. Os pés pequenos, finos e de boa curvatura, modelados pela vida de ócio, eram emblema de “uma raça”, expressão anatômica do sangue puro, sem mancha de raça infecta, como se dizia no século XVIII.

Metaforicamente, o que atualmente está num “pisar de olhos”, no século XIX, tornava-se sedução e mostrar os pés e as mãos. Assim como José de Alencar, Joaquim Manuel de Macedo, Luís Guimarães Júnior e Álvares de Azevedo, entre outros, eram escritores que descreviam a sedução nascendo de belos pés, com obrigação de serem pequenos, entre outras características sedutoras daquela época, despertando o desejo de muitos homens.

Além dos pés e dedos longos, surge, segundo Priore (2006, p. 155), “[...] o beijo capaz de transfigurar, de metamorfosear. [...]”. Este foi o mesmo beijo de Bentinho e Capitu, ainda jovens, acontecido em *Dom Casmurro*, de Machado de Assis.

Outro elemento do corpo, objeto de desejo, era o olhar que, também, era uma importantíssima irradiação de prazer. Porém, era apenas o homem que escolhia e aproximava-se da moça desejada, através de olhares, porque o olhar feminino era considerado obsceno e lúbrico.

[...] O discurso amoroso que circulava entre uma pequena elite, inspirado no romantismo francês, era recheado de metáforas religiosas: a amada era um ser celestial. A jovem casadoira, um anjo de pureza e virgindade. O amor, uma experiência mística. Liam-se muitos livros sobre sofrimento redentor, sobre estar perdidamente apaixonado, sobre corações sangrando. Mas falar sobre tais assuntos era tão escandaloso que as palavras eram substituídas por silêncios,



toques, troca de olhares e muita bochecha vermelha. Enrubescer era obrigatório para demonstrar o desejado nível de pudor, que elevava as mulheres à categoria de deusas, santas e anjos. (PRIORE, 2006, p. 122).

De acordo com o mesmo autor, os decotes estavam se aprofundando e estavam ficando de acordo com a moda do Império, que ditava o envolvimento das curvas femininas nas pregas dos vestidos e ambos os sexos adoravam as “lingeries”. A obsessão por um olhar camuflado ou por um pezinho funcionava como uma isca para o desejo.

[...] a mulher tinha de ser dona de pés minúsculos. Seu cabelo deveria ser longo e abundante preso em penteados elaboradíssimos para fazer frente a bigodes e barbas igualmente hirsutos. Homem sem barba era marica! A cintura feminina era esmagada ou triturada por poderosos espartilhos, acentuando os seios aprisionados nos decotes – o peito de pomba – e o traseiro, aumentando graças às anquinhas. Uma tal armadura era responsável, segundo alguns médicos mais esclarecidos, por problemas respiratórios e hemoptises, ajudando a desenhar a figura da heroína romântica, “a pálida virgem dos sonhos do poeta”, doente do pulmão. A complicação das roupas tinha efeito perverso: suscitava um erotismo difuso que se fixava no couro das botinas, no vislumbre de uma panturrilha, e um colo disfarçado sob rendas. (PRIORE, 2006, p.152).

Era uma sedução calculada, com objetivos de aliança, nem sempre tão sagrada, da jovem casadoira, angelical e pura com um mancebo de bigodes e barba hirsutos.

E, no século XIX, a missa era o melhor lugar para o namoro, durante ela, os jovens aproximavam-se na presença dos pais e trocavam códigos. Até mesmo, as mulheres podiam cochichar algumas palavras com seus interlocutores. Fora a troca de olhares e os cochichos na missa, raramente um homem poderia falar com a mulher com que gostaria de casar, antes de tê-la pedido em casamento.

As mulheres viviam sempre bem vestidas e ocupadas com os afazeres domésticos, eram consideradas belas aos treze anos, alegres aos dezoito e pesadas senhoras, cercadas de filhos, um pouco depois. O homem era visto como aquele que mandava, conquistava e realizava. A mulher, por sua vez, deveria servir ao seu marido e aos seus filhos e desenvolver certo pudor natural.

A filha mais velha devia casar-se primeiro. Além disso, o casal quase não se encontrava, para evitar os contatos sexuais antes da noite de núpcias, pois, a pureza da donzela era fundamental para a realização do matrimônio.



Muitos casamentos impostos ocasionaram problemas mentais nos descendentes. Na família dos barões de Goicana, de Pernambuco, também a endogamia foi praticada à larga, não faltando descendentes epiléticos. Moças que se casaram sem consentimento ou bênção foram excluídas das redes de sociabilidade familiar e isso era considerado grave afronta ao grupo. Moças da elite eram casadas debaixo de cuidados o mais cedo possível, pois, se passasse de 25 anos, seria considerada “moça-velha”, “moça que tinha dado o tiro na macaca”, ou moça que chegara ao “caritó” [...]. Casamento de mulher pobre e de escrava não envolvia dote [...]. (PRIORE, 2006, p. 144).

Até meados do século XIX as esposas se consideravam quase no mesmo nível dos escravos, pois, elas se referiam aos seus maridos apenas como “senhor”. À partir deste século, algumas passaram a chamá-lo de “tu” e “você”, acabando com o rígido tratamento colonial de “senhor” por parte das esposas e dos filhos.

Tratando-se de casamentos, muitos foram arranjados, e outros tantos efetuados por interesse, ambos, muitas vezes, sem amor, porém, com um ciúme indescritível, como se ao casar-se, o outro virasse sua posse. Entretanto, este fato, geralmente, acontecia entre famílias de classes sociais, economicamente altas, pois, entre as classes baixas, o amor era considerado importante, fazendo, assim, com que os matrimônios destes resistissem.

O casamento era o único destino possível para a mulher. Ela deveria ser discreta, aparentar uma alegria natural e, sobretudo ter uma enorme simplicidade. Diversas mulheres dedicaram uma vida inteira, no silêncio e no apagamento para servir aos maridos. Muitas foram traídas, porém, fiéis. No entanto, raramente, homens traídos foram fiéis.

Durante muito tempo o modo de ver o casamento e a posição da mulher mostra que o matrimônio era para o gozo sexual, para a luxúria e para a procriação. A honra da mulher era visto como algo delicado, não devendo ser manchada nem mesmo por suspeitas ou suposições.

Os ritos amorosos eram curtos e alheios à vontade dos envolvidos. Os noivados ocorriam em curto prazo, no qual, os noivos não se viam muito, muitas vezes nem se conheciam. Acontecia, também, de ainda meninas de dez, onze, doze anos, serem obrigadas a casar com homens bem mais velhos que elas, como afirma Priore (2006, p. 169):

Delicioso é o quadro de um capitão da marinha americana que põe em seu colo uma menina de 13 anos para contar-lhe histórias. Vem, então, a saber



que era esposa de um sexagenário e mãe de uma criança pequena. Outra gafe? A do estrangeiro que havia feito elogios à filha mais jovem de um senhor de certa idade, extraordinariamente bela, uma das mais lindas que havia visto na América. Depois de afirmar ser ela afortunada por ter um pai tão afeiçoado, ouviu em um tom nada gentil: “Pai? Eu sou seu marido, ela é minha esposa! Mas eu o perdôo pelo equívoco já que tenho filhas, para dizer a verdade de quase para serem a mãe dela”.

Ambos corriam o risco de ser traídos e trair, pois casavam-se com quem não amavam, só por negócios, podendo assim o outro procurar, fora do casamento, o amor ideal e proibido. Na maioria das vezes, o casamento precoce afastava-as dos estudos, justificando o término deste com o fato daquele.

Nesse sentido, além de casarem precocemente, terem inúmeros filhos, e após tantos partos, elas já não eram mais as mesmas, com seus belos corpos, sofriam com a traição dos maridos, e, absurdamente, cuidavam de seus filhos e dos filhos de seus maridos com outras mulheres, que teriam que ter a mesma educação.

Além disso, algumas relações conjugais tinham um alto nível de violência física, abandono e desprezo. Por causa dos interesses econômicos, raramente existiam, nos matrimônios, a afinidade sexual e o afeto, além disso, a “mulher casada” vestia-se de preto, não se perfumava, não amarrava os cabelos com laços e fitas e não comprava vestidos novos, enfim, perdia toda a feminilidade.

As mulheres jovens, sem poder aquisitivo e que ainda não fossem casadas, encontravam no homem mais velho, mesmo casado, o amparo financeiro ou social. Muitas vezes, o namoro não aprovado pelos pais encorajou o rapto de várias moças.

Enfim, as mulheres eram pouco valorizadas, serviam, diversas vezes, só para a procriação, sem direito a uma educação de valor e ao trabalho que não fosse relacionado a sua própria casa, sem contar a falta de liberdade que elas sofriam.

3. Desvelando a mulher machadiana em *Memórias Póstumas de Brás Cubas*

As obras de Machado de Assis têm como cenário a cidade do Rio de Janeiro no século XIX. Nessa época, a sociedade estava fortemente marcada pelo patriarcalismo e, nessa condição, as mulheres apresentavam-se submissas aos maridos. Outro aspecto relevante é que, na mesma época, a cidade do Rio de Janeiro sofreu várias



transformações, com o estabelecimento da corte portuguesa, e isso acarretou também uma mudança nos hábitos e convívio social dos cariocas.

Nesses “novos tempos”, a personagem feminina que estava sob o jugo da família patriarcal, no recinto do lar, passa a gozar de mais liberdade e a ocupar novos espaços. Sua função agora é, além de cuidar do lar e dos filhos, acompanhar os maridos na vida social.

A partir dos avanços da medicina e de áreas afins, surge, em meio a tantas transformações, uma nova imagem de mulher: a mulher ambígua e contraditória, uma mulher que pode ser anjo e demônio ao mesmo tempo. Machado de Assis, já no século XIX, conseguiu mostrar, aos leitores, muitos mistérios que envolviam a personagem feminina, bem como contextualizar o ambiente e a sociedade em que viviam.

É possível observar que a obra de machado de Assis pode ser dividida em duas fases, a romântica e a realista, que se contrastam. Na primeira fase, nota-se a presença de mulheres solitárias, como tias ou viúvas, que querem a todo custo a felicidade de alguma parenta. Há também amores proibidos, casamentos arranjados e infelicidade conjugal. Na fase realista, destacada neste artigo, descritas sob o discurso masculino, ganham uma imagem negativa e ambígua. Há a predominância de sentimentos ambíguos, ciúmes e triângulos amorosos. As personagens femininas aparecem como dissimuladas, interesseiras e astutas.

Assim sendo, até que o autor faz uma denúncia da sociedade que coloca a mulher nos “degraus de baixo”, ou até que ponto ele é do tipo “Não se pode confiar em mulher”?

3.1 Brás Cubas e seu etéreo discurso sobre as mulheres

O romance *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (1881), de Joaquim Maria Machado de Assis, é um marco para o início do Realismo na Literatura Brasileira. A estética literária realista trouxe para os romances um olhar observador, buscando extrair a verdade a partir de histórias do cotidiano. Machado de Assis desenvolve, no livro “*Memórias Póstumas de Brás Cubas*”, uma análise psicológica, envolvendo adultério num olhar crítico e irônico. Brás Cubas é a antítese dos ideais românticos, traduz o anti-herói.



O romance é publicado inicialmente em Folhetim, e depois, em 1881, em livro, surpreendendo à crítica da época. A obra é ousada, pois é narrada por Brás Cubas, que escreve a própria biografia, do outro lado da existência, da eternidade.

A narração é em primeira pessoa, com o narrador-personagem, Brás Cubas, interagindo com o leitor. Primeiramente, ele altera a ordem dos fatos, começando a narração com o seu óbito, mais precisamente, no dia do seu funeral. O narrador destaca três senhoras presentes no seu enterro; sua irmã Sabina, sua sobrinha e Virgília, seu grande amor. Brás Cubas faleceu de pneumonia, porém não foi esta a causa de sua morte, mas também, a melancolia que o frustrava, por não ter alcançado os seus objetivos.

Em seguida, o narrador muda o rumo da história e começa a descrever a invenção de um medicamento, um emplasto anti-hipocondríaco, destinado a amenizar a tristeza da humanidade. Primeiramente, o personagem relembra o fato estando ainda vivo, logo após ele o narra, sob o ponto de vista de alguém já falecido, contando quais eram as suas verdadeiras intenções com a divulgação do remédio: “Assim a minha ideia trazia duas faces, como as medalhas, uma virada para o público, outra para mim. De um lado a filantropia; de outro lado, sede de nomeada. Digamos: amor da glória”. (ASSIS, 2009, p.14)

Em *Memórias Póstumas de Brás Cubas* o personagem narra os fatos, em consonância com o seu estado de espírito. Após narrar a sua morte começa a descrever tudo o que a antecedeu, desde os delírios até Virgília, um grande amor do passado, que foi visitá-lo com o filho, quando ele estava muito doente.

Depois, o personagem passa a narrar, cronologicamente, acontecimentos que sucedem o dia 20 de outubro, dia do seu nascimento. Conta como era a relação com os pais, descreve a mãe do seu ponto de vista, enfatizando a submissão da mesma ao pai.

Minha mãe doutrinava-me a seu modo, fazia-me decorar alguns preceitos e orações; mas eu sentia que, mais do que orações, me governavam os nervos e o sangue e a boa regra perdia o espírito, que a faz viver, para se tornar uma vã fórmula. [...] Minha mãe era uma senhora fraca, de pouco cérebro e muito coração, assaz crédula, sinceramente piedosa, - caseira, apesar de bonita, e modesta, apesar de abastada; temente às trovoadas e ao marido. O marido era na terra o seu deus. (ASSIS, 2009, p. 31).



A maneira com a mãe de Brás Cubas é descrita reafirma a ideia de uma sociedade, na qual o patriarca é o ser superior. Para a mãe, era permitido apenas a doutrina dos filhos e os afazeres domésticos. Nota-se na narrativa que, para Brás Cubas, a mãe teve pouca influência na sua formação, pois ela não tinha voz perante a família. Um aspecto relevante é que em nenhum momento da narrativa, o narrador refere-se à mãe pelo nome. Reafirma-se a ideia de que ela era vista apenas como esposa e mãe, tornando-se um ser dependente. Cabe destacar que a família patriarcal não designa o poder do pai, mas o poder masculino, enquanto sociedade.

Na sequência, o narrador cita alguns parentes e destaca, entre outros, uma tia materna, Dona Emerenciana. Ele a considerava como a pessoa que tinha mais autoridade sobre ele, porém faleceu cedo. Nesse sentido, comparando o modo como descreve a mãe e a tia, percebe-se que, geralmente, a mãe ou a esposa eram consideradas mais submissas do que outra mulher da ‘rua’.

Alguns capítulos depois, o personagem conta um episódio de quando ele ainda era criança, no qual viu Dona Eusébia, irmã do sargento-mor Domingues, de aparência mediana, beijando o doutor Vilaça. No capítulo seguinte, relata a sua primeira paixão da adolescência, aos 17 anos, pela cortesã Marcela, filha de um hortelão das Antúrias.

Quem quer que fosse, porém, o pai, letrado ou hortelão, a verdade é que Marcela não possuía a inocência rústica e mal chegava a entender a moral do código. Era boa moça, lépida, sem escrúpulos, um pouco tolhida pela austeridade do tempo, que lhe não permitia arrastar pelas ruas os seus estouvamentos e berlindas; luxuosa, impaciente, amiga de dinheiro e de rapazes. Naquele ano morria de amores por um certo Xavier, sujeito abastado e tísico, - uma pérola. Vi-a, pela primeira vez, no Rossio Grande, na noite das luminárias, logo que constou a declaração da independência, uma festa de primavera, um amanhecer da alma pública. Éramos dois rapazes, o povo e eu; vínhamos da infância, com todos os arrebatamentos da juventude. Vi-a sair de uma cadeirinha, airosa e vistosa, um corpo esbelto, ondulante, um desgarre, alguma coisa que nunca achara nas mulheres puras. – Segue-me, disse ela ao pajem. E eu segui-a, tão pajem como o outro, como se a ordem me fosse dada, deixe-me ir namorando, vibrante, cheio das primeiras auroras. A meio caminho chamaram-lhe ‘linda Marcela’; lembrou-me que ouvira tal nome a meu tio João e fiquei, confesso que fiquei tonto. (ASSIS, 2009, p.40).

Alguns dias depois, Brás Cubas, juntamente, com o tio foi a uma casa de moças nos Cajueiros. Era a casa de Marcela. Era o homem levando o menino à iniciação em “coisas de homem”.



[...]. Que gentil que estava a espanhola! Havia mais uma meia dúzia de mulheres, - todas de partido, - e bonitas, cheias de graça, mas a espanhola... O entusiasmo, alguns goles de vinho, o gênio imperioso, estouvado, tudo isso me levou a fazer uma coisa única; a saída, à porta da rua, disse a meu tio que esperasse um instante e tornei a subir as escadas. [...] ela ia abrir-me caminho para tornar à sala; eu segurei-lhe nas mãos, puxei-a para mim e dei-lhe um beijo. Não sei se ela disse alguma coisa, se gritou, se chamou alguém; não sei nada; sei que desci outra vez as escadas, veloz como um tufão e incerto como um ébrio. (ASSIS, 2009, p.41).

A relação entre Brás Cubas e Marcela teve duas fases. Na primeira, ele teve que dividi-la com Xavier. Na segunda fase, ele a presenteava, pois de certa maneira isso fazia com que o relacionamento dos dois fluísse. O relacionamento entre Brás Cubas e Macela traz à tona uma temática realista oposta à idealização romântica do amor. “Marcela amou-me durante quinze meses e onze contos de réis; nada menos. Meu pai, logo que teve aragem dos onze contos, sobressaltou-se deveras; achou que o caso excedia as raias de um capricho juvenil”. (ASSIS, 2009, p.45).

As mulheres no século XIX, com pouco poder aquisitivo, eram mais ousadas, sedutoras e usavam o corpo para alcançar os seus objetivos. Na sociedade patriarcal, o comportamento da mulher era muito visado, elas deveriam casar-se virgens. Entretanto, nem todas as mulheres tinham esta conduta, existiam também as mulheres que despertavam o desejo no sexo oposto, as “pecadoras”, que não abriam mão do luxo, ou seja, as cortesãs, e este é o caso de Marcela. A maneira ousada da espanhola a diferenciava das outras moças da época e isso cativava o jovem Brás Cubas. No entanto, ele sabia que este amor custar-lhe-ia, pois, mulheres desta índole, mesmo apaixonadas, colocavam a ascensão social em primeiro lugar.

Diversos jovens de boa família, com pais ricos, eram levados a condutas levianas e esbanjavam o dinheiro familiar, comprando uma mulher mundana e que se entrega aos amantes que a presenteiam com joias. O pai de Brás Cubas, incomodado com a situação, resolveu mandá-lo estudar na Europa. A primeira reação de Brás Cubas foi convidar Marcela para ir junto, porém ela recusou. Depois, ele a presenteou com um pente de diamantes, então ela aceitou viajar com ele. Entretanto, o pai suspeitando das intenções do filho, inesperadamente, transportou-o para Lisboa e, depois, para a universidade em Coimbra.



Em virtude dos acontecimentos, Brás Cubas pensou em suicidar-se no navio, mas, envolvido com as tragédias que ocorreram ao capitão, cuja mulher estava morrendo de tuberculose, desistiu do ato. Formou-se bacharel e, depois de alguns anos, voltou para a cidade natal.

Meu pai abraçou-me com lágrimas. – Tua mãe não pode viver, disse-me. Com efeito, não era já o reumatismo que a matava, era um cancro no estomago. A infeliz padecia de um modo cru, porque o cancro é indiferente às virtudes do sujeito; quando róí, róí; roer é o seu ofício. Minha irmã Sabina, já então casada com o Cotrim, andava a cair de fadiga. Pobre moça! Dormia três horas por noite, nada mais. O próprio tio João estava abatido e triste. Dona Eusébia e algumas outras senhoras lá estavam também, não menos tristes e não menos delicadas. (ASSIS, 2009, p.58).

A mãe faleceu. Passados alguns dias, o pai disse-lhe que tinha dois projetos, sendo o primeiro torná-lo deputado e o segundo, casá-lo. A moça escolhida era Virgília, a filha de Dutra. Este trecho do livro confirma que a maioria dos casamentos era arranjada por interesse familiar e político. Poucos eram os casais que se conheciam, apaixonavam-se e casavam por amor.

Naquele tempo contava apenas uns quinze ou dezesseis anos; era talvez a mais atrevida criatura da nossa raça e, com certeza, a mais voluntariosa. Não digo que já lhe coubesse a primazia da beleza, entre as mocinhas do tempo, porque isto não é romance em que o leitor sobredoura a realidade e fecha os olhos às sardas e espinhas; mas também não digo que lhe maculasse o rosto nenhuma sarda ou espinha, não. Era bonita, fresca, saía das mãos da natureza, cheia daquele feitiço, precário e eterno, que o indivíduo passa a outro indivíduo, para os fins secretos da criação. Era isto Virgília, e era clara, muito clara, faceira, ignorante, pueril, cheia de uns ímpetos misteriosos; muita preguiça e alguma devoção, - devoção, ou talvez medo; creio que medo. (ASSIS, 2009, p.65).

Virgília era uma bela moça. Brás Cubas se dispôs a aceitar ambos, a moça e o cargo de deputado. Depois da conversa com o pai, ele resolveu visitar Dona Eusébia e conheceu sua filha Eugênia.

Em verdade, parecia ainda mais mulher do que era; seria criança nos seus folgares de moça; mas, assim quieta, impassível, tinha a compostura da mulher casada. Talvez essa circunstância lhe diminuía um pouco da graça virginal. Depressa nos familiarizamos; a mãe fazia-lhes grandes elogios, eu escutava-os de boa sombra e ela sorria, com os olhos fúlgidos, como se lá dentro do cérebro lhe estivesse a voar uma borboletinha de asas de ouro e olhos de diamantes. (ASSIS, 2009, p.68).



No dia seguinte, Brás recebe o convite de Dona Eusébia, para jantar em sua casa, e ele aceita. Eles saem para caminhar na chácara e, durante o passeio, ele nota que a bela Eugênia era coxa, ou seja, manca, ela tinha essa deficiência desde o nascimento. Após saber disso, Brás Cubas muda o seu pensamento a respeito de Eugênia.

Ora aconteceu que, oito dias depois, como eu estivesse no caminho de Damasco, ouvi uma voz misteriosa, que me sussurrou as palavras da Escritura (at., IX, 7): “Levanta-te e entra na cidade”. Essa voz saía de mim mesmo e tinha duas origens: a piedade, que me desarmava ante a candura de pequena e o terror de vir a amar deveras e desposá-la. Uma mulher coxa! Quando a este motivo da minha descida, não há duvidar que ela o achou e mo disse. Foi na varanda, na tarde de uma segunda-feira, ao anunciar-lhe que na seguinte manhã viria para baixo. – Adeus, suspirou ela estendendo-me a mão com simplicidade; faz bem. – E como eu nada dissesse, continuou: - Faz bem em fugir ao ridículo de casar comigo. Ia dizer-lhe que não; ela retirou-se lentamente, engolindo as lágrimas. Alcancei-a a poucos passos e jurei-lhe por todos os santos do céu que eu era obrigado a descer, mas que não deixava de lhe querer e muito; tudo hipérboles frias, que ela escutou sem dizer nada. [...] Quis retê-la, mas o olhar que me lançou não foi já de súplica, senão de império. Desci da Tijuca, na manhã seguinte, um pouco amargurado, outro pouco satisfeito. Vinha dizendo a mim mesmo que era justo obedecer a meu pai, que era conveniente abraçar a carreira política... que a constituição... que a minha noiva... que o meu cavalo. (ASSIS, 2009, p.75).

A sociedade impunha às mulheres do século XIX, boa aparência e poder aquisitivo, e Eugênia não tinha nenhuma destas virtudes. Dadas às diferenças entre o casal, eles tinham objetivos opostos, pois para ela, bastava casar-se, e, para ele, de nada adiantaria casar-se sem tornar-se um homem público.

O personagem, Brás Cubas, teve dúvidas sobre com qual mulher deveria casar-se, Virgília ou Eugênia. Porém, ao saber da deficiência de Eugênia, resolveu que aquela lhe seria mais conveniente. O que poderia tornar-se casamento com Eugênia não superou o preconceito físico e social, por isso, Brás Cubas afasta-se dela para cortejar Virgília, por interesse no cargo de Deputado. Vai à casa de Dutra, conversam sobre a candidatura e tornam-se íntimos.

Certo dia, Brás Cubas entra em uma loja na rua dos Ourives e encontra Marcela trabalhando atrás do balcão. Conversaram durante algum tempo, Marcela contou-lhe sobre o sofrimento da ausência, que atualmente era viúva e também sobre a sua decadência.



Ao fundo, por trás do balcão, estava sentada uma mulher, cujo rosto amarelo e bexiguento não se destacava logo, à primeira vista; mas logo que se destacava era um espetáculo curioso. Não podia ter sido feia; ao contrário, via-se que fora bonita e não pouco bonita; mas a doença e uma velhice precoce destruíram-lhe a flor das graças. As bexigas tinha sido terríveis; os sinais, grandes e muitos, faziam saliências e encarnas, declives e acives e davam uma sensação de lixa grossa, enormemente grossa. Eram os olhos a melhor parte do vulto e, aliás, tinham uma expressão singular e repugnante, que mudou, entretanto, logo que eu comecei a falar. Quanto ao cabelo, estava ruço e quase tão poento como os portais da loja. Num dos dedos da mão esquerda fulgia-lhe um diamante. Crê-lo-eis, pósteros? Essa mulher era Marcela. (ASSIS, 2009, p.77).

A vida de Marcela não teve um bom desfecho. Envolveu-se com homens, buscou uma “vida fácil”, contraiu doenças e estava vivendo uma velhice precoce. Já não tinha o corpo esbelto e a boa aparência que a favorecia. Agora era dona de uma simples loja e tinha o rosto devastado pela doença. Brás Cuba despediu-se rapidamente de Marcela para ir à casa de Virgília. Não havia mais vestígios do amor da adolescência. Restara a frieza e repugnância.

A relação entre Brás Cubas e Virgília tinha tudo para dar certo. Entretanto, apareceu Lobo Neves, e, foi quem ficou com Virgília e com a candidatura, apoiado por grandes influências. Para Virgília, ambiciosa, Lobo Neves, era um homem que aparentava ter melhor futuro que Brás Cubas.

Algum tempo depois, o pai de Brás Cubas falece, não somente da doença que o abatia, mais também do desgosto por não ter conseguido a candidatura e o casamento do filho. Brás Cubas, o cunhado e a irmã começam a ter atritos por causa da herança deixada pelo pai. A irmã era uma mulher submissa aos caprichos de Cotrim, o marido, homem aproveitador e bajulador ao mesmo tempo, com quem teve uma filha, Venância. Sabina era ambiciosa, assim como o irmão.

Certo dia, Luís Dutra, primo de Virgília, conta a Brás Cubas que a prima havia chegado de São Paulo e que estava casada.

No dia seguinte, estando na rua do Ouvidor, à porta da tipografia do Plancher, vi assomar, a distância, uma mulher esplêndida. Era ela; só a reconheci a poucos passos, tão outra estava, a tal ponto a natureza e a arte lhe haviam dado o último apuro. Cortejamo-nos; ela seguiu; entrou com o marido na carruagem que os esperava, um pouco acima; fiquei atônito. [...] Oito dias depois, encontrei-a num baile; creio que chegamos a trocar duas ou três palavras. Mas em outro baile, dado daí a um mês, em casa de uma senhora, que ornara os salões do primeiro reinado e não desornava então os do segundo, a aproximação foi maior e mais longa, porque conversamos e



valsamos. A valsa é uma deliciosa coisa. Valsamos; não nego que, ao conchegar ao meu corpo aquele corpo flexível e magnífico, tive uma singular sensação, uma sensação de homem roubado. [...] Valsamos uma vez e mais outra vez. Um livro perdeu Francesca; cá foi a valsa que nos perdeu. Creio que nessa noite apertei-lhe a mão com muita força e ela deixou-a ficar, como esquecida, e eu a abraçá-la, e todos com os olhos em nós, e nos outros que também se abraçavam e giravam... Um delírio. (ASSIS, 2009, p. 91-92).

Virgília era ousada e dissimulada. Mesmo casada com Lobos Neves, oferecia-se para Brás Cubas. A moça estava à frente de sua época, com uma autodeterminação que contrariava as expectativas. Suas atitudes eram apostas ao padrão feminino estabelecido no século XIX. Casou-se com Lobo Neves por interesses familiares, porém envolveu-se num caso de amor adúltero com Brás Cubas. “Lembra-me, sim que, em certa noite, abotoou-se a flor, ou o beijo, se assim lhe quiserem chamar, um beijo me deu trêmula, - uma coitadinha, - trêmula de medo, porque era ao portão da chácara”. (ASSIS, 2009, p. 96)

Brás Cubas era um amigo da família e frequentava a casa de Virgília e Lobo Neves. Os encontros entre os amantes tornaram-se cada vez mais frequentes, até que, um dia, ele a convidou para fugir, porém ela recusou. Algumas pessoas começaram a desconfiar da relação do casal, entre elas, a baronesa, que tinha uns cinquenta e cinco anos, mas aparentava ter uns dez anos a menos e possuía um porte fino e elegante.

Para dissimular as suspeitas, o casal passou a encontrar-se na casa de Dona Plácida. “A casa resgatava-me tudo; o mundo vulgar terminaria à porta; - dali para dentro era o infinito, um mundo eterno, superior, excepcional, nosso, somente nosso, sem leis, sem instituições, sem baronesa, sem olheiros, sem escutas [...]”. (ASSIS, 2009, p.115).

Virgília fez daquilo um brinco; designou as alfaías s mais idôneas e dispô-las com a intuição estética da mulher elegante; eu levei para lá alguns livros e tudo ficou sobre a guarda de Dona Plácida, suposta e, a certos respeitos, verdadeira dona da casa. Custou-lhe muito a aceitar a casa; farejara a intenção e doía-lhe o ofício, mas afinal cedeu. Creio que chorava, a princípio: tinha nojo de si mesma. Ao menos, é certo que não levantou os olhos para mim durante os primeiros dois meses; falava-me com elos baixos, séria, carrancuda, às vezes, triste. [...] Quando obtive a confiança, imaginei uma história patética dos meus amores com Virgília, um caso anterior ao casamento, a resistência do pai, a dureza do marido e não sei que outros toques de novela; aceitou-as todas. Era uma necessidade da consciência. Ao cabo de seis quem nos visse a todos três juntos diria que Dona Plácida era minha sogra. (ASSIS, 2009, p.118).



Dona Plácida, uma antiga conhecida de Virgília, tornou-se tão próxima do casal, que se sentiu à vontade para confidenciar-lhes toda a sua vida. Ela tivera uma vida muito sofrida, perdera o pai muito cedo, casara-se com um alfaiate, que morreu tísico algum tempo depois, deixando-lhe uma filha, que também a abandonou para fugir com um homem, a qual ela não menciona. Dona Plácida assemelha-se a Dona Eusébia, por ter uma postura forte e batalhadora, assim como milhares de mulheres de nossa contemporaneidade, que não têm uma vida cômoda, por serem pobres e sozinhas, porém com muito sacrifício criam seus filhos.

Minha filha fugiu-me; foi com um sujeito, nem quero saber... Deixou-me só, mas tão triste, tão triste, que pensei morrer. Não tinha ninguém mais no mundo e estava quase velha e doente. Foi por esse tempo que conheci a família de Iaiá; boa gente, que me deu que fazer e até chegou a me dar casa. Estive lá muitos meses, um ano, mais de um ano, agregada, costurando. Saí quando Iaiá casou. Depois vivi como Deus foi servido. Olhe os meus dedos, olhe estas mãos... E mostrou-me as mãos grossas e gretadas, as pontas dos dedos picadas de agulha. – Não se cria isto à toa, meu senhor; Deus sabe como é que isto se cria... Felizmente, Iaiá me protegeu e o senhor doutor também... Eu tinha um medo de acabar na rua, pedindo esmola... (ASSIS, 2009, p. 122).

Certo dia, meses depois, Lobo Neves anuncia que, possivelmente, ocupará uma presidência de província no Norte e convida Brás Cubas para ir junto e tornar-se seu secretário, porém assim que saiu a nomeação por decretos datados em treze, Lobo Neves, por superstição ao número treze, recusou o cargo.

Sucedeu por esse tempo um desastre; a morte do Viegas. Viegas passou aí de relance, com os seus setenta anos, abafados de asma, desconjuntados de reumatismo e uma lesão de coração por quebra. Foi um dos finos espreitadores da nossa aventura. Virgília nutria grandes esperanças em que esse velho parente, avaro como um sepulcro, lhe amparasse o futuro filho, com algum legado; e se, o marido tinha iguais pensamentos, encobria-se ou estrangulava-os. [...] O caso de Virgília tinha alguma gravidade mais. Ela era menos escrupulosa que o marido: manifestava claramente as esperanças que trazia no legado, cumulava o parente de todas as cortesias, atenções e afagos que poderiam render, pelo menos, um codicilo. Propriamente, adulava-o; mas eu observei que a adulação das mulheres não é a mesma coisa que a dos homens. Esta orça pela servilidade; a outra confunde-se com a afeição. As formas graciosamente curvas, a palavra doce, a mesma fraqueza física dão à ação lisonjeira da mulher uma cor local, um aspecto legítimo. Não importa a idade do adulado; a mulher há de ter sempre para ele uns ares de mãe ou de irmã, - ou ainda de enfermeira, outro ofício feminino, em que o mais hábil dos homens carecerá sempre de um quid, um fluido, alguma coisa. (ASSIS, 2009, p. 139).



Brás Cubas expõe, neste trecho acima, o quanto Virgília e seu esposo são ambiciosos, e enfatiza que a ambição de ambos é diferente, pois no seu ponto de vista, o marido é mais escrupuloso e falso, por não demonstrar suas verdadeiras intenções com o enfermo. Segundo o narrador-personagem, a mulher, mesmo com segundas intenções, não perde os ares de mãe, ou seja, o grande coração.

Algum tempo depois, Brás Cubas foi apresentado a Damasceno e à filha, por Sabina e Cotrim. Era intenção casar Brás Cubas com a moça. Para que eles se conhecessem, Sabina e Cotrim promoveram um jantar.

Que suplício que foi o jantar! Felizmente, Sabina fez-me sentar ao pé da filha de Damasceno, uma Dona Eulália, ou mais familiarmente Nhá-loló, moça graciosa, um tanto acanhada a princípio, mas só a princípio. Faltava-lhe elegância, mas compensava-a com os olhos, que eram soberbos e só tinham o defeito de se não arrancarem de mim, exceto quando desciam ao prato; mas Nhá-loló comia tão pouco, que quase não olhava o prato. De noite cantou; a voz era como dizia o pai “muito mimosa”. Não obstante, esquivei-me. (ASSIS, 2009, p. 146).

A filha de Damasceno é descrita com uma audácia que a apresenta divergente dos padrões femininos da época. O narrador projeta uma mulher sem medo de expor seus sentimentos e suas intenções para com o candidato a marido. A moça era Dona Eulália, que segundo Brás Cubas, não parava de olhar para ele.

Porém o romance entre Brás Cubas e Virgília era cada vez mais intenso. Ela estava grávida, e ele já sonhava com o seu provável filho. Virgília deu a luz ao filho, e Brás Cubas acompanhou tudo, juntamente, com Lobo Neves. E, após o nascimento do bebê, Lobo Neves recebeu uma carta anônima, que contava o envolvimento de sua esposa com o seu amigo.

Mesmo diante das suspeitas de Lobo Neves, Virgília e Brás Cubas continuavam encontrando-se na casa de Dona Plácida. Entretanto, algum tempo depois, Lobo Neves foi nomeado presidente da província, e o decreto outra vez foi datado de 13, porém desta vez trouxe a data de 31 e isto fez com que ele aceitasse.

Passados alguns dias, Lobo Neves parte para o Norte com a sua família, deixando Virgília e Brás Cubas em profunda tristeza. Neste período nasceu Venância, filha de Sabina e Cotrim.



Duas forças, porém, além de uma terceira, compeliavam-me a tornar à vida agitada do costume: Sabina e Quincas Borba. Minha irmã encaminhou a candidatura conjugal de Nhá-loló de um modo verdadeiramente impetuoso. Quando dei por mim estava com a moça quase nos braços. Quanto ao Quincas Borba, expôs-me enfim o Humanitismo, sistema de filosofia destinado a arruinar todos os demais sistemas. (ASSIS, 2009, p. 168).

A terceira força, mencionada por Brás Cubas, chamava-se bulício, e era o gosto de luzir e, sobretudo, a incapacidade de viver sozinho. Diante disso, decidiu casar-se com Eulália Damascena de Brito, filha de Damasceno. Mas, em virtude da febre amarela, a Eulália faleceu antes que os dois se casassem. Brás Cubas pouco sentiu a morte da futura esposa, pois Virgília não lhe saía do pensamento. “A primeira vez que pude falar a Virgília, depois da presidência, foi num baile em 1855, trazia um soberbo vestido de gorgorão azul e ostentava às luzes o mesmo par de ombros de outro tempo. Não era a frescura da primeira idade; ao contrário; mas ainda estava formosa, de uma formosura outoniça, realçada pela noite”. (ASSIS, 2009, p. 182).

Brás Cubas tornou-se deputado, sem, entretanto, conseguir o cargo almejado, que era ser ministro de Estado. Desenganado com a vida, fundou um jornal de oposição. E, notou que seu amigo Quincas Borba estava perdendo a lucidez.

Procurado por Virgília, já idosa, ajudou Dona Plácida, que faleceu em seguida. Neste período morrem Marcela, Quincas Borba e Lobo Neves. Eugênia foi para um cortiço. O desfecho de Eugênia foi o de muitas mulheres que não conseguiram casar-se, já que, naquela época, o casamento era a única maneira de a mulher obter ascensão social e prover-se.

Brás Cubas tornou-se um velho sozinho. Tinha bom padrão de vida, mas nunca chegou a ser respeitado por todos. Sonhava com o reconhecimento público através do emplasto, em delírios, aos 64 anos. No leito de morte, Brás Cubas recebeu a visita de Virgília e do filho.

4. Considerações finais

O objetivo proposto para este estudo foi uma leitura de discursos sobre a mulher enunciados em *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. Num primeiro momento, podemos



considerar que a imagem projetada nas personagens femininas desta narrativa já interpreta, mesmo no século XIX, novos rumos para a condição da mulher.

Nesse sentido, a obra machadiana é repleta de mulheres interessantes que revelam sua essência por meio de relatos, ambientes, gestos e discursos masculinos. Estas personagens estão situadas na fase realista, na qual temos a presença de personagens femininas fortes, espontâneas e ativas. Elas veem no casamento uma forma de ascensão social.

Em *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, Machado de Assis, considerado um dos maiores expoentes da Literatura Brasileira, traz à tona temas polêmicos que não eram discutidos na época. Ele apresenta o fortalecimento do discurso feminino, antes frágil e inferior ao do marido. Nesta obra, a mulher é apresentada por diversos ângulos, sendo submissa aos caprichos do homem, adúltera, ambiciosa, leviana e batalhadora. O autor apresenta-nos o casamento como interesse, não somente do homem, mas também da mulher, que busca alcançar o auge da sociedade através do marido. Mostra-nos que a infidelidade conjugal, que antes era tarefa exclusivamente masculina, vai sendo também feminina.

Através da análise deste romance, narrado em primeira pessoa por um narrador-personagem do sexo masculino, observa-se quanto o padrão feminino vem sendo transformado e tornando-se igualitário ao homem, em direitos e obrigações. O discurso, que anteriormente era permitido apenas ao homem, passa a ser conquistado pela mulher, mas sem perder a feminilidade.

Em suma, é possível observar o quanto Machado de Assis era um escritor que buscava analisar e escrever fatos à frente de seu tempo. As mulheres metaforizadas na obra analisada neste trabalho sintetizam uma nova mulher e podem ser entendidas como contemporânea, em busca de espaços de dignidade. Partindo deste pressuposto, podemos notar a relevância deste autor e quão ele contribuiu para a literatura, tornando-se reconhecido mundialmente. Nesse sentido, pode-se, por exemplo, confrontar as ideias de Assis com as de algum escritor contemporâneo, e, por que não, um escritor catarinense.

Referências



REVISTA
MEMORARE

 UNISUL
UNIVERSIDADE DO SUL DE BRASÍLIA
www.portaldeperiodicos.unisul.br
ISSN 2358-0593

Revista Memorare, Tubarão, v. 4, n. 3 esp. dossiê Marcas da Memória: direitos humanos, justiça de transição e anistia, p. 1-300 set./dez. 2017. ISSN: 2358-0593

ASSIS, Machado de. **Memórias Póstumas de Brás Cubas**. Jaraguá do Sul: Gráfica e Editora Avenida Ltda, 2009.

CARNEIRO, Cristina Helena. **Bruxas e feitiçeiças em novelas de cavalaria do ciclo Arturiano: o reverso da figura feminina?** Maringá, 2006. Dissertação (Mestrado em Letras: Estudos Literários). Universidade Estadual de Maringá.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e Senzala**. 28ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1992.

JACINTO, Cristiane Pinheiro Santos. **Relações de intimidade: desvendando modos de organização familiar de sujeitos escravizados em São Luís no século XIX**. São Luís, 2005. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal do Maranhão.

LOPES, Rosemary Mendes. **De vítimas a autoras: os crimes sofridos e praticados por mulheres em São Luís – 1873-1886**. 2002. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em História Licenciatura) – UFMA, São Luís, 2002.

PRIORE, Mary Del. **História do amor no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2006. 2ª ed.

_____. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2002.

VERONA, Elisa Maria. **Da feminilidade oitocentista**. São Paulo, 2007. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de História, Direito e Serviço Social, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, campus de Franca.

Submetido em: 21/06/2017. Aprovado em 25/09/2017.

